



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Instituto de Psicologia

Daniele Andrade da Silva

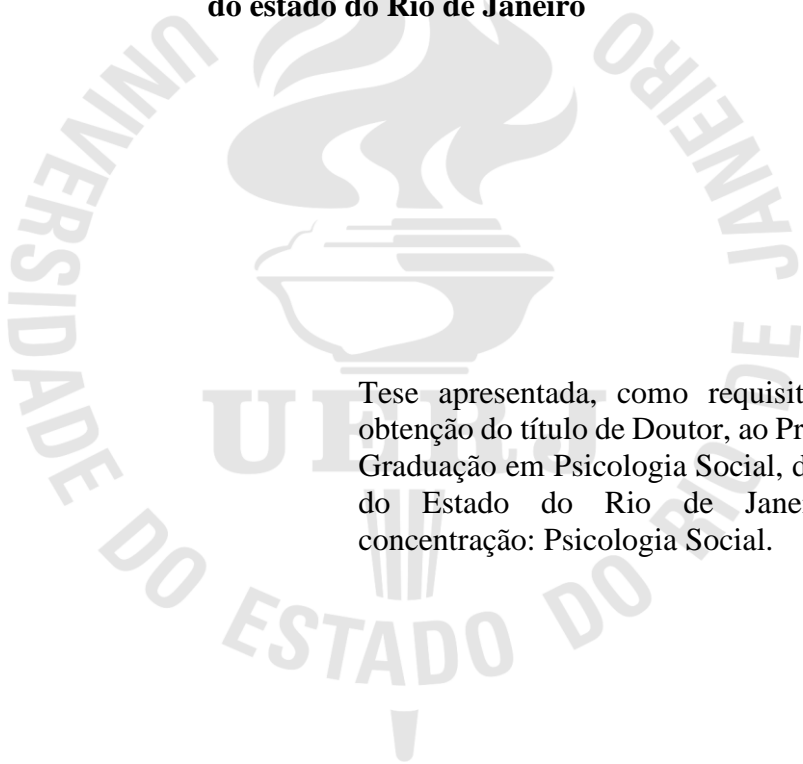
**Salto 15 e Calibre.40: notas sobre as construções de gênero de delegadas da
Polícia Civil do estado do Rio de Janeiro**

Rio de Janeiro

2019

Daniele Andrade da Silva

**Salto 15 e Calibre.40: notas sobre as construções de gênero de delegadas da Polícia Civil
do estado do Rio de Janeiro**



Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Psicologia Social.

Orientadora: Prof.^a Dra. Anna Paula Uziel

Rio de Janeiro

2019

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

S586 Silva, Daniele Andrade da.
Salto 15 e Calibre.40: notas sobre as construções de gênero de delegadas da
Polícia Civil do estado do Rio de Janeiro / Daniele Andrade da Silva. – 2019.
193 f.

Orientadora: Anna Paula Uziel.
Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Instituto de Psicologia.

1. Psicologia social – Teses. 2. Segurança pública – Teses. 3. Mulheres nas
profissões – Teses. 4. Iniquidade de Gênero – Teses . I. Uziel, Anna Paula. II.
Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Psicologia. III. Título.

br CDU 316.6

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta
tese, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Daniele Andrade da Silva

**Salto 15 e Calibre.40: notas sobre as construções de gênero de delegadas da Polícia Civil
do estado do Rio de Janeiro**

Tese apresentada, como requisito parcial para
obtenção do título de Doutor, ao Programa de
Pós-Graduação em Psicologia Social, da
Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área
de concentração: Psicologia Social.

Aprovada em 27 de junho de 2019.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a. Anna Paula Uziel (Orientadora)

Instituto de Psicologia - UERJ

Prof.^a Dr.^a. Jimena de Garay Hernández

Instituto de Psicologia – UERJ

Prof. Dr. Thiago Benedito Livramento Melicio

Instituto de Psicologia – UERJ

Prof.^a Dr.^a. Sílvia Ramos de Souza

Universidade Candido Mendes

Prof.^a Dr.^a. Ana Paula Santos Meza

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Filipe Milagres Boechat

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

2019

DEDICATÓRIA

A nós, mulheres, que resistimos! Resistência!

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, agradeço a UERJ, universidade a qual ingressei ainda muito jovem, cheia de planos, desejos e dúvidas. Minha relação com este espaço é mais que acadêmica, é afetiva. Minha Universidade cinza de luzes eternamente acesas, rampas infindáveis e uma bela vista da cidade. Obrigada pelos anos e por fazer de mim alguém muito melhor, só nós sabemos a relação que tivemos (temos). Obrigada pelos encontros, pelas amizades e pelos ensinamentos. Só quem viveu UERJ sabe o que é se sentir UERJ. Resistimos! As duas.

Agradeço às amigas queridas de orientação pelos anos de muitas comidas, risadas, conversas, parcerias, força e amizades. Sem vocês este trabalho não seria possível. Os cenários mudam, mas continuamos comilonas: Jime, Luisa, Bruna, Monica, Gizele, Nany, Camilla, Bárbara, Lívia, Vanessas, Pati, muito obrigada!

Agradeço também ao professor Pedro Paulo Bicalho, à professora Daniela Auad, à professora Vera Malaguti e à professora Silvia Ramos pelas potentes e importantes contribuições ao trabalho.

Aos meus amigos Thalles e Aureliano pelo colo acolhedor e por serem morada; à querida Monica e à Denise pela alegria; à Bruna, amiga querida, doce e sensível sempre atenta e disponível para acolher; à Luisa pelas conversas instigantes e a amizade; a minha amiga brilhante, acolhedora e fundamental parceria de vida e academia Jimena, pessoa inigualável.

Agradeço o amor incondicional de minha família, obrigada por terem me ajudado a me tornar uma pessoa íntegra e por terem me passado os valores que carrego ainda comigo. Com vocês eu aprendi que nossa palavra é o bem mais precioso que possuímos. Pai, mãe, vovó e irmão: amo vocês.

A minha amada Natacha, pela força, pelos anos de convívio, pelos ensinamentos, por ter me ajudado a amadurecer, pela generosidade e pelas incontáveis corujas. Obrigada pelo amor e pelo colo acolhedor.

Aos meus amores felinos, Pietra, Pierre e Catarina.

Por fim, agradeço a minha inspiração diária de pessoa e mestre, Anna. Seu olhar gentil e sua inteligência gigantesca fez este trabalho acontecer. Mais que orientadora, você é amiga. Obrigada pela força, pela parceria, pela paciência, pela compreensão, pelas leituras e por ter me dado várias amizades, lhe admiro imensamente. Sua ética e seu respeito são inigualáveis. Que venham outras parcerias! Não sou dada a despedidas.

RESUMO

SILVA, Daniela Andrade da. *Salto 15 e Calibre.40: notas sobre as construções de gênero de delegadas da Polícia Civil do estado do Rio de Janeiro*. 2019. 193 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

O presente estudo aborda as construções performáticas de gênero de delegadas de polícia atuantes no Estado do Rio de Janeiro. Reduto tradicionalmente masculino, a Polícia Civil, desde sua criação, tratou de forma desigual homens e mulheres. Somente na década de 1970 que as primeiras mulheres ascenderam ao cargo de delegada de polícia. A partir de 1988, com a promulgação da Constituição Federal Brasileira, passou-se a exigir concurso público para o ingresso na carreira de delegado de polícia, ampliando a possibilidade de acesso de mulheres à função. Entretanto, a polícia parece manter mecanismos para dificultar a ascensão feminina. Para vencerem tais barreiras, elas precisam construir um local de prestígio e respeito, tanto dentro, quanto fora da instituição. A partir da utilização da Cartografia como método de pesquisa, acompanhamos percursos, conexões e processos de construção de feminilidades, acionadas e performadas por nossas entrevistadas para constituírem um local de respeito e destaque dentro e fora da Instituição. Ao longo dos quatro anos de pesquisa, realizamos entrevistas semiestruturadas com nove delegadas lotadas no estado do Rio de Janeiro, com idades entre 30 e 59 anos. Embora a polícia valorize ideários reconhecidos como masculinos, como força e virilidade, as performatividades de gênero operadas pelas delegadas permitem uma feminilização da polícia. Aqui são apresentadas três classes performáticas, a Delegata, a Delegada-Barbie e Mulher-De-Respeito-Também-Cuida, que ora se entrecruzam, ora se afastam, mas que se articulam para comporem as delegadas aqui discutidas. Ora essencializando, ora subvertendo velhas prescrições de gênero as figuras performadas demonstram limites e possibilidades de feminilidades. Local frágil de prestígio, as delegacias de atendimento à mulher são acionadas como analisador para problematizarmos questões de gênero e vulnerabilidades, pois elas reúnem duplamente mulheres: as que atuam e as que buscam atendimento, o entrecruzamento produz tensões, denunciando as ainda frágeis condições de vidas femininas em nossa sociedade, e as ineficientes políticas públicas.

Palavras-chave: Delegada. Performatividade. Feminilidades. Polícia. Gênero. Segurança Pública.

ABSTRACT

SILVA, Daniele Andrade da. *Six-inch Heels and Caliber.40*: remarks on the gender constructions of the Commissioner of Police of Rio de Janeiro State Police. 2019. 193 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

The present study addresses the gender performance constructions of police Commissioner of Police working in the State of Rio de Janeiro. A traditionally male stronghold, the Civil Police since its inception has treated men and women unequally. Only in the 1970s did the first women rise to the position of police chief. From 1988, with the promulgation of the Brazilian Federal Constitution, a public competition for the entry of the police chief into the career began to be required, expanding the possibility of women accessing the function. However, the police seem to maintain mechanisms to hinder the rise of women. To overcome such barriers, they need to build a place of prestige and respect, both inside and outside the institution. From the use of Cartography as a research method, we follow paths, connections and processes of construction of femininities, triggered and performed by our interviewees to constitute a place of respect and prominence inside and outside the Institution. Over the four years of research, we conducted semi-structured interviews with nine Commissioner of Police based in the state of Rio de Janeiro, aged between 30 and 59 years. Although the police value ideas recognized as masculine, such as strength and virility, the gender performativities operated by Commissioner of Police allow the feminization of the police. Here are presented three performance classes, the Delegata, the Delegada-Barbie and Mulher-De-Respeito-Also-Cares, which sometimes intertwine, sometimes move away, but which articulate themselves to compose the Commissioner of Police discussed here. Now essentializing, sometimes subverting old gender prescriptions, the perfected figures demonstrate limits and possibilities of femininities. A fragile place of prestige, police stations serving women are used as an analyzer to problematize gender issues and vulnerabilities, since they bring together women: those who work and those who seek care, the intersection produces tensions, denouncing the still fragile conditions of life women in our society, and inefficient public policies.

Keywords: Commissioner of Police. Performativity. Femininities. Police. Gender. Public security.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	Reportagem do Jornal Diário de São Paulo sobre a primeira Delegada de Polícia do Estado de São Paulo, Ivanete Velloso.....	10
Figura 2 –	Delegada Lucia Maria Stefanovich.....	13
Gráfico 1 –	Número de mulheres nomeadas para o cargo de delegada no RJ entre 1988 a 2012.....	46
Figura 3 –	Campanha do dia 8 de março do Sinpol-RJ.....	70
Figura 4 –	Delegatas.....	71
Figura 5 –	Delegada-Barbie.....	85
Figura 6 –	Barbie fora da caixa.....	89
Figura 7 –	Barbie fascista.....	100
Fotografia 1 –	Who run the world?.....	102
Fotografia 2 –	Delegada Martha Rocha.....	104
Fotografia 3 –	Basta!.....	150

SUMÁRIO

	PRÓLOGO	10
	INTRODUÇÃO	14
1	INVENTANDO UM CAMINHO: PISTAS METODOLÓGICAS	18
1.1	Espiando: uma história para contar	24
1.2	Delegadas entrevistadas	26
2	“A POLÍCIA É MUITA LOUCURA”: DESCOBRINDO A PROFISSÃO: DA ORIGEM DA POLÍCIA À ENTRADA DAS MULHERES	33
2.1	É coisa de polícia: introduzindo o assunto	33
2.2	Pistola, batom, rímel e algemas: delegado de polícia, profissão de mulher?	36
2.2.1	<u>Mas, e o início, como foi? Um pouco mais de história</u>	40
2.2.2	<u>“Com um sorriso essa mulher pode mandá-lo para o xadrez”: finalmente, elas!</u>	44
2.2.3	<u>Não é loja de conveniência, mas poderia ser: a delegacia não fecha as portas: algumas tensões entre Estado e Segurança Pública</u>	54
2.2.3.1	Um mundo chamado plantão: quando a delegada entra em cena.....	61
3	PERFORMATIVIDADES: CORES E MATIZES DO FEMININO NA POLÍCIA: O PODER EM DIFERENTES LOCAIS, DO SAGRADO FEMININO À HEROÍNA SENSUAL	67
3.1	Delegata: a capa de revista	71
3.2	Delegada-Barbie: a controversa	85
3.2.1	<u>A Barbie fora da caixa: uma história de supermercado</u>	87
3.2.2	<u>Delegada-Barbie: próxima página</u>	90
3.2.3	<u>Mais sobre Barbies e loiras: a boneca dentro da “caixinha”</u>	95
3.3	Práticas de cuidado: o que se espera da mulher?	102
3.3.1	<u>Mulher-De-Respeito-Também-Cuida</u>	103
3.3.2	<u>Mamãezada: quando ser mãe é ser sensível e frouxa</u>	108
3.3.3	<u>Delegadas e “Cuidados”: aproximações e diferenças entre “coisas de homens” e “coisas de mulheres”</u>	115

4	DENTRO E FORA DA DELEGACIA: RESSONÂNCIAS DA AUTORIDADE E DO CONHECIMENTO E PODER.....	121
4.1	Chegando com jeitinho, mas sem ser frouxa!	121
4.2	Até onde se chega com jeitinho? Mas sem ser corrupta! (?)	125
4.3	“Você é delegada só na delegacia!” Negociações conjugais e outras coisas.....	132
4.4	Delegada só na delegacia?: efeitos desse lugar na família	145
5	DEAM E O “MIMIMI”: FEMINILIDADES E ENTRAVES.....	150
5.1	Violência de gênero: lutas, DEAMs e outras providências.....	151
5.2	Violência contra a mulher: um problema social! (?).....	158
5.3	Vidas que importam?	169
5.4	DEAM: lugar de prestígio?.....	172
	CONCLUINDO... POR ORA.....	177
	REFERÊNCIAS.....	180

PRÓLOGO

I can wash out 44 pairs of socks and have 'em hangin'
out on the line
I can starch and iron 2 dozens shirts 'fore you can
count from 1 to 9
I can scoop up a great big dipper full of lard from the
drippins can
Throw it in the skillet, go out and do my shopping, be
back before it melts in the pan
'Cause I'm a woman! W-O-M-A-N, I'll say it again

Jerry Lieber; Mike Stoller. Intérprete: Peggy Lee

Figura 1 – Reportagem do Jornal Diário de São Paulo sobre a primeira Delegada de Polícia do Estado de São Paulo, Ivanete Velloso

Com um sorriso, esta mulher pode mandá-lo para o xadrez

PÁGINA MEMÓRIA DA POLÍCIA CIVIL, 37

Dona — ou melhor, doutora — Ivanete Oliveira Velloso acaba de quebrar um tabú, em São Paulo. Tem um distintivo na lapela, que de longe parece um broche, mas, que, na verdade, é o brasão da República brasileira. Ela é delegada de Polícia, a primeira de nosso Estado.

A partir dos próximos dias, ela começará a trabalhar na Delegacia Especializada de Menores, e provavelmente hoje, sua nomeação será divulgada pelo Diário Oficial.

Quem criou o tabú de que as mulheres não podem trabalhar como delegadas? Foi a polícia? Ou as próprias mulheres?

A carreira da dra. Ivanete prova que o tabú apenas existe entre as mulheres; ela não encontrou nenhuma dificuldade em se tornar advogada, nem pressões, nem oposição. Apenas desejava, como investigadora de Polícia há mais de 15 anos, alcançar o posto mais alto de sua profissão. E, na última segunda-feira, às 17 horas, no Auditório do Palácio da Polícia, foi empossada, junto com 21 companheiras, em ato presidido pelo próprio secretário de Segurança Pública.

Para chegar onde chegou, Ivanete necessitou apenas trilhar o caminho usual. Formou-se, em 1971, bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, na Universidade Mackenzie. Nessa época já trabalhava na chefia do Departamento de Investigações Criminais (DEIC).

Em seguida, fez um curso na Divisão de Ensino e Aperfeiçoamento (antiga Academia de Polícia) durante três meses, submeteu-se a um questionário e tornou-se delegada ao ser aprovada num exame oral, em agosto do ano passado.

— Todos esses exames e cursos foram totalmente iguais para mim e meus compa-

nheiros. Não houve discriminação de forma alguma.

Desde lá, estagiou na Delegacia Seccional Sul, até que tomou posse segunda-feira passada.

IDEIAS

«Ser delegado é um trabalho árduo, dignificante, de grande valor social. Entretanto, o mais importante é o apoio e compreensão da sociedade.»

Assim, a primeira delegada do Estado definiu seu novo posto. Ela não consegue entender porque até hoje nenhuma outra mulher conseguiu ser delegada — ou não quis.

«O posto de delegado é o que melhor se enquadra para uma mulher. É uma função de gabinete, que pode ser perfeitamente conduzida por qualquer pessoa.»

O marido da nova delegada também trabalha na Polícia. É Arthur Velloso, encarregado da Darc — Divisão de Arquivos e Registros Criminais, que, agora, pertence à Polícia Científica. Ela diz que ele encara com naturalidade a sua nova profissão; apenas está um tanto envergonhado com o pioneirismo dela — e com o fato de ter quebrado um longo tabú.

A façanha de Ivanete Oliveira Velloso — bastava apenas iniciativa — está encerrada. Ocorreu exatamente no Ano Internacional da Mulher, quando a própria Organização das Nações Unidas está promovendo a emancipação feminina em todos os setores.

Já existe a irrefutável prova de que apenas faltou uma pioneira para que as mulheres entrassem na disputa com os homens pelo posto de delegado: Glória Francisca Saravena, da Polícia Militar, foi aprovada na última turma de formandos da Academia de Polícia. Será delegada, a segunda do Estado, dentro em breve.

O distintivo no peito demonstra a autoridade policial, o sorriso, profunda humanidade

Fonte: REPORTAGENS..., 2013.

“Com um sorriso, esta mulher pode mandá-lo para o xadrez”. Foi com esta manchete que, no ano de 1975, um jornal do estado de São Paulo apresentava aos seus leitores a primeira delegada empossada naquela unidade federativa. Ivanete Velloso havia ingressado na polícia paulista no ano de 1964, como investigadora. Após 11 anos de exercício profissional, e já formada em Direito, a então investigadora teria realizado um curso de três meses de

aperfeiçoamento profissional na própria academia de polícia do estado, um exame psicotécnico e uma prova oral, e assim, sem maiores dificuldades, teria se tornado a primeira mulher a chegar ao mais alto posto na hierarquia da polícia civil. Ao menos era esse tom que a reportagem de 1975 trazia em sua página. A reportagem prossegue indagando quem haveria criado o tabu de que mulheres não poderiam trabalhar como delegadas, se a polícia ou se as próprias mulheres, e antes que o leitor ou a leitora pudesse responder à pergunta, o autor da matéria se adianta: o tabu existe apenas entre as próprias mulheres.

“Ser delegado é um trabalho árduo, digno e de grande valor social. Entretanto, o mais importante é o apoio e compreensão da sociedade” (REPORTAGENS..., 2013, n. p.), segundo a reportagem, estas foram as palavras expressas por Ivanete ao definir sua profissão. Prosseguindo, segundo a reportagem, Ivanete parecia não compreender a razão de até aquele momento nenhuma mulher ter conseguido, ou desejado, ser delegada. A matéria jornalística ainda destacava que por ser “uma função de gabinete”, qualquer pessoa poderia exercer o cargo, até mesmo uma mulher.

O destaque jornalístico anunciava o pioneirismo de Ivanete como o que faltava para que outras mulheres tomassem coragem para chegar ao cargo, tanto é assim que a matéria é encerrada anunciando que em poucos meses a segunda delegada do estado de São Paulo tomaria posse. Embora falasse em tabu e trouxesse números que expressavam claramente a assimetria de acesso entre homens e mulheres ao cargo de delegado/delegada de polícia, pois Ivanete foi a única mulher nomeada delegada, numa turma de 21 pessoas, o tom da escrita, não sem intenção, colocava a responsabilidade nas próprias mulheres.

Outro ponto que chama atenção é que após duas colunas de escrita, do lado direito da reportagem, existe uma foto de Ivanete. Nela, é possível perceber uma mulher com farto sorriso no rosto, cabelos bem cortados e arrumados e um discreto distintivo na lapela. Na parte inferior da foto há a seguinte legenda: “o distintivo no peito demonstra a autoridade policial, o sorriso, profunda humanidade”. Destaque que parecia anunciar o que se esperava da nova delegada...

Em 04 de julho de 2007 o Portal do Governo do Estado de São Paulo destacava, em matéria jornalística, que após 32 anos de serviço como delegada de polícia, já aos 69 anos, Ivanete Velloso iria se aposentar em poucos meses, quando completaria 70 anos de idade. A delegada, que à época trabalhava na Divisão de Processo Administrativo da Corregedoria da Polícia Civil, se dizia bastante triste em ter que sair da polícia, destacando que seria difícil se aposentar no ano seguinte, pois era uma “apaixonada pela polícia” (PRIMEIRA..., 2007, n. p.), em suas palavras.

Ao relembrar de sua trajetória profissional, Ivanete parece destacar pontos que a manchete da década de 1970 não apontava. A delegada ainda parecia se sentir mais confortável com um trabalho menos operacional, pois, em suas palavras, “era muito perigoso para uma mulher estar sempre na rua, na delegacia é mais tranquilo” (PRIMEIRA..., 2007, n. p.).

Contudo, a reportagem de 2007 trouxe informações diferentes das apresentadas na época da ditadura militar no país. Ivanete lembrou-se das dificuldades que passou para alcançar seu cargo, que na década de 1970 não acontecia por concurso público direto, como passou a ocorrer a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, como será abordado ao longo deste trabalho. A delegada lembrou-se que, embora tenha recebido apoio de seus colegas de profissão, algumas autoridades não gostaram da novidade de haver uma delegada na corporação, como o secretário de Segurança da época, o coronel Antônio Erasmo Dias: “ele achou ruim, dizia até que já que deixaram uma mulher passar, não tinha como impedir a sua permanência” (PRIMEIRA..., 2007, n. p.), conta Ivanete.

Pouco antes de Ivanete iniciar sua carreira como delegada, o primeiro registro de uma mulher a ocupar este cargo na polícia ocorre em 1972, no estado de Santa Catarina. Lucia Maria Stefanovich terminou a faculdade de direito em 1971 e no ano seguinte prestou concurso para a polícia civil, sendo nomeada delegada em agosto de 1972, conforme destaca a reportagem do jornal A Hora de Santa Catarina, edição de 09 de abril de 2016. Além de falar em quebra de tabu, a reportagem destacava que “ao invés da **pistola**, um **batom** e um **rímel**. No lugar das **algemas**, colares, pulseiras e anéis. Antes de chegar à delegacia, uma passada no cabeleireiro” (GONÇALVES, 2016, n. p., grifos do autor).

Pistola e algemas, batom e rímel, dois grupos de palavras que, apesar de serem aparentemente sem relação, são constantemente convocados pelas mídias quando a mulher policial entra em cena. À época da entrevista, Lucia tinha 68 anos de idade, 44 anos de atividade policial e elementos como seu pioneirismo, capacidade de gestão e sua vaidade eram ressaltados. Embora pretendesse atuar até os 75 anos na polícia civil, Lucia morreu no ano seguinte à reportagem.

Figura 2 – Delegada Lucia Maria Stefanovich

A primeira xerife do Brasil nem pensa em se aposentar

Delegada Lucia Maria Stefanovich foi a primeira delegada do país e única secretária de Segurança Pública de Santa Catarina. Ela continua em atividade aos 68 anos, em Florianópolis

Compartilhar    



Foto: Marco Favero / Agência RBS

micheel goncalves

Aos invés da **pistola**, um **batom** e um **rímel**. No lugar das **algemas**, colares, pulseiras e anéis. Antes de chegar à delegacia, uma passada no cabeleireiro. Assim é a rotina de **Lucia Maria Stefanovich**, a mulher que quebrou o tabu dentro da polícia no Brasil. Ela foi **1ª delegada do país** em 1972. No início da década de 90, ela também foi a precursora como **chefe da Polícia Civil** e, em 95, assumiu o cargo máximo na **Secretaria de Segurança Pública de Santa Catarina**, sendo a primeira mulher nesta posição na federação.

Fonte: GONÇALVES, 2016.

Histórias como as de Ivanete e Lucia nos ajudam a iniciar nossa trajetória pelas delegacias e espaços onde atuam e circulam as delegadas de polícia, personagens deste estudo. Ajudam-nos, ainda, a entender como a entrada das mulheres se dá dentro de espaços historicamente tão ocupados por homens, como a instituição policial, que o próprio termo delegada de polícia é uma flexão de gênero inexistente oficialmente.

INTRODUÇÃO

Após algumas e angustiantes mudanças de tema ao longo do primeiro semestre do doutorado, a inquietação parecia constante e urgente. A verdade é que passados alguns anos pesquisando sobre famílias eu já me percebia menos motivada ao tema, que embora gratificante e potente, já não capturava a minha atenção. O desejo de mudança deixava-me inquieta, e esta inquietação que me fazia querer olhar para novos cenários, produzir novos desafios... o novo, o diferente, algo distante do lugar comum começava a me seduzir mais. Mas ainda assim, o que pesquisar? Passei alguns meses desta forma...

Uma querida amiga há alguns anos me disse que eu era feminista. Ainda ignorante sobre o que isso significava, era comum que eu negasse assumir este lugar, não por desdém, mas por conta de grande admiração e respeito por essas mulheres, e por uma noção equivocada que eu trazia daquilo que eu compreendia como feminismo, não me sentia capaz de me assumir feminista, especialmente porque, à época, as minhas leituras eram poucas sobre o assunto e eu desconhecia as principais autoras e obras. Minha concepção de feminismo era quase como se este potente e importante movimento de luta por igualdade de direitos se resumisse a um curso acadêmico. Ao escrever essa lembrança, me vem à mente a imagem de minha amiga me fitando com seus olhos expressivos, acompanhados de um sorriso acolhedor, conjunto que parecia compreender que seria apenas um processo de tempo para que eu entendesse o que ela tentava me dizer.

Hoje, a compreendo. Sim, era feminista, pelo empoderamento feminino que buscava, pelas discussões de família em que sempre me punha, pelos temas que abordava em meus estudos e pesquisas, pela minha forma de viver. Pelas lutas que travava para me estabelecer como uma mulher pobre em espaços assimétricos, violentos e desiguais, pela superação cotidiana de dificuldades impostas a mim por ser mulher, por querer ser e viver fora dos estabelecidos padrões sociais e por tantas outras coisas que compunham a mim e a minha vida. Se me faltavam leituras, não faltavam práticas de sobrevivência. Já convencida disso, no ano de 2012 propusemos um seminário que abordasse feminilidades, em suas mais distintas formas, e com uma equipe absolutamente incrível montamos um gratificante trabalho, com distintas vozes, das partes mais diversas da sociedade, já exercitando uma prática de maior simetria entre acadêmicos e não acadêmicos. Sem me ater muito a essa narrativa, prossigo argumentando que falar sobre femininos, de variadas formas, sempre despertou meu interesse, e isso ficou presente em meus estudos, de maneira cada vez menos velada.

Voltando à questão da escolha do tema, ainda com dúvidas sobre o que pesquisar, eu sabia que essa feminista ainda queria descobrir mais sobre empoderamento feminino e performatividade, mas exatamente o quê?

Como acredito que, em muitos casos, a pesquisa nos escolhe e não o contrário, lembro que algumas matérias jornalísticas começavam a despertar a minha curiosidade. Eram fartas as notícias de “mulheres de ação”, as assim chamadas policiais que reuniam beleza e feitos dignos de heroínas de filmes de ação. Concomitantemente, acabei conhecendo uma delegada da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, no ano de 2013.

Lembro-me que, quando ela revelou sua profissão a mim, fez questão de mostrar uma pequena nota de jornal onde sua turma recebia fartos elogios como a turma repleta de belezas que iriam compor o quadro de delegadas da Polícia Civil Fluminense, ou “*delegatas*”, como o autor do texto preferiu usar. Nosso furtivo encontro e posterior aproximação me permitiu estar em ambientes que antes eu desconhecia.

Devido a essa relação, comecei a frequentar delegacias de polícia e acompanhar suas aparições em telejornais, eventualmente a acompanhava em encontros com suas colegas de trabalho, me tornando próxima também de algumas delas, frequentando suas casas, participando de algumas festas, ouvindo suas histórias, percebendo alguns conflitos.

A convivência se fazia cada vez mais forte, tanto que comecei a entender melhor os meandros da polícia civil, seus códigos, suas siglas, até seus espaços físicos. A alta rotatividade de lotação que especialmente o/a delegado/a de polícia experimenta me fez conhecer diversas delegacias da cidade, nelas, conhecer a delegada me facilitava/permitia livre circulação, ninguém me perguntava quem eu era, nenhuma credencial era exigida. Tratar a delegada diretamente por seu nome, sem vir precedido do “doutora” já deixava tácito que eu não era nem uma “parte” (como são chamadas pelos policiais as pessoas que buscam atendimento numa delegacia) nem alguém desconhecida da autoridade policial. A omissão do “doutora” era uma estratégia que eu usava. Geralmente, algum policial anunciava a minha presença, mas noutras ocasiões pude inclusive entrar direto nas dependências da delegacia.

Deixando de fora alguns eventos que ajudam a construir essa trajetória, mas buscando concisão nas linhas a seguir, parto à cena que me fez encontrar, finalmente, meu tema de pesquisa: certa vez estava com essa delegada em um shopping e ela me convidou para acompanhá-la em uma dessas lojas de departamento. Para minha surpresa, a jovem se dirigia ao setor de brinquedos infantis. Curiosa, perguntei a minha acompanhante o que desejava achar ali e a resposta foi um pedido de pouco mais de paciência... Entretida olhando um Furby (um brinquedo infantil, que mais me parecia uma espécie de Gremlin, personagem que pertenceu a

minha infância), sou surpreendida por ela voltando contente segurando uma Barbie, mas não era qualquer Barbie, era uma Barbie policial, portando uma arma, um distintivo, algemas e trajando uma roupa preta, que permitia perceber seus humanos contornos de plástico. A boneca portava um salto alto.

Seria ela em caixinha? Indaguei sorrindo. Nesse momento, me senti diante de uma epifania, estava ali meu tema: a Barbie!!! Ou a construção de gênero das delegadas da polícia civil, surgindo, assim, *“Salto 15 e calibre 38: notas sobre a construção de gênero de delegadas da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro”*.

Embora os caminhos do campo de pesquisa tenham se revelado muito mais diversos, aquela cena fora interessante para definir quais espaços percorreríamos, pois sabíamos que gênero e polícia iriam se entrecruzar, mas desconhecíamos, até aquele momento, para onde esses caminhos nos levariam. Após algumas entrevistas, importantes leituras e contribuições de leitoras e leitores que foram fundamentais, finalmente nosso tema se reorganizou para *“Salto 15 e calibre.40: notas sobre a construção de gênero de delegadas da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro”*. Embora aparentemente sutil, a mudança de título dava o novo tom que buscaríamos no trabalho, conforme as páginas seguintes mostrarão.

Iniciaremos a nossa discussão apresentando alguns conceitos importantes que nortearão a nossa pesquisa. A partir das pistas que a Cartografia nos traz, acompanharemos os movimentos presentes nos processos de construção de feminilidades. Assim, o capítulo inicial *“Inventando um caminho: pistas metodológicas”*, ajudará a guiar nossos olhares para as diferentes direções que o campo de pesquisa nos levará; no capítulo, *“‘A polícia é muita loucura’: descobrindo a profissão: da origem da polícia à entrada das mulheres”*, vamos conhecer um pouco melhor a instituição policial civil, desde sua criação até a inserção feminina em seus espaços. Embora não seja linear, esse processo nos ajudará a compreender melhor o campo de trabalho de nossas personagens; já o terceiro capítulo, *“Performatividades: cores e matizes do feminino na polícia: o poder em diferentes locais, do sagrado feminino à heroína sensual...”*, abordará, a partir do conceito de performatividade, os diferentes modos que as delegadas performam o gênero, destacando a tensão e as negociações que elas precisam operar. No capítulo seguinte, denominado *“Dentro e fora da delegacia: ressonâncias da autoridade e do conhecimento e poder”*, analisaremos quais são as estratégias que as mulheres constroem para adquirirem respeitabilidade na profissão; o capítulo seguinte irá analisar algumas das linhas que constituem e atravessam o trabalho policial nas delegacias destinadas ao atendimento às mulheres e também chefiadas por elas. Assim, o quinto capítulo, *“DEAM e o ‘Mimimi’: feminilidades e entaves os caminhos”*, irá percorrer os sutis entaves que assuntos que versem

o feminino expõem em nossa sociedade, usando a DEAM como analisador para as questões de gênero.

1 INVENTANDO UM CAMINHO: PISTAS METODOLÓGICAS

Ao longo das páginas seguintes, a partir das experiências de nossas personagens acompanharemos percursos, conexões e processos de construção de feminilidades, que atravessam diferentes cenários e adquirem diferentes intensidades. Ao acompanharmos os processos de produção de subjetividades das personagens aqui apresentadas, vamos tentar seguir os difusos movimentos que compõem os matizes dos femininos acionados pelas delegadas que encontramos ao longo desses anos. Assim, este campo é composto por diferentes olhares, e diferentes momentos de pesquisa, onde parte de mim, enquanto pesquisadora e mulher, também se reorganiza ao longo dos encontros que o campo me proporcionou.

As linhas a seguir buscam ressaltar as particularidades e alteridades que estão presentes em variadas intensidades e formas de ser mulher-delegada. Ainda que muitas delas se repitam em suas diferenças, elas não formam um grande bloco homogêneo.

Nesse sentido, falamos em cartografar os cenários por nós visitados, pensando que aquilo que chamamos de realidade representa, de fato, um mapa móvel que se mostra e, a seguir, se realoca de diferentes maneiras, se constituindo como concentrados de significação, de saber e de poder, longe, assim, de ser um plano estático.

Ressaltando velhos paradigmas ou subvertendo-os, as delegadas de polícia civil manipulam, instrumentalizam e produzem diferentes recursos para se constituírem figuras destacadas em nossa história recente.

Assim, a cartografia, com uma caixa de ferramenta, será o método experimentado em nossa pesquisa. Passos, Kastrup e Escóssia (2014) explicam que a cartografia, aplicada como metodologia de pesquisa, está longe de ser uma receita pronta e única de atuação no campo, pelo contrário, ela opera uma reversão metodológica. Para o autor e as autoras,

essa reversão consiste numa aposta na experimentação do pensamento – um método não para ser aplicado, mas para ser experimentado e assumido como atitude. Com isso não se abre mão do rigor, mas esse é ressignificado. O rigor do caminho, sua precisão, está mais próximo dos movimentos da vida ou da normatividade do vivo, de que fala Canguilhem. A precisão não é tomada como exatidão, mas como compromisso e interesse, como implicação na realidade, como intervenção (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2014, p. 10-11).

Desta forma, embora a pesquisa cartográfica não se faça de modo prescritivo, com regras e caminhos postos a priori, ela não pressupõe que nos coloquemos no campo de forma fortuita, praticando uma ação sem qualquer direção, há uma ética que a embasa. Além disso,

nesta perspectiva, objeto, sujeito e conhecimentos são percebidos como efeitos coemergentes do processo de pesquisar. Assim, a possibilidade de perceber o conhecimento da realidade como algo passível de ser adquirido de antemão é refutada. Aqui, o que nos interessa é mais o caminho percorrido que uma virtual verdade sobre os fatos. O ponto de apoio é a experiência percebida como um saber-fazer “isto é, um saber que vem, que emerge do fazer. Tal primado da experiência direciona o trabalho da pesquisa do saber-fazer ao fazer-saber, do saber na experiência à experiência do saber” (PASSOS; BARROS, 2015, p. 18).

De tal modo, conhecer e fazer se tornam partes inseparáveis do processo de pesquisa. Todo o conhecimento, portanto, produz uma realidade do mundo. O olhar atento para as forças que compõem este processo não pode deixar escapar as consequências políticas que o ato de produção de conhecimento acarreta, da mesma maneira, não pode deixar de reconhecer que toda e qualquer produção de conhecimento alude à implicação de quem realiza a pesquisa, não há neutralidade no conhecimento, pois toda pesquisa mais intervém que representa a realidade (PASSOS; BARROS, 2014).

Nesta mesma linha, Kastrup (2014) nos lembra que o método formulado por Gilles Deleuze e Félix Guattari visa acompanhar um processo de produção e não simplesmente representar um objeto. Pensando nessa linha, achamos oportuno começar com as reportagens nos anos 1970 sobre as primeiras delegadas não para tratá-las como precursoras, resgatar uma linearidade, mas para que constituam também a cartografia, entendendo aqueles momentos como parte do processo, linhas de uma história que se escrevia de outra forma. Neste processo, acionamos uma atenção flutuante, concentrada e aberta, a fim de que cada captura seja motriz de novos movimentos criativos. Mapas que se reconstróem a cada novo passo, matérias fluidas e linhas e movimento que redefinem os contornos desenhados, como as constantes alterações da linhas do desertos, onde cada grão de areia vai se realocando, compondo novos relevos, que a seguir se modificam novamente, seja pelo vento, pelos passos, pelos galhos que cortam os caminhos...composições que produzem o conhecimento. Assim, com a cartografia vamos seguindo e desenhando as redes de forças que se constituem nos movimentos. Da mesma forma, “a cartografia parte do reconhecimento de que, o tempo todo, estamos em processos, em obra” (KASTRUP; BARROS, 2014, p. 73).

Nossa pesquisa pretende acompanhar os diferentes matizes de feminilidades que são vividas e acionadas pelas nossas personagens delegadas de polícia. Nessa tarefa, o fazer cartográfico nos orienta, especialmente quando nos lembra que os fenômenos de produção da subjetividade possuem o movimento, a transformação e a processualidade como características, assim, um método de investigação capaz de acompanhar esses movimentos, o processo em

curso, se faz mister. Lembrando-nos que a cartografia não reflete um método pronto, ela representa uma abordagem geográfica e transversal do processo de produção de conhecimento. Sendo assim, o próprio método vai se constituindo no acompanhamento dos movimentos das subjetividades e dos territórios (KASTRUP; BARROS, 2014).

Olhamos o plano transversal. O plano transversal representa a expressão de uma dimensão da realidade que experimenta o cruzamento de várias forças que vão se produzindo a partir do contato com os diferentes elos de uma rede de enunciação; não fala, portanto, de limites estritos de uma identidade ou de uma forma estanque (PASSOS; EIRADO, 2014).

Destarte, o trabalho atento e coletivo na produção da pesquisa nos dá importantes pistas para olharmos e acompanharmos as múltiplas vozes femininas que se presentificam nas páginas a seguir, o olhar ético para a produção de conhecimento requer que reconheçamos a neutralidade no campo como ilusória. Passos e Eirado (2014) destacam que

o cartógrafo acompanha essa emergência do si e do mundo na experiência. Para realizar sua tarefa não pode estar localizado na posição do observador distante, nem pode localizar seu objeto como coisa idêntica a si mesma. O cartógrafo lança-se na experiência, não estando imune a ela. Acompanha os processos de emergência, cuidando do que advém. É pela dissolvência do ponto de vista que ele guia sua ação (PASSOS; EIRADO, 2014, p. 129).

Desta feita, tanto as delegadas, seus discursos, suas ações, nossa escrita, nossos encontros e nossa polifonia produtiva compartilham de um território existencial, fazendo-nos manter uma relação e, partir daí, somos codeterminadas. Este trabalho nos afeta. A partir do uso transversal da narrativa, afirmamos a potência criativa de quem fala, seu protagonismo e sua função performativa. Instigante e desafiador pensar sobre essas performatividades que as delegadas acionam.

Deleuze e Guattari (1996) discutem em *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*, a cartografia a partir da ideia do rizoma. O rizoma se ramifica em múltiplas direções, ao contrário da árvore, que nos remete à ideia de raiz e origem. O rizoma se caracteriza como uma rede não hierárquica de conexões, onde qualquer ponto pode se ligar a qualquer outro ponto, linhas sem começo nem fim, que permitem infinitas possibilidades de conexões. O rizoma se encontra no meio, entre as coisas, produzindo novos e múltiplos agenciamentos, fundamental para produzir as entrevistas, recortá-las e (re)conectá-las na escritura do texto. Portanto, cartografar está relacionado ao processo voltado à experimentação. Aqui, o mapa tem como característica a abertura e a conectividade, podendo receber modificações constantes, além disso, o mais importante já não é o produto final, o mapa, mas os movimentos realizados para que seu traçado fosse possível (ZAMBENEDETTI; SILVA, 2011).

Desta forma, a análise cartográfica é orientada por uma dinâmica que cursa “[...] os pontos, as linhas e a rede do rizoma, aplicando estratégias rizomáticas de análise e ação, percorrendo e desenhando trajetórias geopolíticas” (PRADO FILHO; TETI, 2013, p. 53). A potência da pesquisa cartográfica se dá nos encontros, nos “entre”, nas dobras produzidas à medida em que territórios são habitados e percorridos, aí a pesquisa se faz, aí ela ganha certa forma. Quem cartografa, como já dissemos, não é o detentor de uma verdade a ser recolhida,

o cartógrafo não é o grande olho de uma pesquisa, o sujeito que tudo olha com neutralidade, excessivamente confiante no seu saber exclusivo. O cartógrafo sabe que é impossível não se misturar e que esta mistura é justamente o que ele procura promover. Ele sabe que seu saber é tão vacilante quanto à realidade sobre a qual ele se ocupa. Ao invés de coletar verdades, o cartógrafo abre caminho para os fluxos, para aquilo que aponta para criação e que justamente resiste aos congelamentos. Ali onde a verdade gagueja, no pé vacilante da verdade, que ele pega carona. É por isso que dizemos que na cartografia a queda é muito bem-vinda. Afinal, só tropeçamos quando nosso pé se encontra com algo (COSTA, 2014, p. 75).

Ao contrário do olhar asséptico, Patrícia Gomes Kirst (2003) nos destaca o olhar na pesquisa cartográfica como um mistério vibrante. A autora aponta o caráter criativo do olhar, que frente a frente com o mundo é capaz de apropriar-se de territórios e de criar imagens daquilo que deseja ver. Ao mesmo tempo que o olhar do sujeito se desconstrói e se perde levado pela vida do objeto, ele também se reencontra e se percebe no visto.

A rede do olhar é heterogênea, criada na mestiçagem do movimento encadeado na própria diluição do sujeito e do objeto em nome do encontro e da atribuição de sentido (KIRST, 2003). Ainda para a autora,

nessa rede de territórios do que chamamos realidade ou aquilo que podemos ver, a imagem, como signo, se corresponde com o real. Através desses simulacros do real, veiculam-se os estereótipos, ou seja, formas contaminadas por um poder capaz de padronizar os sentidos. O que interessa nos sentidos desse rizoma é procurar, nas mensagens, os conteúdos que foram arrastados formando imobilizações de sentido, os jogos de poder e suas articulações em estereótipos. A busca desses valores, cultural e ideologicamente cristalizados, serve de sustentação para a leitura de como os signos são arrastados pela economia cultural em vigência (KIRST, 2003, p. 47).

Como aprendiz de cartógrafa, lanço-me à pesquisa e deixo correr esse olhar fluido, multidirecionado, buscando perceber onde se operam as produções de “verdades” e como certas formas de organizações imagéticas ganham sentido. Acompanhando como os desejos são aprisionados e direcionados à produção de alguns regimes de verdade que, a partir do efeito macropolítico, servirão de lente para onde grande parte dos olhares passarão, mas indo além, ao verificar como esses regimes são alterados e subvertidos, dando espaço a novas formas e novos regimes, olhares desterritorializados, a partir do efeito micropolítico. Fluxos que vão se

alterando e que não podem ser percebidos a partir de visões maniqueístas. Assim, não se trata aqui de avaliarmos – pois sequer seria esta a nossa intenção –, quais as maneiras mais adequadas ou incorretas dessas mulheres performarem suas feminilidades. Nossa pesquisa se pauta na produção conjunta com essas mulheres, com aquilo que os nossos encontros produzem, afetando a todas. Cartografando os movimentos e não tentando produzir padrões ou verdades, pois desacreditamos deste caminho. Uma interessante complementação do que foi dito é o que Haraway (1995) chama de saberes localizados, onde o objeto do conhecimento é percebido como um ator e agente, e não como uma tela, ou algo que se coloca como passivo diante da autoridade do conhecimento objetivo.

Pelas escolhas e trajetórias pessoais, assumimos este campo de pesquisa sem a enganosa pretensão de absoluta impessoalidade escrita. Credo que, de fato, “[...] somos irremediavelmente parte daquilo que analisamos [...]” (VEIGA-NETO, 2007, p. 35).

Assim, nos aproximamos e nos afastamos diversas vezes do tema pesquisado, assumindo esses movimentos na própria escrita, desacreditando da estrita possibilidade de se alcançar os atributos de neutralidade, objetividade e suposta assepsia conceitual brandidas pela ciência iluminista (COSTA, 2007).

Não pretendemos abordar a *Verdade* sobre os fatos - inclusive por desacreditarmos nesta possibilidade -, mas a análise da produção de conhecimento como algo coletivo, significativo a partir do contexto social, histórico, político e pessoal de onde estas relações ocorrem e são produzidas. Ao lançarmos nossos olhares nesses espaços, também ajudamos a constituir os objetos trazidos aqui, a partir das lentes que nos guiam (VEIGA-NETO, 2007). Assim, não se trata de buscar nos discursos aquilo que leve à cientificidade e à verdade, de um lado, ou aquilo que remeta a outra coisa, de outro, mas sim perceber como a partir de uma construção histórica se produzem efeitos de verdade no interior dos discursos, que não são em si nem verdadeiros, tampouco falsos (FOUCAULT, 2009c).

Para Foucault, a verdade não é algo em si, tampouco representa um conjunto de coisas verdadeiras a se descobrir ou aceitar. Para o autor, ela deve ser compreendida como um conjunto de regras produzidas, segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso, atribuindo status de poder bastante específico ao verdadeiro. Tomando como verdade “um conjunto de procedimentos regulados para a produção, a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento dos enunciados” (FOUCAULT, 2009c, p. 14). Não se trata, portanto, de se pensar acerca do “verdadeiro”, mas sobre o estatuto da verdade e do papel social que ele desempenha. No caso específico de nosso estudo, busca-se verificar como os discursos operam “verdades” sobre o

gênero e sobre o que é, afinal, ser delegada, e como essas mulheres atualizam essas performances em suas práticas.

Pensado desta forma, o gênero atuaria como um dispositivo. Para Foucault (2009b, p. 244), dispositivo é

[...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos”.

Para o autor, as relações estabelecidas entre os elementos do dispositivo é que vão indicar a existência de mudanças de posições e modificações de funções. Neste sentido, um dispositivo responderia sempre a uma urgência, que aparece por sua função estratégica ou dominante.

Seguindo as indagações de Judith Butler (2003) a esse respeito, seria o gênero um “fato natural” ou uma performance cultural, ou seria essa “naturalidade” construída mediante atos performativos? Essas questões nos levam à pista da performatividade, que será conceito importante para compreendermos esses jogos discursivamente produzidos, que autorizam a entrada de mulheres em postos de trabalho antes inimagináveis, como nos quadros da polícia. Mas uma vez nesses espaços, quais as linhas de fuga e de captura que essas mulheres operam? O conceito de performatividade nos traz a ideia de como a relação entre a identificação primária, ou os significados originais atribuídos aos gêneros, e as experiências posteriores de gênero pode ser reformulada, demonstrando que a realidade do gênero é criada mediante performances sociais contínuas.

O trabalho de Butler analisa e ajuda a desestabilizar a categoria “sujeito”. Para ela, o “sujeito” é um construto performativo. Desta forma, a identidade de gênero seria uma sequência de atos, mas sem a existência de um ator (um *performer*) preexistente que pratica esses atos. Deste modo, ela nos ajuda a compreender a distinção entre performance, que pressupõe a existência de um sujeito, e a performatividade, que prescinde dele. Isso não significa afirmar que não há um sujeito, mas ele não está “[...] onde esperaríamos encontrá-lo – isto é, ‘atrás’ ou ‘antes’ de seus feitos” (SALIH, 2018, p. 66).

Assim, “[...] enquanto a performance supõe um sujeito preexistente, a performatividade contesta a própria noção de sujeito” (BUTLER, 1993 *apud* SALIH, 2018, p. 90). Entretanto, esclarece a autora, a “performatividade não é um jogo livre nem uma auto-apresentação teatral; não pode também ser igualada à performance. Além disso, a regulação não é necessariamente

aquilo que coloca um limite à performatividade; a regulação é, ao contrário, aquilo que impele e sustenta a performatividade” (BUTLER, 1993, p. 93 *apud* BORBA, 2014, p. 449).

Desta maneira, as nossas performances de gênero só podem acontecer dentro de uma cena discursiva plena de sujeições que limitaria aquilo que reconhece como inteligível. Assim, as performances de gênero são reguladas pela heterossexualidade compulsória, que delimita as suas possibilidades (BORBA, 2014). Portanto, performance e performatividade não são a mesma coisa, embora não sejam exatamente indissociáveis, pois

[...] a performatividade é o que possibilita, potencializa e limita a performance [...] Entender gênero, sexo, sexualidade, raça, desejo como performativos não é meramente afirmar que eles são uma performance (num sentido estritamente teatral), mas sim que eles são produzidos na/pela/durante a performance sem uma essência que lhes serve de motivação (BORBA, 2014, p. 450).

Além das pistas trazidas até aqui, nosso trabalho utilizará entrevistas como um recurso que nos ajude a conhecer o universo composto pelas delegadas de polícia e a maneira como operam performatividades de gênero dentro de suas vidas e carreiras. Aqui, entendemos que entrevistas são um recurso metodológico que, ao invés de serem um instrumento para a apreensão de uma verdade a ser revelada para pesquisador atento e o mais neutro possível, atuam como um dispositivo enunciativo, envolvendo ao menos duas personagens: quem entrevista e quem é entrevistada. Trata-se, portanto, de uma produção estabelecida a partir daquela relação, o que cabe deixar evidente aqui. Portanto, produzimos com elas, e não produzimos por elas o material que trazemos aqui. Como dissemos, nosso texto é uma produção polifônica, tanto daquilo que aparece mais evidentemente nessas linhas, quanto daquilo que não cabe aqui, mas que faz parte do processo de criação. Afinal, somos parte do processo, não apenas formal, mas emocionalmente.

1.1 Espiando: uma história para contar

Era uma manhã de sábado em um dezembro paranaense de 2016, o sol começava a mostrar seus primeiros raios e Mariana terminava apressada sua maquiagem. Perguntava-me insistentemente se estava bonita, ajeitava os cabelos, retocava a maquiagem e se dizia bastante nervosa com o que iria acontecer em instantes. Estávamos em um quarto de hotel localizado a pouco mais de dois quilômetros da universidade privada onde em poucos minutos Mari iria se apresentar. A jovem de 30 anos de idade, com pouco mais de 1,50 m de altura andava de um lado ao outro do pequeno espaço, ora parava frente ao espelho, ora olhava pela janela, como se estivesse repassando um *script* mental.

Finalmente, sorriu, calçou seu scarpin preto e saiu do quarto em direção ao saguão do hotel, onde um carro a aguardava para deixá-la em seu destino, principal razão para a jovem carioca estar em Curitiba, região sul do Brasil, naquela manhã.

O trânsito da cidade não dificultava a circulação, mas o retardo para sairmos do hotel já rendia alguns minutos de atraso para a palestrante daquela manhã. Apressada, Mariana saiu do carro e acelerou seu caminhar, que produzia uma cadência rítmica com o tocar de seu salto 15 no chão da universidade. Caminhamos alguns minutos até avistarmos o auditório e o rosto familiar de um homem alto e de cabelos longos que estendia as mãos para Mariana e dizia: “Vamos, doutora”, acompanhado de um sorriso.

Atuando à época como delegada assistente de uma delegacia de polícia de um tradicional bairro da Zona Sul carioca, e por conta de sua destacada atuação profissional, Mariana fora convidada para apresentar o seu cotidiano de trabalho para um público predominantemente composto por estudantes de direito em períodos iniciais. O aceite ao convite nos leva à terceira cena desse trabalho...

O auditório estava cheio, eram estudantes, acadêmicos, profissionais jurídicos... não tardou para que a delegada Mariana subisse no tablado e iniciasse sua fala. Com fala firme e segura, a delegada atraía a atenção de seu público, público que estava ali para ver a “doutora que veio do Rio”, conforme diziam alguns.

Por quase duas horas, ela falou de casos, de teorias jurídicas e de como o serviço de inteligência da polícia carioca funcionava. A plateia reagia com bastante entusiasmo quando a “doutora que veio de Rio” abordava fatos que lhes eram familiares. A apresentação de Mariana foi um sucesso. Ao final, um grupo de alunos se dirigiu timidamente a ela, eles queriam fotos com a autoridade policial, que os atendeu por alguns minutos, sorridente e solícita.

Os minutos corriam e a manhã já findava quando o cicerone de Mariana nos convidou a participar de uma confraternização de final de ano que a universidade promovera para seus funcionários. O horário do almoço se aproximava e resolvemos aceitar o convite.

Era um amplo salão fenestrado, com várias mesas perfiladas, um local pouco afastado da cidade. Fato bastante notório foi a curiosidade que a jovem delegada despertava em seus interlocutores; seus anfitriões, por sua vez, faziam questão de anunciar “a doutora Mariana, delegada do Rio” a todos os colegas professores. Notava-se certo alvoroço ao redor da delegada, que recebia quantidade bastante destacada de atenção. Mariana exercia ali papel de destaque, ela sabia disso.

Mas diante de toda encenação que ali se dava, algo perturbou a seriedade e autoridade de Mariana. Já depois de algum tempo, um homem aparentando 40 anos de idade a fitou por uns instantes até ser finalmente apresentado a ela. Fernando, professor universitário naquela instituição, soltou uma gargalhada e disparou, dirigindo-se à Mariana: “*me prende?!*”. Desconcertada, Mariana esboçou um sorriso tímido e buscou abrigo noutro lugar. Fora pega de surpresa, fora literalmente desarmada.

O galanteio, quase que jocoso, do professor, que coloca a autoridade policial desconcertada, nos traz alguns elementos que começam a compor o imaginário construído da figura da delegada de polícia. Aqui, a autoridade policial é mulher, e sua feminilidade é acionada, talvez, até para desqualificá-la, pois ainda que seja uma figura de comando e exerça uma função gerencial, ser mulher pode colocá-la num patamar inferior. Embora mereça uma análise mais aprofundada, a fim de não tornar dicotômica ou superficial a discussão da cena, pensar o galanteio de viés cômico como uma arma ideológica desqualificante pode nos dar mais uma pista para compor este estudo.

Mariana é uma das personagens que traremos aqui. Entretanto, sua participação não se encerra na cena relatada, ela é uma de nossas entrevistadas, e importante interlocutora da pesquisa. Usaremos com ela e com algumas entrevistadas um recurso, que mistura realidade e

ficção e que é encontrado na dramaturgia. No ano de 2007, o dramaturgo Eduardo Coutinho lançava o documentário “*Jogo de Cena*”, onde atrizes eram convidadas a encenar histórias reais contadas por mulheres que atenderam a um anúncio de jornal para relatarem suas histórias de vida num estúdio. As atrizes emprestavam sua interpretação às histórias, reproduziam, a seu modo, as histórias reais ali abordadas. Como recurso acadêmico, a cientista social Carla Mattos utiliza também uma personagem como uma “estratégia ficcionalizante”, que tem por objetivo preservar a identidade das pessoas envolvidas nos casos por ela relatados (MATTOS, 2014). Assim, parte daquilo que nossas entrevistadas nos disseram será transcrito na íntegra, mas algumas informações poderão ser inseridas para dificultar o reconhecimento da cena.

1.2 Delegadas entrevistadas

Foram entrevistadas 8 delegadas, além de Mariana, em diferentes momentos da carreira. Elas têm entre 30 e 59 anos e todos os nomes são fictícios. Chama a atenção que apenas uma delas é mãe.

Heloísa: delegada de polícia atuante na cidade do Rio de Janeiro há 15 anos e com 41 anos de idade, natural de Minas Gerais, casada com um homem.

O encontro com Heloisa se dá de forma inesperada. A primeira personagem a compor esta pesquisa se apresenta a mim durante uma aula que acontecia no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social (PPGPS), da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Embora já a tivesse visto nas aulas, a figura de Heloísa não me chamava atenção, era uma de tantas mulheres que assistiam como ouvintes às aulas sobre teoria feminista nas manhãs de quartas-feiras do ano de 2016.

Como era de costume, as pesquisadoras que acompanhavam às aulas falavam de suas pesquisas, a fim de que as aulas, e principalmente as discussões surgidas nelas, pudessem contribuir para o processo de elaboração da pesquisa. Numa das manhãs foi a minha vez de falar. Depois de algumas mudanças, eu estava bastante animada em investigar o fenômeno das Delegatas, ou delegadas de polícia que abusavam do salto, da cor rosa e de um tipo de feminino que me chamava atenção, o que mostra como a pesquisa muda, como veremos no decorrer do trabalho. Ao longo de meu relato, empolgado, certamente, percebi que Heloisa, assim como boa parte da turma, demonstrava estar interessada e atenta ao que eu contava. Durante uma das pausas feitas, Heloísa, sem maiores rodeios, disse: “eu sou delegada de polícia, essa coisa de

tudo rosa me incomoda muito”. E seu relato prosseguiu, despertando o interesse de todas, especialmente o meu.

Já no final da aula, peguei o número telefônico da delegada. Ela queria falar. Eu, ouvir. Após algumas trocas de mensagens pelo telefone, marcamos a entrevista que durou pouco mais de duas horas e aconteceu no local onde nos conhecemos: numa das salas do PPGPS da UERJ.

Paolla: delegada lotada em uma cidade do interior do estado, com sete anos de profissão policial, sendo metade deste tempo dedicado à carreira de oficial de cartório e admitida no último concurso para delegados no Estado do Rio de Janeiro, com 30 anos de idade à época da entrevista, casada com um homem. A entrevista com Paolla foi realizada em seu apartamento.

Era início do ano de 2017, já no final de uma tarde, quando nos reunimos na sala de sua casa. Aquela não era a primeira vez que eu via Paolla, havíamos sido apresentadas meses antes, quando fui a uma festa em que ela estava.

Na hora marcada, Paolla me recebeu, ela e seus dois cachorros. A delegada se apresentava muito bem maquiada, com os cabelos arrumados e trajava um vestido preto. Ela havia acabado de voltar do cabeleireiro, e se adiantou em dizer que viajaria para os Estados Unidos ainda naquela noite. Entre latidas de cachorros e paradas para atender ao telefone, nossa entrevista durou pouco mais de uma hora.

Verônica: 59 anos, natural do Rio de Janeiro. Ingressou na polícia civil em 1983, atuando como oficial de cartório. Após sete anos na carreira, prestou concurso em 1990 para delegada de polícia. Em 2011 se tornou a primeira mulher a ocupar o cargo de Chefe da Polícia Civil do estado. Em 2014 foi eleita deputada estadual, com 52.698 votos, como gosta de destacar.

Após algumas tentativas, sem sucesso, de marcar a entrevista, que fora remarcada três vezes por conflitos de agenda da deputada, o encontro com Verônica aconteceu no seu gabinete, numa das salas da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro.

Assim que cheguei ao gabinete, fui anunciada por uma assessora, que me fez esperar por alguns minutos sentada na parte de fora. Assentada num sofá preto, eu observava um local simples, que mais parecia uma daquelas repartições públicas antigas, com cadeiras velhas e divisórias de madeira para setorizar o espaço. Ao fundo, ouvia vozes que vinham da parte de dentro de uma dessas divisórias. Quando a porta se abria, eu podia notar a presença de três ou quatro pessoas, que se movimentavam ali dentro. De repente, a minha curiosidade foi interrompida com a presença de uma mulher que trajava vestido branco com detalhes em preto, um grande salto scarpin, rosto fechado e olhar firme, para cima, além de sua própria altura. Aquela mulher de pouco mais de 1,50 metro de altura, que reconheci imediatamente, me

surpreendeu, pois após esperar por todo aquele tempo, alguns minutos que mais pareciam horas, foi a própria Verônica que veio ao meu encontro. Cumprimentou-me rapidamente e partiu em direção a sua sala, que ficava mais ao interior daquele espaço. Ao entrar na sala de Verônica pude notar um local limpo, organizado, com as paredes bem pintadas e a mobília nova.

Sentei-me de frente a Verônica, que me olhava calada. Apresentei-me, mas ela não parecia tão interessada em saber quem eu era ou o que eu pretendia fazer com a nossa entrevista. Já ansiosa e intimidada com a presença da deputada, iniciei a gravação, fazendo, por vezes, um esforço para ater a minha atenção em sua fala, pois os elementos que compunham a sala, ao menos naquele primeiro momento, capturaram a minha atenção: uma bolsa da Victor Hugo, um arranjo de flores, o brasão da polícia civil na parede, uma gargantilha com a imagem de uma santa...

Como Verônica é uma personagem de trajetória bastante específica na Polícia Civil e na carreira pública, ao longo de nosso encontro abordei a minha preocupação em identificá-la na pesquisa, fato que inevitavelmente aconteceria. Todavia, ela me respondera de forma muito serena que nada daquilo que iria me dizer nos próximos minutos seria confidencial. Embora essa autorização tenha me deixado pouco mais confortável, resolvi manter o pseudônimo Verônica, assim como o fiz com as demais entrevistadas. Além disso, tomei o cuidado de deixá-la à vontade para declinar de sua participação na pesquisa no momento que desejasse, cuidado que tomei com as demais entrevistadas. Mas Verônica, de forma firme, afirmou que não o faria.

Certamente Verônica já estava acostumada a dar entrevistas, e por inúmeras vezes falar de sua carreira como delegada de polícia, ela já esperava ouvir as perguntas que ouviria, assim como já estava habituada a responder da forma que responderia. Talvez esse fosse um dos motivos para a sua aparente falta de interesse em saber o que se faria com aquele encontro.

Beatriz: delegada de polícia desde 2013, 36 anos de idade, casada, atua na Central de Garantias, na Cidade da Polícia, que é um local que reúne os flagrantes da região norte do Rio de Janeiro.

O encontro com Beatriz foi marcado numa tarde domingo, dia que ela estaria de plantão de 24 horas na Cidade da Polícia.

A Cidade da Polícia é um espaço que reúne uma série de delegacias especializadas, e que fica localizada em Manguinhos, Zona Norte do município. Chama atenção a localização, visto que a região é conhecida por inúmeros conflitos.

A entrada naquele espaço é autorizada somente a policiais, advogados em serviço e a familiares de pessoas que estejam presas provisoriamente ali. A par desta regra, Beatriz me orientou a avisar na portaria que eu tinha uma entrevista marcada com ela e que caso houvesse

algum problema em autorizar a minha entrada, que eu ligasse para ela. Todavia, eu já havia recebido algumas dicas de como conseguir entrar e estacionar meu carro no interior da unidade. “Sorria, vá bem vestida, seja simpática, os trate bem, vá com jeitinho. Policial é bicho bobo, vão te deixar entrar”, e assim fiz. De posse dessas “regras”, entrei em meu carro e parti para a Cidade da Polícia.

A portaria do local possui um enorme portão de metal e uma guarita, onde fica um policial. Ao colocar o carro de frente ao portão, ele se abre lentamente e o policial me cumprimenta. Sigo as prescrições de tratamento: sorrio, além do convencional, o cumprimento e digo que tenho uma entrevista marcada com a delegada de plantão na Central de Garantias. O policial sorri de volta, retira um cavalete que estava do lado direito e me pede para estacionar. Pronto, minha credencial estava validada.

A Cidade da Polícia é um local quase sem movimento no domingo, o cenário bem diferente durante a semana, visto a quantidade de departamentos que atuam ali.

Era a minha primeira vez naquele espaço e a única informação que eu tinha era que após passar o portão de entrada, eu deveria seguir em frente, subir um lance de escadas, passar pela porta e seguir em frente até localizar um refeitório. Após localizar o refeitório, eu deveria virar à direita e caminhar até o final do corredor, chegando lá, eu veria uma porta de vidro que teria escrito “Central de Garantias”. As instruções estavam corretas, mas caminhar naquele local foi mais assustador que imaginava. O prédio de cor cinza possuía pouca iluminação no seu interior, o único barulho que eu ouvia era de meus próprios passos. Caminhando na incerteza se acharia o local, não visualizava nenhuma pessoa que pudesse me auxiliar naquele labirinto cheio de portas. O sinal de meu celular não funcional ali. Eu estava sozinha, eu parecia estar. De repente, um homem aparece, era um policial, dado o distintivo azul que trazia no peito, sinto certo alívio de encontrar algum movimento ali e para confirmar minhas coordenadas, o pergunto se a Central de Garantias estaria próxima, ele confirma e me aponta mais um corredor. Ao final, estava a porta de vidro e uma placa improvisada, feita com folha de papel ofício onde se lia “Central de Garantias”.

Ao entrar na porta de vidro, deparo-me com mais um corredor e vejo que logo na entrada três homens estão sentados conversando entre si. Os interrompo e peço para falar com a delegada, que ela estaria a minha espera. Um dos homens se levanta, entra numa sala que ficava à direita no corredor e me anuncia. A seguir, Beatriz me recebe com farto sorriso e me abraça. Era a primeira vez que nos víamos.

Caminhamos até uma sala, a sala seguinte no pequeno corredor, também à direita. A sala possuía uma mesa, um computador, uma impressora, muitos papéis e uma cachorra, que

estava deitada logo atrás de cadeira onde a delegada estava. Sentei-me de frente a ela. Por algumas vezes a entrevista era interrompida por policiais que iam solicitar informações à delegada. A entrevista durou pouco mais de uma hora.

Adriana: 32 anos, delegada de polícia desde 2009. Atua na em uma área administrativa da polícia, localizada no prédio da Chefia da Polícia Civil, no Centro da cidade. Natural do Rio de Janeiro, casada com um homem.

Adriana me concedeu entrevista num início de tarde. Era uma terça-feira, em março de 2018 e ela possuía pouco tempo disponível, pois em alguns minutos teria que participar de uma reunião de trabalho.

O local de trabalho de Adriana fica em um dos andares superiores do prédio da Chefia. Ao subir até o local combinado, me deparei com Adriana, que acabara de sair de sua sala e segurava alguns papéis. Ao notar minha presença, a delegada prontamente se apresentou e me cumprimentou, convidando-me a entrar. Antes que começássemos a gravação, Adriana se desculpou pela falta de tempo e disse que poderíamos fazer, ainda assim, a entrevista normalmente. Disse que seria breve, e conversamos por quase uma hora. Durante grande parte desse tempo, permanecemos sozinhas, sendo eventualmente interrompidas por alguns funcionários que também trabalhavam naquela sala. Adriana já havia me adiantado que outros delegados atuavam ali, mas que naquele momento estariam em horário de almoço. Já ao final da entrevista, um dos delegados retornou do almoço, ao passar por mim, me cumprimentou e sentou-se numa mesa logo atrás, permanecendo sentado até o momento que saí da sala.

Francis: 42 anos, atua como delegada de polícia há dez anos e é titular de uma delegacia especializada, localizada na Cidade da Polícia. Francis concedeu a entrevista em sua sala. Era a segunda vez que eu estava naquele local, só que, ao contrário da vez anterior, a Cidade da Polícia estava repleta de pessoas, que circulavam pelos vários departamentos e delegacias. Policiais, vítimas, acusados, era um mar de pessoas circulantes, entre salas e corredores e pedidos de informação, cheguei no horário marcado, por volta das 11:00 de uma terça-feira. Ao chegar, me apresento a uma policial, que a seguir anuncia minha chegada. Francis me pede para aguardar. Alguns minutos depois, a delegada, bastante simpática e sorridente me diz: “Dani, desculpe, estava em uma reunião, vamos lá!”. Era a primeira vez que nos víamos.

Nanda: 43 anos, delegada titular de uma delegacia especializada localizada na cidade do Rio de Janeiro. Nanda possui 16 anos como policial, sendo que desse total, 6 anos foram como escrivã e os outros 10 anos como delegada. A entrevista aconteceu na delegacia onde ela atuava e durou cerca de uma hora. Era a tarde de uma terça-feira, de um dia nublado de setembro. A delegacia era pequena e a sala da delegada ficava no final de um corredor. De lá

era possível observar o movimento de toda a delegacia, com seus homens e mulheres entrando e saindo. Embora uma grande janela de vidro nos separasse, era fácil nos ver, assim como víamos o que se passava no salão principal da delegacia. Ao longo da entrevista, como era de costume nas entrevistas em delegacias, Nanda fora interrompida algumas vezes por algum policial. Era a primeira vez que via Nanda, mas depois nos encontramos mais algumas vezes de forma fortuita.

Catarina: delegada titular de uma delegacia especializada no atendimento à mulher da Baixada Fluminense. Possuía 48 anos no momento da entrevista e atuava há seis anos como delegada.

São sete da manhã, o telefone toca. Me preparo para retornar à cidade da polícia. Iria fazer mais uma entrevista naquele local. Embora atuasse numa delegacia distrital da região da Baixada Fluminense, Catarina havia marcado nosso encontro na Cidade da Polícia. Depois de algumas tentativas frustradas, Catarina decidiu me encontrar naquele espaço, pois teria uma reunião. Assim, no dia anterior ela havia me mandado uma mensagem pelo WhatsApp para verificar se poderíamos nos ver por alguns minutos. Dada a dificuldade de marcar as entrevistas, caminho bastante comum ao longo desses anos, não hesitei em confirmar o nosso encontro. Assim ficou. Nos veríamos no dia seguinte, uma quarta-feira. Já na manhã do dia marcado o telefone toca, para minha surpresa, era Catarina. A delegada queria confirmar se eu iria encontrá-la, pois a reunião iria atrasar alguns minutos e teríamos mais tempo. Confirmei, às 09:00 da manhã, como combinamos no dia anterior.

Mariana: atua em uma delegacia situada na cidade do Rio de Janeiro. Possui 30 anos de idade e 5 anos de carreira como delegada de polícia. Além de acompanhar a delegada em algumas cenas, realizei uma entrevista com ela em outubro de 2018. A entrevista durou pouco mais de 40 minutos e aconteceu em sua casa. O interessante é que durante a entrevista, que fora gravada, Mariana usava um tom bastante formal, como se aquela fosse a primeira vez que nos víamos, uma formalidade que ela se acostumara a ter, pois frequentemente concedia entrevistas para a imprensa. Muito crítica, sua visão foi importante para que o campo não parecesse algo estereotipado (preocupação que sempre fora também nossa), suas provocações me convocavam a abrir meus olhos, ouvidos e sensibilidade ainda mais.

Mais (Menos) Algumas: Cabe destacar que foram nove delegadas entrevistadas, mas outras quatro delegadas inicialmente aceitaram e depois não puderam/quiseram marcar os encontros. Essas recusas nem sempre eram explícitas. Algumas, após contato inicial se mostravam bastante receptivas, mas a seguir, deixavam de responder as mensagens para concretizarmos as entrevistas. Compreendendo este movimento, optava por não insistir.

Poderiam estar indisponíveis por diferentes razões, que não saberia apontar aqui. Destas, apenas uma, que fora indicação de uma colega de trabalho, foi clara ao declinar, afirmando que sua história “não possuía nada de relevante”, embora fosse uma das profissionais que mais tempo possuía de atuação. Algum tempo depois, ao reencontrar minha colega de trabalho, ela me afirmou que aquela sua indicação era uma pessoa com uma história muito interessante (o que eu já imaginava), mas que possivelmente desistiu de dar a entrevista por receio de que isto pudesse lhe causar algum constrangimento dentro da polícia. Também sem elementos para aventar possíveis razões para a recusa, os motivos, embora por nós desconhecidos, parecem compreensíveis. Trazer este percurso de pesquisa aqui serve para demonstrar as dificuldades apresentadas pelo campo, não para tentar descobrir razões para adesões ou declínios. Cada uma delas teve a sua razão, que desconhecemos, mas que com certeza respeitamos.

Nas páginas seguintes, vamos conhecer um pouco mais sobre as delegadas, as personagens que compõem nosso estudo, para tanto, no próximo capítulo vamos retomar a história da polícia e o contexto que permitiu o ingresso de mulheres na instituição.

2 “A POLÍCIA É MUITA LOUCURA”: DESCOBRINDO A PROFISSÃO: DA ORIGEM DA POLÍCIA À ENTRADA DAS MULHERES

2.1 É coisa de polícia: introduzindo o assunto

Reduto historicamente masculino, as forças policiais acompanharam ao longo das últimas décadas a entrada lenta e progressiva de mulheres para a composição de seus quadros profissionais. Um aumento significativo ocorre a partir da década de 1980, fase que coincide com uma crise mais ampla da própria instituição policial, como observado por Márcia Esteves de Calazans (2004). Segundo a autora, valores ligados aos atributos reconhecidamente masculinos, e que representavam os valores da instituição, passaram a ser colocados sob suspeita e demandaram uma tentativa de reavaliar tais dimensões. Por outro lado, o uso da força física e das ações violentas não eram associados às mulheres, percebidas como pacíficas, um dos motivos que parece ter autorizado seu ingresso na carreira policial. Todavia, como veremos a seguir, a elas não eram destinados os mais altos cargos dentro das instituições, como o de delegada, que antes de 1988 não existia enquanto concurso público de acesso direto, como destaca Heloísa no diálogo a seguir.

Heloísa: [...] eu acho que já começa com a modernidade, vamos dizer assim, dentro da polícia, que começou até mesmo com essa questão do concurso, porque até então, antes da constituição de 88, você não tinha concurso para ser delegado de polícia, é... você teve os concursos primordiais, para escrivão e tal, e aí ascendia na carreira ... então, geralmente o delegado era o cara mais velho, que ia ascendendo, um cara com, no mínimo, 40, quarenta e poucos anos de idade

Daniele: não poderia ser uma mulher?

Heloísa: não, então... poderia ser uma mulher, mas aí a gente vai entrar na questão do funil da questão, que a gente pode pensar aí, na questão da discriminação da mulher... é... que a minha própria fala, né? “Era o cara...”. Mas, assim, se tem notícias sim de algumas mulheres que foram, mas eu não saberia te dizer quantas e onde, mas se têm algumas mulheres que foram por ascensão [...] você tinha pessoas numa carreira que exigia um instrumental jurídico que nem eram formadas em Direito, também não sei te dizer em qual época, eu sei que a partir de uma época, deve ser a partir da década de 70 que era requisito. Até 88 não havia concurso para ser delegado, mas houve uma época onde não era necessário ser bacharel em Direito. Entendeu? Então, assim, você tinha no corpo da mais alta hierarquia da polícia pessoas que já eram experimentadas, que já eram da casa, que também eram mais velhas e que traziam toda uma carga de respeitabilidade, de experiência e a partir dos concursos você tem o que? Pessoas mais jovens e muitas mulheres, então você muda completamente o perfil... então, você vai entrar para a instituição, para mandar naquele policial, pessoas estranhas, que nunca foram policiais na vida, é... com pouca experiência, muito jovens e muitas mulheres, então, a partir de concursos, assim... a própria Martha Rocha, ela é de concurso, apesar

de já ser escritã, ela já era escritã, mas ela já é de concurso. Então você tem uma entrada maciça bem maior de mulheres e de jovens.

O trecho destacado do relato de Heloísa nos traz algumas ideias de como a carreira de delegada/o de polícia foi se constituindo ao longo dos anos e como essa história passou entre gerações na instituição.

Com o advento da Constituição Federal de 1988, torna-se inconstitucional toda modalidade de acesso que propicie ao servidor investir-se, sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento, em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente tenha sido investido. Assim, o instrumento ascensão funcional, provimento que levava o policial de carreira ao cargo de delegado, deixou de ser permitido, tornando-se obrigatória a realização de concurso público, seguindo-se as regras constitucionais. Esta mudança, como avalia Heloísa, possibilitou a entrada de pessoas jovens e de mulheres ao cargo.

Verônica também aponta a Constituição e as lutas sociais como marcos fundamentais para o maior incremento de mulheres como delegadas de polícia:

Eu acho que a polícia, como outras áreas também, foi influenciada pelas causas sociais, pelas lutas sociais. Eu acho que a constituição de 88 trouxe muitas conquistas para as mulheres. Então, acho que isso foi fruto dessas conquistas, entendeu? Eu acho que não houve uma elaboração, as coisas foram acontecendo. Pelo contrário, acho que eles se surpreenderam pela quantidade de mulheres. Como as mulheres são capazes, empenhadas, conseguem fazer várias coisas ao mesmo tempo, elas começaram a ocupar o mundo jurídico. Se você olhar para juízes, promotores e defensores, você vai ver um matriarcado ali, há uma presença forte de mulheres. Eu acho que a polícia não se apercebeu disso... não acho que tenha havido uma intenção de Estado. No meu concurso de 90, de 17 aprovados, eram 4 mulheres. Então, você vê aí uma média de 20 %, que você vê até hoje (VERÔNICA, 59 ANOS).

Segundo Verônica, embora as mulheres já integrassem a carreira policial, mesmo antes de 1988, a instituição não parece ter se preparado para recebê-las:

Eu acho que isso se opera com o trabalho silencioso das mulheres, eu acho que a polícia não se preparou para receber as mulheres, eu acho que foram as mulheres que foram modificando a polícia. [...] Quando a gente pensa na criação das delegacias de mulheres e pensa nas mulheres na polícia... as mulheres chegam em massa em 83, com esse concurso, a delegacia de mulheres chega em 86, e quando chega a delegacia de mulheres, ela traz algumas concepções que modificam a polícia, então, ela traz a presença de assistentes sociais, para esse primeiro contato [...] Mas esse não foi um movimento do chefe de polícia, foi um movimento das mulheres que foram ocupando seus espaços e transformando a instituição. Foi muito mais uma coisa dos servidores que da gestão (VERÔNICA, 59 ANOS).

Quando Verônica diz que a instituição não se preparou para receber mulheres, ela se refere às condições físicas e estruturais das delegacias, por exemplo, que sequer banheiro

disponibilizava para as funcionárias. Nas páginas seguinte, Verônica retomará esse assunto e vamos acompanhar.

Assim, com o advento da Constituição Cidadã, o cargo de delegada/o de polícia passou a ser composto por bachareis em direito, admitidas/os em concurso público específico, tendo passado por várias fases.

Atualmente, o certame no estado do Rio de Janeiro é composto pelas seguintes fases: prova escrita objetiva, prova escrita subjetiva, prova oral, exame psicotético, exame médico pré-admissional e curso de formação, todos em caráter eliminatório. O valor remuneratório varia de estado a estado, mas ultrapassa os R\$: 17.000,00 brutos no estado do Rio de Janeiro.

Embora o concurso contemple um curso de formação, a qualidade do treinamento ofertado é questionada por parte das entrevistadas, especialmente pela falta de treinamentos táticos e prática policial:

Eu esperava mais do curso de formação... esperava mais. A gente teve boas aulas teóricas, mas poucas práticas... a gente não teve estágio em delegacias... como é que pode? Cada um foi por si só, a gente achou necessário fazer estágio em delegacias e foi lá, na cara de pau e: gente, eu posso ficar aqui e acompanhar vocês? Como assim, né? No meu primeiro plantão eu estava em pânico, porque você chega para assumir um plantão, assumir uma equipe, você vai gerir ali, você vai mandar... só que você não sabe como é que é, você não conhece ninguém, você nunca trabalhou ali, você não tem noção do que é o sistema direito... então, eu achei o curso de formação muito falho (BEATRIZ, 36 ANOS).

Carreira jurídica, a profissão exige conhecimentos específicos, que são fundamentais para a prática cotidiana, como relata Adriana:

O conteúdo jurídico é bem forte, mas elas são mais voltadas para o que a gente vai usar na delegacia, o básico da delegacia é o direito penal e o processo penal, mas você tem que saber direito constitucional, porque você vai lidar com direitos fundamentais das pessoas, seja o preso ou a vítima. E o poder administrativo porque nós somos ligados ao poder executivo, então, todos os atos que praticamos são atos administrativos. O direito civil porque muito do que chega à delegacia não é crime e você tem que direcionar as pessoas a outros órgãos. E a medicina legal porque você lida quase que diariamente com crimes que vão deixar vestígios, pode ter lesão corporal, homicídio, tem que avaliar as vítimas, o autor também pode chegar machucado, e você tem que saber avaliar isso também. O conteúdo jurídico é intenso, a questão policial é a disciplina policial, que você aprende na academia de polícia, como lidar com os sistemas operacionais, a gente lida muito com isso, como você deve direcionar uma investigação, então, tem uma noção na academia de polícia e vai aprender no dia a dia. No meu caso foi assim, ter a humildade de aprender com uma pessoa que está há muito mais tempo ali, seja delegado ou não (ADRIANA, 32 ANOS).

À frente da estrutura hierárquica da Polícia Civil do Rio de Janeiro, há o Chefe de Polícia, que é diretamente assessorado pela Subchefia administrativa e pela Subchefia operacional. Por sua vez, a organização das Delegacias de Polícia subdivide-se em quatro

departamentos, a saber, o Departamento Geral de Polícia da Capital (DGPC), Departamento Geral de Polícia da Baixada (DGPB), Departamento Geral de Polícia do Interior (DGPB) e o Departamento Geral de Polícia Especializada (DGPE). No âmbito dos três primeiros departamentos, temos as chamadas Delegacias Distritais, as quais seguem uma ordem numérica de acordo com a sua localidade, atendendo às demandas policiais da respectiva circunscrição territorial.

Além das delegacias distritais, existem as Delegacias Especializadas, que se dividem de acordo com a matéria, em função da especificidade do tratamento que determinados crimes requerem, como os crimes de informática, os crimes praticados contra a mulher, os crimes de sequestro, tráfico de drogas etc.

Na estrutura da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, há a/o delegada/o titular, responsável pela delegacia de polícia; a/o delegada/o assistente, a quem compete o assessoramento da/o primeira/o, atuando ambas/os em escala de expediente normal, ou seja, 8 horas diárias, nos dias úteis da semana; e a/o delegada/o adjunta/o, cuja atuação profissional se dá em regime de plantão, na escala de 24h/72h na capital do Estado do Rio de Janeiro, a/o qual fica responsável pela lavratura dos autos de prisão em flagrante delito e auto de apreensão de adolescente pela prática de ato infracional análogo a crime, cabendo-lhe, ainda, a apreciação das ocorrências noticiadas à unidade de polícia judiciária.

Levantamento realizado pelo Ministério da Justiça e divulgado no ano de 2014 destaca que o Estado do Rio de Janeiro, no ano base de 2012, possuía um total de 170 unidades policiais civis, sendo 63 na Capital e 107 no interior do estado. Deste montante, eram 39 as delegacias distritais na capital e 96 as delegacias distritais no interior, além de 24 delegacias especializadas na Capital e de 11 delegacias especializadas no Interior. O levantamento aponta ainda que o orçamento de 2012, incluindo a folha de pagamento, gastos com o custeio e investimentos, representou um total de R\$: 965.369.435,19. O efetivo policial civil à época era de 9.408 pessoas, sendo que deste total apenas 19,9 % eram mulheres. Do total de mulheres, 24,63 % exerciam a função de delegada (BRASIL, 2013a). Importante pontuar que desde 2014 novos dados não foram divulgados.

2.2 Pistola, batom, rímel e algemas: delegado de polícia, profissão de mulher?

A seguir, percorreremos alguns caminhos a fim de compreender como essa instituição se transformou com a entrada das mulheres.

Como destacado, apenas nas últimas décadas observamos a entrada de mulheres nas carreiras policiais, transformando o que antes era impensado em algo que ganha destaque socialmente. Esse destaque dado, especialmente pelas mídias, à mulher policial movimentou atualmente uma verdadeira indústria do entretenimento. Não é novidade alguma que filmes, séries, novelas e programas jornalísticos tradicionalmente se encantem por histórias de vilões e mocinhos, tendo o policial, em boa parte das tramas, a função de salvar pessoas indefesas de criminosos cruéis. O protagonismo masculino era quase que certo, cabendo às mulheres os papéis de vítimas indefesas.

Entretanto, a conquista feminina de campos de trabalho predominantemente masculinos parece subverter essa lógica e parece, também, ter despertado a atenção de produtores de material de entretenimento de massa. As personagens dessas tramas, fictícias ou não, despertam a atenção do telespectador, que acompanha atento a saga da mulher forte, destemida, mas que não abandona algo que a essencializaria como mulher. No cenário brasileiro, em um período de menos de uma década, são inúmeras as personagens que encenam suas histórias policiais, suas histórias de vida, suas histórias de mulheres, nas telas dos cinemas, das TVs ou *touch screen* dos celulares.

Em 2013, a novela *Salve Jorge* apresentava ao público a delegada Helô, destemida e habilidosa policial, que combatia o crime sempre em cima de um salto alto, roupas elegantes, bem maquiada e produzida. À época, a delegada Helô, interpretada pela atriz Giovanna Antonelli, ditava moda no país, com suas roupas e acessórios despertando a curiosidade de homens e mulheres, conforme matérias jornalísticas destacavam. Também em 2013, o canal de TV por assinatura GNT lançou a série *Mulheres de Aço*, onde retratava a vida de quatro mulheres que eram efetivamente delegadas cariocas, relatando “como elas lidavam com os problemas práticos das delegacias, sem deixar a feminilidade de lado, conciliando a vida de policial com a rotina pessoal”, conforme anunciava o próprio *briefing* do programa na internet.

Em 2015 foi a vez do filme *Operações Especiais* trazer a atriz Cleo Pires no papel de Francis, jovem policial que fora convocada para compor uma equipe numa missão especial da polícia. O filme mostra uma visão bastante estereotipada da mulher no ambiente policial, figurando como a mais atrapalhada, despreparada e medrosa da equipe, até conquistar a confiança de seus colegas e se destacar na corporação. Para se tornar respeitada, ela precisou demonstrar coragem.

Mais recentemente, em 2017, é a policial da ficção Jeiza a ganhar as telas da TV, a lutadora de MMA, interpretada pela atriz Paolla Oliveira, protagoniza a novela *A Força do Querer* como a bela e destemida major da polícia militar.

Chama atenção a forma como as mulheres policiais são retratadas nessas obras, cenário nem sempre condizente com a realidade. Existe uma negociação entre o atuar policial, aparentemente ligado à força, ao poder, à racionalidade, e o atuar feminino, o que parece estar associado a algo mais sentimental, mais sensível. Talvez esses jogos comecem a nos dar algumas pistas de como o conceito de gênero opera nesses espaços e atualiza e autoriza as atuações dessas mulheres, especialmente as delegadas, que estão no topo da hierarquia da polícia civil, mas que ainda assim precisam manter o que comumente se identifica como seu lado feminino, pouco definido e muito naturalizado. Essa primeira pista nos permite perceber o gênero operando como poderoso dispositivo na produção de subjetividades. Assim, o gênero opera sistemas de percepção, de sensibilidade, de desejo, de afeto, de representações, de imagens, de várias forças que constroem isso que percebemos ao investigar o universo da delegada de polícia, que tanto pode subverter as prescrições do feminino, quanto reafirmá-las.

Hoje em dia você tem mulheres ocupando seus espaços, você não precisa mais demonstrar que você tem competência... quando eu fui escolhida chefe de polícia, as pessoas me perguntavam como era ser a primeira chefe de polícia no Brasil... aquilo me ofendia profundamente, porque eu tinha uma carreira, e quero dizer isso com muita humildade, que era infinitamente mais... é... eu tinha construído uma carreira sólida, havia ocupado inúmeros cargos, ser mulher não podia ser mais importante que esses cargos, tá? Então, eu acho que é isso que a gente tem que colocar (VERÔNICA, 59 ANOS).

Destarte, o gênero como dispositivo coloca em conexão essas diferentes instâncias que atuam nesse complexo universo que estamos percorrendo. Para Foucault (2000), dispositivo pode ser compreendido como

[...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode tecer entre estes elementos (FOUCAULT, 2009b, p. 244).

Para adentrarmos esse território, pensar o gênero como dispositivo parece muito potente para fazer reverberar alguns desses sistemas articulados por ele, como as normativas que autorizaram a entrada de mulheres na polícia, por exemplo. Pensar como foi se constituindo a carreira **do delegado** (como o nome oficial do cargo denuncia) de polícia no Brasil pode dar pistas para acompanhar que jogos de força engendraram a entrada das mulheres neste campo profissional que por muitos anos fora ocupado de forma exclusiva por homens, e mesmo hoje, com um número maior de efetivo profissional feminino, ainda carrega algumas barreiras a serem transpostas por mulheres:

Olha, não vou dizer que eu sofro perseguições, nada de grave, mas também dizer que é igualitário já seria um exagero, um eufemismo de minha parte. Igualitário não é tanto, né? Eu percebo uma dificuldade porque eu acho que carrego dois fatores que pesam, um é que eu sou mulher e outro é que sou jovem, o ambiente ainda é muito masculino, salvo engano, acho que 70 % ou mais da polícia é formado por homens, ainda é um ambiente muito masculino, e quando colocam uma mulher, e uma mulher nova, jovem, assim, eu tenho 30 anos e perto das pessoas que trabalham comigo eu sou jovem, eu sou a segunda mais jovem de minha delegacia, por exemplo, e isso pesa um pouco, eu já senti... ainda mais pra... pros homens que são mais antigos de polícia, não que alguém me falte com respeito, isso nunca aconteceu, mas você nota, um pouco. Você talvez tenha que se provar um pouco mais, sabe? Do que talvez se você fosse um homem, ou se você fosse um homem mais velho, mas também não posso dizer que eu tenha passado por grandes preconceitos ou por grandes problemas, não (PAOLLA, 30 ANOS).

Dentro das profissões jurídicas, a carreira de delegado de polícia é percebida como o grupo ocupacional mais vulnerável, conforme avalia Bonelli (2003), pois ainda que formados em Direito, eles não possuem o mesmo reconhecimento que outras carreiras jurídicas adquiriram. Em sua complexa posição, de policial e jurista, o delegado de polícia lida tanto com a intelectualidade do saber jurídico, quanto com a prática do trabalho policial, que envolve algumas questões operacionais, como o uso da violência, da força e o contato mais próximo com a vulnerabilidade que a carreira policial traz (BONELLI, 2003). Sobre esse assunto, Paolla nos conta em entrevista que sentia mais entusiasmo com sua profissão antes de exercê-la, quando ainda atuava como Oficial de Cartório, ou como tira, como também são chamados os agentes não delegados. Como destacado a seguir:

Ah, agora como delegada eu já tive dúvidas sobre continuar ou não na polícia. Eu até falo brincando, mas é exagerado, né, não é tão ruim assim, mas eu falo: “poxa, eu acho que gostava mais da polícia quando eu era agente, né?”, porque eu acho que eu fantasiava o cargo de delegado, eu achava que o delegado era, sei lá, um deus... mas eu vi que não era bem isso, aí tem uma série de outras influências políticas, a gente sofre muito, é uma carreira jurídica que... como se fosse o primo pobre das outras carreiras jurídicas, como a magistratura, o ministério público, a gente lida muito direto... e, muita vaidade, muito ego, e como tira não, eu fazia lá o meu RO, atendia o público, obedecia ao delegado, eu não participava muito desse jogo de vaidade, de poder, eu particularmente não gosto. E isso me decepcionou um pouco, eu via as pancadas que a polícia levava de outras instituições, questões políticas, e isso me entristecia um pouco e me fazia pensar: “poxa, estou um pouco decepcionada, quero sair”, mas, pra ser sincera, eu gosto do trabalho, apesar de suas dificuldades (PAOLA, 30 ANOS).

Heloísa também avaliou esse cenário híbrido que a/o delegada/o enfrenta por integrar uma profissão que ao mesmo tempo é uma carreira jurídica e uma carreira policial:

Os delegados vêm ganhando muito espaço, é... houve a edição de uma lei, se não me engano, de 2013, como uma tentativa de equiparar os delegados às demais carreiras jurídicas, então você tem uma série de esforços já de alguns anos para equiparar salários, para equiparar garantias e tal, que é também inglório, porque é muito difícil,

porque, assim, a polícia civil pertence ao executivo, ela é um braço do executivo, ela não tem autonomia¹, então, uma série de privilégios que o MP tem, que a magistratura tem, a gente não tem, e não vai ter nunca (HELOÍSA, 41 ANOS).

Entretanto, como vimos logo no início desse trabalho, se é verdade que a/o delegada/o carece de reconhecimento dentro de seu campo de formação acadêmica, o mesmo não é observado noutros espaços. A cena que vimos protagonizada por Mariana nos deu certo tom de como esse profissional possui elevado reconhecimento social. Para alcançá-la, o indivíduo tem que ser bacharel em Direito e ser aprovado em acirrado concurso público. Porém, cabe destacar que nem sempre a constituição da carreira se deu desta forma, conforme descreveu Heloisa e conforme discutiremos a seguir, direcionando nossos olhos para o estado do Rio de Janeiro, onde nosso campo de pesquisa acontece.

2.2.1 Mas, e o início, como foi? Um pouco mais de história...

A literatura sobre polícia no Brasil remonta à chegada da Corte Real Portuguesa e em geral traça uma história linear, o que é interessante para acompanhar o pensamento de quem conta esta história. Revisitando suas páginas, o ano de 1808 torna-se fundamental para a construção daquilo que seria posteriormente a instituição policial no Brasil. Naquele ano, após um acordo com a Inglaterra e temendo a invasão das terras portuguesas por Napoleão Bonaparte, o Príncipe Regente, Dom João, e sua família vieram fugidos para o Brasil, transformando, a partir daquela data, a então colônia de exploração em nova moradia real.

Quando a Corte se instalou no Brasil, trouxe junto a Intendência Geral da Polícia, que era um aparelho real introduzido em Lisboa, em 1762. Esta instância e a posterior criação, no ano de 1809, de um corpo de polícia militarizada serviram de base às demais instituições policiais da cidade do Rio de Janeiro (HOLLOWAY, 1997).

Segundo o autor, nessa época, muitas mudanças sociais se operavam e a monarquia se preparava para manter sob controle a população, que crescera enormemente em poucos anos.

¹ A falta de autonomia apontada por Heloisa e muitas vezes mencionada por Mariana se traduz em alguns aspectos da profissão de delegada/o de polícia, que para tomar determinadas decisões precisa acionar outras esferas do sistema de justiça, como o Ministério Público, por exemplo. Até para realizar prisões, quando não em flagrante, a/o delegada/o precisa instaurar inquérito policial para que o juiz decida ou não pela prisão. Existe ainda a falta de autonomia orçamentária, presente no judiciário. A ausência do direito à inamovibilidade permite que delegadas/os sofram remoções constantes, o que prejudicaria a continuidade do trabalho investigativo, etc.

A instalação da família real portuguesa no Rio de Janeiro alterou a configuração demográfica da cidade. Sua população, ao longo de 22 anos, passou de 43.376 para 79.321 pessoas, incluindo pessoas livres e pessoas escravizadas.

Grande responsável por esse incremento populacional foi a própria comitiva real, composta por quase 15.000 pessoas. Os relatos históricos descrevem que ao chegarem à cidade do Rio de Janeiro, os membros da comitiva real, que em sua maioria só conheciam a agora capital colonial por meios indiretos, como relatórios administrativos e balancetes, se depararam “com uma população hostil e perigosa e com o espaço público da cidade ocupado por escravos africanos como nunca tinham visto em sua pátria” (HOLLOWAY, 1997, p. 41).

Dentro da estrutura da Intendência Geral de Polícia, cabia ao intendente de polícia exercer o cargo máximo. O intendente, por sua vez, era originalmente um ministro de Estado que possuía um cargo de desembargador. Em alguns momentos, poderia autorizar outra pessoa a representá-lo, dando, assim, origem ao termo “delegado” no Brasil, conforme destaca Bonelli (2003).

Fruto do Estado Moderno, a força policial que opera nos moldes dos tempos atuais data de fins do século XVIII e início do século XIX, nos países do Ocidente europeu.

No Brasil colonial, entretanto, não havia a estrutura profissional e uniformizada, separada do sistema judicial e das unidades militares. Sua criação é apontada por Holloway (1997) como fator essencial para a transição do Brasil colônia ao Brasil nação, que passou a se organizar com maior burocratização administrativa, aproximando o exercício do poder policial a uma maior padronização e conseqüente eficiência em seus fins. Pensada dessa forma, a instauração dessa estrutura formalizada de polícia ajudaria tanto para a construção de um projeto de defesa, quanto esse projeto de defesa operaria dinâmicas que imporiam barreiras simbólicas em relação à sociedade, instituindo uma hierarquia em relação a ela (BEVILAQUA; LEIRNER, 2000).

A partir do século XVIII, o Brasil passou a ter destacada importância para a economia portuguesa, fato que motivou reformas inspiradas no despotismo esclarecido europeu e que ampliou ainda mais o controle do solo colonial.

Portugal estabeleceu em suas colônias um elaborado sistema judicial, onde os juízes eram os principais representantes do rei. Como as leis penais eram regidas pelos mecanismos do absolutismo, somente juízes reais poderiam reunir a avaliar provas. Curioso é que a tortura judicial era importante recurso para extrair confissões, talvez a origem das torturas posteriormente praticadas por militares em nosso país.

Nos tempos coloniais, certa vigilância era relegada a cargos de guardas civis desarmados, contratados para fazerem a ronda e vigiarem atitudes consideradas suspeitas. O poder incorporado no monarca era delegado a seus representantes administrativos, mas não era confiado ao guarda, que não tinha autoridade para agir sem ordem prévia.

Como visto, foi com a instauração de Intendência Geral da Polícia que se começou a construir a polícia como uma instituição no Brasil. Nesta instância, o intendente tinha o poder de decidir sobre os comportamentos a serem considerados perigosos, estipular a punição a ser aplicada e praticar a prisão. Cabia-lhe, também, levar a julgamento, condenar e acompanhar a sentença dos infratores.

Já à época do Império, em 1825, ocorre a criação de cargos de assistentes do intendente de polícia, os comissários, que tinham como função a manutenção da ordem pública, devendo evitar qualquer tipo de ajuntamento de pessoas, especialmente reuniões de negros, escravos ou livres (HOLLOWAY, 1997).

Em 1827, acontece a promulgação da lei que autorizava a criação da figura intitulada juiz de paz, que possuía tanto autoridade policial, quanto autoridade de juiz local. No Rio de Janeiro, o mandato do juiz de paz se sobrepôs ao do intendente da polícia e de seus subordinados. A autoridade e a legitimidade do juiz de paz emanavam do povo, que o elegia, e não do monarca.

Em 6 de junho de 1831 ocorre a criação de uma lei que dispunha sobre as atribuições do juiz de paz, que ampliava o seu poder e permitia o aumento do efetivo policial a seu dispor. Ele era autorizado a designar um “delegado” e até seis guardas civis para comporem um quadro policial em cada um dos 16 distritos existentes à época. Esta configuração é reformulada em 1832, quando ocorre o estabelecimento de instituições e processos para a aplicação do código criminal, com isso, a figura central do processo criminal era o juiz de paz, assistido por escrivão e auxiliado por um inspetor de quarteirão. O cargo de delegado, que era o assistente do juiz de paz, foi abolido também nessa época, assim como o cargo de intendente de polícia, este último sendo substituído por um novo cargo, criado pelo código de processo criminal: o chefe de polícia.

Segundo Bonelli (2003), o quadro funcional composto pelos cargos de chefe de polícia, subdelegado e delegado surge com a centralização política no Império, no ano de 1841, destacando a necessidade da construção de uma estrutura hierárquica para a função de polícia judicial e investigativa de caráter civil.

Em 1841 foi promulgada a lei nº 261, que determinou que os chefes de polícia seriam escolhidos entre os desembargadores e juízes de direito, já os delegados e subdelegados seriam escolhidos entre juízes de demais cidadãos, possuindo autoridade para julgar e punir.

Já, em 1871, ocorre mais uma reforma, que ampliava o sistema judicial para que ele assumisse as funções desempenhadas anteriormente pelos chefes de polícia, delegados e subdelegados, que tinham, até então, o poder de investigar, indiciar, passar em julgado e, até mesmo, sentenciar àqueles que fossem considerados culpados por atos menores. A partir dessa data, os cargos de chefe de polícia, delegado e subdelegado passaram a ser incompatíveis com as funções jurídicas, que ficariam a cargo dos juízes de direito. Nem o chefe de polícia, nem os delegados poderiam tomar a decisão final sobre a culpa ou inocência de um acusado, ainda que mantivessem notório poder ao longo do processo, incluindo a morosidade ou não do mesmo (HOLLOWAY, 1997).

A reforma de 1871 amplia a hierarquização nas carreiras jurídicas, formulando algumas exigências para cargos como os de juízes de direito, por exemplo, que precisavam ser formados em direito, além de terem quatro anos, no mínimo, de experiência profissional. Nessa mesma época, os delegados e subdelegados passaram a se dedicar exclusivamente às atividades policiais, além de supervisionar o pessoal e administrar as delegacias, passando a gozar de remuneração por esse trabalho, o que não ocorria anteriormente. Cabe destacar que a eles nunca fora exigida a formação superior em direito.

O esvaziamento de atribuições de delegados e subdelegados, e consequente poder, permitiu que houvesse um declínio no prestígio desses cargos, prestígio jamais recuperado, desde 1871 (HOLLOWAY, 1997).

A exigência da formação em direito para o exercício desses cargos destacados anteriormente nos permite pontuar que a criação dos cursos jurídicos no Brasil ocorre na primeira metade do século XIX, sendo em sua origem espaços de acesso estritamente masculino. Nos trabalhos acadêmicos sobre a origem e organização das carreiras jurídicas não há registro da presença de mulheres (SILVEIRA, 2011). Até aqui, percebemos que a carreira de delegado de polícia, profissão jurídica, fora, desde sua criação, reduto tradicionalmente masculino, mesmo antes de se exigir graduação em Direito.

Com a queda do Império e instauração da República ocorre a reformulação da organização policial, a lei nº 947 de dezembro de 1902 estipulava, dentre outras providências, que o Chefe de Polícia precisaria ser bacharel em Direito e que a polícia civil estaria subordinada a ele (BRASIL, 1902). Em 1907, ainda na capital da República, o decreto nº 1.631

estipulou que a organização policial seria composta por um chefe de polícia, três delegados auxiliares, 28 delegados distritais e 30 comissários de polícia (BRASIL, 1907).

Mas o salto que aproxima a carreira do delegado aos moldes conferidos atualmente é a constituição de 1988, que possibilitou a renovação de quadros profissionais, exigindo o ingresso na carreira por concurso público, além de necessária formação em Direito (BONELLI, 2009; DANTAS, 2009).

Os passos que traçamos até aqui demonstram que a carreira de delegada/o de polícia sofreu diversas modificações até chegarmos ao que temos hoje. Consonantes com os intentos de uma carreira policial, traços como força, controle e repressão saltam aos olhos quando revisitamos a história dessa profissão. Outro aspecto que chama atenção é a ostensiva presença masculina nos relatos históricos, pois se não podemos afirmar absoluta ausência feminina como personagens ativas das transformações sociais, podemos afirmar, entretanto, seu apagamento dos documentos históricos, fundamentalmente, construído por homens.

2.2.2 “Com um sorriso essa mulher pode mandá-lo para o xadrez”: finalmente, elas!

Na carreira policial, foi em 1955, no estado de São Paulo, que houve pela primeira vez a incorporação de 13 mulheres à Guarda Civil, criando-se o Corpo de Policiamento Feminino, pioneiro grupamento policial feminino uniformizado no Brasil. Mas a participação feminina nas forças policiais só começou a ser regulamentada anos depois, em 1977, por meio de uma portaria do Estado-Maior do Exército, que versava especificamente sobre a organização das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros, também militares. Em 1984 consolida-se a base legal para a incorporação de mulheres nos quadros das PMs (SOARES; MUSUMECI, 2005).

Sadek (2009) complementa essa discussão quando afirma que apenas mais recentemente as mulheres conquistaram direitos civis, políticos e sociais, o que as possibilitou ingressar em áreas do mercado de trabalho antes inimagináveis. A autora discute ainda que embora os números da participação feminina cresçam, as desigualdades não desaparecem, sendo evidenciadas pelas remunerações inferiores e pela parcela reduzida em cargos de chefia.

Entretanto, o aumento da escolaridade das mulheres vem contribuindo para alterar esse cenário, levando-as a assumir posições de destaque, como as de delegadas de polícia, “mulheres que conseguiram vencer a barreira da exclusividade masculina e adentrar em uma das mais importantes carreiras de sistema de justiça e segurança pública” (SADEK, 2009, p. 127).

Todavia, as desigualdades não deixaram de existir, estando presentes especialmente nos números inferiores de promoções profissionais e de atuação em áreas ainda vistas como masculinas, como as operacionais:

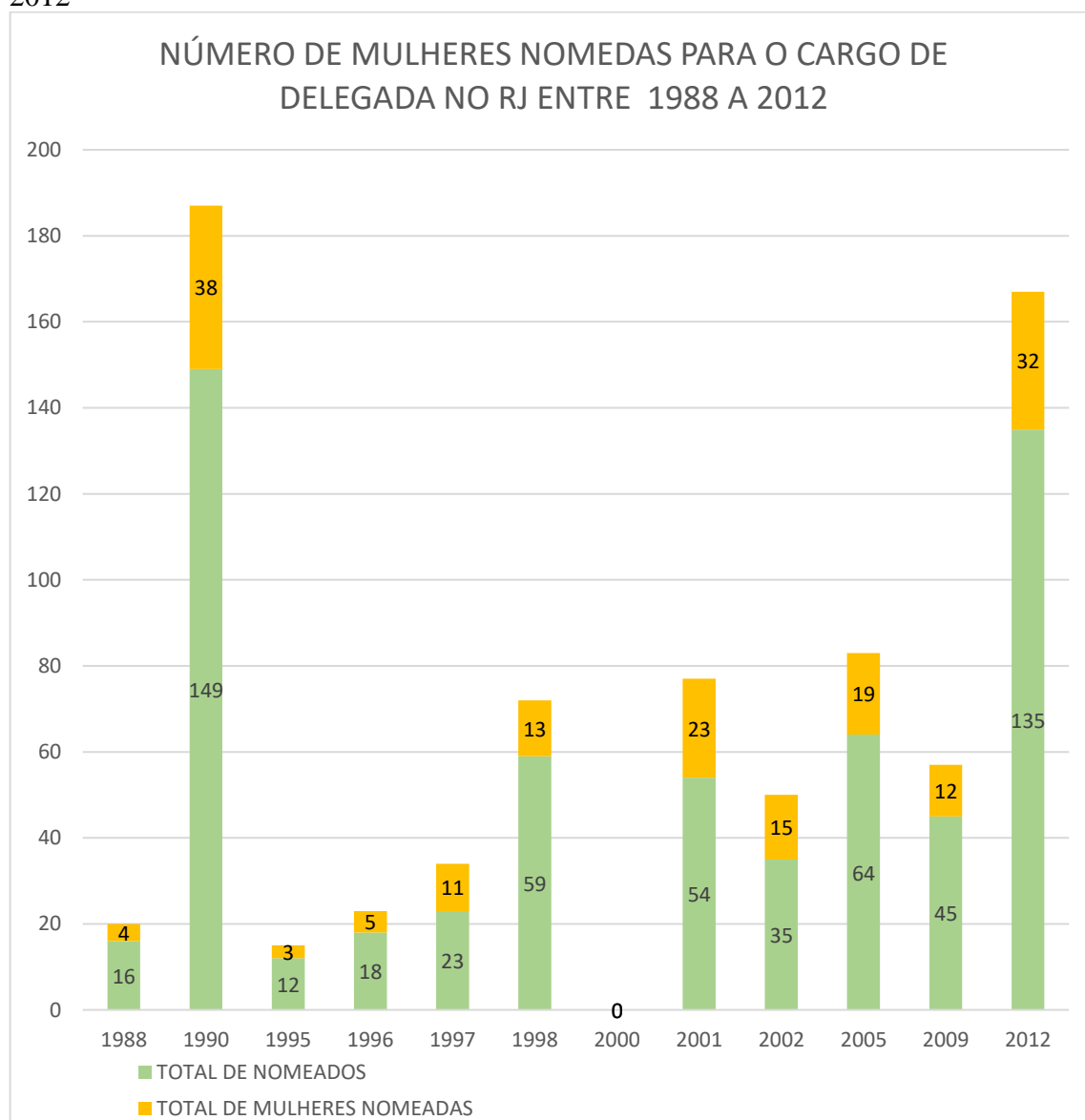
Ah, situações operacionais, né? As incursões em favela... esse espaço ainda é pouco habitado por mulheres... e as que tentam acabam sofrendo um pouco mais [...] elas sofrem um pouco com os homens, eles não aceitam tanto que elas estejam ali, porque é difícil, é duro, você tem que ter força, treinamento, e tem mulheres que adoram. Tem muitas mulheres operacionais, que adoram, e que estão em delegacias operacionais, que estão tentando ocupar esse espaço, aos pouquinhos estão conseguindo, mas eu acho que elas sofrem hoje na polícia mais dificuldades do que eu, por exemplo [...] apesar de que a gente já vai percebendo algumas mudanças, já tivemos uma chefe de polícia mulher, já temos delegadas em cargos de comando aqui dentro da polícia civil, eu acho que aos pouquinhos a gente vai ocupando esses espaços. Já temos muitas mulheres como titulares nas delegacias e as mulheres são boas pra gestão, pra gestão de pessoal (BEATRIZ, 36 ANOS).

A carreira de delegado de polícia é predominantemente masculina, conforme aponta estudo realizado pelo Idesp em 2002², que evidenciou que em uma amostra total de nove estados brasileiros (Amapá, Distrito Federal, Goiás, Pernambuco, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo) 83,4 % do efetivo da carreira era composto por homens, números que variavam de um estado a outro, mas que se mostrou bastante próximo ao do estado do Rio de Janeiro, por exemplo, onde à época apenas 20,5% do quadro era de delegadas. Um contraponto interessante era o estado da Bahia, que contava com 44 % de seu quadro composto por mulheres delegadas (SADEK, 2009).

Para darmos continuidade a nossa análise, o gráfico a seguir mostra a evolução do ingresso de mulheres para a carreira de delegada de polícia no Estado do Rio de Janeiro durante o período de 1988 a 2012. O gráfico foi construído a partir dos dados gentilmente fornecidos pela Academia Estadual de Polícia Sylvio Terra (ACADEPOL), o órgão da Polícia Civil responsável pelos processos seletivos para a admissão de novos policiais nos quadros da corporação. Cabe salientar que o órgão não informou os dados acerca do total de nomeados, nem o total de mulheres nomeadas no certame de 2000 (destaca-se que o edital do concurso oferecia 70 vagas), justificando não ter localizado tais dados em seu banco de informações. De toda forma, os dados obtidos são importantes para percebermos a evolução do ingresso de mulheres ao longo de três décadas após a Constituição de 1988.

² A apresentação desses dados é interessante para avaliarmos que mesmo transcorridas quase duas décadas, o levantamento feito pelo Ministério da Defesa no ano base de 2012, e já discutido no início deste capítulo, demonstra que pouca coisa mudou nesse cenário. Para fins comparativos, em 2012, existiam apenas 19,9 % mulheres na polícia civil fluminense, desse montante, 24,63 % exerciam a função de delegada (BRASIL, 2014).

Gráfico 1 – Número de mulheres nomeadas para o cargo de delegada no RJ entre 1988 a 2012



Fonte: A Autora, 2018 (com dados fornecidos pela ACADEPOL).

Em 31 anos, foram realizados 12 concursos públicos para o provimento de vagas do quadro permanente de Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro para a classe inicial da carreira de Delegado/Delegada de Polícia Civil. Como nos mostram os números acima, (sem considerarmos o ano 2000) foram 610 candidatas/candidatos nomeadas/nomeados³, desse total, apenas 175 eram mulheres. Além disso, nota-se que os certames não seguem uma periodicidade, e que o último edital fora publicado há quase uma década.

³ Cabe destacar que os dados fornecidos se referem ao quantitativo de pessoas nomeadas para o cargo, o que não representa o número total de delegados/delegadas na ativa nos respectivos anos. Da mesma forma, os dados não são capazes de informar acerca da permanência e efetivo exercício profissional das pessoas nomeadas nos certames.

Além do aparente desinteresse ou difícil acesso para se chegar ao cargo inicial de delegada, as policiais que ingressarem na corporação terão que lidar com diferentes demandas, expectativas e relações.

Ao analisarmos os dados e informações trazidos até aqui, podemos perceber que boa parte das relações construídas entre homens e mulheres na polícia são pautadas em prescrições de gênero. Deste modo, para avançarmos em nossa discussão é importante analisarmos as assimetrias acionadas entre os gêneros. Compreendido como um dispositivo, o gênero ajuda a colocar em análise a sacralidade que a figura feminina parece acionar no espaço policial, como se o fato de ser mulher corrigisse todo e qualquer desvio da policial, o que também desconstrói a visão estanque de gênero. Da mesma maneira, nos permite discutir os usos performáticos do gênero para negociar as relações dentro da polícia.

Ainda discutindo-se o gênero enquanto produtor de práticas, costumes e verdades, a entrada de mulheres na polícia parece atender a um projeto político de ortopedia da própria instituição, marcada por problemas estruturais e operacionais. Por serem vistas como sensíveis e incorruptíveis, a entrada de mulheres pode ter acionado discursos que simbolizavam uma tentativa de reforma da maneira como era representada a instituição policial no imaginário social. A presença feminina parece destacar uma tentativa de alteração da imagem da instituição. Soares e Musumeci (2005) argumentam que em muitos países o ingresso de mulheres nas forças policiais objetivava reformar a imagem da instituição, maculada por problemas como a corrupção, a violência e a perda da credibilidade, ou intentava preencher os quadros vazios deixados pelas guerras. Entretanto, não se pode deixar de destacar o acolhimento das pressões sociais para a democratização do acesso a mulheres em espaços de trabalho secularmente fechados a estas. Ao invés de expectadoras passivas, as mulheres foram protagonistas ativas de lutas e levantes para que seus direitos fossem respeitados, tal luta não deve ser invisibilizada.

No Brasil, porém, parece ter havido mais motivações internas das próprias instituições. Como visto, a entrada de mulheres nas forças policiais data do período da ditadura militar e parece estar em sintonia com a ideia de cobrir áreas de atuação onde o policiamento masculino estaria encontrando dificuldades, especialmente áreas tidas como “sociais”, que atendiam crimes que envolviam especialmente mulheres, crianças e adolescentes.

A incorporação absoluta das policiais ocorre após a abertura política e a redemocratização do país, nesse caso, a incorporação feminina nos quadros parece sugerir o intento de “humanizar” a imagem social da polícia, muito associada com o anterior envolvimento com a ditadura militar (SOARES; MUSUMECI, 2005).

Para Paolla, a polícia fora ganhando mais respeitabilidade com o passar dos tempos, mas ela aponta essa mudança como fruto do que denomina intelectualização da polícia, permitida especialmente pelo maior rigor para adentrar os quadros da instituição, através da dificuldade das provas de concurso público:

Aos poucos, a cara da polícia para a sociedade foi mudando, né? A polícia não é mais vista como aquela polícia truculenta, violenta. A polícia foi intelectualizada, os concursos, a instituição trabalhou bastante pra isso, a seriedade nos concursos, a dificuldade das provas, então, as pessoas formadas em direito que almejavam uma carreira jurídica, promotor, defensor, começaram a enxergar a carreira de delegado como uma carreira de respeito, a polícia como uma instituição mais séria, não mais aquela imagem da polícia que a gente vem desconstruindo desde a ditadura, aquela polícia truculenta polícia mau caráter, isso aí foi melhorando muito, né? E com isso a imagem do delegado, e com isso o atrativo pelo concurso, é um cargo de respeitoabilidade, é um cargo de poder, é um cargo de muita responsabilidade e com um bom salário, não é o melhor, mas na realidade do Brasil, é um bom salário, e tudo isso vai atraindo, e um número maior de pessoas faz a prova, e as mulheres têm visto que a polícia não é mais aquele troca tiros, que o trabalho da polícia é muito intelectual, da polícia civil, né? A polícia militar ainda tá muito na rua, muito de frente, mas a civil não foi pra isso, né? Polícia civil é polícia de papel, é pra colocar no papel e prender, pra ter uma sentença, construir uma ação penal, já a captura, aquele trabalho mais pesado é a polícia militar que ainda faz, 99 % é trabalho dela, e o delegado de polícia fica muito à frente disso, é um trabalho muito intelectual, apesar de chefiarmos operações, de muitas vezes termos que ir às ruas, comandar, mas eu acho que 80% do trabalho é intelectual e dentro da delegacia, e aí as pessoas têm enxergado mais isso, têm estado mais próximas da polícia e visto que a realidade não é tão perigosa, mas as mulheres hoje em dia são muito corajosas, acho que elas não se veem como tão frágeis (PAOLLA, 30 ANOS).

Apesar de Paolla mencionar maior intelectualização na polícia, uma interessante questão que pode ainda ser destacada em sua fala é o fato da carreira ser considerada por ela “um trabalho muito intelectual”, afirmação que nos leva a pensar sobre a tensão existente dentro do corpo policial e das demais carreiras jurídicas quando entra em questão a intelectualidade da/o delegada/o. Essa/e profissional parecer sofrer com as desconfianças tanto das/os demais policiais, que as/os veem como profissionais de “caneta” – ou menos operacionais –, quanto pelas/os demais juristas, pois essa mesma intelectualidade é posta à prova. Para as/os policiais, são teóricas/os demais, já para as demais profissões jurídicas, nem tanto.

Já para Heloisa houve um processo de burocratização dentro da polícia, o que melhorou a imagem social da instituição, mas retirou grande parte do poder que ela possuía:

Houve um projeto de tornar a delegacia um ambiente mais confiável, antigamente as pessoas tinham pavor de ir à delegacia, hoje elas gostam, e todos querem ir... e tem essa coisa midiática do como as notícias sobre a polícia começaram a virar moda, então, eu acho que a polícia civil se burocratizou um pouco. A constituição de 88 também tirou parte do poder da polícia, em meu entendimento, ela era mais forte... Antigamente você poderia entrar nas casas sem mandado e tal... Então, acho que atualmente a polícia está mais burocrática, está mais especializada, verdade, mas, no grosso, ela está menos operacional, o perfil do policial que entra hoje em dia, ele é um

policial mais almofadinha, é o perfil mais concursado, eles não querem mais vestir a camisa. Eles querem o concurso público, então ser operacional é um valor (HELOÍSA, 41 ANOS).

Entretanto, olhando mais atentamente para os projetos políticos e instrumentais das forças policiais brasileiras não notamos objetivos claros de reformas institucionais, essa “humanização” como um movimento de reforma nunca existiu na prática, o que obscurece ainda mais as razões para a inclusão do efetivo feminino. Por esse motivo, Soares e Musumeci (2005) falam de reforma cosmética, que recorre aos atributos essencialistas femininos para autorizar e articular a entrada e permanência das mulheres como cartões de visita das instituições, uma vez que - sem alterar paradigmas - sinalizaria mudança e modernização, num grande movimento de marketing, sem alterar a cultura institucional hegemônica.

No Rio de Janeiro, por exemplo, as primeiras áreas de atuação feminina foram espaços de grande visibilidade e com enorme valor simbólico, como locais turísticos e o patrulhamento de trânsito, este bastante conhecido por sua corrupção endêmica. A pretensa honestidade feminina viria a “suavizar” e “humanizar” a imagem da polícia, especialmente a militar, recorrendo mais uma vez à essencialização do ser mulher, “limpando” qualquer variação que essa condição possa ter. Ainda reafirmando os estereótipos de gênero, os trabalhos compreendidos como assistencialistas eram destinados às mulheres, cabia ao “sexo frágil” cuidar dos fragilizados (SOARES; MUSUMECI, 2005).

Importante mencionar que dentro dos quadros policiais, os assim chamados “trabalhos sociais” não se destacam como casos de maior importância, sendo rejeitados por grande parte das e dos policiais. Ao longo de nossa entrevista, Heloísa falou fartamente sobre o incômodo que possui quando necessita atuar nesses casos. Durante a sua fala, a delegada menciona que trabalhar em delegacias distritais, onde o atendimento ao público ganha boa parte do tempo de trabalho, é mais desgastante que atuar na delegacia de homicídios, por exemplo, espaço que poderia ser compreendido por muitas e muitos como de difícil atuação, dada a violência dos casos atendidos. Todavia, a materialidade do crime não deixa rastros para que se pense ser um “caso social” (ainda que seja, de fato):

Porque as delegacias distritais não têm muitas operações, são mais delegacias sociais, eu chamo de delegacias sociais, o que você faz ali é um grande balcão para resolver briga de família às três horas da manhã, essa é a realidade da delegacia distrital [...] o trabalho da polícia judiciária, da polícia civil, principalmente dessa polícia que está nos bairros 24 horas é um trabalho muito social, então, assim, a nossa força de trabalho está tão envolvida com as pequenas questões de família[...] Mas a parte do atendimento, do lidar com pessoas, foi algo que mexeu com a minha cabeça... Porque homicídio... eu tava lá, surgiam alguns homicídios, a gente ia fazer o local, era uma coisa muito fria, né? Agora, você 24 horas numa delegacia, acordado, recebendo pessoas, PM, é droga, é carro roubado, é mulher vítima de violência, é briga de

família, criança... tudo ao mesmo tempo... é clínica geral, entendeu? Eu acho que é um sentimento que um médico recém formado, numa grande emergência de um hospital público, com pouco recurso, então... eu acho que é isso aí. É muito impactante, é muito impactante. Esse atendimento... na homicídios não acontecia esse atendimento assim... era completamente diferente, numa delegacia distrital é tudo ao mesmo tempo... e com poucos recursos... se eu for comparar a polícia de agora com a polícia quando eu entrei, há 15 anos... nossa, era nababesco, era maravilhoso... e hoje em dia está um lixo, assim... está totalmente sucateada. Antigamente você trabalhava numa delegacia com 10 policiais, hoje em dia eu tenho colegas que trabalham em centrais de flagrantes com 4, 3 policiais, e 24 horas, entendeu? Falta de equipamentos, falta tudo (HELOÍSA, 41 ANOS).

Mas ao contrário de sua colega de profissão e ainda classificando como “trabalho social”, Paolla diz gostar desse tipo de atuação, que em suas palavras se parece mais com uma obra assistencial, algo facultado à atuação policial, embora ao longo de seu relato ela diga compreender que é também função da polícia atuar “onde nada deu certo”. Além disso, ter contato com esses casos compreendidos como “sociais” a faria ficar mais sensível:

Eu adoro, eu acho muito bom. A gente é ser humano, a polícia tá ali pra atuar onde nada deu certo, né? Geralmente, as pessoas que a gente atende ali, ou elas são vítimas de, ou elas são resultado de uma educação que não deu certo por algum motivo, a religião não deu certo, a escola não deu, a família... a pessoa desanda. Se você for parar pra ouvir a história de cada um que senta lá, acho que, assim pouquíssimas pessoas eu classificaria como más. Você vê que muitas é que são coitadas, assim. Você vê que muitas delas... sei lá, acho que se você for o mínimo honesto consigo mesmo você não teria coragem de dizer que você estando no lugar delas você faria melhor, sabe? Eu digo pra pessoas assim, a polícia endurece muito a vida de algumas pessoas, mas a polícia vem me amolecendo a cada dia que passa. Eu... eu fico com pena, ainda mais na polícia civil, pelo tipo de crime que a gente trabalha, a gente só prende pobre, isso dá muita pena... a maioria daquelas pessoas ali precisa de ajuda, sabe? Mais do que serem presas. Os menores que você prende por tráfico, a maioria deles você vê que eram bons meninos, assim... talvez se tivessem outra orientação, não estariam ali. Não quero passar a mão na cabeça de ninguém, mas também não passo, eu prendo... mas, assim, no meu pessoal, sentar pra ouvir a história de cada um ali parte o meu coração, você vê as famílias... Você vê o amor de várias formas. Às vezes o preso fica de sexta à segunda na delegacia, daí você fala pra mãe que tem que trazer a comida... putz, é gente muito humilde, vem a mãe com um potinho de sorvete, que escreve o nome do filho no potinho, aí vai três vezes, pega dois ônibus... aí não tem como você não se compadecer dessas coisas, e você ouvindo a própria história dos presos, sabe? Eu trato todo mundo muito bem ali quando entra, eu acho muito desonesto você tratar a pessoa mal, é como chutar cachorro morto, o cara já tá preso dentro de uma cela, a maioria lida bem. Quando eles se comportam bem, claro. A gente descontraí, eu ajudo eles, eu ligo. Você vê que as pessoas são muito carentes de tudo, de atenção... você chamar a pessoa de senhor. Teve um preso que virou pra mim e falou: “nossa, ninguém nunca me chamou de senhor antes”, e são muitas coisas que não tem nem como explicar, e aí eu vou começar a conversar... mas você vê um lado da vida que... eu fui criada na classe média, estudei em escola pública, mas era o Pedro II, era uma escola pública mais elitizada, e a gente vê muita coisa lá, vê de tudo, mas, assim, é um lado da vida que eu dou graças a Deus à polícia por me deixar ver, sair um pouco da minha bolha de classe média tujucana. Eu amoleci mais, sim, acho que a cada dia que passa. Eu choro... não na frente dos outros, eu evito, mas eu fico emocionada, com as histórias... de poder participar dessas emoções, dessas situações assim, sair um pouco da bolha, da mesmice de sua vida, você vê que seus problemas são bem pequenos perto da maioria dos problemas dos outros, sabe? Eu vejo as pessoas que são esquizofrênicas e que não têm apoio e que vão parar na delegacia com mania de perseguição e aí você dá atenção, escreve alguma coisa no papel, ao invés

de brigar, enxotar aquela pessoa de lá, então, você tem como ajudar as pessoas muito além de aplicar as leis ali, você tem como fazer um trabalho muito, que faz a diferença na vida de muitos ali, uma informação que você dá, ou uma luz, uma consulta num site, porque a pessoa não sabe fazer, sabe? Por falta de conhecimento, e vai ali e você ajuda... as pessoas que não têm ninguém. Pena que o estado não tem muito recurso para encaminhar essas pessoas, eles ficam sozinhos... imagino o sofrimento dessas pessoas sozinhas nas ruas (PAOLLA, 30 ANOS).

Se Heloísa diz odiar atuar em casos “sociais”, Paolla diz adorar. Justamente essa tensão é bastante interessante para percebermos a pluralidade existente entre as mulheres que atuam na polícia civil como delegadas. Não há consenso. Isso não significa dizer que elas sejam imunes às prescrições de gênero, mas significa que cada uma delas exercerá de maneiras distintas suas feminilidades, que também podem ser fluidas.

Discutindo que a entrada de mulheres parece ocorrer pelas áreas de menor privilégio dentro da polícia, podemos pensar que, em sua história, ainda que a presença delas em espaços tipicamente masculinos começasse a ter suas fronteiras borradas, parece que a divisão social do trabalho opera também nestes locais, especialmente quando pensamos em trabalhos “tipicamente masculinos” e trabalhos “tipicamente femininos”, lançando esse último em um patamar inferior na hierarquia que designa o grau de importância e prestígio no desempenho de um trabalho. Essa separação hierárquica entre os gêneros é discutida por Hirata e Kergoat (2007) sob o conceito de separação sexual do trabalho. As autoras francesas debatem que o surgimento do termo permitia evidenciar de forma mais ordenada as desigualdades no campo do trabalho entre homens e mulheres, além de colocar em questão que essas desigualdades eram sistemáticas e passavam por processos os quais a sociedade utiliza para hierarquizar as atividades e criar um sistema de gênero, tendo, portanto, um projeto maior que denunciar as assimetrias no campo profissional, mas repensar o próprio trabalho. Embora seja uma importante discussão histórica, é pertinente pontuar que nossa escolha foi por aprofundar tal caminho de análise, ainda que seja fundamental marcá-lo aqui.

Silveira (2011) ao realizar pesquisa em Delegacias de Defesa da Mulher no estado de São Paulo discute que a entrada maciça de mulheres delegadas na polícia civil fora possibilitada inicialmente pela criação dessas delegacias especializadas, o que produziu uma reserva de mercado, resultando no maior ingresso de mulheres no cargo de delegado/delegada de polícia. Criadas em 05 de agosto de 1985, no estado de São Paulo (SAFFIOTI, 2002), as Delegacias de Defesa da Mulher (DDM) aparecem como resposta às reivindicações feministas no período pós-ditadura militar e se transformaram num projeto pioneiro, que traria de inovador o fato de prevenirem e apurarem delitos que, tradicionalmente, pertenciam exclusivamente à esfera privada.

Assim, a delegacia da mulher, é fruto de um movimento que buscava garantir o reconhecimento das mulheres como sujeitas de direitos, além de refutar a ideia da mulher enquanto objeto do homem, figurando como um espaço institucional legítimo para denunciar os delitos e crimes praticados contra as mulheres, justificados por seu gênero⁴. No Brasil, é na década de 1970 que a atuação do Movimento Feminista vai se centrar na luta pela implementação das delegacias especializadas no atendimento às mulheres. Portanto, em nosso país, a história da criação dessas delegacias é parte da história do Movimento Feminista, que provocou o poder público a agir diante do aumento dos números da violência contra a mulher (AMARAL, 2002).

Ainda que seu surgimento tenha conexão com as lutas feministas, as delegacias especializadas no atendimento à mulher se transformaram em projetos das próprias secretarias estaduais de segurança (DEBERT; GREGORI, 2002).

Entretanto, a inclusão de mulheres pela via da criação das delegacias especializadas no atendimento à mulher na polícia também dialoga com o fato destes locais serem, dentro da instituição, espaços de menor prestígio profissional. Contudo, ainda que as delegacias especializadas absorvam grande parte do corpo policial feminino, ela não é reduto único de atuação das mulheres. Entretanto, é bastante comum haver resistência para a atuação nesses espaços entendidos como menos operacionais, mais “sociais”, e que não são os que melhor permitem a promoção dentro da carreira. Promoção que não possui regras claras e que parece bastante associada a “vínculos políticos”, como as entrevistadas denominam, e o diálogo a seguir esclarece:

Heloísa: O preconceito existe e eu não sei até quando, vai existir pra sempre. Não delegada, né? Ser policial, ser policial. Já até falamos, com relação à questão operacional, de você ficar um pouco de fora do que é operacional, de alguma forma, você pode pensar um pouco disso sim, de como a mulher é mais colocada na atividade burocrática e talvez haja menos espaço... e... sem dúvida, não posso ser injusta, né, de dizer que não há espaço para chefias femininas e tal, mas, assim, vou chutar, porque não sei números exatos, mas vamos dizer assim, se a proporção é de 2/3 de homens, acho que não chega à metade, mas a proporção de chefias masculinas é infinitamente maior, isso é uma questão indiscutível ... acesso a cargos de poder, acesso a investigações que vão lhe dar mais visibilidade e mais facilidade de promoção e etc... Mas... eu poderia afirmar, assim, de maneira geral, que os casos mais interessantes e tudo que é mais complexo, que tem mais engenhosidade, a inteligência, a investigação, talvez os homens sejam privilegiados e as mulheres sempre, assim, em cargos mais administrativos, né? Os grandes escalões, homens que assumem, e tem muita delegada mulher, antiga e tal.

Daniele: vocês são privilegiadas para desenvolverem trabalhos em áreas mais, talvez, sei lá, mais sociais?

Heloísa: olha só, não há uma regra escrita, mas ela é inegável, as mulheres tem preferência por áreas mais burocráticas, mas é difícil falar se é por um preconceito ou se... por demanda de filhos... um raio x da sociedade, né? As tarefas domésticas? Cabem mais à mulher. Uma coisa impressionante [...] então, talvez, por conta da dupla jornada que os cargos mais administrativos, burocráticos tenham tanta mulher, bem mais, bem mais. E os cargos de chefia tenham homens.

⁴ Ampliaremos essa discussão no quinto capítulo deste trabalho.

Daniele: são indicações, na verdade, essas promoções...

Heloísa: são indicações, com relação a cargos, são indicações, de quem vai chefiar o que, isso são indicações. Você tem três níveis para delegados, terceira classe, segunda classe e primeira classe, é... você entra na terceira classe e depois... eu já sou de segunda classe tem mais de dez anos, por conta de questões de vagas e tal, mas a primeira classe, que é o posto mais desejado, é sempre assim: merecimento ou antiguidade, são critérios, né, variados, antiguidade é o tempo que você tem de carreira e merecimento são indicações totalmente políticas. Então, assim, essa primeira classe é muito afunilada, então, você tem delegados com muitos anos de carreira, que se aposentam e não conseguem ir pra primeira classe e você tem histórias de delegados que com oito anos de carreira foram para a primeira classe, por merecimento. Eu me arriscaria dizer que a relação de delegados de primeira classe e delegadas de primeira classe deve ser absolutamente desproporcional, não tenho dúvida. Mas o que tem mais visibilidade pra ser promovido? É uma delegada que faz um trabalho bacana na academia de polícia, num setor social? Não é! É um cara que prendeu, uma cara que saiu na revista, o cara que teve uma promoção por bravura, o cara que levou um tiro, né?

Para Mariana, essas promoções também são políticas e geralmente há um privilégio masculino. Para ela, atuar em casos onde haja maior cobertura midiática, como na prisão de criminosos conhecidos, favorece para melhorar a imagem da/o delegada/o. Assim, o trabalho em delegacias especializadas em atendimento a mulheres não daria a mesma repercussão, por exemplo

Heloísa aborda importantes questões. Uma delas é a maior dificuldade de ascensão profissional feminina quando comparadas aos homens. Em sua opinião, como as mulheres atuam mais em áreas menos operacionais – e as promoções por merecimento aconteceriam mais para aqueles que ganham visibilidade tanto dentro quanto fora da polícia –, a mudança de classe profissional seria mais difícil. Outra questão que ela aborda é que como as regras de promoções não são explicitadas nem claras, existiriam muitas negociações políticas, o que também ajudaria a dificultar as promoções femininas. Por fim, cabe destacar que na fala da delegada surge a questão da dupla função feminina, o que a faria “escolher” atuar em área mais administrativas, para poder dispor de uma rotina de trabalho que a possibilite conciliar com as rotinas domésticas. Sem dúvida uma importante questão, embora demonstre a força das funções atribuídas a homens e mulheres, que persistem apesar dos avanços, como o próprio fato de elas serem delegadas, por exemplo.

A fala de Heloisa evidencia que inclusive em postos de liderança, ou talvez também por isso, como no caso de mulheres delegadas de polícia, não são incomuns os jogos de forças que operam e produzem discursos e práticas que acionam o gênero para a sua legitimidade, mesmo quando as delegadas atuam em áreas conhecidas como operacionais, ou seja, áreas responsáveis pelo combate direto ao crime. Atuar em áreas operacionais parece ser porta de entrada para assumir cargos de chefia dentro da instituição, entretanto, parece que para as mulheres operacionais essa tarefa será mais difícil do que para seus colegas delegados.

Se homens delegados não precisam provar suas habilidades, pautados nas especificidades de seu gênero, às delegadas caberá o desafio de provar sua capacidade, independentemente de qualquer suspeita que seu gênero possa trazer. Neste cenário, dois recursos são especialmente acionados: o apagamento do gênero e a essencialização positiva do mesmo (SILVEIRA, 2011), em um recurso que consiste em acionar os atributos reconhecidos como femininos a seu favor, ou seja, essencializar o gênero, como se tomasse pra si os atributos naturalizados que se referem ao feminino a fim de alcançar algum intento. Assim, estando dentro das delegacias elas precisam ser tão boas quanto eles, buscando operar o apagamento de toda diferença marcada pelo gênero. Possivelmente este apagamento se refere ao prescrito ao gênero feminino em benefício da valorização dos atributos colados ao gênero masculino, ou a masculinização do ideário e da prática profissional. Essa invisibilidade se opera também naquilo que há de semelhante nos comportamentos entre os gêneros (PEREIRA, 2012).

A figura da delegada de polícia subverte certos padrões cristalizados, trazendo a performatividade do feminino e alterando a noção binária estanque do mesmo, pois ora reafirma a exagerada feminilidade prescrita, ora aciona a performatividade masculina. As delegadas atuam em jogos de forças, ora subvertendo a ordem do gênero, ora cristalizando velhas prescrições.

2.2.3 Não é loja de conveniência, mas poderia ser: a delegacia não fecha as portas: algumas tensões entre Estado e Segurança Pública

Ao avaliar o projeto político da entrada das mulheres nos espaços policiais a fim de atender às áreas sociais, nossa discussão nos traz ao caro tema da segurança pública. Pauta mais que urgente nos dias atuais. O artigo nº 144 da Constituição Federal define a segurança pública como um dever do Estado e um direito e responsabilidade de todas e todos. Segundo a Carta Magna, ela é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio (BRASIL, 1988). Neste sentido, às polícias civis incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares. Embora a ideia de segurança pública não se esgote na força policial, esta é constantemente acionada para tal, como avalia Adriana:

A polícia é um dos órgãos que ficam abertos 24 horas, um dos poucos... a porta fica escancarada 24 horas por dia, nem num hospital é assim, tem atendimento 24 horas? Tem, mas até a logística é diferente...na polícia você vai entrar alcoolizado, drogado, vai entrar machucado... e a gente tem que atender. Então, mesmo que a gente não resolva o problema da pessoa, eu acho importante você direcionar, porque a gente representa o Estado ali (ADRIANA, 32 ANOS).

Aparentemente, para as delegadas, as delegacias mais movimentadas, que mais recebem solicitações de atendimento, ou são as que ficam em locais com poucos serviços do Estado, sendo as delegacias uma das poucas opções, ou em locais populosos. A fala de Francis descreve essa situação:

Acho que dependendo das delegacias, dos locais, dos bairros, a delegacia realmente é onde a pessoa vai se socorrer. Principalmente delegacias onde você não tem muito acesso ao hospital, delegacias de lugares mais afastados. Aí a delegacia realmente é a mais requisitada. Já trabalhei em Copacabana, fiquei três anos num plantão de Copacabana. Plantão de Copacabana é uma loucura! Loucura. Você não dorme, é o dia todo em função. Tudo acontece em Copacabana. Aquilo ali, pra mim... Copacabana deveria ser um outro município. Eu falo isso porque muita gente mora por metro quadrado ali... (risos) é isso aí, não fecha a porta. É igual igreja. Igreja agora faz, por causa da violência, né? Mas tudo acontece, todo mundo vai pra lá, pra delegacia. Primeira porta que eles... é tudo. Tem tudo quanto é tipo de gente. Desde maluco, a pessoas vítimas de crimes, a pessoas que só tão procurando pra pedir socorro, que não seria a polícia que dá o socorro, mas é a porta que eles encontram aberta (FRANCIS, 42 ANOS)

Em sua fala, Francis destaca que além de não fechar as portas, as delegacias receberiam uma infinidade de “opções”: de “malucos” a vítimas de crimes. Assim, as delegacias, tal qual lojas de conveniência oferecem os mais variados “produtos”, ou dito de outra forma, como numa loja de conveniência, as delegacias precisam ficar abertas em horários não convencionais e parece que precisam oferecer os mais variados tipos de serviços, visto a vasta gama de demandas sociais e criminais que recebem⁵.

As discussões sobre segurança pública também são apontadas nos encontros com as delegadas, figuras constantemente demandadas a darem sua opinião sobre a crescente onda de violência que assola o estado:

Como se o problema de segurança pública fosse da polícia, né? Essa visão totalmente equivocada que todo mundo tem: vamos colocar mais polícia na rua... mas a educação, a saúde, isso aí fica tudo em segundo plano... enquanto o povo achar que segurança pública se resolve com mais polícia nas ruas, enquanto os governantes pensarem dessa forma, nada será resolvido... (BEATRIZ, 36 ANOS)

Pensar na eficiência da polícia coloca em questão o discurso sobre a eficiência dos direitos humanos. A polícia, e demais instrumentos de proteção do Estado, quando não se configuram eficientes, arrastam os direitos humanos para um caminho perigoso do arbítrio e da

⁵ A separação entre “sociais” e “criminais” se dá de acordo com a definição das próprias delegadas, entendemos que a análise dos ditos problemas criminais não está descolada de sua esfera social.

violência (SOARES, 2003). Vista desta forma, a segurança pública passa a ser pensada como responsabilidade de todo o governo, não só das polícias e das secretarias de Segurança e de Justiça. Dando o tom do caráter multidimensional que essa questão representa.

Sobre a questão da eficiência das polícias, Nanda relata que atualmente há uma mistura daquilo que seria a função da polícia militar e aquilo que seria atribuição da polícia civil. Para a delegada, resgatar o caráter investigativo da polícia judiciária é fundamental. Ela afirma que a figura de liderança exercida pela/pelo delegado/delegada é fundamental para que policiais subordinadas/subordinados desempenhem bem o papel investigativo da polícia:

As polícias se misturaram, né? As funções de polícia judiciária e polícia preventiva, elas se misturaram, então a PM faz um pouquinho do papel da polícia civil e a polícia civil faz um pouquinho do papel da polícia militar, então elas se misturaram. Mas hoje, se a gente... De um tempo pra cá, a gente começou a ver que não houve investimento na polícia judiciária, de investigação, né? Mas os policiais estão se colocando mais nessa posição, vamos dizer assim. Hoje, a polícia civil, por mais que ela não tenha recursos para as investigações, os policiais estão se colocando nesse papel e se colocando mais na investigação de polícia judiciária. Aquele policial que fazia rua o tempo todo, hoje ele senta e faz as pesquisas que tem que fazer. Ele tem que botar tudo em termos, declarações, botar tudo numa informação, né? Então hoje os policiais são mais conscientes de que a função dele é essa. Que investigação não é a mesma coisa que inteligência. Não é. São coisas diversas. Inteligência é uma coisa, dados de inteligência e tudo. E o delegado, ele fomenta isso nos policiais, ele tem que fomentar isso: oh, antes de sair, vamos colocar tudo no papel, vamos fazer. Então o policial, ele tá sendo fomentado por nós, por que nós também... vem a ordem de cima pra baixo, pra gente poder resgatar a nossa função constitucional, né? Que é de investigação (NANDA, 43 ANOS).

Conforme constatou Luiz Eduardo Soares (2006), a segurança pública, ou, em suas palavras, a “[...] insegurança pública é, hoje, uma tragédia nacional, que atinge o conjunto da sociedade, e tem provocado um verdadeiro genocídio de jovens, sobretudo pobres e negros, do sexo masculino” (SOARES, 2006, p. 91). O autor destaca que os índices de criminalidade letal atingiram estágios preocupantes, transformando-se num problema político, “[...] sufocando a liberdade e os direitos fundamentais de centenas de comunidades pobres” (SOARES, 2006, p. 91). Sabemos que apesar de antigos, os dados não melhoraram, pelo contrário. A violência operada e autorizada pelo Estado carrega para as delegacias, hospitais e necrotérios cada dia mais pessoas, vulnerabilizadas por políticas falhas e ineficientes, quando pensamos nos projetos alinhados ao bem-estar social.

O fato de as delegacias serem espaço abertos 24 horas nos coloca num ponto delicado da discussão, pois ao mesmo tempo em que a força policial provoca enorme violência contra os cidadãos mais pobres e postos à margem da sociedade, aquelas, como bem observa Adriana, são a presença do Estado ali, de forma mais acessível (o que por si já denuncia um sistema perverso de controle), sendo, também, acionadas pela mesma população por elas violentadas.

Para Verônica, o fato de, em suas palavras, “a delegacia não ter portas”, faz com que o/a policial possa receber pessoas em busca de algum tipo de atenção ou serviço a qualquer hora do dia. Em sua análise, as demandas nem sempre são de natureza policial. Como já discutimos até aqui, esses casos são chamados de sociais e demandam maior tempo e disposição de equipe, nem sempre apta ou disposta a ouvir. Para esses casos, a delegada menciona a figura feminina, que seria importante para ocupar tais espaços:

Porque a delegacia não tem portas, se ela não tem portas, em qualquer hora de dia ou da noite tem alguém para te atender e há muita demanda que não é de natureza exatamente policial... [...] Eu acho que hoje a polícia está mais feminista e também mais feminina. Eu acho que a ocupação desses espaços pela mulher é importante (VERÔNICA, 59 ANOS)

Adriana, por sua vez, fala sobre a importância de se atender às questões que extrapolam a área criminal, pois, em sua análise, estes conflitos, quando não atendidos, podem se transformar em matéria criminal.

É meio clichê dizer isso, mas boa parte dos problemas são mais sociais mesmo... então você tem a questão do desemprego, moradia, educação, que pra mim é fundamental... o Estado não tem interesse em fomentar a educação, porque a educação vai fazer você alcançar os maiores níveis e vai fazer você andar sozinho. E como a gente vem de uma série de governos populistas, a ideia é você deixar o povo dependente do Estado, né? A massa vai ser cada vez mais dependente conforme ela tiver menos instrução, acaba explodindo na polícia porque a gente que aparece mais como solução dos problemas... esses problemas sociais todos culminam com a violência, mas o tratamento tem que ser antes, só que ninguém tem interesse em fazer um tratamento antes, porque um tratamento antes não vai ter resultado daqui a quatro anos (ADRIANA, 32 ANOS).

Refletir sobre os matizes da criminalidade no cenário brasileiro nos força a estender nossos estudos a níveis complexos, dada a própria complexidade do contexto de um país continental como o nosso. Tomando emprestada a análise de Luiz Eduardo Soares (2006, p. 91), a “sociedade brasileira, por sua complexidade, não admite simplificações nem camisas-de-força”. Embora seja inegável que os níveis de miséria empurrem a população para os espaços de maior vulnerabilidade social, é necessário reconhecer a multiplicidade de dimensões envolvidas quando se pensa a criminalidade, desde a questão econômica às questões de saúde, considerando-se as características locais. Este reconhecimento nos leva a perceber que as políticas públicas que visem atuar numa estrutura multidimensional devem ser sensíveis à pluridimensionalidade: políticas multissetoriais ou intersetoriais, ou seja, a integração de várias áreas de gestão.

Embora não seja a síntese da segurança pública, a força policial e sua ação precisam ser colocadas em questão quando a discussão do tema entra em cena, especialmente quando se pensa a organização e o propósito da força policial.

No Brasil, durante os governos de exceção, o caráter da polícia se baseou nos preceitos da segurança econômica e da defesa da segurança nacional, acionando um regime de força e de combate a dissidentes do governo, desviando a função primária da polícia da defesa e proteção aos cidadãos e da manutenção de ordem pública, para a missão de polícia política. Ainda assim, Ivone Freire Costa (2005) destaca que, com exceção deste período, a polícia é ainda reconhecida como força necessária. Nesse sentido, sua eficácia poderia limitar o poder dos mais fortes, oferecendo garantias aos mais fracos. “Mas isso só seria possível numa sociedade que exercitasse a plena cidadania, onde prevalecesse a confiança nas instituições públicas” (COSTA, 2005, p. 15). O que não parece ser o nosso caso, especialmente quando consideramos o caos do cenário político recente, atravessado por escândalos de má conduta, má gestão e corrupção, imagem refletida nas instituições do Estado, como os setores do judiciário e as polícias, por exemplo.

Porém, para Soares (2003), a redemocratização do país trouxe a possibilidade de revisar as estruturas dos órgãos da administração pública, mas a polícia parece ter ficado de fora dessa mudança, pois raros eram os projetos que adequavam a polícia à democracia estabelecida.

A polícia pensada como uma instituição de controle social funcionava como um aparelho do Estado atuando como uma espécie de contenção entre a pobreza e a riqueza, ou, nas palavras de Luiz Eduardo Soares, como um “[...] ‘cinturão sanitário’ em torno das áreas pobres das regiões metropolitanas, em benefício da segurança das elites” (SOARES, 2003, p. 76). Assim, a sua não inclusão nas ideias reformistas da redemocratização do país não significariam mera desatenção, pelo contrário, seria um projeto político pensado e muito bem articulado.

De fato, propostas de emendas constitucionais que sugerem repensar e reorganizar a polícia geravam, e agora parecem gerar ainda mais, enormes desconfianças e reações políticas e de órgãos de classe. Exemplo disso foi o aparente temor que a PEC n.º 51, de 2013, de autoria do então senador Lindbergh Farias (PT), que alteraria os artigos 21, 24 e 144 de CF e que propunha reestruturar o modelo de segurança pública a partir da desmilitarização do modelo policial, representava (BRASIL, 2013b). A proposta foi arquivada em 21 de dezembro de 2018, ao final da legislatura. Atualmente, o governo eleito possui projetos político-ideológicos bem alinhados à proposta de reforço da militarização policial e do armamento da população, ao invés de investimento nas áreas sociais, que ficam cada dia mais de fora das pautas governamentais.

Militarizada, chamada a responder a distintas demandas, tanto do Estado quanto da população, as polícias representam instituições controversas e complexas. Nossas entrevistadas, como integrantes da polícia e com cargos de chefia, são partes componentes das políticas e estratégias de Estado que ajudam a dar o tom que a força policial possui a cada momento histórico, político e econômico. Entretanto, a própria instituição policial e seus componentes são capazes de gerirem linhas e estratégias de força a fim de se apropriarem de práticas e discursos que a cada tempo irão justificar a necessidade e eficiência de se manter as forças policiais vivas e ativas. As duas esferas não se anulam, pelo contrário, são complementares. Assim, nos resta a impressão de que sem essa força estabelecida da forma que está, viveríamos num total caos. Contudo, parece ser justamente a instauração do caos produzido que autoriza excessos e violações de direitos, fazendo com que a vigilância a determinados grupos, como os mais pobres, seja constante. Fazendo, ainda, que a população recorra às delegacias para tentar obter direitos num local certamente inapropriado para este fim. Ao final, todos parecem se frustrar: policiais que se veem incapazes de atender às demandas, e a população, queixosa com o mau serviço prestado, fórmula de difícil solução:

Quem gosta de investigar, é muito bom, mas ao mesmo tempo é uma profissão ingrata, na minha opinião. Porque a polícia sempre... é fácil falar mal da polícia, né? A gente, infelizmente, trabalha numa profissão difícil. Ao mesmo tempo que ela é boa, gostosa de trabalhar, é uma delícia ser delegada, mas é ingrata porque você não vê o retorno da população. É sempre pro lado negativo da coisa. A polícia nunca tá... nunca ninguém aplaude, a gente não tem essa cultura, educação da população. E eu percebi isso mais ainda depois que eu virei delegada, porque eu vejo em outros países como o policial, ele é valorizado, e eu vejo aqui no Brasil, no Rio de Janeiro principalmente também, a falta de valorização do policial muito grande, uma inversão de valores muito grande (FRANCIS, 42 ANOS).

O histórico de violência e corrupção policial certamente ajuda a compor essa relação complexa. Embora muitas e muitos policiais possam estar efetivamente empenhados em efetuar serviços eficientes, suas funções esbarram em muitos problemas, como o sucateamento dos serviços de Estado, por exemplo. Especialmente na última gestão, o governo do Estado do Rio de Janeiro enfrentou (e enfrenta) grave crise econômica, chegando a faltar de gasolina para abastecer viaturas a materiais de consumo, como papeis, nas delegacias. Diante deste quadro, a instituição policial fica marcada por uma série de problemas cuja solução parece difícil, pois envolveria empenho efetivo de políticas públicas voltadas à correção de desigualdades sociais e econômicas, incluindo, inclusive, uma política de segurança pública que preze pelo respeito aos direitos humanos fundamentais, e não uma política violenta de extermínio, o que não parece ser prioridade governamental.

Diante de todos esses ingredientes, nossas entrevistadas manifestam certo “cansaço” para exercerem suas funções:

Olha, a falta de valorização nos traz um cansaço, sobre a parte técnica, eu acho que a gente consegue colocar tudo aqui, mesmo que a instituição não valorize. Tem muitos colegas dando aula, escrevendo artigo... eu acho que quem quer mostrar, tem espaço, se destaca. Eu acho que o cansa aqui dentro é a falta de gestão, porque você não usa o melhor das pessoas, sabe? Sua qualificação, sua experiência, o que ele sabe mais. Isso vai trazendo um cansaço... é a valorização profissional, né? Não é o trabalho, não é salário, eu acho que é a estrutura da polícia que causa esse cansaço nas pessoas, mas eu não perco as esperanças, senão eu perco a vontade de trabalhar, mas vejo as pessoas desmotivadas e algumas já saindo da polícia. Mas eu tento não me contaminar, não ficar medíocre. Eu estudei tanto pra tá aqui, sabe? Não fico só reclamando. É tão prazeroso saber que você fez um trabalho de qualidade (BEATRIZ, 36 ANOS).

Portanto, ao longo das entrevistas, o “cansaço” referido por Beatriz de trabalhar na polícia apareceu no discurso de outras delegadas, que frequentemente diziam se sentir desmotivadas dentro da carreira escolhida. A falta de valorização foi uma das causas mais referidas. Diante desse cenário, a assimetria entre a carreira das delegadas de polícia e suas colegas de outras carreiras jurídicas fica mais evidente, afinal, elas “estudaram tanto”, como mencionou Beatriz, mas são tão pouco valorizadas. Podemos pensar que a gestão da polícia ajuda a construir a imagem muitas vezes negativa que a instituição possui, ou, pensando num projeto maior, a forma como a segurança pública é operada ajuda a compor as cenas que discutimos até aqui. O cenário político fluminense colabora diretamente com a construção dessa imagem violenta e sem prestígio que a polícia possui.

Após a redemocratização do país, as políticas de segurança pública adotadas pelo estado do Rio de Janeiro ora foram mais alinhadas aos direitos humanos, ora alinhada às estratégias de guerra declarada ao crime. Para Silvia Ramos, as corporações policiais do estado nunca superaram efetivamente a cultura da corrupção e do uso excessivo da força, especialmente nas áreas das favelas (RAMOS, 2016).

Embora esse não seja o foco principal de nosso trabalho, pontuar o contexto político onde nossas personagens atuam é fundamental, especialmente porque ele ajuda a configurar os cenários vivenciados por elas, além disso, entendemos que essas relações interferem diretamente nas construções performáticas que nossas delegadas apresentarão em diferentes momentos. Nossa escolha, entretanto, foi por não aprofundar esse tema aqui, mas a partir da ideia de delegacia como loja de conveniência, colocamos em questão as relações estabelecidas entre as políticas de Estado, especialmente a segurança pública, e o papel estratégico desempenhado pelas polícias, que na falta de políticas sociais eficientes viram locais de “resolução de problemas” de pessoas postas à margem.

Mas como essas questões aparecem na prática para as nossas entrevistadas? A seguir, vamos visitar algumas cenas construídas por nossas personagens, especialmente quando estas efetivamente começam a atuar.

2.2.3.1 Um mundo chamado plantão: quando a delegada entra em cena

Verônica é a delegada entrevistada que mais tempo possui de polícia, além disso, à época da entrevista ela tinha 59 anos, sendo também a mais velha. Já não atuava mais como delegada, mas estava bastante acostumada a falar sobre seus anos como policial. Como delegada aposentada e deputada estadual, frequentemente ela é convidada a dar palestras ou entrevistas, e em certa ocasião, a vi contar a história de seu primeiro dia de plantão, ainda como escrivã, em 1983. Diante de uma plateia cheia, Verônica contara a história que havia me contado meses antes:

Então, em 1983, quando eu cheguei em meu primeiro dia de trabalho, eu perguntei muito sem jeito onde era o banheiro, eu descobri que a delegacia não tinha banheiro. Então, na polícia a gente aprende a resolver as coisas, a gente aprende a saltar do carro com o carro andando, então, como não tinha banheiro, eu fui negociar com os meus companheiros para a partir de um pedaço do banheiro deles fazer um banheiro de mulheres, mandei consertar a fechadura, mandei trocar a carrapeta, mandei colocar um espelho, que a gente não vive sem ele, mandei colocar um vaso de planta e conquistei um banheiro. Eu brinco que a minha primeira luta sindical dentro da polícia foi por um banheiro. Então, a polícia te traz isso, pois a partir do momento que você passa por situações difíceis que você tem que resolver, você faz um exercício diário com sua sensibilidade, pra que você não perca a sua sensibilidade (VERÔNICA, 59 ANOS).

Assim, sem experiência e sem banheiro, Verônica iniciou a sua trajetória na polícia civil. O relato da delegada sobre sua entrada nos ajuda a conhecer um pouco melhor a maneira com a polícia civil recebeu suas primeiras policiais. Como vimos, a recepção não contou com elementos estruturais básicos. A policial, por iniciativa própria, precisou se articular para construir um banheiro que pudesse usar. Ao longo de nosso encontro em seu gabinete na ALERJ, Verônica me dizia que não entrara para a polícia por vocação, mas que permaneceu por opção, o que a fez prestar o concurso para delegada de polícia anos mais tarde: 1990. De família de classe média e moradora do subúrbio carioca, a então estudante de Direito decidiu prestar concurso para a polícia para melhorar o seu salário. À época, ela atuava como professora primária:

Eu fui para a polícia civil em 1983, fazendo um concurso de escrivão de polícia. Eu era estudante de Direito da UFRJ, e abri o jornal e vi o anúncio do concurso, e eu fui fazer a prova por um único motivo: eu iria ganhar três vezes mais o meu salário. Como a prova era de nível médio e com grande parte de conteúdo jurídico, eu achei que poderia ser aprovada. E foi assim que fui aprovada. Não venho de uma família de policiais, venho de uma família de comerciantes. Como todas as mulheres de minha vida, eu comecei como professora primária, então, eu só fui para a polícia em razão do aumento de salário (VERÔNICA, 59 ANOS).

Assim como aconteceu com Verônica, muitas entrevistadas ingressaram na polícia sem saberem exatamente o que encontrariam, elas eram “concurseiras” da área jurídica, ou seja, faziam vários concursos para a área do Direito, aceitando a possibilidade de atuação no primeiro que passassem – ou, no caso de mais de uma admissão, escolhendo pelo o que melhor remunerasse, por exemplo. Algumas de nossas entrevistadas falam sobre isso:

Na verdade, eu me formei e não tinha um alvo certo, eu tinha vontade de fazer concurso, eu estudei, a gente foca em alguns concursos, vai estudando... Eu era oficial de cartório. É... eu me formei, na verdade, antes de eu me formar, eu tava no nono pro décimo período, aí já tava estudando pra concurso, eu tava estudando pra oficial de justiça, pro tribunal de justiça do Rio e aí nada de sair, demorou muito pra sair, e nesse meio tempo abriu concurso pra polícia civil, era mais ou menos a mesma matéria, eu ainda não tinha me formado, aí me inscrevi e fiz a prova, graças a Deus passei e demorou um ano mais ou menos pra chamar, pra começar, pra fazer o curso de formação e nesse meio tempo eu me formei e comecei o curso de formação em 2010, já fez sete anos que eu tô na polícia. E aí eu entrei e me encontrei, não era uma coisa que eu planejava, mas eu gostei muito. E aí, quando eu tava como oficial de cartório, eu fiquei mais ou menos três anos certinho, antes de eu tomar posse pra delegado, eu continuei meus estudos, continuei estudando pra delegado, pro cargo de delegado, é... fiz, é... o primeiro que eu tentei eu fiquei por sete décimos pra ir pra prova oral, aí, eu fiz o segundo e consegui... acho que fez três anos já (PAOLLA, 30 ANOS).

Eu, na verdade, nunca quis ser delegada, né? Aí eu não sei como é que foi com as outras entrevistadas, mas, em relação a mim, eu nunca quis. Nunca. Não era minha intenção, minha vontade ser delegada. Eu nem conhecia a polícia. Eu não sabia o que que era a polícia. Na verdade, eu era advogada, estudei pra ser advogada numa faculdade que era voltada pra parte privada mesmo, que é a PUC. Então eu trabalhei em grandes escritórios, e no meio do caminho eu resolvi ser juíza. Então eu tava estudando. Eu continuei trabalhando, não parei de trabalhar. E continuei trabalhando e estudando pra magistratura. No meio do caminho de concurso, concurso é uma coisa muito difícil, né? São várias fases. Eu comecei a passar para as segundas fases e fiquei por um ponto na segunda fase da magistratura tributária. E aí, umas amigas minhas, éramos quatro amigas, e todas juntas falamos: ah, vamos fazer curso de delegada, vão bora. Fiz e passei. E hoje tô aqui. Confesso que Deus escreve certo por linhas tortas, porque não era minha primeira opção, nunca foi, mas é apaixonante (FRANCIS, 42 ANOS).

Então, eu fiz faculdade de direito... entrei em 2001, fiz UERJ, e na faculdade mesmo eu já tinha intenção de fazer concurso público, e quando chegou mais ou menos no meio do caminho a área policial me chamou atenção... sempre achei interessante... essa parte de investigação, tanto que a minha monografia foi sobre investigação no Ministério Público, então, eu sempre curti isso... e essa vontade de ser polícia foi surgindo. Terminei a faculdade e fui fazer curso, fiz EMERJ e fiz esses cursinhos todos que têm por aí, e comecei a fazer provas pelo Brasil, não específicas para a polícia. Quando você se forma em Direito, você tem um leque muito grande e você vira concurseira profissional. Advoguei durante um tempo, pra poder ter a prática jurídica e ganhar e dinheirinho, mas já comecei a estudar, estudei cinco anos ... até que surgiu essa prova pra polícia civil do Rio e eu passei, em 2012. Passei para

delegado de Espírito Santo também, mas escolhi o Rio, por causa de família e tal... (BEATRIZ, 36 ANOS).

Eu entrei aos 24 anos, num concurso que prestei assim que saí da faculdade. Eu costumo dizer que entrei para a polícia por uma oportunidade, porque quando você acaba a faculdade de Direito não são muitos os concursos grandes que você pode fazer sem ter prática jurídica, e o de delegado de polícia é um dos únicos que você não precisa ter os três anos de prática jurídica. Então, foi uma coincidência... eu estava pra me formar e saiu esse edital, que já fazia tempo que não saía, saiu em 2009 e acho que 2006 tinha sido o último concurso, então, estudei o edital e vi que era compatível com o que eu já vinha estudando, pois eu já estudava pra concurso desde a metade da faculdade e resolvi fazer, naquela de vamos ver qual é, eu não tinha um sonho de ser delegada de polícia, não era um sonho de infância... e eu fui passando nas fases e consegui entrar. E assim que entrei a ficha caiu, pois é uma carreira bem intensa, mas me surpreendi positivamente e negativamente, mas é uma carreira interessante, eu gosto. Não era um sonho de infância, mas entrei e gostei muito, e gosto do que eu faço (ADRIANA, 32 ANOS).

Sem conhecer bem a carreira, o primeiro plantão após o curso de formação acaba trazendo a realidade da carreira para estas mulheres. Assim, após passarem pelo longo processo até a admissão, parece ser no seu dia de plantão que elas finalmente compreendem que estão na polícia e o que isso significa:

Na minha cabeça eu seria uma funcionária pública, ia ter meu salário, ia morar sozinha, ia ter a minha independência, ia sair de casa, então, assim, no início ia ser uma grande aventura... Então, eu vim fazer a Academia (curso de formação) achando tudo muito divertido, muito excitante, muito interessante, até eu realmente entrar... até o momento que eu fui tirar um plantão e eu falei ... minha ficha não havia caído até então! Não, minha ficha não caiu, minha ficha não caiu... entendeu? Eu achava que eu iria ficar confortavelzinha num ambiente instalada, num gabinete, com o meu mundinho jurídico lá, fazendo os meus despachos, mas não é, cara. A polícia é uma coisa à parte. Entendeu? A polícia é uma instituição que trabalha com força, a polícia civil bem menos que a militar, mas trabalha com hierarquia, é um trabalho de força... é uma atividade que se trabalha com a “imediatez” do problema, sabe, social... então, é muito diferente do que eu imaginava (HELOÍSA, 41 ANOS).

O primeiro plantão, imagina, eu nunca tinha pisado numa delegacia, só fazendo estágio durante a graduação. Meu primeiro plantão, eu fui pra 18ª DP, e aí me mandaram pro local de um homicídio, onde tinha um Ecosport, e dentro do Ecosport tinham três corpos. Sendo que as cabeças estavam dentro da mala e os corpos no banco de trás. Primeira ocorrência. Meu delegado titular na época falou: oh, Francis, você vai pra uma ocorrência... Eu nunca vou me esquecer, foi numa concessionária que tinha em frente da Mangueira. [...] Na hora que eu cheguei na ocorrência, eu vou contar uma coisa que pode até ser derrota, mas eu não considero como derrota. Quando eu cheguei naquele momento, que eu vi aquele carro fechado, né, com aqueles corpos, e o carro era roubado e tudo, a primeira coisa que eu vi, tanta gente em volta, eu parei e fiquei pensando: o que que eu faço, né? O que que eu faço? Aí eu olhei pro policial assim, e falei... Aí ele sentiu, né? Pô, também, né, a primeira... “Doutora, a senhora vai ter que mandar abrir o carro. A perícia tá aqui só esperando a sua ordem pra abrir o carro”. Eu pensei: gente, era só isso? Aí eu falei: é só eu falar pra quebrar o carro? “É só você falar pra quebrar o carro”. Então tava todo mundo esperando eu mandar. A PM já com o negócio pra quebrar, um pau enorme pra quebrar, então eu falei: então tá, então quebra. Fazer o quê? Ainda falei assim: mas será que a dona do carro... Ele falou: “doutora, pelo amor de Deus, você acha que a dona do carro”... Ainda fiquei naquela: mas será que a dona do carro vai querer o carro? Quer dizer, olha como que a gente é. Eu acho que se fosse, talvez, um homem fizesse diferente, eu não sei, também tô sendo muito... né? Mas enfim. Pode ter que não tenha tido a mesma... Então, assim, dali em diante... Fiquei insegura, né? Mas geralmente você vai aprendendo a lidar (FRANCIS, 42 anos).

Portanto, parece ser já no primeiro plantão, ao conhecer o cotidiano de trabalho de uma delegacia, que nossas entrevistadas compreendem que seu espaço de atuação está inserido efetivamente dentro da polícia, e não meramente na área jurídica por elas conhecida. Cabe destacar que o concurso público para o cargo de delegado/delegada cobra conhecimentos jurídicos. Conhecê-los não parece bastar para compreender a natureza de trabalho em uma delegacia.

Como algumas das falas demonstram, a rotina de trabalho extenuante, com poucos recursos – bem diferente das instalações dos tribunais de justiça, por exemplo – e a natureza dos casos atendidos muitas vezes só são observados pelas “concurseiras” após o efetivo exercício do cargo. Parece que o curso de formação não dá o tom exato daquilo que elas de fato encontrarão.

Retomando a fala de Francis, ela relata com bastante desconforto o fato de naquele momento não saber o que fazer. O interessante é que sua fala deixa escapar que ainda hoje ela se questiona se um homem teria feito de outra maneira. Embora em qualquer cargo o primeiro dia de trabalho seja tenso, para essas mulheres, ocupando os cargos que ocupam, talvez os desafios sejam maiores, precisarão provar que têm coragem. Talvez por isso o chefe de Francis a tenha feito ir para aquela cena, justamente para ver se ela daria conta do carro com corpos sem cabeças e com cabeças sem corpos. Talvez fosse um teste. Afinal, inseguranças são comuns no início de qualquer carreira, mas mais que técnica, Francis precisava mostrar que tinha coragem, como se a fraqueza fosse natural a sua feminilidade.

Além do teste de coragem, o primeiro plantão pode trazer o panorama da instituição e daquilo que elas terão que enfrentar, como condições ruins de trabalho, falta de recursos humanos e materiais:

Na verdade, eu mesma também tinha pouca noção... porque a gente tem uma ideia glamourizada do negócio. Que você vai investigar, que você vai fazer, que é muito bom, que você tem estrutura... e na realidade, você vê que não é bem assim. A polícia vem sendo sucateada há muitos anos, e essa noção a gente não tem quando está fazendo concursos, a não ser conversando com amigos e agora mais pela mídia. Quando a gente entra a gente vê as dificuldades que a gente não sabe que existem quando a gente está do lado de fora. Mas, eu gosto do que eu faço, então, dentro dessas dificuldades, eu tento levar leve. E são diversas dificuldades, tanto estruturais quanto de recursos humanos. A falta de estrutura, de gestão, contribui para o aumento da violência, numa relação direta. Se a gente tivesse uma polícia estruturada, financeiramente equipada, com pessoas sérias trabalhando em prol da instituição com certeza os índices de criminalidade estariam menores... mais investigação, mais gente nas ruas trabalhando, a valorização do policial, que é muito desvalorizado. O pessoal do plantão, por exemplo, não tem nenhuma remuneração a mais por estar em plantão, adicional noturno ninguém tem... a instituição diz que a gente tem que trabalhar 40 horas semanais, a gente trabalha 48 por semana, o que já foge ao que constitucionalmente é permitido... a gente trabalha de madrugada, não há uma valorização, e isso tudo é muito desgastante, e isso desestimula muito, o policial fica muito desmotivado. Com ter resultados se você não tem recursos? E tudo isso você só

vai perceber quando estiver aqui dentro... e isso muda muito de instituição a instituição, especificamente a nossa, desde quando a gente entrou em 2012, a gente vê que vem sendo muito sucateada. Junta com isso tudo: Rio de Janeiro, corrupção toda, crise... (BEATRIZ, 36 ANOS).

A fala de Beatriz também coloca luz numa importante questão, a carga horária a ser cumprida. Embora não haja rígida fiscalização, o que na prática permite burlar/flexibilizar as determinações, as horas a mais de trabalho sem remuneração e plantões de trabalho de 24 horas ininterruptas são algumas das razões para que as delegadas falem em “falta de valorização”. A rotina de trabalho de 24 horas, assim como a própria delegacia, faz com que a delegada plantonista receba os mais diversos tipos de demandas. Entretanto, por causa da carência de profissionais, as cidades do interior faziam plantões de 72 horas. Paolla, à época que nos concedeu a entrevista, fazia essa escala de serviço. A seguir, seu rico relato sobre a certamente extenuante rotina de 72 horas de plantão:

A gente tem um alojamento lá dentro, mas tem gente que mora ali perto e nada impede de dormir também, a pessoa dorme, né? Mas têm madrugadas que não dá. Se tiver uma ocorrência em curso você vai ter que estar lá presente, aí não tem jeito, só se não tiver nada, aí você descansa e ali eles te ligam e você desce do alojamento, mas a gente sai pra jantar, pra almoçar, com o telefone sempre ligado, porque é o tempo todo, e é muito tenso, né? É muita responsabilidade, qualquer decisão sua ali vai ter um peso pra você, você vai responder por isso, é muita, muita responsabilidade. O peso da responsabilidade faz com que essas 72 horas sejam muito mais pesadas, muito mais cansativas... você ter que decidir muitos casos complicados, vem família, gente presa, gente morta, às vezes você tem que ir à hospital, a local do crime, é uma série de situações, fora o plantão, né? O plantão e delegacia é tipo hospital, a delegacia fica aberta 24 horas, fora os doidos que aparecem, o pessoal carente, doido, que não tem pra onde ir e aparece na delegacia, a gente teve uma menina que apareceu de madrugada e passou, sei lá, dez horas na delegacia, acho que ela usou droga, ela não sabia nem dizer o nome dela, tava totalmente perdida, a gente foi buscar as coisas dela na casa das pessoas que tinham posto ela pra fora, olha, foi uma loucura. E ela alucinada, invadindo a delegacia, você tem que lidar com essas coisas, aí você liga para o bombeiro recolher e ele não recolhe e a pessoa tá ali em surto e o que você faz? Vai deixar aquela pessoa no meio da rua? É muito complicado, a gente tem que lidar com isso também, quase que ser um psicólogo, um assistente social, e aí a gente conseguiu pegar o celular da menina na hora que ela mexeu, que ela não lembrava a senha, e fez um contato e depois de dez horas veio uma pessoa buscar ela, é muito complicado, a gente lida com essas questões também, né? A gente não pode fechar as portas... e aí você fica com pena, têm idosos perdidos, estão um pouco senis, e com Alzheimer, que se esquecem, e a gente tem que lutar, e começa a ver e procurar, às vezes a pessoa não tem um documento, e não lembra o nome e a gente fica dando essas assistências. A gente tinha, infelizmente essa crise do estado não pagou mais e as meninas não estão mais indo, mas a gente tinha um grupo de profissionais ótimas, eram assistentes sociais, psicólogas ou pedagogas, que eram as atendentes do balcão, então, elas lidavam muito bem com essas situações, e a gente perdeu, o estado não tem mais dinheiro. Não tem dinheiro pra pagar a comida do preso, a família que tem que levar, e às vezes o preso não tem família, e a gente tem que dar a nossa comida pro preso ou os outros presos dividem, é uma série de situações de gestão, de dia a dia que a gente tem que passar, e é a viatura que não tem dinheiro pra gasolina, e a gente tem que lidar com um monte de coisas, e a gente conta com um monte de gente com boa vontade lá, o profissional que acaba se virando (PAOLLA, 30 ANOS).

Além da rotina difícil de trabalho policial, existe toda a carga de trabalhos “sociais”, como vimos. Ser delegada, portanto, envolve uma série de fatores importantes, não apenas o aparente glamour que as capas de revista estampam. Inseridas na força policial, atuando no Estado do Rio de Janeiro, elas também terão que lidar com as mazelas que o trabalho na polícia traz. Lotadas em delegacias, muitas vezes sem boas condições estruturais, lidando com casos de carências e violência, estando sujeitas a diversas formas de risco que a profissão traz, a realidade de nossas personagens está longe de ser “cor-de-rosa”. Ou será que elas podem trazer o mundo cor-de-rosa para a polícia? A seguir, vamos percorrer os diferentes matizes de feminilidades que nossas entrevistadas operam.

3 PERFORMATIVIDADES: CORES E MATIZES DO FEMININO NA POLÍCIA: O PODER EM DIFERENTES LOCAIS, DO SAGRADO FEMININO À HEROÍNA SENSUAL.

Eu fico com pena... Não quero passar a mão na cabeça de ninguém, mas também não passo, eu prendo.

Paolla, 30 anos, delegada.

A frase de Paola traz uma interessante ideia do reafirmar e ao mesmo tempo subverter as prescrições de gênero. A delegada é sensível e dura, é forte e frágil, fica com pena, mas prende, é sensível, mas não pode ser frouxa. Mas quais feminilidades ela pretende emplacar aqui? E quais lhe são permitidas?

Sensibilidade e razão, cérebro e coração? Esses conceitos parecem se atualizar nas práticas dessas mulheres que ocupam o posto mais elevado dentro da carreira policial civil, mas que carregam nos atributos do gênero pistas para a forma como devem se relacionar dentro de suas equipes.

Enquanto dispositivo, o gênero atua como uma construção móvel, que assume e reassume distintos contornos. A construção de subjetividades dessas mulheres traz diversas colagens que se articulam, movimentam e aparecem com mais ou menos intensidade a depender das relações que se estabelecem nos vários momentos de suas vidas. Pensar dessa forma nos orienta a perceber que a performatividade da delegada de polícia não articula elementos simples que se isolam em categorias rigidamente construídas, devendo o nosso olhar se tornar atento para não eleger uma operação redutora-binarizante (GUATTARI, 1987) incapaz de compreender ou mesmo cristalizar esse cenário.

Dentro da carreira policial, a masculinização do ideário e da prática profissional (SILVEIRA, 2011) é acionada em busca de legitimar o espaço ocupado por mulheres. Faz-se necessário destacar a naturalização com que se faz referência à masculinização, produzindo uma essencialização do masculino de tal forma que a palavra se torna conceito facilmente absorvido e de compreensão imediatamente compartilhada.

Heloísa, que ingressou na polícia anos antes de Paolla, trata exatamente deste ponto, quando nos fala que a competência profissional também passava pela tentativa de se igualar aos seus colegas homens. Na realidade, esse se igualar, aqui, parece acionar certa masculinização das práticas, nem sempre profissionais, como no exemplo a seguir:

Eu percebo que o primeiro movimento que uma policial, seja delegada..., que uma policial tem quando entra para a polícia é se masculinizar um pouco. É lógico, o corpo é formado majoritariamente por homens, o corpo policial, né? Então... eu não saberia tanto dizer das agentes, então, das delegadas, por conta dessas questões, por ser um cargo de comando, pelo fato das delegadas jovens, das delegadas dos concursos serem mais jovens, eu vejo... eu sempre vi uma certa masculinização, uma certa “não vou ser tão feminina para impor respeito, pra me igualar” (HELOÍSA, 41 ANOS).

Chama atenção perceber a exaltação de masculino bastante associada à competência necessária ou a postura exigida à carreira policial, como se o gênero masculino por si só já trouxesse consigo as habilidades necessárias à boa prática policial. Essa pista nos permite acompanhar como essas noções foram construídas ao longo dos tempos e como discursivamente se atualizam.

O “gênero” como um conceito surge buscando insistir no caráter social das distinções baseadas no sexo anatômico, intentando rejeitar o determinismo biológico implícito em “[...] termos como ‘sexo’ ou ‘diferença sexual’” (SCOTT, 1995, p. 72).

No século XIX, sob notória influência da psiquiatria, disseminou-se a construção de uma dicotomia de gênero na qual a mulher era associada à natureza e o homem à cultura. Nesses termos, os homens eram caracterizados pelas expressões “cérebro”, “inteligência” e “capacidade de decisão”, em contraposição às mulheres, que, por sua vez, eram representadas pelas expressões “coração”, “sensibilidade” e “sentimentos”. Assim, a imagem feminina apresentava como atributos naturais a beleza, a fragilidade, a docilidade e a submissão. Aquelas que apresentassem características distintas das elencadas seriam percebidas, neste contexto, como antinaturais.

Ainda no século XIX, a mulher era vista como ser ambíguo, que trazia em si o bem e o mal, a virtude e a degradação, sendo o casamento e a maternidade seus fins e sua salvação (ENGEL, 1997). As feministas, as libertárias e todas as demais que escapavam ao estereótipo feminino tradicional eram atacadas como feias, pecadoras, masculinizadas, grosseiras e algozes dos maridos (SOIHET, 2005).

O uso da categoria de análise “gênero” coloca a ênfase sobre todo um sistema de relações que pode incluir o “sexo”, mas que não é diretamente determinado pelo sexo, tampouco determina diretamente a sexualidade. Sendo, portanto, uma forma de significar as relações de poder.

Todavia, reconhecer os impasses e distinções históricos não nos parece esgotar a problemática que a categoria gênero traz, pois além de reconhecer as relações passadas entre homens e mulheres, se faz mister avançar na compreensão da história do passado vinculada às práticas históricas atuais, de como elas se ligam e produzem sentido para compor as relações,

as subjetivações e as organizações sociais (SCOTT, 1995). Avançar neste aspecto nos permite problematizar inclusive a questão da naturalização do espaço privado como local social por natureza feminino, como se as relações ali estabelecidas não fossem construídas. O olhar atento sobre as assimetrias e hierarquias simbólicas ali produzidas nos permite compreender que o caráter pretensamente natural e a associação entre grupo doméstico e gênero são imagens produzidas cultural e socialmente (CUNHA, 2007).

No entanto, as feminilidades construídas pelas delegadas de polícia não deixam essa discussão tão simples assim, elas não estão no grupo das trabalhadoras domésticas - ainda que possam ter que responder por isso-, no espaço das delegacias de polícia elas são as profissionais que comandam equipes, que possuem destaque na relação de poder. Essa observação também não encerra ou não esclarece os sutis jogos que o gênero opera. Tampouco deixa evidente os ganhos que o acionamento dessa feminilização possa trazer.

Ao misturarem força e sensibilidade, como assim são convocadas, as delegadas reconstroem constantemente interessantes maneiras de ser mulher. Elas atuam entre as prescrições de gênero, ressaltando, subvertendo, fixando, transformando essas verdades sobre si e sobre sua profissão. A beleza, por exemplo, como atributo feminino largamente usado para despotencializar a mulher, parece ganhar novos usos estratégicos aqui.

Paolla: eu não costumo usar muito, não... eu fico constrangida... eu não costumo dizer, eu não... pedir... carteiradas, essas coisas, eu tenho vergonha, mas, de fato, a gente não é boba, né? Ser bonita ajuda, sim... as pessoas são, como disse, mais receptivas... E, assim, eu não sei se alguém já fez alguma coisa pra mim porque eu era bonita (risos), mas eu acho que... não, eu acho que não. Tem, mas eu não consigo fazer. Acho que se eu quisesse eu faria muito mais.

Daniele: você já percebeu alguma colega sua fazendo esse tipo de negociação? Talvez mesmo de uma forma mais sutil...

Paola: já, já... não sei se de propósito e tal, mas já, já. E os homens quase sempre caem, todos (risos).

Talvez por ser uma carreira tradicional e majoritariamente masculina, a referência é o homem e muitas vezes o lugar a ser construído é pautado por esta comparação. No entanto, é grande o leque de performatividades femininas que se constrói no exercício profissional da delegada.

A figura da campanha de homenagem às delegadas no dia 8 de março encarna, em um só desenho, vários aspectos que se conjugam e se contradizem, na construção dessa mulher delegada.

Figura 3 – Campanha do dia 8 de março do Sinpol-RJ



Fonte: SINPOL-RJ, 2016.

Pouco antes de iniciar o campo de pesquisa, uma grande amiga, pesquisadora e parceira de doutorado, enviou-me uma mensagem pelo WhatsApp com esta figura acima. Ao abri-la percebi a imagem de uma mulher que estava de costas segurando uma arma e de seu cano calibre 38 saía uma rosa. Ela vestia uma roupa preta: na blusa justa se podia ler “Polícia Civil”, na calça apertada se podia ver as formas de seu corpo, que se sustentava do alto de um salto scarpin. A imagem estava em algum local do Centro da cidade do Rio de Janeiro, era um enorme outdoor em homenagem ao dia 08 de março, mundialmente conhecido como o dia da mulher. Era uma homenagem que o sindicato dos/das policiais prestara às mulheres da corporação. Já pensando sobre o objeto de estudo desse trabalho, aquela imagem me impactou e me instigou a investigar um pouco melhor essas formas de feminilidades que apareciam nas mídias, ficcionais ou não. A partir dessa homenagem, algumas questões se apresentavam: o que se esperava de uma delegada, e como elas respondiam a essas demandas? Como as feminilidades que exerciam se dobravam no seu cotidiano? Certamente muitos ingredientes estariam em cena.

A seguir, vamos discutir as muitas performatividades que ajudam a construir as diferentes e complementares figuras de feminilidades vividas e percebidas por nossas entrevistadas. Demonstrando como cada elemento construído vai se reorganizando para que as delegadas operem linhas de força e poder, discutiremos algumas performances que, longe de serem percebidas como modelos estanques, devem ser interrogadas em sua fluidez e entrecruzamentos. A primeira a entrar é cena é a Delegada, a capa de revista.

3.1 Delegata: a capa de revista

Ela não anda, ela desfila
 Ela é top, capa de revista
 É a mais mais, ela arrasa no look
 Tira foto no espelho pra postar no facebook
MC Bola

Figura 4 – Delegatas



Fonte: “DELEGATAS”..., 2013.

Em nossa sociedade, a busca pela beleza pode ser classificada com a pecha da futilidade, especialmente quando esta divide espaço com a aparente seriedade e força que certos locais solicitam, como nos casos das polícias, por exemplo. A construção no imaginário social do homem “machão” como figura ideal de força e respeito policial parece não abrir espaço para a vaidade, ainda muito marcada como um atributo feminino. Por esta razão, é interessante problematizarmos que o estabelecimento de certas convenções estéticas permite, neste caso, a construção e o reconhecimento de espaços tidos como femininos. Embora deixe de fora variações de feminilidades, a construção da Delegata pode significar a produção de sujeitos políticos, assim como ideias e valores (SILVA JR, 2013), que atinge um padrão comunicativo e performático, visibilizando certa mulher que ornamenta – com sua beleza – e que surpreende

– com sua inteligência – ao mesmo tempo. Assim, a Delegata coloca em ação extremos aparentemente antagônicos: beleza-inteligência, sensualidade-poder, feminilidade-força.

Se o apagamento do gênero feminino e a masculinização das práticas profissionais eram/são estratégias de reconhecimento das mulheres como competentes nos espaços policiais, um interessante fenômeno vem balançando as certezas pautadas e cristalizadas nas prescrições de gênero. Se antes as especificidades femininas deveriam se manter apagadas, hoje parece que a apresentação estética do quadro profissional feminino ganha destaque. Para a delegada Heloísa sua experiência profissional e o aumento do quantitativo feminino nos quadros da polícia civil permitiram que traços de sua feminilidade fossem mais presentificados – ou construídos de outra forma – em seu espaço de trabalho:

No meu caso foi muito, assim, a questão da experiência... à medida em que eu me sentia mais à vontade, mais experiente. Eu acho que o que me autorizou foi a minha experiência, a minha segurança... de não ficar tão enrijecida, sabe? A entrada maior das mulheres, ir ocupando mais espaços mesmo... muitas agentes, muito mais mulheres em seu plantão. Até a sua conversa muda, porque o espaço fica mais feminino, entendeu? Numa delegacia de bairro, geralmente, têm poucas mulheres, tem geralmente mulheres no SESOP, que é expediente, e tal... agora, geralmente à noite, se você é delegada, vai ficar você e mais um monte de homens, muito raro ter policial feminina no plantão, muito. Tem aquela coisa... tem filho e não sei o que, aí você pede para sair do plantão... é mais fácil você se apagar, você... você lida muito com policial militar, com pessoas (HELOISA, 41 ANOS).

Unânime ou não, o reconhecimento da Delegata pode simbolizar a produção da imagem que parte do grupo faz de si e certamente alcança fortemente o público externo. Pode significar, assim, o reconhecimento social daquelas sujeitas que não precisam abrir mão de sua feminilidade para serem reconhecidas como policiais, ainda que esse reconhecimento passe pela associação à dada figura estereotipada do feminino. O exagero desses traços, dos saltos, batons e afins pode indicar a construção de um espaço próprio, que, com críticas ou não, vai se construindo. Afinal, somente por existirem que estas figuras podem ser vistas.

Nesse sentido, essa beleza que a Delegata carrega pode não estar associada apenas a atributos meramente estéticos ou plásticos, “[...] mas sim a uma série de valores encarnados como estética naquele corpo e feminilidade” (SILVA JR, 2013, p. 8).

Assim, a Delegata poderia reverter o apagamento da expressão da feminilidade, tão presente nas carreiras policiais, especialmente quando as mulheres começaram a ingressar em tais espaços, apelando para um certo exagero. Sobre esse aspecto, Heloísa fala como esse processo foi para ela:

Eu percebo um movimento de trazer uma maior feminilidade pra polícia, eu percebo um pouco disso. Trazer mais a marca, ainda que caricatural do feminino, eu percebo mais isso. É... porque é o seguinte, eu percebo que o primeiro movimento que uma policial, seja delegada..., que uma policial tem quando entra para a polícia é se masculinizar um pouco, eu acho que pra... é lógico, o corpo é formado majoritariamente por homens, o corpo policial, né? Então... eu sempre vi uma certa masculinização, uma certa “não vou ser tão feminina para impor respeito, pra me igualar”. E eu acho que tive muito isso também. Então, de certa forma, você começa a entrar um pouco pra esse lado como se aquilo fosse te garantir... então, eu percebo assim, um pouco do apagamento do signo do que é ser mulher, do que que é o feminino, entendeu? É... num primeiro momento. E eu percebi isso comigo... então, tô falando de algumas colegas assim que eu percebia, e tô falando muito de mim também ... então, eu tinha uma postura muito masculina, assim... muito de... de não me enfeitar, de me vestir de forma muito sóbria... e eu percebia isso muito em minhas colegas, com essa coisa assim “pra eu ser respeitada”, numa instituição majoritariamente masculina e “eu preciso apagar essa diferença”, entendeu? Eu preciso me vestir de uma forma mais sóbria, e falar grosso... ah, e tem outra coisa, essa coisa de falar palavrão... isso eu não tive muito, não, mas é uma coisa muito comum... isso é uma coisa que eu não peguei, não sei porque, mas eu vejo muito nas outras colegas. Parece que ela se transforma, assim... já entra e fala: “caralho, puta que pariu”. Cria algo como camaradagem... não sei (HELOÍSA, 41 ANOS).

Por sua vez, Verônica acha que essa imagem da policial masculinizada era preconceituosa, embora em sua fala ela deixe presente a ideia de que com a conquista de espaço dentro da instituição as mulheres puderam expressar sua feminilidade de forma autorizada, sem que isso significasse falta de competência:

Eu acho que tem muito estereótipo nisso, a polícia em nenhum falou que a mulher tinha que se masculinizar... as pessoas têm aquela imagem do policial barrigudo, com cordão de ouro, e da mulher masculinizada, da mulher usando a força como garantia da paz, né? Eu cansei de ouvir em delegacia, sobretudo como delegada, “nossa, a senhora é tão baixinha, tão pequenininha, nem parece delegada, nem parece polícia”... então, eu acho que esse conceito veio de fora pra dentro e de alguma maneira isso pode ter sido transmitido na postura das mulheres. Hoje em dia você tem mulheres ocupando seus espaços, você não precisa mais demonstrar que você tem competência... Eu acho que quando as mulheres começaram a se destacar, começaram a conquistar espaço nessa profissão, que elas se permitiram a ser mulheres, né? Eu, por exemplo, sempre trabalhei de saia e de salto alto, por um único motivo: porque eu tenho 1,52 m e sempre gostei de usar saia e vestido. Então, eu acho que é um pouco disso... Eu acho que a partir do momento que as mulheres ocuparam seu espaço, elas se permitiram a ser mulheres, e como mulher, a ter tudo a que se deseja... a tá de unha pintada, a passar um batom... se permitiram a ser mulheres. Apenas isso (VERÔNICA, 59 ANOS).

Se o processo reconhecido como de masculinização buscava apagar a diferença que inferiorizava mulheres policiais, um ponto alto da feminilização evocada pelas Delegatas seria justamente visibilizar as mulheres na polícia, ainda que através de atributos estéticos que atendam a certo padrão hegemônico de beleza, ou, de uma beleza que se aproxime do ideal da beleza branca tida como nobilitada, pois, longe de ser coincidência, a Delegata que estampa as capas de jornais segue certos padrões estéticos como corpos magros, cabelos longos e lisos e pele branca ou moderadamente bronzeada pelo sol.

Para Adriana, embora a mídia ajude a reforçar a ideia de uma delegada mais sensual e atraente, essa imagem é construída pelas próprias policiais, imagem que ela entende ser negativa para a instituição:

Olha, sinceramente eu não entendo, sabe? Porque, assim, é uma coisa que vem da instituição pra fora. Como assim? A mídia esperava encontrar uma delegada mulherão, sarada, roupa colada? Espera, mas por que ela espera isso? Porque existem muitas delegadas assim, elas gostam da exposição... a polícia tem um problema muito grande com exposição, a gente, e eu tenho que me colocar porque sou da polícia, mas eu não gosto, gosta muito de exposição, de mostrar resultados de trabalho e tal, é uma instituição muito vaidosa. Eu terminei o meu mestrado agora e lá existe um capítulo onde eu falo isso, dessa promiscuidade da mídia com a polícia e a quanto isso é ruim para polícia. A gente acha que está usando a mídia, mas a mídia que está usando a gente. Sobre a parte sensual, eu não assumo, mas tem a ver com a minha personalidade, eu sou discreta, mas é fato que... isso é até engraçado, minha irmã é promotora e às vezes ela precisa chamar uma delegada, algum delegado da cidade pra ser ouvido no Ministério Público, mas já aconteceu da gente comentar: nossa, fulana chegou lá com uma bota, uma calça colada... (ADRIANA, 32 ANOS).

Francis, embora tenha aparecido em jornais como Delegata, diz não gostar dessa forma de tratamento, pois ressaltaria uma possível futilidade atrelada à beleza, coisa que não deveria colar à imagem da delegada, justamente por sua qualificação e posição de destaque:

É porque poxa, eu acho assim, eu acho que cada um pode ter o que quiser, distintivo rosa, eu acho que isso não... Mas eu acho que esse termo, Delegata, a gente tem que acabar com isso. Isso eu acho que tem que acabar. Eu levanto essa bandeira. Tem que acabar. Não tem Delegata, delegada é delegada. E acabou. Eu não gosto quando me chamam de Delegata, não gosto. Eu fiz o programa da GNT. Na época, a chefe de polícia, foi ela que convidou as delegadas pra serem feitas esse programa, e foi muito legal porque eu acho que a gente mostrou na nossa prática profissional, entendeu? Foi muito legal, eu acho que ali deu uma, sei lá... acho que para público em si... eles começaram a reconhecer que não necessariamente... essa coisa da mulherzinha, sabe? Da futilidade, porque... a gente estudou tanto para ter que ouvir essa besteira, sabe? Eu não acho legal. É um saco. Eu não tenho paciência, não tenho. Acho que eu já tô até velha pra isso. Fico até pensando: pô... Eu espero que as novas delegadas que venham, que passem, também pensem desse jeito. E acho que vai ser o futuro, pensar desse jeito. Eu sou totalmente a favor da mídia, mas às vezes ela atrapalha... às vezes a gente não consegue mostrar realmente o que é o nosso trabalho, fica só nessa coisa da beleza... (FRANCIS, 42 ANOS).

A fala de Francis é importante para colocarmos em análise essa imagem desqualificadora da beleza feminina e, principalmente, da sensualidade, que não combinariam com a imagem séria que a delegada precisa ostentar. Embora seja retroalimentada tanto pela mídia quanto pelas próprias delegadas, essa negociação entre a delegada que ofusca traços do que se identifica como feminilidade e se mostra discreta e a delegada que explora e exacerba uma determinada estética feminina que faz aparecer contornos e se mostra através da sedução parece difícil. Embora as regras regulatórias não sejam explícitas, aparentemente qualquer excesso poderá ser punido com rótulos desqualificadores. Parece um espaço difícil de estar quando se é delegada. Porém, a imagem da Delegata pode ser valorizada em alguns momentos,

justamente por reunir poder e sensualidade, despertando interesse e curiosidade. Para Nanda, embora as outras carreiras jurídicas possam ter mais poder, o reconhecimento social da delegada parece maior. Para ela, a delegada carrega mais *glamour*:

É. Como eu falo, eu sempre falo isso, que promotor pode mais que a gente, juiz pode mais que a gente, mas o glamour só a gente tem, né? Que é aquela questão da arma, de você andar armado, ninguém sabe se você tá com uma arma na bolsa, ou se você não tá... enfim. As pessoas ainda tem esse fetiche com polícia. E eu gosto, não me incomodo. Tem aquela discussão do delegado ter que se definir... Se eles querem ser policiais, ou se eles querem ser considerados uma carreira jurídica, equiparado ao promotor de justiça ou à magistratura, mas eu acho que o glamour vem dessa mistura. Porque se a gente fosse promotora, né? Se eu fosse promotora não teria tanto glamour. E ele é positivo! Assim... tem também aquela delegada que é só imagem. É porque essa coisa da delegada é muito clichê, a delegada de terminho tirando foto com distintivo, não sei o quê... Essas delegadas desapareceram, elas não exercem a função verdadeiramente, entendeu? É o que eu acho. Tem muita delegada que desapareceu, não assume suas funções, só encena... (NANDA, 43 ANOS).

Mesmo gostando do glamour, Nanda também destaca o receio de que ele se sobreponha ao efetivo exercício do cargo. Talvez, essa preocupação seja mais evidente no caso das mulheres. O cuidado para não meramente ornamentar a instituição, ou, ainda, macular a sua imagem centenariamente masculina, parece importante para se fazer respeitar, especialmente quando se carrega o peso de ser mulher numa sociedade machista.

O maior ingresso de mulheres e a luta por reconhecimento social e de direitos também foram aspectos importantes para a feminilização da polícia:

Eu acho que é um movimento que eu percebi em mim e que eu percebo de uns tempos pra cá, uma coisa mais recente, é... de trazer um pouco... e aí eu não sei se a gente pode pensar assim, se é uma própria questão do feminismo, dos movimentos feministas que eu acho que estão um pouco mais acesos e tal, de trazer um pouco mais a marca da mulher, assim... de trazer mais uma pouco da feminilidade, do que é próprio da mulher... e o surgimento assim, é... muito recente de grupos ligados às questões femininas e tal e... eu não tenho notícias se existe um grupo ligado a... de feminismo, eu acho que não tem... mas, é... mas tudo... mas você pode partir da própria questão da Maria da Penha, né? Que também eu acho que foi... que provocou de certa forma uma revolução, um olhar mais atento para a questão da violência contra a mulher, a violência de gênero e tal... então, eu acho que é uma coisa que se constrói a partir daí... as delegacias da mulher... o DEPAM, o departamento de... então, eu acho que tem todo um movimento que começa a lançar um olhar mais atento para... talvez num primeiro momento, para a questão de violência de gênero e pra importância da mulher, né? Da criação da delegacia de mulher e aí eu acho que criou um corpo feminino mais identificado... eu acho que a criação da delegacia de mulheres e todo esse movimento, eu acho que ele criou um movimento dentro da própria polícia de união das mulheres, de identificação com os valores femininos, entendeu? eu acho que é um pensar da mulher mesmo, sabe? Eu acho que é o surgimento mesmo de um feminismo (HELOÍSA, 42 ANOS).

Entretanto, a Delegada pode ser vista como uma das possibilidades performáticas daquela mulher que gruda na imagem idealizada de certa figura feminina. Ainda que a Delegada

não seja acionada em todas as vertentes da vida da delegada, ela é recorrentemente inventada e acionada em espaços públicos. Assim, expectadores e expectadoras da Delegata terão acesso a esta persona que representaria certo ideal corporificado em uma figura feminina, figura para ser vista por um “nós” e um “eles” (SILVA JR, 2013). Nesse sentido, essa imagem pública atuaria como em um palco onde são encenadas figuras aparentemente coerentes de um grupo muito mais heterogêneo, mas que se comunicaria de determinada maneira perante os olhos de um coletivo mais amplo. Durante a entrevista com Catarina, esse aspecto fica mais evidente:

Catarina: a gente se preocupa com a imagem sim, se preocupa... teve uma vez que eu participei de uma operação policial numa comunidade conflagrada pelo tráfico, teve muita imprensa e tal. Bem, aí eu iria dar uma entrevista para a imprensa e comentei com o meu superior hierárquico que iria me maquiar, pelo menos passar um batom... eu estava com roupa operacional... para me produzir para a entrevista... e ele me realocou para o centro da realidade... me disse “olha, se você fizer maquiagem, nem vai parecer que você estava na operação, então, vai do mesmo jeito que você ‘tá’ que vai ser melhor”, aí eu pensei: “realmente eu não preciso da maquiagem para construir a minha imagem. A minha essência, minhas posturas e as minhas condutas representam muito mais aquilo que eu sou”.

Daniele: mas por que você teve essa preocupação inicial de se arrumar, se maquiar?

Catarina: porque quando a gente aparece para a imprensa, numa entrevista... primeiro que a gente vai ser vista por todo mundo, e aí surge aquela preocupação com a imagem, com a estética, com a beleza, sobretudo... a forma como a gente quer ser vista e ser lembrada... é... então, esse lado da aparência ganha uma importância, além do próprio conteúdo da mensagem que se quer passar... a gente simboliza, representa tanto a nossa atuação profissional quanto a instituição como um todo.

Daniele: e te incomoda esse jargão Delegata?

Catarina: eu gosto... eu gosto porque ele acaba atingindo, pelo lado positivo, um pouco do ego... então, ao lado do delegar... delega, de delegada... esse primeiro prefixo, ele enuncia o poder, essa coisa do cargo, ao passo que o “gata” traz aquela questão da beleza ínsita ao sexo feminino.

Daniele: e em seu cotidiano, a Delegata aparece?

Catarina: (risos) olha, depende...eu não gosto de ser vista desarrumada por colegas de trabalho, por alunos... acho que por pessoas que me conhecem como delegada...

Daniele: mas pelas pessoas que te conheciam antes...

Catarina: pois é... tô pensando nisso agora (risos)... acho que não me importo, acho que posso ser eu mesma, sem tanta preocupação, tipo... meus amigos de faculdade, meus amigos de infância...

Catarina, ao ilustrar a maneira como se relaciona com a figura da Delegada nos ajuda a pensar em como a aparência, a beleza e a qualidade de ser sexualmente atraente fazem parte de um sistema de relações culturais e sociais. De tal modo, os corpos podem ser compreendidos como moldados a partir de relações sociais de poder, num processo que envolve a incorporação

de posturas, normas e linguagens, que estão intimamente vinculadas a práticas e concepções hegemônicas. Nesse sentido, podemos pensar

[...] os modos de corporificação da nossa cultura como formas em que as pessoas – mulheres e homens – apreendem, trazem para dentro de si e realizam *performances* de pertencimento a determinadas posições das relações e hierarquias de poder. Neste processo, estabelecem ou reproduzem-se noções classificatórias particulares sobre o *belo* e o *abjeto* (ADELMAN; RUGGI, 2007, p. 41-42, grifo dos autores).

No cenário brasileiro ainda é bastante presente a ideia de uma corporalidade que valoriza a aparência e a sensualidade, especialmente das mulheres. Adelman e Ruggi (2007) destacam que inúmeros discursos “masculinistas”, que vão desde as mídias até as artes, giram em torno de uma pretensa naturalização da beleza/sensualidade das mulheres brasileiras. Para além do senso comum, as autoras abordam a importância de se aprofundar os estudos históricos acerca do valor social e cultural que a beleza e o “corpo perfeito” possuem em nosso país. Embora seja salutar considerarmos que noções machistas e patriarcais de feminilidade estejam em jogo para a compreensão desse processo, não podemos deixar de colocar em discussão o aparente prazer ou desprazer que as mulheres teriam com a busca por esse corpo idealizado. Assim, embora a busca pela beleza possa ser marcada por jogos de poder que inferiorizam ou objetificam as mulheres, tanto as que se enquadram quanto as que ficam de fora dos padrões hegemônicos, as técnicas de embelezamento constituem importantes temáticas e práticas de intercâmbio reconhecidamente femininas, que podem atuar criando ou reforçando uma relação de pertencimento e reconhecimento de espaços femininos.

Assim, se Catarina se preocupa em manter a Delegata viva em espaços onde a sua carreira seja reconhecida, ela também ajuda a visibilizar aquele espaço como local possível a mulheres. Como seu relato revela, a Delegata representa a si e a instituição policial a qual ela pertence. Sendo um local masculino em sua criação e tradição, a polícia ganha novos contornos com a entrada de mulheres, ainda que possa ser alvo de críticas, a Delegata altera esse cenário, subvertendo a lógica meramente decorativa da beleza, pois, como Catarina diz em sua entrevista, ali se encontram a beleza dessa mulher e o poder que o seu cargo carrega.

Se no passado do Brasil, país de tradição católica, as práticas estéticas tinham um significado subversivo, pois tentavam “corrigir o que Deus criou”, e se a vaidade ainda figura como um dos pecados capitais (DEL PRIORI, 2000), a Delegata, apesar de figura controversa, pode ser uma performance importante para a construção de uma polícia que integra uma imagem feminina, possibilitando o reconhecimento daquele local como um espaço também feminino. Entretanto, a Delegata é uma produção discursiva que funciona dentro de uma

economia simbólica da objetificação feminina, aspecto que não fica de fora, e sim ajuda a compor a complexa figura da delegada poderosa, bela e sensual.

Essa preocupação demonstrada por Catarina aparece em outras entrevistadas, que julgam importante que a imagem da delegada seja bem apresentada ao público, inclusive porque ela representaria a imagem da própria instituição:

Olha, existe uma preocupação com a aparência, sim... Assim, eu me preocupo muito, sempre me preocupei. Me preocupo mais com meu físico do que com maquiagem, mas ... a gente atende muita gente, atende o público, e eu acho que tem que ter essa preocupação em estar bem. Você é o espelho da polícia, você é a logomarca do chefe da polícia civil, do governador, né? Eu sou o governador aqui, porque é delegado de polícia do governador, o cargo era esse, né? O governador não podia estar em todos os lugares, então ele delegava essa função que ele tinha para determinadas pessoas, e são os delegados. Então eu acho que a imagem da polícia civil, quanto mais bonita, bonitos, todos, nós estivermos, a imagem sempre vai ser muito positiva (NANDA, 43 ANOS).

Interessante perceber a relação entre “beleza” e a “imagem positiva” da polícia impregnada pelas delegadas, especialmente quando essa imagem está em contato com espaços não-policiais. Pensada como um atributo importante para a construção da Delegata, a beleza pode ser discutida a partir de certos jogos de poder, como já discutimos.

Belas e de salto alto, entre o limite da autoridade e do fetiche. Encarnar a beleza é uma obrigação para as mulheres, não para os homens, os homens fortes lutam pelas mulheres belas (WOLF, 1992), não se imagina colocar em questão a masculinidade do sujeito a partir de sua beleza ou feiura, homem feio não é alvo de chacota ou de descredibilidade, ao contrário, muitas vezes a virilidade está presente na cara marcadamente bruta e nos traços assimétricos do homem, sua masculinidade não entra em questão – a menos que não performatize força. Interessante perceber que a beleza, como um padrão pré-estabelecido, era uma marca apagada pelas mulheres que ingressavam nas forças policiais. Hoje, esse sentido parece ter sido reconfigurado, ora funcionando como forma de visibilização da mulher pelo exagero dos traços que marcam sua feminilidade – e todo o ganho que isso possa trazer –, ora as colocando no delicado terreno da objetificação do feminino. Sobre isso, Heloísa pensa ao longo de nossa conversa:

É aquela história, da polícia como reflexo da sociedade, né? A beleza é uma forma de poder, né? A beleza é um a mais que a mulher tem, que você tem, principalmente a mulher no imaginário, assim... então, se você me diz assim um padrão, né? Ué, o padrão da delegada é o padrão da mulher brasileira porque... é legal fazer chapinha no cabelo, ter cabelo liso, do cabelão, é meio que um símbolo da latinidade da beleza da mulher brasileira ter cabelão, então elas vão ter cabelão, o padrão é ser magra, ou ser sarada, ser malhada, ter pernã, então a mulher vai ter, então, não acho que seja um padrão de beleza da delegada, mas um padrão de beleza da mulher, ou da brasileira, ou da carioca, o recorte que você quiser dar... então, assim, o tipo de roupa, o tipo de cabelo, o tipo de maquiagem... (HELOISA, 41 ANOS).

O revés da moeda nos permite indagar se teria a delegada “feia” a mesma credibilidade destinada ao masculino, ou mesmo a delegada “bonita”. Para Heloisa, a ex chefe de polícia do estado do Rio de Janeiro passou por um processo de reformulação estética nos momentos que precederam sua nomeação:

Deram um banho de loja, sabe? Deram não, acho que ela se deu uma “repaginada” total, já vi a ex chefe de polícia várias vezes antes de estar no cargo, assim, bem mais sóbria, com roupas bem mais masculinizadas, bem mais... (HELOISA, 41 ANOS).

Apesar de a beleza funcionar como artifício na construção das subjetividades dessas mulheres e ser acionada como força para o empoderamento feminino, Naomi Wolf (1992) problematiza a beleza como obstáculo último para que as mulheres prósperas não se sintam tão livres assim, uma vez que quanto mais numerosos fossem os obstáculos legais e materiais vencidos pelas mulheres, maiores eram as exigências de belezas, com modelos cada vez mais rígidos, pesados e cruéis. Ainda para a autora, por mais bem-sucedida que seja a mulher, existe uma subvida secreta, onde - imersa em conceitos de beleza - a obsessão pelo físico, o medo do envelhecimento e o pavor de perder o controle parecem retirar da mulher empoderada seu sentido pleno de liberdade. Estaríamos em meio a uma violenta reação ao feminismo que emprega imagens da beleza feminina como uma arma política contra a evolução da mulher, o que Naomi chamou de mito da beleza, que funcionaria como arma de controle social, destruindo psicologicamente as mulheres a partir de suas ações de controle. Encarada desta forma, a beleza também seria um sistema político, que consiste no melhor conjunto de crenças a manter intacto o domínio masculino.

Para Miriam Adelman e Lennita Ruggi (2007) a beleza, a força física, a fragilidade e a qualidade de ser sexualmente atraente são atributos e valores que precisam ser compreendidos como parte de um sistema de relações sociais e culturais, e não como características individuais. Assim, a distribuição do capital corporal envolve um esquema complexo de posições sociais e expectativas normativas que constituem um elemento significativo das relações materiais e simbólicas de poder. Colocada dessa forma, a beleza não transita no local fatalista endereçado por Wolf (1992) em seu *O mito da beleza*, pois entendida como forma de poder, ela pode constituir múltiplas relações, que não apenas aprisionam, mas também empoderam, constroem valores e re-significam relações.

Para Verônica, que já foi chefe de polícia, estar bem arrumada dentro das delegacias é importante:

Eu nunca me considerei uma mulher bonita, mas sempre tive muita autoestima, como eu cresci num lar onde a gente era valorizada, então, nunca tive “baixa estima” e sempre trabalhei para que todas as pessoas tivessem. Mas eu sempre fui uma pessoa muito cuidadosa, nunca fui trabalhar mal arrumada... eu acho assim, eu sou católica... e as pessoas falam assim: ah, é um absurdo não poder ir de bermuda. E eu digo: você vai a uma festa de bermuda? Se você se prepara pra ir a uma festa, você se prepara pra ir ao encontro de Maria, de Nossa Senhora de Deus. A mesma coisa pra polícia, né? Se eu me preparo para ir a um fórum, porque não vou me arrumar para a polícia? Limpo, bem passado (VERÔNICA, 59 ANOS).

Todavia, parece haver uma linha divisória entre o permitido ou não à Delegata, a essa figura vaidosa. Ela precisa fazer negociações que permitam que sua imagem efetivamente ornamente a polícia, mas “sem exageros”. Definir tais exageros parece mais um dos tantos jogos simbólicos que operam nesse cenário. Sobre isso, Paolla, delegada mais jovem e considerada uma Delegata, nos oferece algumas informações:

Acho que tem que ter um decoro para se vestir. Terno e gravata para homens, principalmente em entrevistas, e para as mulheres terninhos ou tailleur, saia ou vestidos mais sociais, nada de decotes e etc e tal, e a gente teve até há pouco tempo uma chefe de polícia, que virou deputada, a doutora Martha Rocha, ela se preocupava muito com isso, e ela falava com as delegadas que estivessem ou com roupas muito curtas, ou com decotes, com roupas que chamassem muita atenção, ela chamava a atenção, e eu até concordo, ela falava educadamente com a pessoa: “olha, eu acho que não é um traje apropriado”, e ela tava sempre de vestido, toda arrumada, vestidos sociais, sempre bonita, mas com sobriedade, vestido até o joelho, um sapato de salto, um cabelo bem feito, maquiada, muito perfumada, ela era super vaidosa, só que era essa vaidade nesse tipo que eu disse, a vaidade com seriedade, né? Mas ela chamava atenção das homens também, de uma delegado de camiseta, de calça jeans, ela chamava atenção, falava: isso não é roupa de um delegado, vocês querem cobrar respeitabilidade perante um juiz, um promotor, pergunta se eles vão trabalhar assim”, e alguns até vão, mas a maioria não (risos), e ela falava isso. Esses simbolismos e a aparência são muito importantes (PAOLLA, 30 ANOS).

Interessante destacar que o decoro masculino passa apenas pela orientação quanto às roupas sociais, já para as mulheres há um cuidado especial com as partes do corpo que não podem ficar visíveis, como os seios e as pernas, por exemplo.

A delegada Heloísa, 12 anos mais velha que Paolla e atuante há mais tempo na polícia, comenta sobre a maior visibilidade das mulheres a partir da figura da Delegata, mas faz uma análise de quais discursos são produzidos a partir do acionamento da Delegata. Para ela, embora a Delegata sirva para dar mais visibilidade à mulher delegada, os casos “mais sérios” continuariam a ser representados por homens:

Sobre essa coisa das delegatas, chama atenção, a mídia gosta, aparece mais, mas ... olha, não sei, assim, mas acho que talvez isso faça muito sentido. Se você for pensar em chamar um delegado para compor uma mesa, para uma reunião... um delegado que irá falar sobre algum tema sério, que vai falar sobre um tema... geralmente é homem, né? Mas tem algumas exceções, né? Por exemplo, essa delegada agora do caso do estupro coletivo... mas os casos de maior repercussão, geralmente são

homens... mas, assim, o que é uma repercussão? Homicídios: homens! Nunca teve uma diretora na DH... é... DECOD ... homem também, quase sempre, os grandes departamentos: homens. Você tem muito mulher falando em casos de Maria da Penha, em casos de... mas que não mobiliza tanto, né? Verdade seja dita. Acho que essa notoriedade acompanha os locais onde essas delegadas são lotadas e tal (HELOÍSA, 41 ANOS).

Porém, se para os homens heterossexuais não parece haver a necessidade de se fazer negociações acerca de seus corpos e vestimentas, pois a respeitabilidade já parece inata a eles, às mulheres resta dosar essa fórmula da vaidade mesclada com sensualidade que deve ser controlada, pois, caso contrário, a Delegata poderá ter sua imagem maculada e sua carreira colocada sob suspeita. A Delegata não pode dar espaço para a vulgaridade. Embora o homem policial seja símbolo de virilidade – o que o permite a livre expressão de sua heterossexualidade –, poderosas ou não, as Delegatas precisam respeitar certas regras morais, algum decoro. Não convém desrespeitar, ao menos de forma pública.

Todavia, a Delegata é recorrentemente divulgada nos meios de comunicação. A imprensa, as novelas e os programas de TV vendem essa imagem com frequência. O próprio termo Delegata parece ter surgido a partir da imprensa, como destacam duas de nossas entrevistadas:

Essa coisa da delegata surge com a Monique Vidal, né? Se você for pensar, aquela mulher da zona sul... porque ela é da zona sul, bonita, loira... o estereótipo da mulher bonita... nascida e criada em Copacabana. Ganhou notoriedade na época em que ela trabalhava na Barra, quando ela representou pela prisão dos pitboys, né? Que brigavam nas boates da Barra, e isso deve ter mais ou menos o que? Mais ou menos quando eu entrei que tinha isso... e tem toda a notoriedade que ela ganhou e... mas tem essa coisa de ela ser uma mulher bonita, de ela ter... acho que surge daí (HELOÍSA, 41 ANOS).

Olha, a Delegata começou com a Monique Vidal, né? O nome, né? Delegata. Porque a Monique ela já veio, ela trouxe um outro perfil, esse perfil mais feminino que é a delegada de cabelo grande, loira, e aí aparece grávida, e aí trabalha grávida... Por mais que as delegadas tivessem filhos, eram menos mulheres na polícia, entendeu? E a Monique ela abriu essa porta, ela escancarou essa porta pra outras mulheres, né? (NANDA, 43 ANOS).

Para Susan Bordo (1999), as informações transmitidas pela publicidade não se baseiam em uma argumentação racional, mas em artifícios persuasivos que reforçam e recorrem a estereótipos culturalmente estabelecidos, como certos padrões estéticos, por exemplo. Assim, ao criar a figura da Delegata, a imprensa recorre à estética da heroína, uma personagem que combate o crime, mas que não perde a beleza e a sensualidade. Embora esse processo seja reapropriado e reconstruído pelas próprias personagens – que não são figuras passivas –, ele ajuda a dar uma imagem mais atrativa àquela figura que altera o espaço histórico da polícia, reconhecido e reivindicado culturalmente como masculino (e altamente machista). Assim, a Delegata atende a um apelo sexista sobre o papel social da mulher, porém, ao se apropriarem

desse local, essas mulheres ajudam a redesenhar a própria polícia e as imagens de si, pois agora, além de oferecerem suas belezas ornamentais para os olhos dos e das expectadoras, elas utilizam o poder social que a bela delegada possui, tornando-as protagonistas. Se a instituição policial as mantinha silenciadas, as Delegatas agora podem falar. E as que não se enquadram nesse estereótipo da estética da heroína, seriam postas a margem? Talvez, ou simplesmente desaparecem.

Ao estudarem a construção das imagens femininas em histórias em quadrinhos, Melo e Ribeiro (2015) destacaram que as heroínas geralmente figuravam como mulheres jovens e belas, desenhadas em posições e trajes sensuais, que enfatizavam seus atributos físicos. As autoras ressaltam que essa comunicação geralmente era dirigida a um público masculino. Portanto, a feminilidade das personagens era representada quase que exclusivamente pelo apelo à sensualidade. Para as autoras, a mulher nos quadrinhos

[...] é percebida pelo seu corpo, sua sensualidade e suas formas externas, passando, assim, a fazer parte do desejo e sendo representada por ‘atributos de seu corpo’, não sendo dessa maneira evidenciada as reais capacidades e qualidades da mulher heroína, diferente dos personagens do sexo masculino que, geralmente, são representados e percebidos por sua força, inteligência e poder (MELO; RIBEIRO, 2015, p. 108, grifo das autoras).

Embora essa visão possa ser reducionista de um processo maior de relação entre os gêneros, ela nos ajudar a pensar alguns pontos, como a imagem televisiva que a mulher policial possui, por exemplo. Porém, essa imagem da policial sensual, tal qual uma heroína, é materializada de diferentes formas, inclusive dentro da própria polícia. Aqui, podemos retomar a imagem que homenageia as mulheres policiais em março: a Policial-Que-Atira-Flores poderia ser uma espécie de heroína? E a Delegata?

Para realizar a pesquisa, precisei solicitar autorização à Chefia de Polícia, assim, nos meses seguintes, passei a frequentar mais a região da Rua da Relação, onde está situado o prédio da chefia administrativa da polícia civil fluminense. Coincidentemente, uma das minhas entrevistadas, Adriana, marcou o nosso encontro naquele local. No dia da entrevista, fui caminhando pelas sinuosas ruas do Rio Antigo, marcadas pelo tempo, pelas expressões populares e pelos passos apressados. Já era março novamente e uma imagem conhecida voltava a cruzar o meu caminho: a Policial-Que-Atira-Flores. Ela, homenageando às mulheres naquele que seria o mês de comemoração, mas também, e principalmente, de muita luta e militância.

A imagem da Policial-Que-Atira-Flores estava ali, bem grande, de frente ao prédio da Chefia de Polícia, podendo ser notada por quem passasse por ali. Lembro-me de ter subido as escadas que separam o prédio da calçada e de ter me posto ali a observar aquela personagem,

aquele desenho de uma mulher negra, policial, de cabelos crespos, de revólver calibre 38, de salto alto, de frente a mim.

Com hora marcada, interrompi nosso encontro e fui em direção à entrada principal. Peguei o elevador e ao sair eu pude ver uma mulher no corredor, desconfieei que poderia ser Adriana. A delegada, de forma muito acolhedora, me levou para a sua sala, cena que já relatei no início desse trabalho. Mas faltou dizer que assim que nos sentamos, Adriana logo puxou assunto, dizendo que acabara de defender a sua dissertação de mestrado. Começamos a conversar, ela estava curiosa com o meu tema de pesquisa, e eu estava curiosa com o que ela achava do outdoor que ficava bem ali, na frente de seu trabalho. Numa tentativa de não ser tão direta, lembro-me de ter comentado com Adriana sobre a homenagem que o sindicato prestara, dizendo que havia notado e a perguntando se ela também havia visto.

Respondendo que havia percebido, a delegada logo se apressou em dizer que não gostava “daquilo”, mas que achava que a imagem representava bem aquilo que ela chamou de “imagem da policial”. Para Adriana:

A mulher policial assume essa postura de femme fatale, e eu não sei o porquê. Existem várias normais, mas existe essa coisa, e eu não sei o porquê. Eu acho que uma coisa alimenta a outra, o cinema, as novelas, essa figura da policial... mas a inspiração vem da própria instituição. Têm muitas delegadas assim, e eu não sei de onde vem isso. Eu sempre me preocupei com a aparência, mas de estar bem, sabe? Isso é para a vida, não por ser delegada (ADRIANA, 32 ANOS).

Descolando a sua imagem da imagem da policial que além de atirar flores é sensual, tal qual as heroínas dos quadrinhos, Adriana se afirma como “normal”, e embora afirme que muitas delegadas sejam assim, ela se coloca crítica quanto ao uso de roupas e demais acessórios que deixem escapar a sensualidade dessa mulher. Portanto, decidir até onde roupas, apetrechos e adornos são sinônimo da feminilidade autorizada para a delegada ou se são, ao contrário, rechaçadas e consideradas vulgares pode representar uma linha tênue:

Eu acho que existem roupas e roupas, eu acho que se ela colocar um tubinho preto e um scarpin e... uma outra com um frufu, esse tipo de coisa que eu tô falando, uma roupa muito curta não fica legal em ambiente de trabalho nenhum, né? Um decote muito curto, mas por um motivo mais de ser um ambiente social, não por ser um ambiente masculino, mas por ser o ambiente de um órgão público (PAOLLA, 30 ANOS).

Assim, os jogos discursivos que irão ajudar a compor a imagem da Delegata vão se alterando conforme o contexto e, embora a instituição pareça reforçar essa imagem em alguns momentos, o reconhecimento da Delegata aciona diretamente construções machistas que colocam as mulheres e a livre expressão de sua sexualidade como uma questão moral, que atravessa toda a sua vida, privada ou pública, desqualificando-as. Se o homem bem-sucedido

pode expressar livremente a sua sexualidade heterossexual, o mesmo parece não valer para a mulher em condições similares. A mulher que sugira ser, em sua postura ou vestimenta, sexualmente ativa, ou que pareça usar seu corpo de forma livre é relegada a uma classe moralmente inferior.

Mas a Policial-Que-Atira-Flores simboliza a heroína terna e sensual, a ternura vem representada pelo cano do calibre 38 que, ao invés de pólvora, atira uma rosa vermelha e a sensualidade vem a partir da pose, das vestimentas, do salto alto. Essa heroína, assim como nas histórias em quadrinhos, habita um universo predominantemente masculino, onde mulheres raramente são protagonistas e comumente são coadjuvantes sensuais e atraentes, frequentemente frágeis, mas raramente iguais⁶ (MELO; RIBEIRO, 2015). Talvez por isso que Adriana seja tão crítica a ela, ou, talvez, por causa de seu próprio preconceito.

A Delegata e a Policial-Que-Atira-Flores precisam se manter dentro de certos limites para se fazerem respeitar. Seja o limite da sensualidade, seja o limite da feminilidade. Extrapolando a sensualidade, responderá pela falta de moral, extrapolando a feminilidade, será desqualificada quanto uma figura respeitável no espaço público. O que Paolla chamava de “ vaidade com seriedade”, e essa “ vaidade com seriedade” parece ser a regra necessária para a Delegata poder ser respeitada.

São tantas as barreiras a serem transpostas pela mulher policial, especialmente quando em cargos subordinados, o que não é o caso das delegadas, que inevitavelmente atuarão num local de poder dentro da instituição, que a aparência física é apenas uma delas. Dentro da carreira de delegada/delegado de polícia as promoções irão representar verdadeiros jogos de força, com atravessamentos políticos, de filiações ideológicas e governamentais, regras tácitas, carregadas de interesses e preconceitos. Portanto, rechaçar certos rótulos faz sentido neste cenário machista e complexo.

⁶ Cabe destacar que mais recentemente foram lançados filmes onde as super-heroínas eram protagonistas que prescindiam da figura masculina para protegê-las. Um deles foi o filme Mulher-Maravilha, lançado em 2017 e comemorado como uma obra feminista. Todavia, acompanhando as polêmicas que perseguem a personagem desde sua criação, nos anos 1940, a figura hipersexualizada de Diana fora alvo de diversas críticas, que questionavam as possíveis razões de ainda se manter a personagem como alvo dos fetiches masculinos. Mas, para a “biógrafa” da personagem, Jill Lepore, já no contexto de sua criação, no final de 1941, a Mulher Maravilha foi um importante ícone para a cultura da época, pois “ [...] ela dialogava com as mulheres, e também fazia alguns leitores homens compreenderem que mulheres podiam, sim, ser superpoderosas” (D’ANGELO, 2017, n. p.). Embora polêmico, o entendimento dessa personagem passa tanto pela objetificação que o corpo feminino possui, quanto pela enorme recusa que setores mais conservadores da sociedade têm para lidar com a livre expressão dos corpos e das sexualidades femininas.

3.2 Delegada-Barbie: a controversa

I'm a Barbie Girl in a Barbie World
 Life in plastic, it's fantastic
 You can brush my hair, undress me
 everywhere
 Imagination, life is your creation.

S. Rasted; C. Norreen; R. Dif.. Intérprete: Aqua

Figura 5 – Delegada-Barbie



Fonte: VEJA..., 2016.

Falar sobre suas vaidades, sabendo que esse material será registrado e analisado numa pesquisa de doutorado requer cuidado. Assim, ainda que possa ser gratificante ser percebida como bela e poderosa, como nos disse Catarina, assumir isso pode ser uma perigosa armadilha em que estas mulheres não querem cair. Fazer, portanto, uma diferenciação entre o “elas” e o “nós” pode ser uma estratégia de fortalecimento político de nossas entrevistadas. Embora algumas se dissessem satisfeitas com a alcunha “delegata”, nenhuma se reconheceu como Barbie, mesmo abusando do salto, da maquiagem, dos cabelos arrumados, do distintivo rosa. Para elas, era inevitável associar a figura da boneca norte-americana ao exagero, à futilidade que tanto se esforçavam a demonstrar que não possuíam. Elas diziam conhecer Delegadas-Barbies, criticavam essas personagens, mas nenhuma se reconheceu como tal. Também fazia sentido.

Mas se a feminilização através da beleza parece abrir nova forma de diálogo entre os atores e atrizes que compõem esse campo de pesquisa, para as delegadas entrevistadas, a figura reconhecida como Barbie, ou a delegada que exagera no estereótipo feminino, é vista com estranheza. Talvez aqui a carreira policial possa dar algumas pistas para investigação, pois a figura absolutamente marcada por trejeitos e indumentárias da boneca infantil não parece figura unânime de aceitação em um espaço de força e presença ainda maciça de homens. Mas a chamada infantilização da imagem feminina é apontada como uma das razões para o incômodo.

Heloísa, que afirmava achar importante as delegadas poderem se maquiar, usarem salto alto e demais adornos, acredita que a Delegada-Barbie seja uma forma de afirmação da feminilidade, ainda que recorrendo ao que ela entende como “infantilizada”. No trecho a seguir, a delegada avalia se essa infantilização não seria uma tentativa de apagar a sexualidade feminina. Interessante pensarmos como a avaliação moral cabe nesse discurso, visto que não haveria espaço para a mulher sexualizada:

Eu acho que é uma forma mesmo de afirmar essa feminilidade, mas eu acho que não pode ser assim... porque quando você faz uma coisa Hello Kitty, celular, distintivo cor-de-rosa eu acho que você apaga um pouco essa questão da sexualidade, é uma coisa que eu tô pensando agora, não sei... fica uma coisa mais assim: mãe, policial, fica uma coisa mais séria... essa coisa do distintivo rosa, da hello kitty, essa coisa assim mais infantilizada... é difícil falar, porque às vezes eu me pego meio que fazendo um retrato da minha geração, que são mulheres que hoje em dia são mães, que estão às voltas com a questão da maternidade, né? Então, fica difícil, é uma visão muito pessoal, né? Eu tô fazendo essa curva, eu tô fazendo essa curva, né? De um grupo que entrou com 25, com vinte e poucos anos de idade e que hoje tem 40, quarenta e pouco (HELOÍSA, 41 ANOS).

Além do recorte geracional, apontada por nossa entrevistada, o aparecimento da Delegada-Barbie coloca em questão outros elementos e algumas perguntas. Uma delas é qual linha divisória determina até onde a vaidade pode ir para que a Delegada não cruze a perigosa fronteira da Delegada-Barbie? Se a Delegada se permite ser bela e poderosa, seria a Delegada-Barbie uma aparente performance exagerada e infantilizada da Delegada? A seguir, vamos discutir essa personagem. Mas, antes de colocá-la em cena, cabe destacar o outro lado da beleza, apontado por Paolla e que nos ajudará a pensar a Barbie:

O mundo para uma pessoa bonita, homem ou mulher, é outro mundo, do que o mundo de uma pessoa que não é, a verdade é essa. As pessoas têm mais receptividade, a aparência, infelizmente, conta muito, né? Eu acho de modo geral, né? Agora, **tem o lado negativo da beleza também, porque as pessoas têm preconceito, né?** Infelizmente a gente sofre quase que um bullying... eu falo que mulher bonita na polícia... **eu vi tantos comentários sobre mulheres que chegaram ao poder e que falam: “é porque deu pra alguém”,** quando na verdade... eu não sei as atividades das outras pessoas, mas eu digo por mim, eu nunca precisei desse tipo de coisa para conquistar nada e eu tenho certeza que a maioria não teve nenhum tipo

de favorecimento, agora, se o cara achou a mulher bonita e quer ajudar só porque ela é bonita, aí o problema é do homem bobão, né? [risos] (PAOLLA, 30 ANOS).

A beleza pode servir para abrir portas, por certa receptividade ao belo, mas pode servir para desqualificar as sujeitas. A Delegata pode existir, mas a sua ascensão profissional pode vir carregada de suspeitas. A desqualificação, a partir da erotização e objetificação da mulher delegada é um recurso machista ainda bastante presente na polícia, assim, o seu corpo e a sua sexualidade são apontados como moeda de troca na inespecífica estratégia de indicações para progressões na carreira. Virtual ou não, esse imaginário aparece nos discursos das entrevistadas.

3.2.1 A Barbie fora da caixa: uma história de supermercado

Em fevereiro de 2019 eu estava na fila do caixa de um supermercado próximo a minha casa, entre compras e distrações, deparei-me com algumas revistas expostas numa prateleira, embora não habitual, e no afã de fazer o tempo de espera passar mais veloz, comecei a ler as manchetes das capas, uma a uma. Para minha surpresa, em uma revista pretensamente destinada ao público feminino, meus olhos viram a chamada para a reportagem: “Patricinha, ela? Aos 60 anos, a Barbie já foi dona de casa, astronauta e médica”. Não resisti, acabei voltando para casa com uma revista chamada *Glamour*.

Ao longo da pesquisa nós já havíamos discutido a possibilidade de utilizar a boneca Barbie como avatar de várias máscaras usadas pelas delegadas. A ideia me parecia interessante, mas ao longo de algumas discussões com o nosso grupo de pesquisa, fiquei convencida de que a Barbie já era carregada por tantos atributos que ficaria difícil elegê-la como avatar para várias formas de ser uma mulher delegada. Além disso, como veremos, ser associada à Delegada-Barbie não parecia agradar as nossas entrevistadas, que viam a imagem cor-de-rosa da boneca sexagenária de forma pejorativa. Elas até poderiam expor suas feminilidades a partir das roupas, dos apetrechos, da cor rosa, mas ser denominada Barbie não parecia agradar. Pelo contrário, ser uma Delegada-Barbie era quase sinônimo de futilidade, o que não parecia combinar com o cargo que exerciam. Porque se esgotava nisso.

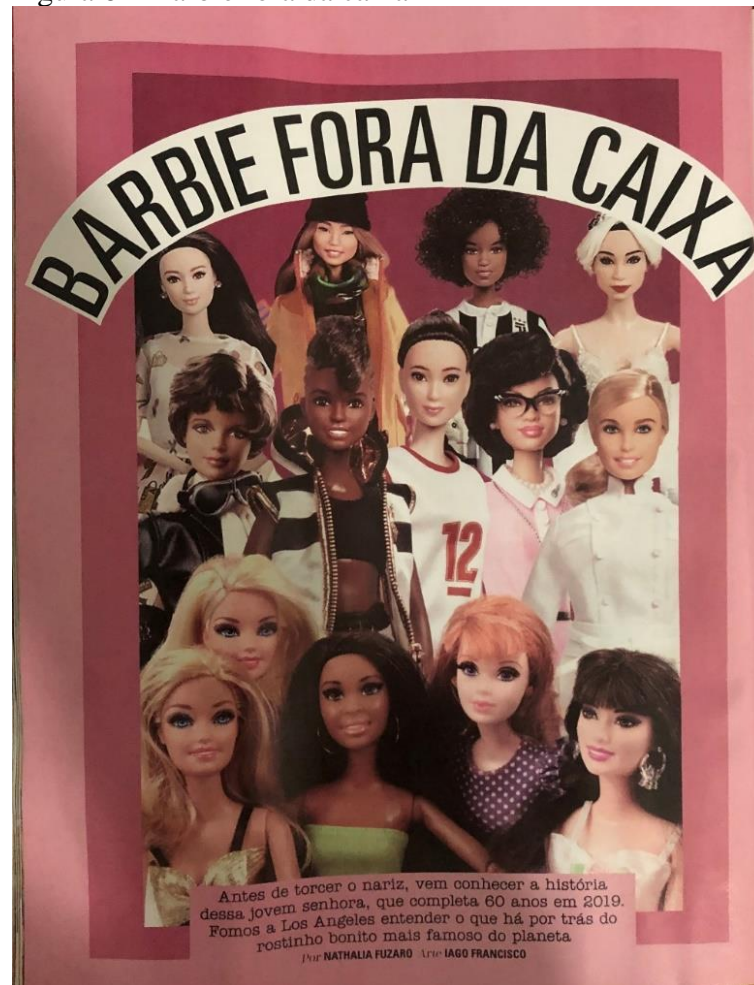
Mas a ideia de falar sobre performatividade a partir da Barbie e suas múltiplas facetas ainda me agradava. Encontrar aquela revista perdida naquele supermercado me parecia tão inusitado e incomum, a Barbie sequer era a capa principal. Mas meus olhos a encontram.

Ao percorrer as páginas destinadas a contar a história da boneca criada pela americana Ruth Handler, em 1959, era possível se deparar com múltiplas Barbies, que variavam de vestimentas, de cor e tipo de cabelos, de etnia, e, polemicamente, de formas e curvas. A revista destinava quatro páginas para contar a história e evolução do processo de criação da boneca Barbie, tentando demonstrar que ela poderia ser vista, nas palavras da revista, “fora da caixa”, ou seja, fora dos estereótipos já conhecidos que recorrentemente são associados, e com razão, à Barbie.

Caprichando na cor rosa em sua diagramação, a edição tentava desconstruir a ideia de que a Barbie não passava de um produto nocivo às meninas, tanto por sua futilidade quanto por causa de seu padrão irreal de beleza.

A matéria recontava a história da boneca e trazia trechos de falas atribuídas a sua criadora, numa delas se podia ler: “por meio da boneca, a menina pode ser o que quiser. A Barbie sempre representou o fato de que a mulher tem escolhas” (HANDLER, *apud* FUZARO, 2019, n. p.). Ruth, que morreu aos 86 anos, em 2002, era constantemente citada na reportagem, que tentava demonstrar o papel quase que ativista da autora da Barbie. Com ou sem exageros, é interessante pensarmos nessa linha de construção de múltiplas Barbies, e como elas vinham alinhadas às mudanças sociais e às reivindicações por representatividade que diversos grupos sociais faziam.

Figura 6 – Barbie fora da caixa



Fonte: FUZARO, 2019.

Embora o processo tenha sido longo, e as críticas não sejam infundadas, a Barbie passou por transformações, e ainda que a imagem da boneca loira, magra e de seios fartos seja bastante representativa da Barbie que conhecemos, a boneca mudou, inclusive porque o próprio mercado mudou. O entusiasmo da revista ao se dedicar aos 60 anos da personagem fica evidente quando a Barbie é comparada às mulheres em geral, que estariam sempre se reinventando, como assina Nathalia Fuzaro, responsável pela matéria.

Mostrando histórias de sucesso “vivas” pela boneca, Fuzaro (2019) conta algumas curiosidades, em uma delas a repórter diz que antes do homem ir à lua, em 1969, a Barbie Astronauta já existia (criada em 1965). Em 60 anos, mais de 160 modelos de Barbies já foram lançados. Curiosamente, em 2019 foi lançada a versão Barbie Frida Kahlo, artista mexicana e uma das mulheres mais lembradas pelas feministas.

Antes, em 2016, a marca resolveu lançar o que chamou de Projeto Dawn, com bonecas com sete diferentes tons de pele, vinte e duas cores de olhos e vinte e quatro tipos de cabelos, além de diferentes tipos de corpos, incluindo os mais curvilíneos. A ação publicitária funcionou

tão bem que virou capa da *Revista Times*, além de motivar a produção do documentário *Tiny Shoulders: Rethinking Barbie*.

No filme, a documentarista Andrea Blaugrund Nevins percorre o processo de criação das bonecas, que outrora eram tão desejadas pelas crianças, mas que com o passar dos anos viu seus números de venda diminuindo expressivamente.

Entrevistando executivas da Mattel, empresa responsável pela boneca, e importantes escritoras feministas como Gloria Steinem, Roxane Gay e Andi Zeisler, o documentário aborda questões importantes, como o padrão de beleza eurocêntrico representado pela Barbie e as reivindicações por representatividade, acolhidas, ainda que parcial e gradativamente, pelo mercado da moda e do entretenimento. *Tiny Shoulders* buscava investigar o porquê de a Mattel ter demorado tanto para mudar o conceito estético da Barbie, ressaltando a importância política e social deste feito (TINY..., 2018).

Como o objetivo desse trabalho não é analisar profundamente a Barbie e suas transições, não vamos dedicar mais muitas linhas ao assunto, mas utilizando essa imagem da Barbie bem-sucedida, que se torna modelo de beleza e sucesso, duas importantes estratégias de poder, estaria a Delegata tão distante assim da sua irmã delegada, a Delegada-Barbie? Ou quais limites não podem ser borrados para a beleza e o sucesso não sirvam como elemento que inferiorizem, infantilizem e estigmatizem as delegadas? É o que vamos tentar discutir a seguir.

3.2.2 Delegada-Barbie: próxima página

Mas tem também essa coisa da mídia, ninguém quer aparecer um machão, assim... todas querem aparecer femininas, bem arrumadas, cabelo, unhas, não sei o que, uma preocupação com a aparência... que eu acho super bacana, que eu acho... mas é aquilo, é o que te falei... tem aquele lado de ser feminina, de poder usar o saltão... mas não existe um código, sabe? Nunca entrei nessa... use a roupa que você quiser usar... quer ser super feminina? Seja super feminina, com roupa mais curta... é... mas, agora, essa coisa da Barbie é uma coisa que me irrita um pouco, sabe? A coisa do rosa, do distintivo rosa, aquilo eu já acho um pouco irritante... quem disse que ser mulher é isso? (HELOÍSA, 41ANOS).

Reconhecidamente profissão de homens, como já afirmado, a polícia parece recorrer aos atributos masculinos para reafirmar valores como competência e eficiência. Dentro deste contexto, as mulheres policiais vão se reapropriando de discursos e práticas, construindo, assim, suas trajetórias profissionais. Mas essa masculinização da polícia sofre com a ação de um movimento que poderíamos chamar de feminilização progressiva. Dentro dessa feminilização

existe uma aparente tentativa de abrir espaço para as mulheres, que podem abusar da beleza, mas não podem cruzar a fatal linha do excesso. Aparentemente, é o que faz a Barbie. Ela parece ignorar alguma normativa simbólica que diz respeito ao necessário pudor de uma feminilidade exagerada, quase que infantil, que não combinaria com o ambiente policial. Quando perguntadas sobre as Barbies, as delegadas manifestavam algum incômodo:

Ai, eu não gosto... é um gosto particular, até a capa de meu telefone é preta, eu não gosto muito, não. Sempre usei mais cores neutras, então, não gosto, particularmente, não crítico, mas não gosto muito, não. Acho meio nada a ver, acho meio desnecessário, parece que me traz assim... posso estar errada, é só a minha opinião, mas parece que me traz uma... quer trazer uma fragilidade, uma feminilidadezinha ali numa questão que não convém, não que... não é que você: “ah, tem que ser homem pra mandar”, não é isso, mas por que, né? Fazer uma coisa diferente, eu não vejo necessidade disso... acho meio fanfarrão, não gosto disso (PAOLLA, 30 ANOS).

Para Paolla, abusar da feminilidade pode trazer a ideia de fragilidade, que não combinaria com o cargo. Como autoridade policial, a delegada precisa lidar com as funções destinadas à polícia. Dominique Monjardet (2012) nos lembra que o monopólio da força e da violência física legítima é feito pelo Estado, podendo a força pública, que conhecemos como polícia, executar tal monopólio. Assim, a polícia enquanto uma instituição seria uma ferramenta nas mãos da autoridade política para empregar a força, quando esta se revela necessária para fazer aplicar ou respeitar a lei. Ainda que tal força não seja necessariamente empregada com o contato físico, a simbologia dominante reconhece com mais facilidade homens como detentores de tal elemento. Nesse sentido, podemos refletir que o excesso de “feminilidade” e das prescrições de gênero que vêm alinhadas a isso poderia colocar sob suspeita essa mulher que busca por igualdade de direitos. Sendo delegada, portanto, policial, ela precisa possuir mais que um rostinho bonito, precisa ser forte, tal qual seus colegas do sexo masculino. Assim parece ser.

Paolla não quer ser comparada à personagem fútil do filme que vira em sua adolescência, tampouco à boneca norte-americana que fazia parte de sua infância. Do mesmo modo, sua profissão não parece combinar com as competências presumidamente “naturais” das mulheres, como cuidado, assistência, educação ou qualquer área do setor do serviço que se assemelhe aos cuidados de um lar ou de uma família. Paolla, como já nos disse, não passa a mão na cabeça de ninguém, ela prende!

Essa relação entre mulher e fragilidade é bastante interessante para pensarmos o mundo do trabalho, pois embora não se configure realidade, a ideia de uma fragilidade feminina ainda é bastante acionada. Entretanto, Margaret Maruani e Monique Meron, (2016) ao fazerem um levantamento da inserção feminina no mercado de trabalho no contexto francês, entre 1901 a

2011, destacam que as mulheres sempre trabalharam, embora esse trabalho não fosse necessariamente visível e reconhecido. As formas sociais de inserção das mulheres no campo de trabalho variam conforme as culturas e economias, mas não é a pretensa fragilidade feminina que as desqualifica para exercerem atividades profissionais, que, como sabemos, sempre existiram. Sabemos que a história das profissões e dos empregos não é a mesma para homens e mulheres, pois ainda que participassem da economia local, as páginas da história desconsideravam a contribuição feminina, dando um tom masculino aos feitos históricos e colocando as mulheres como coadjuvantes. Fosse em casa, nos campos ou mesmo nas indústrias, as mulheres, especialmente as pobres, sempre trabalharam. Para Maruani e Meron (2016, p. 69),

as mulheres são tudo, menos uma “minoria”. A contribuição de sua força de trabalho sempre foi maciça e indispensável. Seu trabalho nunca constituiu acessório para a sociedade, assim como seu salário não é um reforço para as suas famílias [...] as mulheres realmente trabalharam muito na França em todos os períodos do século XX. Mas o seu trabalho sempre provocou dúvida – isso que fazem é trabalho?

Contudo, vale destacar que no Brasil, a despeito de um significativo aumento da taxa de atividade feminina nas últimas décadas, a taxa de desemprego feminina permaneceu sempre acima da média nacional, ainda que as mulheres fossem, geralmente, mais escolarizadas (LAVINAS; CORDILHA; CRUZ, 2016).

A desqualificação do feminino aparece, então, de distintas formas. A “feminilidadezinha” que tanto incomoda Paolla parece significar o pouco ou quase nenhum apagamento que o feminino precisa ter para se manter respeitável no espaço de trabalho policial. Reforçado pelo machismo estrutural, visibilizar os traços reconhecidamente femininos pode colocá-las no perigoso campo da fragilidade, tão indesejável na polícia.

A complexidade desse cenário aparece quando colocamos em questão o fato de delegadas estarem ali por serem altamente qualificadas, pois são formadas em Direito e passaram por um difícil concurso público, como já discutimos anteriormente. Paolla, a Delegata, conforme anunciam as revistas, possui padrões de beleza eurocêntricos: é loira, olhos verdes, pele clara. Imagem bastante parecida com a tão indesejada boneca Barbie, mas a delegada se apressa em dizer que foi a primeira colocada no concurso para delegadas de sua turma. Talvez assumir-se excessivamente feminina, numa figura estereotipada de beleza e feminilidade, traga desprestígio às mulheres que tanto lutam para transporem o “teto de vidro”⁷

⁷ Segundo Cappelle e Melo (2010, p. 78, grifo nosso) “[...] o *teto de vidro* é um obstáculo sutil e transparente, mas suficientemente forte para bloquear a ascensão das mulheres a níveis hierárquicos mais elevados.” Tal barreira limita as possibilidades femininas justamente baseando-se no gênero e “[...] não na qualificação da mulher, e visa à manutenção das desigualdades como forma de opressão, estando presente em brincadeiras, políticas administrativas, metáforas e linguagens utilizadas (CAPPELLE; MELO, 2010, p. 78).”

que dificulta seu reconhecimento profissional. Paolla é inteligente demais para ser Barbie, é a ideia que parece existir aqui e o primeiro lugar pode confirmar isso em qualquer contexto.

A expressão caricatural que a Delegada-Barbie carrega, na opinião de Paolla, é algo que não combinaria com a seriedade que a carreira exige. A delegada fala em um “limite da sobriedade”, que daria o tom de seriedade que a delegada precisa ter:

Sei lá, eu acho que o ser humano, a gente é muito mais atingido pela simbologia das coisas, daquilo que a gente imagina que é, né? Então, eu acho que pra algumas pessoas pode não trazer uma impressão muito boa você pegar um carimbo de uma delegada cheio de pedrinhas, cheio de strass. Acho que parece uma coisa meio caricatural, fica parecendo aquela personagem do filme *Legalmente Loira*⁸, da advogada que saca uma caneta com um frufu rosa, que a petição dela é perfumada, isso é até uma piada, assim, de certa forma... eu acho que isso pode ser passada de uma forma mais séria. Esse exagero que não acho legal... a gente usa salto, eu uso todos os dias, mas tenho o meu sapato baixo se tiver que ir para uma operação, por motivos óbvios, de não cair no chão, de não... mas eu vou de salto, trabalho de salto quase sempre, mas eu acho que tem o limite da sobriedade... é uma carreira jurídica, é um mundo jurídico, os homens estão de terno, assim, eu acho que é uma questão mais social, assim... não que você não possa usar um vestido rosa, pode, mas assim, um frufu, um distintivo... nessas coisas que levam o símbolo da polícia eu não vejo necessidade (PAOLLA, 30 ANOS).

Assim, a Delegada-Barbie representaria o exagero, o caricatural infantilizado, algo que nossas entrevistadas não se sentem confortáveis (e nem parecem desejar) em ser, afinal, elas são qualificadas. Neste sentido, torna-se interessante a comparação feita entre a Delegada-Barbie e a personagem Elle Woods, a *Legalmente Loira*, ambas exageram na cor rosa, na performance feminina quase infantil, porém, ambas são altamente qualificadas, não podemos esquecer que Elle estudava em Harvard, e que a Delegada-Barbie é uma autoridade policial.

Segundo dados gentilmente fornecidos pela ACADEPOL, desde de 1988 foram realizados 12 concursos para o provimento de vagas para a classe inicial da carreira de delegado/delegada de polícia. No concurso que Paolla ingressou foram oferecidas 150 vagas, mas apenas 135 foram ocupadas, destas, apenas 32 mulheres foram nomeadas. Contudo, a primeira colocada geral fora Paolla. Reafirmar esse local de competência, para além de sua

⁸ No filme, de 2001, Elle Woods (Reese Witherspoon) é uma garota considerada fútil, inclusive por seu namorado. Após Warner (Matthew Davis), namorado de Elle, ir para Harvard estudar Direito, eles terminam sob o argumento de que ele precisava de uma mulher mais séria para estar ao seu lado e ajudar em suas aspirações políticas. Decidida a reconquistar seu ex namorado, Elle ingressa na faculdade de Direito, tornando-se colega de seu ex, numa tentativa de provar sua capacidade intelectual para Warner. De forma bastante preconceituosa e caricatural, o filme mostra a saga de Elle para concluir o curso de Direito e finalmente reconquistar seu ex. A comédia do filme fica a cargo das fúteis e atrapalhadas cenas protagonizadas pela futura advogada, sempre vestida de rosa e eventualmente acompanhada por seu cão a tiracolo. Ao longo do filme, a protagonista vai se tornando mais respeitada, processo que acompanha a sua progressiva adequação às regras de sobriedade, abandonando o excesso do rosa das vestimentas, dos acessórios e apetrechos, bem como a ideia de reconquistar Warner, que se mostra desinteressante à Elle ao desenrolar da trama.

vaidade, parece importante para se estabelecer num ambiente tão complexo, onde o exagero de feminilidade pode não ser interessante.

A questão do “exagero” também aparece na fala de Beatriz. Embora ela afirme achar positivo que as mulheres “usem e abusem” da aparência, para ela é necessário que se respeite um limite: o “bom-senso”. Em sua fala, a polícia não é cor-de-rosa, as coisas são sérias:

Eu acho que isso já vem do que a mulher já traz antes do cargo, não sei se vem com o cargo. Eu já sou uma mulher mais reservada, sempre fui assim... mas eu acho isso legal, as meninas usando e abusando... isso não tem problema nenhum, não diminui, claro, se usado com bom-senso, porque, infelizmente, a gente vê algumas tentando aparecer, e usando a beleza... eu acho que tem que ter um foco, né? A carreira, o cargo, a importância... tem que se dar ao respeito, tem que se impor... não dá pra pensar mais na beleza do que no que ela tá fazendo. Tem que ser vaidosa sim, ou não, isso vai de cada uma, mas sem exageros. Essa coisa de tudo cor-de-rosa... eu acho que é um pouco de exagero, né? Porque as coisas aqui dentro não são nem um pouco cor-de-rosa, as coisas são sérias (BEATRIZ, 36 ANOS).

Por outro lado, para a delegada, se o uso da cor rosa for para dar mais leveza ao pesado ambiente de trabalho, ela considera positivo. Mesmo assim, um limite subjetivo deve ser respeitado. Afinal, não se dá para respeitar uma boneca:

Se ela usa isso pra trazer um pouco mais de leveza para o ambiente dela... deixar um pouco mais... porque é um ambiente muito pesado, você vê coisas muito tristes, então, se for um subterfúgio para ela ter um dia-a-dia mais leve e tal... mas acho que tudo é o bom-senso, né? Se aquilo não é exagerado, se não incomoda ninguém, se não passa do ponto. Mas, aqui dentro as coisas são sérias, você tem que ser sério, tem que respeitar a dor do outro, tem que respeitar o preso, tem que ser firme (BEATRIZ, 36 ANOS).

Outra que se mostra bastante insatisfeita com a Delegada-Barbie é Adriana. Se a delegada já mostrava insatisfação com a Delegata, a Delegada-Barbie parece afrontar ainda mais o cargo que exerce. O “mundo cor-de-rosa” incomoda quando se leva em consideração a realidade violenta de uma delegacia de polícia:

Ai, é... eu sou meio impaciente com essas coisas (risos). Não dá pra viver esse mundo cor-de-rosa... a realidade não é essa. Eu acho que não precisa, eu não gosto de nada que é muito forçado. Pra você ser impor como mulher delegada você precisa ter o distintivo cor-de-rosa? Eu acho que não é por aí. Eu acho que a proposta não é essa, a proposta tem que ser você se destacar pelo seu trabalho, pela cordialidade, pela sua eficiência... isso não diz muito do trabalho das pessoas, entendeu? Mas é fato, já vi e acontece direto. Ah, o distintivo é rosa, o carimbo é rosa, a bolsa é rosa, o porta-armas é rosa. Pra que? Sei lá... enfim... cada um com seu cada um (ADRIANA, 32 ANOS).

Embora a boneca Barbie tenha mais de cem versões, a figura esguia, de seios fartos, loira e fútil parece mais marcada no imaginário popular. Na cultura popular brasileira são vários

os exemplos de mulheres descritas como belas, sensuais, fúteis e “burras” (desprovidas de inteligência).

3.2.3 Mais sobre Barbies e loiras: a boneca dentro da “caixinha”

No ano de 1968 estreava o quadro “Fernandinho e Ofélia”, no humorístico “*Balança Mas Não Cai*”. O quadro narrava os encontros de Fernandinho (Lúcio Mauro) e sua esposa Ofélia (Sônia Mamede) com personalidades da época, como atrizes e cantoras, por exemplo. Fernandinho era um homem rico e sofisticado, mas a sua mulher era considerada muito ignorante, e ao longo dos encontros ela envergonhava o marido com inúmeras gafes. Ofélia era caricatural e quase ingênua, era uma mulher vestida com muitos adornos, exageradamente enfeitada. Diante dos equívocos cometidos por Ofélia, seu marido bradava: “Cala a boca, Ofélia!”. Bordão rapidamente assimilado pela cultura popular para interpelar uma mulher que cometesse algum deslize.

Fórmula recorrente na cultura de massa, especialmente no campo humorístico, a mulher de fartas formas e cérebro “reduzido” facilmente fazia rir. E o país se acostumou a rir da mulher tola e ornamental, usando a “zombaria” para garantir o controle do corpo feminino, exposto aos jogos de poder em torno das relações de gênero. Poder compreendido em sua multiplicidade, atravessando o corpo social, apoiando-se nos corpos e nos atos e exercido através da vigilância, como nos provoca Foucault (SOIHET, 2007). Aqui o riso funciona como uma potente arma, que inferioriza e desacredita a capacidade intelectual e política das mulheres. Zombar da Delegada-Barbie pode se encaixar aqui, pois, como numa peça de comédia, a imagem ridicularizada dessa mulher pode dar conta do histórico jogo desigual de poder entre os sexos (SOIHET, 2005), tão habitual em nossa sociedade. Essa leitura pode configurar mais uma possibilidade de desconforto para se reconhecer como uma Delegada-Barbie, porque ela aciona certas configurações historicamente construídas como caricaturais das mulheres de certa camada social, especialmente as mais abastadas, mas pouco instruídas e de pouca cultura. Para Soihet,

esses exemplos da utilização dos discursos cômicos e/ou da palavra espirituosa como arma, a fim de manter a inferioridade feminina, possibilitam um contato com a luta empreendida na construção dos papéis de gênero, observando-se o obstinado recomeçar dos combates, os avanços e recuos, as incômodas semelhanças e as promissoras diferenças em relação ao passado (SOIHET, 2005, p. 593).

O mundo da música não ficou de fora dessa onda de desqualificação das mulheres. Em 1993, o rapper brasileiro conhecido como Gabriel o Pensador ganhou as rádios de todo o país com a música intitulada "Lôraburra", a letra, como poderemos ver a seguir, mostra de forma bastante machista e agressiva a figura da mulher preocupada com a aparência e livre para viver seus desejos e escolhas, mas pagando o preço da desqualificação intelectual e cognitiva. Não por acaso, a personagem eleita para representar a figura feminina tão criticada por Gabriel foi a loira, acusada de ser desprovida de moral e inteligência:

**Existem mulheres que são uma beleza
Mas quando abrem a boca...hummm...que tristeza!**
Não, não é o seu hálito que apodrece o ar
O problema é o que elas falam que não dá pra aguentar

Nada na cabeça
Personalidade fraca
**Tem a feminilidade e a sensualidade de uma vaca
Produzidas com a roupinha da estação
Que viram no anúncio da televisão**

Milhões de pessoas transitam pelas ruas, mas conhecemos facilmente esse tipo de perua
**Bundinha empinada pra mostrar que é bonita
E a cabeça parafinada pra ficar igual paqueta**

Refrão:
Lôraburra (4 x)

Ordem e Progresso, sua bunda é um sucesso
Lôraburra
Nádegas a declarar!

Elas estão em toda parte do meu Rio de Janeiro
E às vezes me interrogo se elas estão no mundo inteiro
À procura de carros
À procura de dinheiro
O lugar dessas cadelas era mesmo no puteiro

**Só se preocupam em chamar a atenção
Não pelas ideias, mas pelo "burrão"
Não pensam em nada
Só querem badalar
Estar na moda tirar onda, beber e fumar**

**Cadelinhas de boate ou ratinhas de praia
Apenas os otários aturam a sua laia**
E enquanto o playboy te dá dinheiro e atenção
Eu só saio com você se for pra ser o Ricardão!

(Refrão)

Ordem e Progresso, sua bunda é um sucesso
Lôraburra
Nádegas a declarar!

Não, eu não sou machista
Exigente talvez
Mas eu quero mulheres inteligentes
Não vocês
 Vocês são o mais puro retrato da falsidade
Desculpa amor
Mas eu prefiro mulher de verdade!

Você é medíocre, ainda sim orgulhosa (Lôraburra)
Não tá com nada e tá prosa
 E o seu jeito forçado de falar, é deprimente
 Já entendi seu problema
 Vocês tão muito carentes
Mas eu só vou te usar
Você não é nada pra mim
 (“Ai, meu amor, foi bom pra você?”)
 “- Ah, deixa eu dormir!”

Pra que dar atenção pra quem não sabe conversar?
Pra falar sobre o tempo, ou sobre como estava o mar?
 Não
 Eu prefiro dormir...
 Sai daqui! (“- Quê?”)
 Eu já fui bem claro, mas vou repetir
 E pra você me entender vou ser até mais direto:
Lôraburra, você não passa de mulher objeto

(Refrão)

Ordem e Progresso, sua bunda é um sucesso
 Lôraburra
Nádegas a declarar!

Escravas da moda, vocês são todas iguais
Cabelos, sorrisos e gestos artificiais
 Por causa da grana você é capaz
 De matar os seus próprios pais

Lôraburra, você é vulgar, sim
Seus valores são deturcados, você é leviana
 Pensa que está com tudo, mas se engana em sua frágil cabecinha de porcelana...
A sua filosofia é ser bonita e gostosa
 Fora disso é uma sebosa, tapada e preconceituosa
Seus lindos peitos não merecem respeito
Marionetes alienadas, vocês não têm jeito

Eu não sou agressivo, contundente talvez
O Pensador dá valor às mulheres
Mas não vocês
 Vocês são o mais puro retrato da falsidade
 Desculpa amor, mas eu prefiro mulher de verdade

(Refrão)

Pode ser loira, morena (Lôraburra)
 Pode ser ruiva, negra (Lôraburra)
 Pode ser careca (Lôraburra)
 Eu gosto é de mulher! (Lôraburra)

(GABRIEL O PENSADOR, 2002, n. p., grifos nossos).

Ao longo de toda a letra, o autor vai construindo a imagem de que a personagem dá mais valor a sua beleza e às roupas da moda que a sua parte intelectual. Embora Gabriel diga que a figura feminina mereça desprezo e que, no fundo, ela é uma pessoa carente, ele vai usá-la:

Você é medíocre, ainda sim orgulhosa (Lôraburra)

Não tá com nada e tá prosa

[...]

Mas eu só vou te usar

Você não é nada pra mim (GABRIEL O PENSADOR, 2002, n. p.).

O machismo do autor da letra coloca em questão meramente a moralidade da personagem, nunca a moralidade do autor, que se permite “usar” (manter relações sexuais) a personagem feminina, sempre discriminada ao longo da canção. Embora se trate de uma obra artística, ainda que de péssimo gosto, a canção serviu para reforçar o estereótipo da mulher. A “Loraburra” passou a ser o pavor de muitas mulheres, que não queriam ser reconhecidas como tal. Em certo momento, pintar os cabelos de loiro significava ser confundida com a personagem construída pelo rapper em 1993. Apesar de criança à época, lembro-me que as mulheres loiras constantemente eram colocadas sob suspeita e pintar os cabelos de loiro, ou seja, escolher esta condição, poderia significar assinar a sentença de “burra”, de fútil, de “aproveitadora”, como ilustra a canção. A música ajudou a reforçar e a popularizar termos misóginos em nossa cultura, especialmente na década de 1990, quando a carreira de Gabriel o Pensador estava em alta.

Além de descrever um tipo de feminilidade que considera reprovável, o autor se acha capaz de definir aquilo que ele chama de “mulher de verdade”. Embora não a defina na canção, não fica difícil concluir que esta seria o oposto da que ele denomina “Loraburra”. Se na canção a loira é “burra”, o homem, ao contrário, é livre para viver sua sexualidade heterossexual como desejar, isso nem entra em questão. E pode dispor livremente dessas mulheres. São distintas as permissões e pudores que devem ser seguidos. Apesar dos avanços,

[...] determinados comportamentos discursivos comuns à cultura masculina são proibidos à feminina e vice-versa. No universo das mulheres, pela construção social a que está sujeita a linguagem, geralmente são interditas certas palavras relativas ao sexo e às partes sexuais. Certos tabus cristalizados no discurso são estendidos às questões sexuais em geral, mas de modo muito mais rigoroso ao gênero feminino e à sua sexualidade, que, por sua suposta natureza frágil e dependente, tem sido alvo frequente da repressão e dos cuidados morais da sociedade em geral. Certas práticas discursivas masculinas que abrigam palavrões e obscenidades em discursos femininos são objetos de censura (VIEIRA, 2005, p. 222).

Assim, a objetificação das mulheres, tão evidente na música, nos faz discutir os limites discursivos que são negociados para que nós mulheres possamos construir nossos corpos e valores – lidando com distintas exigências, como as estéticas e intelectuais, por exemplo – sem

abandonarmos a necessária moralidade da mãe de família, da cuidadora resignada que se assemelha à Virgem Maria. O cuidado que a delegada tem (ou precisa ter) ao transmitir sua imagem faz total sentido dentro do cenário onde ela está inserida, justamente porque o corpo tem sido bastante valorizado como um componente discursivo que define e compõe as identidades femininas (VIEIRA, 2005). Provar a sua competência passa, assim, por provar que seus hábitos morais são ilibados. Tarefa que somente as delegadas terão que cumprir, o mesmo não se observará com os seus colegas delegados.

Qualificadas, elas precisam superar preconceitos tão arraigados em nossa cultura sobre o que esperar e quais locais podem ser ocupados pelas mulheres. Tomados como verdade, preconceitos são introduzidos na vida cotidiana nos mais diversos modos e das formas mais disfarçadas possíveis, circulando através de certas imagens e representações. Assim, disseminada pela mídia e reforçada nos mais diferentes espaços, a imagem da mulher como objeto sexual alimenta o imaginário social, que se reapropria das mulheres como objeto de consumo (SILVA, 2010). Portanto, tanto a Delegata quanto a Delegada-Barbie precisam negociar muito bem a imagem que anunciam, pois qualquer deslize pode significar cair no espaço do desrespeito e desprestígio.

Destarte, estas personagens necessitam escapar à imagem da mulher enquanto adorno e deleite masculinos. Como delegadas, elas acionam uma nova visão discursiva, como chefes, e não subordinadas, elas intervêm no mercado de trabalho, liderando e não sendo lideradas. Assim, o recurso masculino para desqualificá-las pode se pautar no ataque a sua honra e a sua autoestima, a partir do discurso naturalizado de que toda mulher é menos competente do que homens, especialmente na polícia. Basta um mínimo deslize para que toda a sua carreira seja posta à prova. Como ataques às figuras femininas, é comum encontramos piadas e provérbios que ilustram o descaso e desrespeito pessoal e profissional ao qual as mulheres estão sujeitas. Igualmente, chamar uma mulher loira de burra se torna naturalizado em nossa cultura, disseminada pela mídia, onde essa figura é motivo de chacota (VIEIRA, 2005).

Ainda que haja um reconhecimento estético, enquanto normativa de beleza, seguidos por essas delegadas, e que pode se assemelhar à figura da Barbie, o reconhecimento de si enquanto uma boneca socialmente vista como fútil não agrada, especialmente pelos motivos já amplamente expostos aqui.

Além disso, a boneca, que era o desejo de muitas meninas outrora, atualmente ganhou o cenário político. Especialmente no contexto eleitoral de 2018, a Barbie e suas/seus amigas/amigos serviram como personagens para críticas políticas e sociais que denunciavam de forma ácida, ainda que com humor, discursos elitistas e preconceituosos, usando a

personagem como porta-voz de preconceitos e alienações. Abordar esse assunto aqui não significa dizer que as delegadas estão, necessariamente, a par das discussões a esse respeito, ou que compartilhem das visões políticas discutidas nessas mídias sociais, mas nos ajuda a pensar a forma como nossa cultura reconhece o “universo Barbie”. Vários foram os perfis no *Instagram* que utilizaram a Barbie como recurso comunicativo, uma das páginas se chamava “Barbie Fascista”, denunciando o tom da personagem criada por eles. Dentre várias publicações, imagens da boneca eram seguidas por frases racistas, xenofóbicas, homofóbicas e afins. A seguir, segue um exemplo do conteúdo de uma das publicações do perfil “Barbie Fascista”:

Figura 7 – Barbie fascista



Como vimos até aqui, as delegadas venceram a barreira do acesso a um cargo de liderança, mas para exercerem o seu poder pessoal e profissional elas precisarão fazer algumas negociações. Neste sentido, não resta dúvida que o gênero é um importante organizador dessas relações. Talvez ser Delegata, como nos disse uma de nossas entrevistadas, coadune, ainda que com moderação, beleza e poder, mas ser Delegada-Barbie parece romper com o desejado. Na

realidade, até a Delegata precisa usar a sua beleza com moderação, ou poderá ser acusada de vulgar, hipersexualizada, o que moralmente não a ajuda a construir a sua respeitabilidade, como podemos observar no relato a seguir:

Eu acho que o que te faz mulher não é o distintivo rosa, entendeu? Eu acho que é... (pausa) se a gente tem um discurso da questão da igualdade, eu acho que... porque ficar lançando mão de um... não sei... são algumas coisas que eu acho que são muito estereotipadas, assim... ou, pelo contrário, essa coisa que eu estou te dizendo da sexualidade que eu acho que é muito forte também, porque assim, tem um lado da masculinização, né? Do falar grosso e pá, pá, pá, e tem também um extremo preconceito contra a mulher mais... vamos dizer assim, que tem uma vestimenta mais provocante ... ou da mulher que exerce a sua sexualidade com maior liberdade (HELOÍSA, 41 ANOS).

Embora Delegata e Delegada-Barbie possam ser performances da delegada, a Delegata é mais facilmente assumida por nossas entrevistadas, especialmente quando levamos em conta que a imagem da delegada está inscrita em um regime de visibilidade que irá legitimá-la em algum sentido.

Ainda que a busca pela beleza esteja inserida em jogos inespecíficos, que variam de cultura a cultura, a aparência é uma das formas de nos apresentarmos e nos representarmos no mundo. Mesmo que essa representação não seja limitada a nossa aparência física, a relevância do impacto visual na forma como somos apreendidas pelas outras pessoas é evidente. Embora as representações que os outros façam a nosso respeito não se limitem à avaliação estética, ela é o que temos acesso ao conhecermos alguém, o que nos ajuda a construir percepções e valores sobre aquela pessoa. Por sua vez, a avaliação estética é subordinada a uma série de variáveis, como gênero, idade, etnia e classe social (CAIXETA; BARBATO, 2004; SAMPAIO; FERREIRA, 2009). Assim, a forma como nos construímos acaba por, inevitavelmente, comunicar algo ao nosso respeito, podendo gerar expectativas ou cobranças, em nós e nos outros. Essa análise nos ajuda a compreender um pouco melhor o que vivem as delegadas mais jovens na polícia, pois agora elas podem acionar a beleza como forma de construção de sua imagem, que, se souberem dosar, será positiva. As mais velhas podem até usar a beleza com “sobriedade”, mas não serão chamadas de “Delegatas”, existe uma marca geracional aí.

Construções fluidas, mais ou menos endurecidas, as relações sociais entre homens e mulheres, e aquilo que se espera de cada gênero, variam com o passar dos anos – especialmente a partir das fundamentais contribuições feministas –, porém, mesmo diante desses avanços as prescrições de gênero atribuem às mulheres características como paciência, cuidado, afetuosidade e ternura. Assim, sejam jovens ou velhas, as delegadas serão chamadas a assumirem um modo essencializado de feminilidade. Embora, como já dissemos, o espaço das delegacias exija que a feminilidade seja usada com moderação, existe uma forma considerada

feminina de atuação, reforçada por prescrições de gênero. A seguir, vamos direcionar nossas lentes para a Mulher-De-Respeito-Também-Cuida, aquela que cuida, ouve e é quase maternal.

3.3 Práticas de cuidado: o que se espera da mulher?

My persuasion
 Can build a nation
 Endless power
 With our love can devour
 You'll do anything for me
 Who run the world?
 Girls!
Beyoncé Knowles

Fotografia 1 – Who run the world?



Fonte: PCERJ, 2017.

A ideia do feminino associada ao cuidado e a certa essencialização da docilidade e da graciosidade é destacada logo no início de nosso trabalho quando as histórias de Ivanete e Lucia Maria entram em cena. Neste ponto de nossa análise, vamos novamente trazer à cena as duas delegadas pioneiras para apontarmos algumas performances que colocaremos no grupo Mulher-De-Respeito-Também-Cuida⁹.

⁹ Suely Rolnik (2006), em *Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo*, hifeniza os variados tipos de noivinha que encontra pelo caminho. A hifenização aqui é inspirada nela.

3.3.1 Mulher-De-Respeito-Também-Cuida

A gaúcha Lucia Maria Stefanovich foi a primeira mulher a ocupar o cargo de Chefe de Polícia do estado de Santa Catarina. Como ela, Martha Rocha foi a primeira, e única até o momento, delegada a ocupar o posto mais alto dentro da polícia civil fluminense. O protagonismo de Martha se inicia em 12 de fevereiro de 2011, quando ela assumiria a Polícia Civil do estado do Rio de Janeiro. Diante do ineditismo, a Revista Época estampava no mesmo dia a manchete: “Quem é Martha Rocha, a nova chefe de polícia civil do Rio: ‘Não vou namorar nos próximos meses’”.

Na reportagem, Martha aparecia numa foto em pé, trajando um discreto vestido vermelho, num fundo escuro, apresentando cabelos igualmente arrumados de forma discreta. A mulher da foto parecia uma respeitável senhora comum, e talvez fosse a intenção.

Logo no início do texto, a autora, Ruth de Aquino, deixa claro que Martha Rocha não vai namorar e a apresenta ao leitor como uma mulher de 51 anos, solteira, sem filhos e comportada, que a partir daquele dia iria comandar 12 mil policiais no Estado do Rio. A fim de não restar qualquer dúvida, a autora se antecipava ao dizer que o nome de miss era coincidência, pois Martha vinha de uma família de comerciantes portugueses, fora criada no subúrbio carioca e era bastante católica, elementos que pareciam habilitá-la para **cuidar** (palavra usada pela autora) dos 12 mil policiais, como uma respeitável, religiosa e comum mulher. Ainda aparentemente espantada, a autora da reportagem descreve seu encontro com a nova chefe de polícia:

Quando vi a delegada Martha Rocha ontem no terraço do prédio da Polícia Civil, no meio de homens bem altos e fortes, todos de terno, assessores diretos e seguranças, tive uma certa surpresa. Ela tem 1,52 metro de altura, usava um vestido vermelho de bolinhas brancas, franzido abaixo dos seios, com comprimento na altura do joelho. Os sapatos tinham saltos altíssimos, com uma fivela brilhante lateral. Os cabelos cor de cobre estavam arrumados num corte mais convencional, ajustado a sua idade (“tenho quase 52, meu aniversário é dia 30 de abril”), o sorriso constante criava uma leve covinha no rosto, a pele boa era valorizada por uma maquiagem bem discreta, nada acentuando os olhos, o batom cor de terra hidratava os lábios. Usava brincos pequenos de argola, um anel com pérolas, e um colar fino com um pingente de Nossa Senhora da Conceição (AQUINO, 2011, p. 30).

Fotografia 2 – Delegada Martha Rocha



Fonte: AQUINO, 2011.

Ao avaliarmos a distribuição histórica do mundo do trabalho, podemos perceber que ao longo do tempo, fora reforçada a ideia de que mulheres, por serem consideradas mais doces, frágeis e maternais, teriam a capacidade nata para atuarem em profissões que se assemelhassem aos cuidados domésticos, como a de professora de classes infantis, enfermeira, empregadas domésticas e afins. Vieira (2005) nos lembra de que o ensino na escola primária e os afazeres do lar sempre foram aceitos pela sociedade brasileira como tipicamente femininos, assim, todo e qualquer ofício que fosse dirigido a tais cuidados eram reconhecidos como de mulheres. Por outro lado, os homens foram socializados e reconhecidos para exercerem tarefas de liderança, de controle e de poder, devendo demonstrar características como firmeza, competitividade e força.

Assim, historicamente, trabalhos voltados ao cuidado, como de crianças, idosos ou pessoas desprotegidas, por exemplo, são associados ao feminino. O olhar atento para tal panorama permite destacar que se trata de “relações desiguais e consubstanciais¹⁰ perpassadas por assimetrias socialmente estabelecidas de gênero, idade, classe social, raça e etnia, que se

¹⁰ Enquanto o termo interseccionalidade remete ao entrecruzamento das categorias gênero, classe e raça, o conceito de consubstancialidade busca pensar os processos que produzem as categorias de gênero, classe e raça em termos de relações sociais, investigando as relações sociais que produzem essas categorias, rastreando os processos que estão na origem da produção de grupos e pertencimentos objetivos e subjetivos (KERGOAT, 2016).

recobrem parcialmente e implicam um exercício de poder” (SOARES, 2016, p. 213). Se Martha era uma novidade, seu gênero teria que justificar sua capacidade simbólica, como uma grande mãe, para cuidar de doze mil homens (e mulheres), conforme a autora da entrevista escrevera. Assim, a mulher eleita para assumir um cargo de destaque tinha sua identidade construída na narrativa da reportagem pouco a pouco, sendo o encontro e o espanto da autora os pontos altos dos relatos:

Andava devagar, sem pressa nem ansiedade. E nada em sua aparência me fazia ligar a pessoa à situação. Martha Rocha está assumindo a chefia da Polícia Civil no meio de uma crise sem precedentes na história de uma instituição que já viu vários chefes decapitados por operações Guilhotina, acusados de crimes que vão do simples desvio de conduta a casos escabrosos de corrupção e ligações com milícias e grupos de extermínio. Seu antecessor, Allan Turnowski, foi indiciado, embora não exista ainda uma prova concreta contra ele. Vários delegados e policiais foram presos ao fim de quase dois anos de investigação da Polícia Federal e do Ministério Público, em parceria com o secretário de Segurança Beltrame (AQUINO, 2011, p. 30).

A aparente figura comum de Martha parecia contrastar com a expectativa que a jornalista construía:

Não que eu esperasse encontrar uma mulher machona, porque os últimos machões da Civil não parecem ter dado muito certo. Mas a serenidade de Martha, sua simplicidade, seu jeito tímido de cruzar os braços, desconfortável com as fotos e a súbita fama, seu sorriso nada forçado... esse conjunto todo da nova chefe me desconcertou. Pensei – e logo me perguntei se não seria preconceito: ‘será que ela terá pulso?’ E tratei de mudar o pensamento. A única autoridade, nesse momento de crise, virá do caráter e da lisura (AQUINO, 2011, p. 31).

Embora a desconfiança sobre sua capacidade aparecesse, ou sua possível falta de “pulso”, a reportagem reafirmou valores desejáveis ao feminino, especialmente num período onde a corrupção gravava no estado. Nela, a mulher que assumiria a chefia de polícia provava merecer este posto ao se mostrar uma mulher de respeito, destacando o tempo todo o fato de Martha ser simples, doce, delicada, não masculina, religiosa, além de sua pretensa honestidade, caráter e lisura.

Este destaque nos permite retomar o gênero como importante categoria de análise, que coloca em cena determinadas práticas e discursos que delegam poder aos homens, a partir de características valorizadas pela sociedade e associadas ao masculino, mas que colocam as ações femininas em espaços socialmente pouco valorizados (CORTEZ; SOUZA, 2010). Se as mulheres romperem o “teto de vidro” que impeça ou dificulte a sua ascensão, olhos e discursos que desconfiam de sua capacidade serão lançados.

Ao olharmos outras matérias jornalísticas envolvendo mulheres policiais, civis ou militares, a naturalização do materno também é bastante percebida nos relatos. A forte

associação entre certo “instinto materno¹¹” é acionado quando se descreve a mulher policial, que, aqui, teria a função de cuidar como uma verdadeira mãe da população carente. Se não há força suficiente para enfrentar o crime, há doação suficiente para o cuidado com as crianças e os mais carentes. A exemplo disto, o portal de notícias Terra publicou a reportagem intitulada “PM-RJ aposta no toque feminino para conquistar comunidades”, onde apresenta ao leitor o cotidiano de trabalho de mulheres policiais militares atuantes em regiões carentes da cidade do Rio de Janeiro. Logo nas primeiras linhas nos é apresentada a soldado Rosana Gomes Batista:

“[...] Sempre quis ser militar”, conta Rosana Gomes Batista, enquanto balança um bebê que foi parar em seu colo durante a visita de uma equipe de policiais da UPP da Mangueira ao setor mais carente da comunidade. A soldado faz barulhos com a boca, cócegas e mais cócegas, dá beijinhos e acaba arrancando gargalhadas desdentadas do pequeno [...] Segundo a policial, que não tem filhos, o carinho com a criança é natural e também vem de treinamento. Rosana faz parte de um grupo de PMs recém formados para atuar em áreas pacificadas no Rio (BULCÃO, 2011, n. p.).

Usando entrevistas com as policiais, a reportagem prossegue construindo este espaço da mulher atuando como figura maternal e protetora:

“Ser mulher ajuda. Em uma aproximação mais comunitária a mulher tem essa vantagem. Já é natural ser mais simpática, principalmente com as crianças, que se aproximam mais da gente do que dos homens”, explica a sub-comandante da UPP Mangueira/Tuiti, a tenente Tatiana Lima, que tem o maior efetivo de mulheres entre as UPPs (64). Formada no corpo de oficiais em 2008, ela entrou para a PM antes mesmo de a primeira favela ter sido ocupada para a pacificação. No entanto, Tatiana afirma que carregava desde o início a função comunitária. “Gentileza gera gentileza, diz o profeta. Por que o policial, na sua abordagem, não poderia ser mais humano?”, indaga a tenente (BULCÃO, 2011, n. p.).

Fica evidente a construção discursiva de uma mulher policial que atenda às exigências prescritas ao gênero feminino. Tal recurso parece aproximá-las da imagem da polícia menos violenta, mais atenta aos problemas sociais. Destaca-se que a reportagem, além das falas, exhibe fotografias: nelas se vê crianças, mulheres, fuzis e flores. A busca narrativa por uma polícia mais humana, menos truculenta. Tal mensagem aparece com frequência quando reunimos mulheres e polícia. O tom da escrita aproxima a mulher de um local quase sagrado. Assim, palavras como carinho e sorriso também aparecem:

¹¹ A esse respeito, Elizabeth Badinter (1985), no livro *Um amor conquistado: o mito do amor materno*, lançado originalmente em 1980, faz uma extensa análise, em diferentes momentos da história, acerca do chamado instinto materno. Ao longo de seu trabalho, autora mostra que o papel da mulher na família nem sempre foi o mesmo. Tais relações sofreram mudanças importantes conforme se alteravam também os contextos sociais, espaciais e temporais. Foi a partir do século XVIII que o amor materno passou a ser concebido como algo presente em toda mulher em relação a seus filhos, e que o instinto materno passa a ser considerado tanto como natural quanto como santificado.

A sub-comandante já é conhecida nas ruas da Mangueira. As pessoas, principalmente crianças, param para falar com ela. Tatiana retribui sorrisos, brinca, demonstra carinho. Em nome da conquista de mentes e corações, a policial aceitou até mesmo o convite para cantar em um show de música gospel promovido por um grupo no local onde há maior resistência da cultura do tráfico na comunidade, a rua conhecida como "Buraco Quente" (BULCÃO, 2011, n. p.).

Todavia, embora o inicial espanto de se ter uma mulher num espaço ainda marcado pela força e pela violência possa ser diluído em construções narrativas que visam aproximar, mais uma vez, a mulher de um local comum, como a proteção maternal, o fato de serem policiais retorna e assuntos como preconceito surgem nas reportagens:

Ao invés de preconceito, a policial sente que as pessoas, principalmente as mulheres da comunidade, demonstram admiração: "Elas me veem com olhar diferente por eu ser mulher e por estar em uma posição de comando. Uma mãe já me parou e disse que eu era motivo de orgulho para as mulheres daqui. Isso é muito bom. Principalmente para mim, que sou mulher, ver esse reconhecimento" (BULCÃO, 2011, n. p.).

A mulher relatada nas reportagens não abandona a essencialização do feminino, e isso parece autorizar a sua entrada estratégica em alguns locais de atuação das forças policiais:

Outro aspecto que tem feito mulheres carregarem fuzis e passarem por treinamento com uma rotina diária de exercícios "igual a dos homens" que envolve atirar, pular muros e rastejar é a oportunidade de aplicar diferentes conhecimentos juntamente com a carreira militar. "Tem uma gama muito grande de pessoas formadas com curso superior fazendo o curso. Na minha turma tinha dentista, advogado, pedagogo", conta a soldado Caroline dos Santos e Silva, 24 anos. Formada em educação física, ela enxergou na UPP uma chance de colocar seu conhecimento em prática e quer promover atividades de esporte inclusivas para afastar jovens e crianças do ócio. "Tem muita gente sem fazer nada aqui. Você olha as crianças na rua o dia inteiro. A mãe trabalha e as crianças ficam largadas", relata Caroline (BULCÃO, 2011, n. p.).

Uma das associações possíveis entre gênero e polícia é justamente aquela que nos serve para discutir a nova imagem que a instituição almejou construir ao longo dos últimos anos. Aqui, a pretensa honestidade e falta de violência feminina servem para maquiagem a face da instituição policial, especialmente quando o estado cria o projeto das Unidades de Polícia Pacificada, que tem como estratégia de ação se instalar nas comunidades dominadas pelo tráfico, permanecendo em convívio direto com a população. Assim, a imagem da violência da militarização do espaço pode ser suavizada pela presença feminina, que ajudaria a construir a ideia de local transitável e habitável, onde a segurança e a confiança se mostrariam presentes. Hoje sabemos que o projeto da UPP não logrou êxito, tendo sido inclusive promotor de inúmeros casos de violência praticados pelo próprio estado, como o assassinato de Amarildo¹²,

¹² Amarildo Dias de Souza foi um ajudante de pedreiro que ficou conhecido nacionalmente por conta de seu desaparecimento, no dia 14 de julho de 2013, após ter sido detido por policiais militares e conduzido da porta de sua casa à sede da Unidade de Polícia Pacificadora do bairro (Rocinha). Seu desaparecimento tornou-se

por exemplo. Mas a presença feminina em tais localidades aciona o discurso da confiabilidade feminina, o que parece ter, ao menos, aberto o caminho para que a instituição adentrasse as comunidades do Rio de Janeiro. Os aparelhos de mídia, por sua vez, visavam contribuir com a criação e difusão desta que se pretendia nova polícia:

Vencer a desconfiança dos moradores envolve combater os conceitos acumulados em décadas de relação conflituosa com a polícia. A soldado Michele Andrade Schaffer Moreira, 30 anos, acredita estar vivendo um momento especial na Polícia Militar. Segundo ela, os princípios de direitos humanos passaram a ser vinculados à formação na academia. "Hoje nos ensinam somente o que é certo. Tratar o cidadão com dignidade e não julgando pelo ato que ele cometeu. Nós não somos juízes. Não temos o direito de agredir um cidadão, independente de ele ter roubado, de ter agredido ou de ter violentado uma pessoa. Temos que encaminhá-lo para responder perante a lei", aponta Michele. Ela é integrante da UPP do Morro dos Macacos. A unidade tem um contingente de 40 PMs mulheres para um efetivo total de 227 policiais (BULCÃO, 2011, n. p.).

Assim, o que se percebe é que uma das associações entre imagem da mulher policial e a mídia é justamente a que aproxima a figura feminina da figura sacralizada, protetora, responsável e cuidadosa. Ao logo dos tempos, esse tipo de associação foi sendo construída, especialmente na separação social do trabalho a partir do gênero. Como dissemos, profissões ligadas à prática do cuidado eram preferencialmente associadas às mulheres. Já as ligadas à força, tanto física quanto social e política, eram ligadas ao masculino. Assim, a autorização do ingresso feminino nas polícias passa pela construção, ou reconstrução dessa função da mulher no espaço de trabalho.

Esse determinismo histórico e cultural, embora falacioso, ainda possui grande relevância no imaginário social do país, especialmente quando consideramos que mesmo diante do avanço feminino no mercado de trabalho – ainda que difícil e lento –, quando elas assumem a liderança e exercem cargos de poder, a pretensa sensibilidade feminina é denunciada, tanto para tecer elogios, quanto para desqualificá-las. Assim, a Mulher-De-Respeito-Também-Cuida, ao mesmo tempo que pode ser elogiada por sua sensibilidade e pretensa incorruptibilidade, ela pode ser acusada de ser “mole demais” (alguém que não possui a liderança e força necessárias para exercer o cargo), de ser frágil demais, de ser emotiva ao excesso, como uma permissiva mãe que acolhe o/a seu/sua filho/filha indisciplinado/indisciplinada.

símbolo de casos de abuso de autoridade e violência policial. Em 2016, 12 dos 25 policiais militares denunciados pelo desaparecimento e morte de Amarildo foram condenados.

3.3.2 Mamãezada: quando ser mãe é ser sensível e frouxa

Como discutimos até aqui, as performances femininas das delegadas possuem elementos que devem ser muito bem administrados e dosados, pois todo excesso poderá ser “castigado”. Diante de distintas e complementares figuras de feminilidades, nossas personagens negociam e gerenciam as relações discursivas de poder representadas por cada linha performática assumida. Talvez, a delegada mais bem-sucedida seja a que consiga gerenciar tão bem todas as performances apresentadas, onde cada uma delas represente a si em diferentes momentos delegados pela profissão. Nesse sentido, a Mulher-De-Respeito-Também-Cuida ressalta mais os atributos sacros, resignados e bondosos da mulher delegada. Cabe destacar que o termo “mamãezada” ou “mamãezona” é frequentemente utilizado para criticar a atuação “frouxa” (pouco firme ou excessivamente sensível) da delegada, mas aqui iremos usar como uma performance da delegada que aciona certos atributos reconhecidamente femininos. Assim, aqui caberá discutir tanto os usos positivos quanto os negativos do jargão “mamãezada”, e não apenas o teor pejorativo que a assertiva possa ter.

Embora seja recorrente reconhecer a delegada como uma figura mais sensível, compreensível e afetuosa, quando em comparação com seus colegas do sexo masculino, o termo “mamãezada” ou “mamãezona” nem sempre é conhecido, especialmente para as mais jovens, como Mariana, delegada admitida no último concurso, em 2012:

Mariana: eu acho que tem diferença, especialmente em caso que envolvam conflitos familiares. Acho que a mulher terá mais sensibilidade, vai ouvir...

Daniele: esse jeito mais sensível de atuar, isso é considerado “mamãezada”?

Mariana: acho que nunca ouvi esse termo. Você já ouviu alguém falar?

Daniele: já...

Mariana: ah, aposto que ela era mais velha, né?

Daniele: sim...

Mariana: (risos) acho que isso é jargão de gente mais velha na polícia, tem muito isso. Mas, acho que sim, a mulher tem mais sensibilidade que o homem, eu concordo.

Contudo, Nanda, 12 anos mais velha que Mariana e com 16 anos como policial, fala sobre as características que ela reconhece como comuns às delegadas, citando, inclusive, o termo “mamãezada”, como podemos ver no trecho a seguir:

Não vamos dizer que não temos diferenças. Temos porque assim, primeiro: existem trabalhos que são mais bem feitos por mulheres do que por homens, e existem outros trabalhos que são muito mais, vamos dizer assim, você requer um vigor físico que os

homens executam melhor a tarefa, né? Todos vão executar a tarefa, mas os homens têm mais habilidade pra determinadas coisas, né? E as mulheres, pra outras... ela tem paciência, organização e tal. Não é que o homem não faça, mas... Preferência é para homem ser operacional. O homem que entra na polícia, que que ele quer? Ele quer botar uma arma na cintura e entrar na favela. E a mulher... às vezes você pode ser acusada de ser mulher demais pra determinada função, “mamãezada”, saca? (NANDA, 42 ANOS).

Assim, se para os homens são destinados trabalhos mais operacionais, às mulheres caberia a paciência e a organização dos trabalhos de papel, os burocráticos. Além de lidar com mais doçura, a delegada mulher “organiza a casa”, como se isso fosse nato a sua condição de mulher. O cuidado operado pela Mamãezada tem a centralidade do afeto, ao passo que o cuidado masculino é centrado em sua força, em sua virilidade. A profissionalização do cuidado geralmente encontra um cenário precário de reconhecimento e remuneração, mas esse não é o caso das delegadas, cujo salário é igual ao dos homens. Assim, o cuidado aqui operado coloca em cena novas práticas e discursos sobre mulheres, cuidado e poder. Sua pretensa docilidade deve ser muito bem dosada, para não cair da fraqueza tão condenada dentro da instituição policial. Todavia, a imagem social da delegada mulher serve para trazer respeitabilidade e seriedade, além de uma imagem menos truculenta à profissão. Eis aqui uma face interessante do cuidado operado por elas.

Como vimos ao longo de nosso trabalho, a entrada de mulheres nas forças policiais pode ser pensada também como uma tentativa de dar novos contornos, ainda que meramente estéticos, à imagem que a polícia construiu ao longo dos anos, resultado obtido a partir do uso desmedido da truculência, violência e da latente corrupção. Como que funções “naturais”, coube às mulheres tratar das pessoas vulneráveis, como crianças e idosos, pois essa seria uma função feminina demais para ser assumida por “machões” portando armas na cintura. Cuidar e ornamentar, “arrumar” e conciliar, saber ouvir, eis o que uma boa delegada mulher precisa ter para desempenhar suas funções. Como portadora do feminino, precisa saber corrigir, mas de forma compreensiva, sem nunca se corromper e se exceder.

Cuidando do outro, a Mamãezada precisa considerar diferentes dimensões e atividades, mensurando a dose do seu cuidado a depender da pessoa que será objeto dele. Sendo um idoso ou uma criança, especialmente vítima, espera-se uma dose de cuidado maternal. Mas e quando o cuidado precisa ser oferecido a um traficante baleado, por exemplo? Espera-se, ao menos, maior sensibilidade feminina, e quando ela não ocorre gera espanto, como podemos ver no depoimento a seguir:

Como mulher a gente sofre preconceito, sim. Com relação a alguns preconceitos que eu acho que vivi e tal, mas hoje em dia eu me sinto muito mais à vontade, hoje em dia o preconceito tem muito menos espaço pra mim, eu sinto muito menos o preconceito. Acho que ele ainda existe, mas pensando mais em nível individual, eu me sinto mais

segura, então, eu enfrento qualquer um de igual pra igual, não tenho esse problema[...] Acho que tem a questão de ser vítima de um preconceito que é generalizado, que acho que não se refere tanto à mulher policial, mas uma estigmatização do policial, sabe? Ou elas te veem como uma coisa heroica, como essa coisa que te falei, cara, do vizinho que vem te perguntar, sabe? Acha que você tem uma varinha de condão para resolver o problema, ou tem uma visão meio negativa, meio preconceituosa, de achar que todo policial é agressivo, é corrupto, que é uma coisa que permeia muito a nossa instituição. Então, esse preconceito mesmo, sabe? As pessoas ficam chocadas quando você é mais liberal, quando você não é a favor da pena de morte, quando você não acha que tem que sair torturando todo mundo. Isso já aconteceu comigo n vezes, quando a pessoa percebe em mim uma posição política mais à esquerda, a pessoa fala: “nossa”, ela fica surpreendida. Mas, tem aquilo, né? (risos), espera-se maior sensibilidade da mulher, claro! E temos... [...] Tem até um exemplo interessante, recentemente eu estava pegando o depoimento de um traficante que foi vítima de concussão, uns policiais pediram dinheiro para ele para não prendê-lo, e eu ouvi o cara por uns 45 minutos, ele estava todo cheio de dor, com duas bolsas de colostomia, e isso foi até engraçado... meu diretor entrou na sala e disse: o senhor está bem? O senhor quer uma água? Quer um remédio? O senhor não está em condições de prestar depoimento, sente-se ali no sofá”, depois um policial entrou na sala e falou: “nossa, doutora, a senhora que é mulher não fez nada, não fez pergunta nenhuma e o doutor quando chegou aqui ficou todo cheio de dedos, e não sei o que...” (risos). E eu falei: “é mesmo, por que você ficou cheio de dedos? Um vagabundo desses!”. É uma coisa que você é tragado... e ele: “eu sei separar”. E aí que minha ficha caiu e eu falei: caraca, gente. O cara estava gemendo, se contorcendo de dor e eu estava assim, como se tivesse... eu não vi o cara, não enxerguei o cara. É uma coisa muito louca. Eu fiquei uma semana mal. Você é totalmente produto da máquina policial, o fato de o cara ser um criminoso você já tem aquele olhar assim. Fiquei uma semana mal: eu sou um monstro [gargalhada] (HELOÍSA, 42 ANOS).

Além de surpreender sua equipe masculina pela falta de sensibilidade, Heloísa é indagada por não ter sido sensível àquilo que um homem fora capaz de ser. Seus interlocutores, espantados, questionam a postura da delegada diante da cena vivida. Sendo mulher, se alguém tinha que ser sensível à dor do homem baleado, esse alguém teria que ser Heloísa, que naquele momento não fora expressão da sensibilidade e do cuidado que se espera da mulher. Eis o espanto.

Embora as delegadas transitem, ou possam transitar, por várias performances apresentadas aqui para construírem suas feminilidades, parece que não assumir a performance Mamãezada entra em conflito com aquilo que se espera delas, como o diálogo a seguir nos ajuda a pensar:

Daniele: mas o que você acha que se espera de uma delegada?

Adriana: hmm, talvez se espere mais calma, mais docilidade... embora isso não seja um padrão, tá? Já vi diversas situações onde pessoas foram maltratadas por mulheres... a gente vive num ambiente muito masculino, delegacia é um ambiente muito masculino, então você acaba ficando mais fria, mais prática, mais pragmática... então, a gente acaba sendo mais paciente? Sim... não é à toa que a normativa que criou as DEAMs disse que a preferência é por delegadas mulheres, justamente por ter mais atenção, mais paciência... não vou dizer que seja regra, pois tem muita mulher que acaba tendo posturas bem masculinas, talvez por conviver tanto com homens.

Ainda que em sua análise Adriana pontue que “calma” e “docilidade” não sejam atributos necessariamente comuns às mulheres delegadas, com o que concordamos, a delegada

acaba justificando que quando suas colegas não apresentam tais atributos é porque o ambiente de trabalho, portanto, masculino, teria as tornado mais pragmáticas, qualidade atribuída ao gênero masculino. Assim, para demonstrar que existem mulheres na polícia que não mamãezadas, Adriana recorre à visão essencialista do masculino, e não à pluralidade do feminino, ou melhor, dos femininos.

Por outro lado, Beatriz, mesmo reconhecendo que a polícia pode deixar as pessoas menos sensíveis, diz que entrada das mulheres pode servir para manter essa referida sensibilidade ativa. Para a delegada, o “olhar feminino” seria carregado de sensibilidade e organização e o “olhar masculino” seria dotado de força e firmeza:

Eu acho que ser mulher e ser delegada é extremamente importante, a carreira ter esse espaço feminino não é só importante, eu acho fundamental, porque a mulher traz um lado muito sensível, um olhar mais sensível que o policial não pode deixar de ter, e a gente percebe que ao longo do tempo o policial vai ficando frio, né? Por um lado, você também precisa não se envolver, não se emocionar com tudo, senão você fica abalado psicologicamente, você não consegue descansar na sua folga, isso faz parte, a gente vai criando esse couro, mas eu falo pra eles, se a gente perder a sensibilidade, acabou... então, eu acho que a mulher é fundamental, traz isso pra polícia, traz isso para as relações, traz isso para o plantão, traz isso nas conversas com os presos, traz isso na própria gestão, a mulher é mais organizada... então, eu acho fundamental essa cooperação. O olhar masculino é importante, a firmeza, a força, com as mulheres entrando com esse lado aí, de conversar, de tentar organizar, isso é muito da mulher, né? Aqui mesmo no plantão é assim, a gente senta, a gente conversa, e com essa sensibilidade a gente resolve muita coisa sem precisar prender, ou sem precisar...tomar medidas mais drásticas. Então, eu gosto de ser mulher e ser delegada nesse sentido, eu me vejo muito importante nessa função. Eu acho que a profissão só tem a evoluir com a entrada das mulheres (BEATRIZ, 36 ANOS).

Apesar das mudanças das experiências femininas no país nas últimas décadas, decorrentes da entrada massiva de mulheres no campo de trabalho, do importante aumento da escolaridade e da igualdade jurídica entre os gêneros (SORJ, 2016), o apelo aos estereótipos relacionados ao feminino no que diz respeito ao cuidado ainda ganha bastante expressão em nossa sociedade. Mesmo em projetos sociais financiados pelo governo a ideia da mulher que cuida e protege de forma maternal ainda é bastante presente. Como exemplo, podemos citar o projeto de prevenção e enfrentamento da violência local denominado “Mulheres da Paz”, onde mulheres das favelas passam por um programa de capacitação para agirem em suas localidades, atuando numa espécie de “maternagem social” (SORJ, 2016).

Acionadas para assumirem os cuidados aos mais vulnerabilizados socialmente e para ampliarem o caminho pacífico do diálogo, poderíamos pensar que a marca da participação das mulheres na polícia é a sensibilidade e a organização, mas podem ser consideradas marcas do cuidado?

Pensando nessa imagem positiva, as performances das DelegadAs podem ajudar a transformar a imagem da polícia. Para Francis, a mulher trouxe um lado mais maternal para a polícia, que teria melhorado a sua qualidade com a entrada delas:

Eu acho que a mulher, nós, quando começamos a entrar nessas carreiras que eram predominantemente masculinas, a gente trouxe um lado mais humano. Isso com certeza. Parece clichê falar isso, mas trouxe. E é verdade. Eu vejo isso porque eu tô dez anos na polícia e por onde eu passo eu vou construindo, vai a equipe com você. Mas você acaba conhecendo outros policiais, e você ouve isso dos próprios policiais. Você escuta dos policiais: poxa, doutora, é diferente a forma da senhora lidar com as coisas...então você acaba que torna o ambiente muito mais ameno, dentro dessa loucura que a polícia é, né? Você acaba que constrói um ambiente mais ameno. É impressionante. É diferente. A mulher, ela traz um pouco, assim, desse lado maternal. Seja ela mãe ou não. Mas ela tem isso com ela. Nós somos mais responsáveis. Eu concordo e acho isso da mulher. E esse traço mais... Esse afeto, essa possibilidade de ser mais aberta, também possibilita até à gente descobrir o crime muito mais rápido, porque as pessoas, o próprio bandido, ele se sente mais confortável de falar pra gente o que que ele sabe também, que não vai sofrer nenhuma injustiça por nossa parte. Então eu acho que eu penso milhões de vezes antes de prender. Se aquilo ali é fato de ser preso ou se não é. E não sei se outros delegados fazem isso, né? Mas todas as carreiras devem... Eu acho que a mulher, ela bota na balança muito mais, ela pesa os fatos muito mais, a gente agrega muito mais, agrega muito mais, muito mais. E acho que a polícia só teve ganho (FRANCIS, 42 ANOS).

A construção e permanência da imagem da delegada maternal, parece depender do local em que essa comunicação opere. Essas aparentes doçura e sensibilidade podem ser usadas de forma estratégica em alguns momentos. O exemplo a seguir nos faz pensar as formas possíveis de operar a violência por essa mulher, que ainda que não use a força física, que seria inapropriado para ela, pode usar estratégias mais sutis, como a autorização velada da violência:

Daniele: a delegada é mais boazinha que o delegado?

Heloísa: é... eu acho que no imaginário dele (do policial) sim, né? A coisa da violência institucional, que também acontece, né, é muito desproporcional... eu nunca vi um caso de uma policial, que eu conhecesse ou que tivesse notícia, que deu um tapa na cara de um preso, entendeu? Também tem esse limite, né? A delegada quer se aproximar, quer se masculinizar, mas aí também já é demais. Também tem aquela coisa: na hora de fazer o trabalho sujo é você... na hora de dar uma prensa eu saio da sala. Na hora de fazer o trabalho sujo não quer estar dentro da sala. E o trabalho sujo eventualmente envolve um tapa, um chute, infelizmente, é uma realidade que a gente tem, isso nos casos mais leves, pode envolver coisa muito pior... a gente sabe que a tortura é uma instituição policial, ela ainda é praticada.

Daniele: mas não vem na figura da mulher...

Heloísa: não, não vem, porque a figura da mulher é mais sensível, é boazinha...

Daniele: ela até sabe que está acontecendo, mas não participa diretamente?

Heloísa: sim, sim, exatamente. Não fica na sala, sai da sala.

Esse diálogo ilustra a relação entre o uso do poder e o uso da violência policial. Heloísa denuncia certa naturalização de recursos de tortura, apontados por ela como ainda comuns. Todavia, a ação diante do exercício imediato da violência é atravessado de forma bem marcada pelo gênero: a delegada precisa sair de cena para não presenciar as violências e violações de direitos que estão por vir, o “trabalho sujo” será perpetrado por um homem, mas não sem o conhecimento e participação indireta da delegada, que sai da sala quase que autorizando a sequência de abusos. Estar naquele espaço significaria participar ativamente de algo que não cabe à Delegada-Mamãezada, essa cena precisa ser construída de outra forma, como se ela dissimulasse desconhecer aquilo que viria a acontecer ao sair da sala. Não cabe à Delegada-Mamãezada perpetrar a violência física, mas Heloísa nos dá uma pista de como a participação feminina pode se dar quando a violência ocorre.

Destaca-se, porém, que Heloísa relata o caso na terceira pessoa, assim, não há qualquer confissão (e nem seria essa a nossa intenção) de que ela tenha vivido situações assim. Entretanto, atualmente ela atua numa área voltada para apurar irregularidades policiais. Cabe destacar sua fala a esse respeito:

Eu já tive vários momentos que eu pensei em sair da polícia, mas de alguma forma foi uma coisa que foi ficando, assim, e eu não tenho a menor pretensão de sair, tenho vontade de fazer coisas paralelas, de voltar a estudar. Não penso em me aposentar cedo, tenho pavor de ficar em casa. Mas... eu gosto, é uma coisa que já tá no sangue, totalmente na minha vida e tal. Mas pensei... durante muito tempo eu pensei: ah, meu problema é porque sou delegada, porque sou polícia, período em que passei por problemas pessoais, eu tive um período muito difícil de adaptação aqui no Rio e... aí o tempo, as coisas se ajeitando e eu ficando mais à vontade com a profissão... e depois que eu fui pra lá então, assim, me encontrei totalmente, porque é um espaço onde você pode fazer um trabalho com algo que você acredita mais, sempre acreditei num trabalho ético, honesto, não violento, dentro da legalidade, então, é aquele espaço onde você pode exercer isso, né? Lá eu estou fazendo uma coisa que eu sempre acreditei, então, eu fui pra lá porque eu sempre tive uma carreira irretocável, eu nunca tive nenhum tipo de punição, de nada. E também por ser uma pessoa muito garantista, sempre muito sensível, apesar de eu ter sido insensível com o traficante lá, mas de não me deixar abater, de ter um comportamento minimamente respeitoso, né? A minha carreira se tornou muito melhor depois que eu entrei pra corregedoria. Lá eu trabalho na rotina, não é plantão, e eu não gosto de plantão, acho que não rende... plantão é uma merda, é uma merda, você perde força de trabalho ali, porque ninguém fica 24 horas produzindo, o cara vai tirar um cochilo, o cara vai dormir (HELOÍSA, 41 ANOS).

Chama atenção Heloísa apontar que na corregedoria ela é capaz de efetuar um trabalho “ético, honesto, não violento e dentro da legalidade”, coisa que parece ter sido possível apenas quando ela assumiu tal posto. Destaca-se que, dentro da polícia civil, atuar na corregedoria é algo visto com “bons olhos”, profissionais que lá são lotados possuem respeitabilidade dentro da instituição, além de ser aquele um local de marcado poder. Contudo, embora a atuação de

corregedores possa ter o perfil apontado por Heloísa, chegar a tal posto pode vir por diferentes vias, como nos mostra Catarina no diálogo abaixo:

Catarina: têm escalas mais interessantes para se trabalhar, locais onde você não dá plantão, tipo a Corregedoria, a escala de trabalho lá é boa, sabe?

Daniele: hmm, e como as pessoas vão parar lá? São as pessoas mais respeitáveis?

Catarina: Respeitáveis? Algumas sim... as pessoas que atuam lá são respeitadas... ou temidas, essa questão do temor influencia. Mas tem aquilo, né? Tem gente séria, gente boa, mas já ouvi falar de gente que se banha no Rio Jordão...

Daniele: se banha no Rio Jordão?

Catarina: (risos) é uma expressão que se usa... é quando a pessoa está ali porque está encostada, porque não teve uma carreira tão correta assim... então, tem essa coisa na Corregedoria... (pausa) Mas, não sei também, têm coisas que são boatos, né? (sorri).

Até aqui, vimos que nossas entrevistadas possuem uma visão bastante naturalizada sobre a sensibilidade e a paciência femininas, que seriam maiores nelas que em seus colegas do sexo masculino. Entretanto, embora as mulheres sejam consideradas “naturalmente” mais sensíveis e pacientes que seus colegas homens, algumas podem apresentar comportamentos inadequados, nestes casos, argumentos que dão conta de uma espécie de “masculinização” das mulheres são bastante presentes, como podemos ver na fala a seguir:

Então, eu acho que as mulheres precisam aprender a trabalhar com mulheres e nem sempre isso acontece. Também não vamos achar que as mulheres são perfeitas, não são! Muitas vezes, elas possuem comportamentos bem masculinizados com relação a sua gestão (VERÔNICA, 59 ANOS).

Portanto, é bastante marcado o acionamento de atributos referidos como próprios de homens para colocar sob suspeita a delegada que não opera devidamente a sua performance Mamãezada. Neste sentido, é importante colocarmos em discussão os espaços de poder instaurados pela instituição policial, onde a força parece aliada aos homens e a sensibilidade às mulheres. Embora essa marca não represente necessária realidade, ela pode ser utilizada de forma estratégica. Aqui as delegadas precisarão negociar as relações para que quando elogiadas carreguem boa dose de masculinidade, entendida aqui como força, coragem e competência, mas que não excedam a dose, ou poderão incorrer nos atos excessivos, violentos e brutais, lado negativo dessa referida masculinidade.

3.3.3 Delegadas e “cuidados”: aproximações e diferenças entre “coisas de homens” e “coisas de mulheres”

Como discutimos até aqui, as tensões na área de atuação das mulheres policiais são bastante atravessadas por noções que se têm acerca de certa essencialização daquilo que seriam seus atributos de feminilidade. Mas, ao contrário de posturas passivas diante de tais questões, vimos que nossas entrevistadas operam de forma performática suas feminilidades.

Caminhos marcados por movimentos contínuos de territorializações, linhas de fuga, desterritorializações e reterritorializações, as atuações femininas e as lutas pela conquista de espaço e reconhecimento estão inseridas num cenário difuso de avanços e retrocessos.

Parte da dificuldade do campo apresentado se dá quando a noção de que a força policial deve estar associada a atributos como uso da força física, da violência e da repressão, e não à ideia da polícia como garantidora dos direitos humanos fundamentais.

Como vimos, ainda persiste grande naturalização de certas características como inerentes ao masculino, ou às masculinidades, o que alimenta a condição histórica de subordinação e discriminação de gênero. Como exemplo, cabe destacar a informação do portal de notícias G1, que no dia 13 de agosto de 2018 trazia a seguinte manchete: “Concurso da PM do Paraná tem 'masculinidade' como critério em avaliação psicológica” (PAVANELI; BARRETO, 2018). Embora homens e mulheres pudessem concorrer, estas só poderiam ocupar até 50 % das vagas disponíveis, conforme determina a Lei Estadual Paranaense nº 14.804/2005 (PARANÁ, 2005). Todavia, a candidata teria que se mostrar “macho” o suficiente para atuar nos quadros da corporação, devendo demonstrar “capacidade [...] em não se impressionar com cenas violentas, suportar vulgaridades, não emocionar-se facilmente, tampouco demonstrar interesse em histórias românticas e de amor” (PAVANELI; BARRETO, 2018), conforme esclarece o edital do concurso ao descrever o critério “masculinidade” a que se refere.

Equívocado, para dizer o mínimo, o critério constante no edital ajuda a reforçar certas ideias preconceituosas sobre a atuação feminina nas polícias e forças armadas. Após a repercussão que o caso ganhou, o critério “masculinidade” foi retirado do edital.

Essas construções discursivas ajudam a estabelecer barreiras a serem superadas por mulheres que ocupam postos de trabalho historicamente marcados por um ideário, ou certa noção, de masculinidade, como a polícia. Desnaturalizar esse local é fundamental para colocarmos em análise quais são os processos responsáveis pela transformação da história em natureza, do arbítrio cultural em natural. Demonstrando, assim, que as diferenças entre o

masculino e o feminino são forjadas a partir de determinados mecanismos difusos de poder. Entretanto, em instituições que legitimam o uso da força, como a polícia, a dimensão simbólica da dominação masculina é marcadamente presente. Assim, a visão androcêntrica se impõe como ordem, como neutra, dispensando a necessidade de se enunciar em discursos que a legitime (BOURDIEU, 2002).

Dentro da polícia civil, objeto de nosso estudo, as relações estabelecidas a partir das prescrições de gênero vão além de discursos preconceituosos, constroem práticas pautadas em pretensa verdade sobre os gêneros e sobre o caminho natural, ou naturalizado a ser seguido pela mulher. Tomados como verdade ou não, tais discursos solapam, ou dificultam sobremaneira, ascensões profissionais femininas, como constatam Teresa Cristina Bezerra e Emanuel Lopes (2008) em estudo realizado com mulheres policiais civis do Ceará, que durante as entrevistas aos pesquisadores relataram as dificuldades encontradas na instituição por serem mulheres. Segundo os autores, “discursos são construídos internamente para justificar tais vetos, sobretudo aquele de que elas não poderiam cumprir com as exigências do cargo, dado o tempo que teriam de dedicar aos cuidados com os filhos e não exclusivamente ao trabalho” (BEZERRA; LOPES, 2008, p. 33).

Assim como as policiais cearenses, as delegadas do Estado do Rio de Janeiro também parecem ter que superar os limites estabelecidos a partir da dificuldade virtual que a maternidade pode trazer, como relato a seguir nos mostra:

Sim, sim... eu sinto mais de pessoas mais velhas na polícia, os mais antigos, que a gente chama de mais cascudos... já ouvi, não aconteceu comigo, mas já ouvi que alguns delegados não queriam uma delegada adjunta por diziam que elas ficariam grávidas e dariam problema. Acontece. É um ambiente predominantemente masculino, talvez por isso a gente sinta um pouco mais (ADRIANA, 32 ANOS).

Cabe destacar que as mesmas desconfianças não são lançadas sobre os policiais homens. Suas vidas privadas não são escarafunchadas para serem ou não validadas diante de um cargo, importando tão somente se publicamente são ou não corruptos, e não se são ou não pais ou maridos. Destaque importante para refletirmos sobre como o gênero é acionado nesses espaços. Todavia, é notória a diferença referente à significação entre homens e mulheres diante do espaço privado, como se apenas a elas fossem atribuídas responsabilidades de zelo e cuidado familiares, o que poderia arrancá-las do espaço público-profissional. Entretanto, estando nas delegacias e exercendo um cargo de poder, as delegadas estão no espaço público-profissional, mas parece que certa noção de cuidado, como vimos nas páginas anteriores, as persegue. Mulheres, a partir desse entendimento, cuidam. Além disso, diante de sua fragilidade, não

podem assumir cargos operacionais ou de destaque. Além do evidente preconceito que há nessa constatação, parece haver uso estratégico do “cuidar” e da “fragilidade”: se elas cuidam sem usar a força, a quem caberia protegê-las? E se elas não frágeis, por que mandá-las para o *front*? O exemplo a seguir mostra um desses usos da fragilidade feminina e coloca em cena um elemento novo até aqui: certa noção de cuidado masculino, a proteção:

Olha, o lado machista aflora num sentido paternal nessa hora, e não vejo eles obrigando mulheres e fazendo... muito pelo contrário, já vi uma ou outra e de não querem ir, e de não quererem participar, mas eu acho que na polícia todo mundo tem o seu lugar, muitos não vão, não gostam, têm seu perfil, não é porque tenham medo, mas é um trabalho muito difícil, né? Um erro seu é uma vida, é muita responsabilidade, ainda mais no Rio de Janeiro. Então, como eu acho que tem não têm esse perfil, as mulheres também não têm e aí todo mundo se ajusta, mas eu já fui, por exemplo, nunca cheguei a trocar tiro, mas já fui à operação, já participei... como delegada eu já fui a local de crime, mas nunca em favela, como tira eu já fui duas vezes, mas também graças a Deus, foi tranquilo, mas tem muita mulher que vai, muita delegada, muita agente, mas também se não quiser ir ninguém obriga, não [...] as pessoas se ajeitam, veem a vocação de cada um, ninguém quer colocar em risco a vida da equipe com alguém que talvez não vá ter a melhor das reações, é muita seriedade na escolha, não é só uma questão de ser patriarcal com a mulher (PAOLLA, 30 ANOS).

Portanto, para Paolla, existe uma espécie de machismo paternal. Como um regime de opressão, o machismo estrutural está presente em diferentes níveis e formas, podendo vir, inclusive, sob aparência de certa proteção. Afinal, só há preocupação em proteger aqueles naturalmente mais frágeis, menos fortes, menos poderosos, portanto, fragilizados em algum grau. Entretanto, como dissemos no início do nosso trabalho, não se trata aqui de pensarmos ou criarmos visões maniqueístas dos fatos, mas pensarmos sobre as resistências e as linhas de fuga que o campo propõe, e como nossas personagens se reinventam e performam nestes cenários.

Adriana também diz se sentir protegida por seus policiais, o que poderia conferir a ela certo conforto e menos temor diante dos riscos. Assim, como Verônica que, embora, em suas palavras, tenha sido rude com um policial militar que quis lhe impedir de presenciar a cena brutal do corpo “muito feio em frente ao Fashion Mall”, hoje diz entender que ele quis protegê-la, embora tal cuidado só pareça ser ofertado às mulheres, por causa de sua fragilidade nata:

Já houve uma situação de chegar uma pessoa alterada, em surto, e ele quebrou um órgão público inteiro, e levaram ele para a delegacia, em determinado momento essa pessoa invadiu a minha sala e imediatamente os policiais da minha equipe conseguiram contê-lo, e naquele momento eu senti que poderia contar com aquelas pessoas, porque estão realmente alertas e também podem me proteger [...] É muito bom não ter que fazer atividade externa ou estar num setor administrativo, como estou nesse momento? É, com certeza! Mas não é o natural... a gente tem que estar preparada para todas as atividades que a carreira exige (ADRIANA, 32 ANOS).
Eu tenho uma passagem muito curiosa em minha vida profissional, eu tinha acabado de passar pra delegada e eu fui lotada na 15 DP, e ela pega o Jardim Botânico também,

que é a Gávea e Jardim Botânico, e tinha um acidente muito feio em frente ao São Conrado Fashion Mall e o PM chegou na delegacia e disse: doutora, é melhor a senhora não ir, não, tá muito feio o corpo lá. E eu virei pra ele e disse: eu não lhe perguntei nada, eu lhe perguntei se eu posso ou não posso ir? Aí quando eu cheguei lá o corpo estava bem machucado, e aí o PM levantou o plástico que cobria o corpo e: aqui, delegada. E eu levei alguns anos pra entender o que tinha acontecido ali, qual era a dinâmica. Eu tinha sido rude com ele, pois naquele momento ele não estava querendo me desqualificar, ele estava agindo como um homem protetor, e eu levei muito tempo para entender que eu precisei travar ali uma batalha que... talvez eu não precisasse falar com ele como eu falei, entendeu? Se isso acontecesse de novo eu teria dito: olha, obrigada por seu cuidado comigo, mas eu vou. Mas você tem que estar tão segura, tão autossuficiente para entender isso (VERÔNICA, 59 ANOS).

Outra “proteção” que as mulheres parecem ter é sobre a possibilidade de recusa de atuação em áreas operacionais:

A mulher só vai para o front se ela quiser... se não quiser, ou se não gostar, não vai... eu acho que tem bastante cuidado, que tem bastante proteção...eu acho que é mais cuidado, mas já ouvi relatos de policiais militares dizendo que há um funil, que há um preconceito com relação a mulheres policiais que querem ser operacionais, que não são dadas às mulheres tantas oportunidades como são dadas aos homens, mas na polícia civil eu não vejo isso, não. Existe o preconceito, mas a mulher que quer ser operacional, ela tem oportunidade, mas existe um certo protecionismo... do próprio perfil, assim. Geralmente as tarefas mais burocráticas são dadas às mulheres, geralmente a parte administrativa são mulheres. Por exemplo, eu nunca fui a uma favela... nunca fui de blindado e nada, mas já tive colegas que foram de blindado. Nunca fui a locais muito arriscados. Até falei com o meu chefe que quero andar de blindado, que na próxima operação... “ah, não, mulherzinha”, por que não? Eu quero! (risos) eu tenho essa curiosidade. (HELOÍSA, 41 ANOS).

Para Heloísa, a mulher vai para o *front*, entendido aqui como operações especialmente em favelas, se desejar. Justamente por haver certo “cuidado”, “proteção” para com as mulheres. Todavia, embora afirme que as mulheres da polícia civil possam escolher atuar em áreas operacionais, essa aparente facilidade parece não se sustentar: ao afirmar que gostaria de ir a uma operação em uma favela e que ela gostaria de andar em um carro blindado – possivelmente os comumente denominados de “caveirão” –, seu chefe resiste, chamando-a de “mulherzinha”. A esse respeito, Pierre Bourdieu, nos traz que o mundo social funciona como um mercado de bens simbólicos dominados pela visão masculina, assim, ser, quando se trata de mulheres, é, nas palavras do autor, “ser-percebido”, neste caso, pela visão marcada pelas categorias masculinas. Ser “mulherzinha”, ou ser feminina, é fundamentalmente evitar todas as propriedades e práticas que sejam acionadas ou reconhecidas com sinais de virilidade. Neste sentido, dizer que uma mulher de muito poder, como é o caso de Heloísa, ela é “mulherezinha”, é um modo particular e sutil de negar-lhe qualquer direito ao poder, atributo associado ao masculino (BOURDIEU, 2002).

Portanto, por mais que as mulheres que não queiram ser operacionais possam escolher não o ser, a “proteção” masculina já se antecipa, dizendo a elas que não devem assumir este

local. Parece haver aqui um jogo simbólico sutil por trás da referida proteção, do cuidado masculino. Ao alertarem as mulheres sobre os riscos, efetivamente os homens podem querer protegê-las. Mas o que se coloca aqui é que possivelmente tal “cuidado” só se dirige a elas justamente por serem mulheres, logo, frágeis e menos capazes para tais serviços. Todavia, as mulheres podem e usam isso ao seu favor quando assim o desejam, pois se são frágeis para locais de confrontos, são frágeis para atuarem em locais menos desejáveis também:

Já ouvi de diretores: ah, ela é mulher, não vamos mandar ela para aquela delegacia, não. Delegacia ruim, sabe? Que ninguém quer ir. Lugar violento, longe, essas coisas... Querendo poupar mesmo. Claro que isso pode ser cuidado e tal, ser bom, mas não deixa de ser um pouco machista, né? Uma concepção um pouco deturpada e tal. Por que o cara vai dar conta e ela não vai? Mas eu percebo que muitas colegas usam isso para sair dessas situações (BEATRIZ, 36 ANOS).

Assim, se certa lógica diz que cabe proteger as mulheres dos conflitos armados, algumas delegadas podem utilizar esse recurso a seu favor, quando não desejam uma lotação num local de acesso difícil ou com altos índices de confrontos. Como nos dá a entender Beatriz. Catarina e Francis também relatam essa possibilidade de recusa feminina a atuarem a determinadas áreas:

Olha, eu acho que acaba sendo mais fácil para uma mulher recusar subir um morro, ir para uma operação, entendeu? Para o homem eu acho que pega mais mal. Aí, você pode recusar com mais facilidade. Mas é preconceito também, né? Mas tem mulher que usa o fato de ser mulher para assumir um cargo mais burocrático, isso tem. Mas tem homem que não gosta também de ser operacional... (CATARINA, 48 ANOS).
Eu acho que a mulher, ela se preserva mais de locais de guerra. Por quê? Porque eu acredito que na verdade como nós somos poucas ainda, nós temos pessoas que são completamente aptas à função da guerra. Então eu acredito que daqui a pouco nós vamos ter mulheres combatentes tanto quanto temos homens. Eu acho. Mas é porque é tudo muito novo. Daqui a pouco nós vamos ter. É que agora acho que já temos snipers mulheres boas, eu acho que já temos umas duas snipers muito excelentes de tiro... A mulher, quando ela se dedica... Isso aí, eu tive aula na ACADEPOL sobre isso. Na parte de tiro, a mulher, quando ela se dedica a aprender a atirar, né? A ser sniper. Dizem que elas são as melhores. Não sei se isso aí, tem que ver... (FRANCIS, 42 ANOS).

Embora elas possam, e usem a sua pretensa “fragilidade” a seu favor, nos resta a dúvida se haveria outra opção. Quando a proteção masculina entra em cena, a autoridade da delegada precisa negociar certas renúncias de poder. Ao protegê-las, seus colegas policiais exercem uma autoridade paternalista, baseado no afeto e na sedução (BOURDIEU, 2002), oferecendo no espaço de trabalho a proteção a quem o chefia, muitas vezes. A proteção aqui marca também uma tentativa de autoridade daquele que precisaria renunciá-la.

4 DENTRO E FORA DA DELEGACIA: RESSONÂNCIAS DA AUTORIDADE E DO CONHECIMENTO E PODER

Embora delegadas de polícia, nossas entrevistadas precisarão construir estratégias para serem respeitadas em suas carreiras, pois, se lhes falta força e masculinidade, como pontuamos anteriormente, outras táticas precisarão ser acionadas para que elas se façam respeitar. A seguir, discutiremos algumas delas.

4.1 Chegando com jeitinho, mas sem ser frouxa!

Se, como vimos, a competência feminina não aparece como algo posto na carreira das delegadas, elas terão que lançar mão de alguns recursos para se fazerem respeitar. Além de lidarem com machismo, elas precisarão se inserir no espaço policial, desconhecido por muitas, e terão se relacionar diretamente com subordinados que poderão ter em anos de carreira mais tempo que elas possuem de vida. Especialmente no início de suas carreiras, nossas entrevistadas recorrem a diferentes estratégias para construir uma imagem profissional alinhada à competência e ao respeito.

Ainda que a autoridade policial da delegada não possa ser questionada, pois está vinculada ao cargo, a respeitabilidade poderá. Assim, para se estabelecer na carreira, ela terá que vencer preconceitos e dificuldades, acionando recursos para construir sua respeitabilidade. Sem isso, além da confiança da equipe, as promoções na carreira, já difíceis, parecerão ainda mais distantes. A seguir, nossas entrevistadas mostram algumas das estratégias que elas utilizam para a construção do respeito profissional:

Eu cheguei numa delegacia onde as pessoas eram muito mais velhas e eu acho que o impacto maior mesmo pra eles foi a minha idade, eu tinha 24 anos... e eu lembro que tinha um que assim que cheguei me perguntou a minha idade e aí ele falou assim: puxa, a senhora tem menos tempo de vida que eu tenho de polícia, e eu senti sim essa resistência. Eu sempre brinco, quando as pessoas me perguntam, que os policiais tinham a idade de meu pai. Num primeiro momento existia uma desconfiança de se eu iria conseguir. Existia certa dúvida da minha capacidade de gestão, mas com o passar do tempo isso foi sendo substituído por confiança mesmo, então, a gente se apoiava, e eu sempre fui humilde, perguntava a opinião deles, tirava dúvidas, pedia opiniões... (ADRIANA, 32 ANOS).

A fala de Adriana ilustra alguns dos ingredientes que apontamos inicialmente. Ao assumir sua primeira delegacia, ela possuía 24 anos de idade. Além de muito jovem e de não ser policial anteriormente, Adriana era mulher. Embora o entrecruzamento de elementos tenha sido fundamental, Adriana achava que o que mais dificultava era possuir a mesmo tempo de vida que um de seus subordinados possuía de profissão. Parece que ao instruí-la, o policial passava algum recado acerca de quem possuía o poder. Adriana parecia validar esse lugar, sua estratégia fora chegar com “humildade”, em suas palavras. Ao consultá-lo, a delegada, muito mais que tirar suas possíveis dúvidas, fazia parecer renunciar a parte de seu poder, ou ao menos partilhá-lo. Para Bourdieu (2002), a simbólica resignação feminina poderia ajudar a pensar como que para exercer certo poder, mulheres precisariam se apagar, passando a exercer tal poder por procuração a quem de fato o detém, o homem. Certamente, Adriana não se apaga, nem passa todo o seu poder aos policiais. Entretanto, ao menos naquele momento, ela ainda precisa dominar alguns códigos desconhecidos do mundo policial, novo naquele momento. Portanto, aparentemente abrir mão de seu poder, mais parece estratégico que uma efetiva submissão.

Outra entrevistada que falou sobre suas estratégias iniciais foi Beatriz. Atuando em um ambiente percebido como muito machista e masculinizado, e sendo uma mulher jovem tanto na idade quanto na carreira, ela disse ter usado sua “malandragem” para que aqueles policiais homens, mais velhos e machistas aceitassem ser comandados por uma mulher. Ela os deixava opinar, os ouvia, assim como fazia Adriana:

Eu tentei tomar muito cuidado com isso, Dani, porque também era uma preocupação muito grande minha, de entrar, uma menina, apesar de não ser muito nova, mas nova, né, tendo que gerir um monte de homens, mais velhos... como eles iriam aceitar aquilo ali? Eu tentava chegar devagar, de dar a eles uma importância, sabe? De perguntar pra eles, de não chegar determinando. Tive todo um cuidado para que as pessoas fossem me conhecendo e aos poucos construindo uma relação de confiança. Mas é muito difícil, é um ambiente muito machista, muito masculinizado, preconceituoso à beça, então, a gente tem que saber se comportar ali, nós mulheres temos que saber o tempo de se impor, no momento certo, sem... porque se a gente quiser impor a nossa vontade, a nossa... sem bom senso, de saber que tem ali homens mais velhos que você, com história da polícia, né? Que já passaram por um monte de coisas, você vai se dar mal... as pessoas não vão te respeitar. Então, a gente tem que ter um pouquinho da malandragem, um pouquinho de bom-senso, ter também um pouquinho de compreensão, saber que você vai ouvir umas piadas... não comigo, graças a deus eu sou muito respeitada aqui, nunca tive problema nenhum de relacionamento com eles por serem homens... (BEATRIZ, 36 ANOS)

Assim, usando “malandragem”, “compreensão”, e “bom-senso”, Beatriz precisou negociar a sua autoridade para adquirir o respeito. Já Heloísa acredita que se mostrar policial e

não apenas uma profissional de carreira jurídica pode ser importante estratégia para aproximá-la de seus policiais:

Eu acho que todo delegado que assume essa postura, que coloca o seu terninho e fica lá, que não fala com parte, que não vai até o balcão, sabe, essa coisa higiênica, tipo... é um movimento que se tem muito, eu acho que ele se afasta, ele se fasto do corpo policial. Ele perde credibilidade... ele perde... porque ele é policial, como todos os outros. Realmente, ele gerencia e tal, mas ele é policial. Eu acho que os mais velhos têm essa noção, mas os mais jovens... os mais jovens mesmo. E vejo na minha turma pessoas com esses problemas, mas os delegados mais novos parecem mais deslumbrados com essa ideia de serem carreira jurídica, e mais afastados, com mais problemas (HELOÍSA, 41 ANOS).

A fala de Heloísa expõe, mais uma vez, a tensão existente sobre o local no qual está inserida a carreira de delegado/delegada de polícia, e como a definição desse local pode ser importante para estabelecer a respeitabilidade na carreira. Aqui, parece não poder restar dúvidas que se está na polícia.

Paolla, que antes de ser delegada já era policial, parece concordar. Ela, inclusive usa isto como uma estratégia:

Às vezes as pessoas querem dizer que delegado é diferente, mas eu sempre tenho essa carta na manga: “mas eu já fui tira, e eu sei como é”, e eles respeitam mais, não veem você como: “ah, não sabe a realidade que eu passo”, e é bem legal, os tiras elogiam os delegados que já eram policiais antes, falam que eles têm outra visão de administração de pessoal, sabem como é que é, costumam ser mais sensíveis... (PAOLLA, 30 ANOS).

Porém, em outro momento de sua fala, Paolla diz que se sente mais cobrada, mais observada por ser mulher, como se esperasse algum erro, que, neste caso, pode ser a franqueza, que não combinaria com a sua função:

A sensação que eu tenho é que as pessoas te observam um pouco mais, elas parecem que ficam esperando você ser frouxa, e aí numa situação onde você tenha que tomar uma postura, ou que você tenha que se impor, ou que tenha que mandar um PM se retirar da delegacia, ou mandar prender alguém, ou ser mais ríspida com o preso, parece que as pessoas te olham e ficam esperando pra saber o que você vai fazer, se você vai chorar, se você vai fazer cara de choro ou se você vai se impor de certa forma quando alguém falta com respeito. E eu sinto que isso faz muita diferença: a forma que você reage a determinadas provocações. Em situações normais, as pessoas observam bastante. Elas passam a te tratar e a te ver de uma certa forma (PAOLLA, 30 ANOS).

A visão androcêntrica é constantemente legitimada nesses espaços, incorporando preconceitos desfavoráveis ao feminino (BOURDIEU, 2002). Se deseja respeito, Paolla não poderá ser “frouxa”, terá que saber se impor, não poderá chorar, tal qual um homem não poderia. Interessante lembramos que por já ter sido policial, Paolla já entra numa espécie de regime de camaradagem com os seus policiais, pois é como se ela também fosse parte deles, o reconhecimento desse local que ela ocupa ajuda a compor sua respeitabilidade.

Como vimos, para uma mulher ser respeitada, não basta possuir seu distintivo vermelho de delegada, ela precisa ser reconhecida como policial, demonstrar competência e trabalhar mais que um homem, mas a competência feminina precisa ser provada:

As relações entre os policiais passam muito pelo respeito, mas não o respeito que um inspetor tem pela delegada, não é isso, mas o respeito que um policial, às vezes com mais experiência, mais idade que você, mas que consegue olhar pra você e dizer: olha, ela não está aqui a passeio. Quando consegue te respeitar profissionalmente, percebe que você a cada dia se qualifica mais, percebendo que você também é cada de entender o outro, aí as relações de poder são estabelecidas, entendeu? Agora, uma coisa eu te digo: se eu tinha sido escolhida para ser chefe, eu não poderia ser uma chefe meia-boca. Essa coisa morna eu não saberia fazer, eu detesto isso, então, eu era uma chefe dura, eu era uma chefe exigente, mas ninguém trabalhou mais do que eu trabalhei, nenhum homem trabalhou mais que eu (VERÔNICA, 59 ANOS).

Verônica traz um elemento importante em sua fala, como primeira chefe de polícia mulher, ela aponta que trabalhou além de seus colegas para se fazer respeitar.

Se as cobranças serão maiores para as mulheres na polícia, Beatriz diz que a delegada precisa chegar com cuidado e ir se impondo. Como o cargo é de grande poder, em sua opinião, se esse poder não for bem administrado, ele impossibilita a atuação:

Olha, você se coloca, no seu dia-a-dia... a polícia tem muito poder, como você falou, nós temos um poder absurdo, a restrição da liberdade é muito séria, então, você prender ou soltar é muito grave, por isso que te traz muito poder... e no dia-a-dia você vai aprender a lidar com tudo isso, e muitos colegas se perdem. Tem que ter muita seriedade e muito cuidado, mas isso é uma coisa que você vai aprendendo, sim. Com o tempo, você tem que chegar com todo o cuidado e ir se impondo, mas isso faz parte do trabalho, é uma característica, principalmente, do atuar. Se você não conseguir lidar com esse poder, se não souber administrar toda essa força, você não consegue atuar. Então, eu tento me fazer importante, sabe? Fazer com que eles me venham perguntar tudo, estar a par de tudo, saber... decidir tudo, não quero que ninguém decida por mim, e eu acho que isso faz parte também do seu atuar, com responsabilidade, né? Porque o poder traz muita responsabilidade no atuar. Mas eu lido com isso na boa, assim... não tenho dificuldade com isso, não (BEATRIZ, 36 ANOS).

Para Nanda, o uso estratégico de poder deve ser saber medir a forma de usá-lo em cada situação:

Você ser delegada ou delegado, você entra num ambiente com outras pessoas, você trabalha com outras pessoas, é uma equipe. E você faz parte dessa equipe também. Só que nessa equipe, aí vem a minha ótica, existem algumas linhas de gestão né? A gestão democrática, a gestão autoritária e a gestão mista, né? Em determinados momentos você tem que ser um pouco mais dura, enfim. As pessoas não gostam do autoritário. Eu acho que a delegada ela se destaca muito na polícia quando ela consegue estar no meio dos policiais e se destacar não por ela ser a mais corajosa ou a mais sagaz, a que atira bem, ou que ela... Num momento de embate, ela se destaca com soluções e com uma forma de gerenciar o caos (NANDA, 43 ANOS).

Paolla, assim como Nanda, diz que já teve que se impor de forma mais “rípida” para se fazer respeitar:

Ah, já tive, já tive com parte sendo atendida, com parte desrespeitando os policiais, eu tive que intervir, a parte me desrespeitar e eu tive que falar mais alto e mandar se retirar da delegacia senão seria presa, já falei assim com policial militar, já mandei policial militar calar a boca e sentar, porque na delegacia quem manda sou eu, enfim... eu sou uma pessoa muito gentil, né? Eu não grito, não sou histérica, mas, assim de falar mais ríspida e... e aí eu só precisei falar uma vez, todas as vezes, nunca precisei passar por um problema muito sério. E tudo se resolveu com uma conversa, é... preso é quem menos dá problema (risos). Na verdade é com as partes e com os policiais do dia a dia que a gente enfrenta um problema maior (PAOLLA, 30 ANOS).

Embora essa relação narrada por Paolla tenha sido dirigida não a sua equipe, mas a pessoas externas à delegacia, mandar o policial calar a boca mostra para a sua equipe que ela não é “mulherzinha”, pelo contrário.

4.2 Até onde se chega com jeitinho? Mas sem ser corrupta! (?)

Nas carreiras jurídicas, especialmente nos grandes escritórios de advocacia, ainda é bastante presente a assimetria entre homens e mulheres. Mulheres, mesmo quando possuem melhores qualificações, dificilmente assumem cargos de liderança. Em áreas como direito societário/cível e criminal o ingresso de mulheres enfrenta mais resistência do que no campo do direito de família, por exemplo. Nessa área, as mulheres muitas vezes são preferidas em função do pressuposto de que as características “femininas” auxiliariam o processo de conciliação das partes. Não por coincidência, a área de família garante menores honorários, de forma a reforçar a tendência a uma estratificação interna na advocacia (JUNQUEIRA, 2001, p. 187).

Desta forma, as dificuldades das mulheres são diretamente proporcionais à importância da atividade. Assim, como carreira jurídica, a profissão de delegada de polícia pode entrar nessa análise, especialmente quando percebemos a enorme dificuldade de mulheres assumirem cargos estratégicos, com maior destaque, dentro da instituição. Não é somente a competência técnica que será avaliada aqui, mas a capacidade performática dessa mulher, que ora terá que performar uma masculinidade mais reconhecida como hegemônica, ora terá que performar feminilidades.

Embora os cargos de maior destaque e projeção dentro da polícia civil sejam ocupados em sua maioria por homens, uma das características da administração feminina seria uma pretensa honestidade da mulher, como se seu gênero fizesse dela incorruptível – já abordado no capítulo anterior. Se se desconfia de sua força, de sua coragem e de sua capacidade,

difícilmente desconfiarão de sua honestidade, e esta pode ser uma via para que ela também construa o respeito:

Essa coisa de querer poder é muito masculina. Eu vejo isso dentro de minha instituição de forma muito clara. São os homens brigando por poder. Infelizmente, há corrupção sim. Isso não foge a nenhuma instituição, eu acho que isso é endêmico dentro do ser humano. Existem desvios independentes de gênero, claro... já vi casos aqui dentro de colocar uma mulher numa situação de poder por ela ser honesta, pela conduta dela, por ela não ter problemas com corrupção, entendeu? Pra mim isso é muito claro, a mulher ainda é uma pouco mais... não sei se possui menos ambição, ou mais cuidado, zelo... ou se ela é um pouco mais medrosa também... o poder para homem é muito importante, né? E o poder com o dinheiro está muito ligado, então... (BEATRIZ, 36 ANOS).

Assim, partindo de uma visão naturalizada, a mulher poderia ocupar um cargo na polícia por sua imagem positiva de honestidade e caráter. A fala de Beatriz é interessante, pois ela associa corrupção, com razão, a poder. Isso não significa dizer que necessariamente o poder leve à corrupção, mas nos lembra que as duas instâncias estão bem próximas. Entretanto, não é o fato de ser mulher que faria delas menos corruptas, embora menos poderosas, mas o fato de serem mulheres pode gerar certos constrangimentos, como nos relata Nanda:

Não. A mulher, por ser mulher, ela coloca uma barreira com relação a isso. Os homens têm vergonha de falar sobre assuntos... determinados assuntos. Um deles é a corrupção, né? Um deles é o homem oferecer um dinheiro, vamos dizer assim, né? Para aquela delegada. Porque a mulher naturalmente coloca a barreira. Por exemplo, o jeitinho no DETRAN. Na sua vistoria. Uma lâmpada queimada do seu carro. Aí você fala: poxa vida, caramba, eu vou lá e volto. Para uma mulher você não falaria, mas pra um homem você falaria. Entendeu? Isso é um tipo de corrupção. Não tô dizendo dinheiro. E o contrário: o homem falaria pra uma mulher, né? Tipo: pô, essa lâmpada aqui, quebra esse galho pra mim e tal... Mas na polícia nenhum homem entra aqui pra falar esse tipo de coisa (NANDA, 43 ANOS).

Assim, Nanda destaca um aspecto muito importante da corrupção: ela não pode ser oferecida diretamente a uma mulher, não porque elas sejam mais honestas, de fato, mas porque os jogos simbólicos dos gêneros vislumbram uma feminilidade não corrupta. E as delegadas usam essa noção ao seu favor:

As mulheres são mais sensíveis, preparadas para a mudança. Eu me sinto importante pra caramba nesse ponto e eu várias colegas de trabalho temos essa vontade de mudar, trazer esse braço mais sensível, menos corrupto, de menos força a mais inteligência, sabe? Eu acho que se a sociedade valorizasse, a imprensa, com bom senso, sem feminazi, às vezes tem umas xiitas que você fica assustada, mas eu tenho muita esperança. Eu vejo as colegas de trabalho fazendo diferente, honestamente, homens também, homens também, eu vejo essa mudança. Isso dá um pouquinho de esperança, numa instituição onde a corrupção ainda é muito forte (BEATRIZ, 36 ANOS).

Todavia, usando as estratégias apresentadas, até onde pode ir uma mulher na polícia? Pelo que vimos, é importante que estas delegadas transitem por diferentes matizes de feminilidades para que a constituição do respeito se efetue. Assim, são múltiplas e complexas negociações que as delegadas que queiram se destacar terão que efetuar.

Fruto, em grande parte, de articulações políticas, a conquista de titularidades em delegacias significa ocupar local de prestígio, de respeito. Muitas delegadas reclamam que chegar à titularidade, muitas vezes, significa ter que assumir um cargo em uma delegacia reconhecida como de menor prestígio, como uma destinada ao atendimento a mulheres, por exemplo. Já as titularidades em delegacias consideradas mais “importantes”, são frequente e comumente oferecidas/conquistadas por homens.

Assim, a fim conhecermos melhor os locais de maior destaque na polícia, cabe observarmos a distribuição das titularidades das delegacias. Nossa análise, considerará o gênero como parte norteadora dessas escolhas. Como já dissemos no início deste trabalho, a/o delegada/o titular é a/o autoridade máxima de uma delegacia, sendo, inclusive, chefe de outras/os delegadas/os (assistentes e adjuntos) que atuem em sua delegacia.

Os dados que vamos analisar foram publicados pela Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, e consultados em agosto de 2018. À época, a Chefia Geral da instituição ficava a cargo do delegado Rivaldo Barbosa, e das três subchefias/chefias subsequentes, duas eram comandadas por mulheres: a subchefia administrativa ficava a cargo da delegada Gisele Pereira, já a delegada Gisélia Miranda era a Chefe de Gabinete. O delegado Gilberto Ribeiro era responsável pela subchefia operacional, que, como o próprio nome revela, era o braço operacional da corporação.

A observação das distribuições das titularidades entre delegados e delegadas fluminenses acompanha certo padrão percebido em outros estados brasileiros, neles também parece haver cargos onde a distribuição por gênero se mostre comum, ou naturalizada. Observando as delegacias do Ceará, Teresa Cristina E. Bezerra e Emanuel Bruno Lopes (2008) discutem o fato de que algumas delegacias parecem ser redutos naturais de mulheres, enquanto outras, ao contrário, são predominantemente chefiadas por homens. Os cargos destinados às mulheres são os de

[...] titulares das *Delegacias de Defesa da Mulher* - DDM (nesse caso específico atende a uma exigência da lei e dos movimentos feministas); da *Criança e do Adolescente* - DCA; de *Combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes* - DECECA; de *Proteção ao Turista* (DPT); e a *Divisão de Proteção ao Estudante* (DPE). Ao observarmos a alternância de poder envolvendo esses mesmos cargos, constatamos, também, que, na maioria das vezes, há um revezamento entre as mesmas titulares, ou seja: quem estava na DDM vai para DCA e vice-versa (BEZERRA; LOPES, 2008, p. 49-50).

A observação dos dados disponibilizados pela própria Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro demonstra certa similaridade, ao menos no que diz respeito ao atendimento a mulheres, turistas, crianças e adolescentes.

A Divisão de Polícia de Atendimento à Mulher (DPAM) tinha como responsável a Delegada Gabriela Von B. da Silva. Subordinadas a DPAM e totalizando catorze delegacias no estado, as Delegacias de Atendimento à Mulher (DEAM) eram de titularidades femininas.

Prosseguindo nossa análise e lançando nosso olhar sobre uma das mais importantes áreas de atuação da Polícia Civil, o Departamento Geral de Polícia Especializada (DGPE) - chefiado pelo delegado Marcus Vinicius de Almeida Braga -, foi possível observar que das vinte e oito delegacias especializadas, nove eram chefiadas por mulheres, sendo elas: a Delegacia do Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro (DAIRJ), onde a delegada Tatiana Ribeiro era a responsável; a Delegacia da Criança e do Adolescente Víctima (DCAV), comandada pela delegada Juliana Emerique; a Delegacia de Defraudações (DDEF), chefiada pela delegada Patrícia Aguiar; a Delegacia de Descoberta de Paradeiros (DDPA), que possuía como delegada titular a policial Elen Souto; a Delegacia de Atendimento ao Turista (DEAT), comandada por Valéria Aragão; a Delegacia do Consumidor (DECON), onde Daniela Terra era a responsável; a Delegacia de Homicídios da Baixada, Niterói, São Gonçalo e Itaboraí (DHNSG), chefiada pela delegada Barbara Lomba; a Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente - Centro (DPCA), chefiada pela delegada Natacha Oliveira; e, finalmente, a Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente - Niterói (DPCA), comandada por Marcela Ortiz.

Ainda observando as titularidades das delegacias subordinadas ao DPGE, áreas mais operacionais, como a Coordenadoria de Recursos Especiais (CORE), Delegacia Antissequestro (DAS), a Divisão de Capturas da Polícia Interestadual (DC-POLINTER), a Delegacia de Homicídios da Capital (DH) e a Delegacia de Repressão às Ações Criminosas Organizadas e Inquéritos Especiais (DRACO-IE), por exemplo, ficam a cargo do comando masculino.

Embora os cargos operacionais ou mais tradicionais dentro da Polícia Civil sejam mais comumente oferecidos a homens, nos exemplos citados, vimos a presença feminina numa delegacia destinada a investigar homicídios, da mesma forma, áreas percebidas como “sociais” também foram oferecidas a homens, como a Delegacia de Atendimento à Pessoa da Terceira Idade (DEAPTI), onde Marcos Cipriano era o delegado titular.

Quando a análise se volta para as delegacias distritais da capital, que ficam subordinadas ao Departamento Geral de Polícia da Capital (DPGC) - chefiado pelo delegado Fábio Barucke -, das quarenta e duas delegacias, sete possuíam mulheres como delegadas titulares. Elas

estavam lotadas em regiões como Cidade Nova, Leblon, Barra da Tijuca, Tijuca, Praça da Bandeira, Tanque e Realengo. Chama atenção os locais de lotação, que, com exceção de Realengo, são áreas percebidas como “nobres” dentro da Polícia Civil, seja pela localização ou pelos números de registros de ocorrência que efetuam.

Já o Departamento Geral de Polícia da Baixada (DGPB) possuía dezoito delegacias e era comandado pelo também delegado Deoclecio Francisco de Assis Filho. O DGPB tinha apenas duas mulheres como delegadas titulares, lotadas em Nilópolis e Guapimirim.

Por fim, o Departamento Geral de Polícia do Interior (DGPI), chefiado por Alexandre Ziche e responsável por 76 delegacias, tinha 10 delegacias comandadas por mulheres, nas seguintes regiões: Icaraí, Jurujuba, Maricá, Itaipava, Paraíba do Sul, Araruama, Casimiro de Abreu, Arraial do Cabo, São Francisco de Itabapoana e Santa Maria Madalena.

Os dados apresentados nos permitem perceber avanços e limites na inserção feminina na área policial, com redutos tradicionalmente masculinos. Em muitos casos, mulheres já assumem posição de destaque, com acentuado poder dentro da instituição, embora em números ainda bem desiguais. A fim de exemplificar, cabe retomar a análise das delegacias especializadas, onde as mulheres assumem nove das vinte e oito delegacias. Embora não representem sequer metade dos postos, o fato de assumirem a titularidade de delegacias consideradas estratégicas dentro da arquitetura policial, como a DDEF, a DDPa e a DHBF, é um avanço significativo na representatividade e na hierarquia da Polícia Civil Fluminense. Entretanto, os limites ficam mais claros quando percebemos que todos os departamentos anteriormente citados eram chefiados por homens. Apenas na DPAM, responsável justamente pelas DEAM, que o comando geral era feminino.

Todavia, o Departamento Geral da Polícia Técnico-Científica (DGPTC) era o único dos departamentos, em agosto de 2018, comandado por uma mulher - a delegada Andreia Menezes -, embora existissem apenas seis mulheres à frente dos trinta e nove institutos e postos subordinados.

Dos órgãos, especialmente administrativos, existentes na Polícia Civil Fluminense, mulheres aparecem no comando da Academia de Polícia Civil Sylvio Terra (ACADEPOL), da Assessoria Geral de Planejamento e Controle (ASPLAN), da Assessoria Técnico-Administrativa (ATA), da Comissão de Controle e Fiscalização de Contratos (CCFC), da Coordenadoria de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (CCC-LD) e em mais sete órgãos dos vinte e oito existentes.

Para Bezerra e Lopes (2008) o aumento da inserção feminina na esfera policial representa inquestionável avanço para as mulheres no que tange a ocupação de cargos antes

impensados para seu gênero. Todavia, há limites demarcados, não apenas pelo maior número de homens no efetivo policial e no comando da Polícia Civil, mas também pela própria constituição histórica desta instituição, fundada na hierarquia, nas normas e rituais alicerçados em valores machistas e orientados por uma cultura androcêntrica e falocrática, reificada no cotidiano e assimilada por homens e mulheres policiais. Ainda para os autores, a construção da respeitabilidade feminina passaria por um reforço de características percebidas como masculinas, mesmo que isso não representasse necessariamente a perda da “feminilidade”. Para serem respeitadas por suas equipes,

[...] elas, muitas vezes, têm que parecer iguais aos homens nos modos de pensar, nos comportamentos e nas formas de fazer polícia [...]. O que significa isso? Significa, sobretudo, que a polícia ainda se constitui como uma instituição fechada, marcada pesadamente por uma cultura *falocrática*, símbolo da virilidade e da rudeza, supostamente consideradas como características naturalmente masculinas. Daí o fato de algumas mulheres acabarem “se masculinizando” para sobreviverem em seu interior, o que aparentemente reforça e legitima certos valores masculinos [...]. Nem sempre esta “masculinização” das policiais pode ser traduzida como sinônimo de reprodução dos valores tradicionais, pois também pode significar o uso das “armas” disponíveis na própria cultura institucional para obtenção do respeito e conquista de autoridade diante dos seus pares e subordinados (BEZERRA; LOPES, 2008, p. 59, grifos do autor).

Esta constatação do autor é importante, pois embora as delegadas passem por certa “masculinização” para serem respeitadas por seus colegas e subordinados, isto está longe de significar que se masculinizem, ou seja, passem a abrir mão de estéticas femininas, pelo contrário, lembremo-nos da imagem das Delegatas: belas, femininas, poderosas e de salto alto. Ou ainda de um ethos que lhes é atribuído, como foi possível discutir na parte 3.3 desta tese.

Verônica, embora inicialmente mostre certo incômodo ao discutir as relações de gênero em sua profissão, demonstra o caminho percorrido pelas mulheres na polícia, especialmente quando destaca que somente quando elas começaram a conquistar espaço na instituição, puderam finalmente ser mulheres. Finalmente ser mulher pode significar derrubar algumas barreiras estabelecidas a partir das assimetrias entre homens e mulheres. Neste sentido, Rosemary de Oliveira Almeida e Luiz Fábio Silva Paiva (2008) destacam que em determinados segmentos “tradicionais” ainda é possível observar a ideia de que as diferenças biológicas entre homens e mulheres justificariam as desigualdades e a construção simbólica de espaços sociais diferenciados. Assim, ser mulher ou poder finalmente ser mulher parece traduzir o reconhecimento da qualidade do atuar feminino, mas destaca uma estreita relação com o modelo masculino, que, na polícia, ainda parece ser o modelo ideal e inquestionável de capacidade profissional. A polícia, assim, mostra-se um espaço composto por elementos que justificam o

lugar do homem policial como natural, enquanto a mulher policial tem que provar sua competência para assumir cargos importantes (ALMEIDA; PAIVA, 2008).

Além das diferenças construídas e reconstruídas a partir das relações de gênero, dentro da Polícia Civil as relações de poder que passam por indicações políticas e associações pessoais possuem grande peso para as indicações de titularidades e de cargos de chefia, uma vez que os critérios não são bem definidos dentro da instituição e mudam rapidamente a depender da organização da cúpula da segurança pública. Portanto, além de considerar os esforços pessoais, em muitos casos, deve-se levar em conta a influência que algumas mulheres possuem nas relações político-partidárias dos governos e no âmbito da hierarquia policial. Todavia, mesmo nesses casos, é preciso reconhecer as competências e habilidades femininas no exercício do poder, uma vez que elas se mostram eficientes na construção de articulações e alianças (BEZERRA; LOPES, 2008). Homens e mulheres estão sujeitos a tais jogos políticos e as diferenças pautadas no gênero podem servir para fins político-partidários os mais diversos, ou para certa noção que se deseja vincular às políticas de segurança pública.

A entrada e a ascensão feminina na polícia também podem ser discutidas a partir da construção de um sistema simbólico tanto dentro da instituição quanto fora dela. Assim, “a não-incorporação das mulheres significaria um constrangimento para a instituição, numa sociedade onde os valores democráticos passaram a compor a sua base ideológica por excelência” (ALMEIDA; PAIVA, 2008, p. 93). Porém, como dito, embora não possa impedir a admissão de mulheres, a instituição pode dificultar as promoções dentro da carreira.

Mas a incorporação sistemática de mulheres e o fato de algumas já assumirem altos cargos demonstra que novos significados estão sendo produzidos, criando novas estratégias e táticas na forma como homens e mulheres atuam no interior da polícia civil. Táticas e estratégias que merecem destaque no campo de análise, especialmente quando colocamos em questão a visão naturalista que recai em homens e mulheres: a eles, como dito, características como força e habilidade para ações táticas são percebidas como inatas, ao passo que para elas o olhar naturalista, essencialista, as define como menos violentas em origem (CALAZANS, 2004). Todavia, ainda que tais visões possam ser cristalizadas em certo sentido, as atuações das delegadas não o são, uma vez que elas operam as verdades sobre seus gêneros a seu favor, especialmente quando reforçam as características femininas que lhes são favoráveis, como honestidade e menos violência, por exemplo.

Desde a sua criação a Polícia Civil tratou de forma desigual homens e mulheres. Apenas na década de 1970 que as primeiras mulheres foram admitidas como delegadas, como observado. Embora a Constituição de 1988 tenha alterado a forma de ingresso, a instituição

continua até hoje tratando de forma desigual a homens e mulheres. Embora elas atualmente possam ingressar por concursos públicos diretos, a polícia mantém mecanismos para frear/dificultar a ascensão feminina. Para vencerem tais barreiras, elas precisam construir um local de prestígio e respeito, tanto dentro, quanto fora da instituição. Assim, o prestígio e o respeito conquistados ainda parecem depender bastante do reconhecimento construído graças as suas biografias individuais, ao invés das disponibilidades internas da instituição para a sua ascensão profissional, exceto em cargos onde ser mulher seja um uso estratégico. Às vezes, a respeitabilidade feminina precisa entrar em cena para “salvar” a instituição.

Como vimos, ainda bastante forte a ideia da inabalável moralidade feminina, que muitas vezes é acionada para arrumar a casa quando a bagunça está grande demais. Um exemplo disto aconteceu no ano de 2016, quando uma adolescente de 16 anos fora estuprada por mais de 30 homens. A violência, gravada pela câmera de um celular de um dos agressores, fora orgulhosamente veiculada nas redes sociais de um dos criminosos e compartilhada por incontável número de vezes por aplicativos de celulares, mídias sociais e afins. A repercussão do caso fez com que a Delegacia de Repressão aos Crimes de Informática (DRCI), à época chefiada por um homem, o delegado Alessandro Thiers, começasse uma investigação para descobrir a identidade dos culpados. Muito comum em crimes sexuais, não tardou para que grande parte da opinião pública começasse a buscar no comportamento pregresso da vítima as razões que justificassem o brutal ato. Entretanto, o caso teve uma reviravolta quando o delegado responsável foi afastado do caso por ter sugerido que a vítima tivera um relacionamento sexual consentido momentos antes de ser estuprada por um dos homens, sugerindo, assim, que a anterior permissão ao ato sexual atenuaria o posterior estupro, mais uma vez, buscando na vítima alguma responsabilização pela violência sofrida. Após grande repercussão e pelo fato da vítima ser menor de idade, o crime começou a ser investigado pela Delegacia da Criança e Adolescente Víctima (DCAV), chefiada por uma mulher, a delegada Cristiane Bento.

Desta maneira, a construção do respeito deve ser pensada também como uma estratégia, que nossas personagens usarão dentro e fora das delegacias, tendo que negociar o tempo inteiro o exercício de seu poder. Pois lá, quem manda são elas!

4.3 “Você é delegada só na delegacia!” Negociações conjugais e outras coisas

Se em seu espaço de trabalho a figura da delegada representa a liderança e detém o poder de gerenciar uma equipe majoritariamente masculina, a “dona das chaves” da delegacia assume certa dificuldade em estabelecer relacionamentos amorosos, especialmente com não-policiais.

As mulheres entrevistadas ao longo deste trabalho, com certa frequência, apontavam o temor/desconforto que ser delegada despertava nos cônjuges e companheiros. Fato interessante é que as que assumiram estar num relacionamento amoroso, em sua maioria, os tinham com homens policiais. Esses dados nos levam à próxima parte de nosso trabalho, aqui, vamos visitar suas casas e conhecer um pouco mais de suas vidas para além das paredes das delegacias, pensando como as questões da vida privada, como a conjugalidade, por exemplo, demandam certas negociações da autoridade feminina.

Para iniciarmos essa discussão, cabe contar um caso que ouvi certa vez: Fabrícia, uma delegada atuante em uma cidade do interior de Minas Gerais, comenta, durante uma festa, que seu marido, um não-policial, esteve durante um tempo muito ciumento. Roberto, o marido, instalou câmeras pela casa pouco antes de viajar para o exterior. Segundo ele, isto serviria para dar proteção à esposa durante o tempo em que ele estivesse distante do país. Todavia, o recurso serviu para que Roberto pudesse acompanhar os passos de sua esposa, desde a hora que ela acordasse até a hora que fosse dormir. A delegada parecia presa em sua própria casa. Depois de cumprir sua pena, Fabrícia se separou e, até aquele momento, permanecia sozinha. Ela me confidenciara que “os homens ficavam inseguros perto de uma delegada”. Na festa, ela não queria saber de investidas, estava, como me disse, “curtindo a liberdade”.

Assim como Fabrícia, Francis acabou se separando de seu marido. Porém, não porque ele a vigiasse da mesma forma que Roberto, mas porque ao ingressar na carreira, a delegada, que se casou antes disso, assumiu outros espaços na relação, e, em sua opinião, seria difícil para o marido aceitar uma mulher tão poderosa assim:

Francis: E eu casei com um cara que não era delegado, não era policial, não era nada. Até então eu era advogada e ele trabalhava com marketing normal. Quando eu passei pra polícia, infelizmente, a gente fica muito mais fria. Fria, num sentido, não é fria, mas porque a gente lida com a realidade, não tem jeito, não existe. Eu acho que a pessoa que não muda não viveu a polícia. Então vive num mundo que não é polícia. Então nós ficamos mais frias mesmo, porque a gente vê a realidade, a gente tem medo... às vezes é tão bom não saber das coisas. Quando a gente não sabe, a gente não tem medo, quando a gente descobre, não tem mais jeito. E aí eu me afastei muito do meu ex-marido também porque parte do machismo dele, também... Aceitar uma mulher que ganhasse mais que ele, tinha tanto poder, que sai de madrugada pra fazer operação. Me separei.

Daniele: Ah... Porque, né?

Francis: Não dava. Não sabe lidar. Alguns sabem, mas eu sofri na pele isso. Sou amiga dele hoje em dia, é meu amigo, mas ele sabe, tanto eu quanto ele, né, sabemos que nosso casamento foi por água abaixo a partir do momento que eu passei pra polícia. Por todos esses motivos. O homem, na verdade, ele como homem, né, não sei se todos os homens, acredito que não, não soube lidar com isso. E é difícil pro homem, diante de toda essa cultura machista que hoje ainda temos, é difícil pro homem aceitar que a mulher é tão poderosa assim.

O machismo parece uma barreira que estabelece os limites que as mulheres podem atingir em seus casamentos, pois se existe um poder enorme no espaço de atuação profissional, em casa parece que novas negociações entram em jogo, como o próximo relato nos ajuda a perceber:

Heloísa: porque não é só por ser delegada, é uma coisa muito da minha personalidade, que é estar no controle, que é mandar... eu não fui para aquilo ali à toa, entendeu? Eu sou controladora, dominadora, super autoritária, eu sou essa pessoa, super essa pessoa. Extremamente autônoma, independente, enfim... claro que eu acho que é um a mais, só que na vida pessoal, voltando a essa coisa do que é ser homem, do que é ser mulher, me trouxe alguns problemas, nos meus relacionamentos pessoais, principalmente nos meus relacionamentos amorosos e... porque agora eu estou no terceiro casamento, e hoje em dia eu vejo muito nitidamente essa... Nos meus dois últimos relacionamentos eu mandava e eles obedeciam (risos), era uma coisa muito clara, entendeu? Era bem assim, sabe? Eles foram totalmente construídos com base nisso.

Daniele: isso os assustava um pouco?

Heloísa: assustava, atormentava... mas existia, ao mesmo tempo, uma atração...

Daniele: e quais eram as profissões deles?

Heloísa: o primeiro era dentista, o segundo era bancário. Então... era uma relação bem assim de uma coisa de domínio, mesmo.

Chama atenção o fato de Heloisa afirmar ser autoritária e mandona, quase como uma confissão que justificaria o fracasso de seus relacionamentos progressos com não-policiais, que pareciam mais submissos a ela, o que não parecia fazer sentido e o que colocava poderia colocar a masculinidade deles em xeque. O fato de serem não policiais parece fazer com que a autoridade dela fique mais evidente, coisa que talvez não acontecesse se o homem fosse também um policial, especialmente um operacional, marcado com a chancela da virilidade. Essa ideia fica mais clara a seguir, quando a delegada fala sobre o seu relacionamento atual, com um tenente-coronel da Polícia Militar:

Heloisa: Então, esse relacionamento que eu vivo hoje em dia eu acho que é uma coisa bem diferente pra mim... não sem desconforto. Trouxe muito desconforto pra mim... traz ainda, às vezes. Mas, ao mesmo tempo, é... é também interessante. Por isso que eu estou querendo voltar a fazer análise, porque eu acho que estou num momento de muita reconfiguração pessoal, afetiva, sabe? Questões com o feminino, com a minha feminilidade, eu estou reconfigurando o meu HD.

Daniele: é que vocês são de instituições distintas, mas é equivalente você e...

Heloísa: é equivalente, porque, na verdade, na PM o cargo máximo é coronel e na civil o cargo máximo é delegado. Ele não é o máximo, mas é quase... então... **mas tem também o fato de ele ser mais velho, então, eu acho que ele gosta de dizer que eu tenho um cargo, que não é só meninha... mas, ao mesmo tempo, o relacionamento só dá certo porque ele é o comandante, entendeu? Dentro de casa eu sou faxineira, empregada... o meu relacionamento com ele dá certo só por causa disso, isso é uma coisa super curiosa...** é uma correlação que eu faço com os meus dois relacionamentos anteriores, que não eram policiais, eram pessoas fora de meio... com ele não, **ele é a encarnação da masculinidade e quando a gente começou a ser**

relacionar eu percebi que se eu não desse espaço para ele ser o comandante a gente não iria funcionar.

Daniele: e pra você, foi tranquilo?

Heloísa: para mim, pra falar a verdade, foi um descanso, foi maravilhoso (risos).

Daniele: porque o tempo inteiro você é comandante...

Heloísa: é... é... achei maravilhoso...

Para Heloisa, o fato de ser delegada e de exercer um cargo de poder dentro de uma instituição como a polícia se apresentava em alguns momentos como certa masculinidade, pois performar algo de masculinidade pode ser estratégico para se fazer respeitar na profissão, como temos acompanhado. Mas nos relacionamentos conjugais heterossexuais, este exercício de autoridade e comando, identificado com certa masculinidade, poderia entrar em conflito com a masculinidade mais hegemônica de seus parceiros. Em sua entrevista ela reafirma que seu relacionamento atual só funcionava porque o tenente-coronel não se vergava à delegada. Embora o limite parecesse bem estabelecido, sua fala destaca pontos importantes, como os desconfortos que isso gerava nela. Mas, o sexismo entra em cena e na relação ela teria que ser a dona de casa, desempenhando os serviços domésticos e servindo ao tenente-coronel, como boa esposa. Não parecia caber ao tenente-coronel, um homem poderoso e respeitado policial operacional, um papel de submissão a uma mulher. Por mais que ele gostasse de exibir a sua esposa delegada, ali, naquela relação, quem mandava era ele! Certamente, não sem tensões. Mas tais negociações colocam em cena a dificuldade de construção de relações conjugais mais simétricas. Ser delegada só acentuaria, jogaria luz, nas relações ainda bastante desiguais entre os gêneros.

O relato do relacionamento conjugal de Heloísa e seu marido tenente-coronel traz importantes elementos para pensarmos que as negociações que as delegadas fazem para conquistarem o respeito em seu espaço de trabalho precisam ser reorganizadas em suas vidas privadas. Se nas delegacias elas precisam ser capazes de coordenar uma equipe, de exercer a liderança, nos casamentos elas podem precisar dar conta daquilo que se espera de uma “mulher de família”, aquela que cuidará, efetivamente, do lar e da família. De fato, essa ideia está alicerçada em preconceitos e sexismo, que ao validar a masculinidade do homem, precisa acentuar a submissão da mulher. Nesses jogos de poder, a mulher parece ter que corresponder a certos papéis:

Tem esse imaginário da coisa do poder, né? Para as pessoas, assim, num relacionamento afetivo, as pessoas já me colocam num local de respeitabilidade, ficam até mais cuidadosa para falar comigo... ou vem aquele lado da curiosidade... eu acho que num primeiro momento vem aquela coisa da fetichização da mulher policial, e do

homem também, do homem de farda... mas, eu acho que é uma coisa que ameaça muito a masculinidade do homem, ameaça... então, assim, esse grupinho dos que fetichizam, dos que acham um máximo, eu acho que é um grupo menor, eu acho que a maioria fica meio... sabe...? Ela já traz toda uma carga de masculinidade, então o cara vai entrar como? E é uma coisa que eu vivo em meus próprios relacionamentos afetivos e percebi isso claramente e... e hoje, atualmente, eu tenho um companheiro que é tenente-coronel da polícia militar e com ele é a mesmíssima coisa, em todo o lugar que ele chega ele tem que falar que eu sou delegada, o que pra ele é um orgulho, um coisa assim imensa, sabe? Foi até um universo que eu entrei mais, que eu até comecei a entender melhor a polícia militar, comecei a ficar mais interessada pra entender mais do mundo deles, que é também um mundo muito hierarquizado, de muito poder. Então, o meu marido, o fato de eu ser delegada, pra ele, é a coisa mais incrível do mundo, qualquer lugar que ele chegue é a primeira coisa que ele fala (HELOÍSA, 41 ANOS).

Embora a delegada afirme que em casa o tenente-coronel a trate como dona de casa, na rua, por onde quer que ande, ele a exhibe como um valioso troféu, apresentando-a como a sua esposa delegada de polícia.

O relato de Heloisa parece deixar escapar que a performatividade da masculinidade dele é desafiada pela performatividade da feminilidade dela, de seu poder. Desta forma, conter o poder da delegada parece ser a estratégia dele para não afrontar a sua virilidade. E a ela, negociar sua força e poder parece permitir o sucesso da relação.

Assim como Heloisa, Francis acha mais difícil namorar pessoas não-policiais, tanto pelo desconhecimento da rotina policial que essa pessoa possa ter, quanto pelo receio que ela tem em namorar alguém cujo passado seja por ela desconhecido:

Francis: Muito difícil. Porque é muito difícil você entender. E fora que eu agora, na minha idade, não consigo me relacionar com uma pessoa, né, que eu não saiba qual foi... Isso que é um problema também de você virar delegada. Acaba que você: cara, que que essa pessoa fez quarenta anos da vida dela? É muito difícil pra gente que investiga, né? A gente fica assim: caraca, quem foi essa pessoa por quarenta anos? Eu fico pensando, eu vejo porque eu fiquei separada um tempo e fiquei vivendo esse mundo de *night*, saindo, e eu ficava assim: gente... é, quem é essa pessoa que vai me beijar aqui? Cara, quem é essa pessoa? Será que esse cara é 171, será que tem alguma anotação? Os homens têm muito medo da gente. Muito medo. É impressionante. Cagação do cacete.

Daniele: E um policial te entenderia mais...

Francis: Muito mais. É... Não, acho que a gente... Eu não sei, tem gente que namora fora, né? Confesso que eu, não é que eu não tenha tido oportunidade, eu tive oportunidade, mas eu própria não me sentia bem. Porque eu acho que eu tive um casamento que terminou por conta da minha profissão, então pra mim foi difícil, também, conseguir arrumar um namorado... E os homens têm medo, vai por mim. O poder da mulher deixa o homem abalado.

A questão que se coloca é se o homem policial não teria medo do poder da delegada ou, se ao contrário, justamente por conta desse receio ela tente anular o poder que ela possui, ao menos no espaço privado. Estar ao lado de uma delegada, “domando” seu poder, poderia reforçar a masculinidade do homem policial. Além disso, ao contrário dos não policiais, os

policiais possuem o destaque de atuarem numa área que reforçaria os ideários de sua masculinidade, de sua virilidade, de sua coragem e de sua força. A coragem dele não será colocada em questão, e elas parecem validar isso. Pode inclusive ser algo equiparável ao posto dela: se ela tem a autoridade, ele tem a expertise da rua, a coragem, a virilidade necessária para o exercício da função.

Todavia, nem todas as entrevistadas que se relacionam com policiais dizem abrir mão de seu poder, mesmo assim, precisam negociá-lo, pois elas só são delegadas nas delegacias, como eles avisam:

Daniele: e como você é em casa? A delegada te acompanha?

Beatriz (risos) eu sou acusada disso, Dani. Eu sou casada e meu marido às vezes fala: olha, você é delegada na delegacia, hein? Não de ser mandona, mas de delegar funções... mas tem culpa nisso aí também...

Daniele: ele também é policial?

Beatriz: ele é... ele é policial rodoviário federal, mas já foi policial civil, e ele reclama um pouco disso, minha família também. Eu tenho isso de querer as coisas do meu jeito, e organizar, e... na nossa vida pessoal não é assim, aqui eu não mando em ninguém...

Chama a atenção que em casa, por mais que desejem mandar, constantemente são confrontadas, como se à esposa não coubesse o papel de liderança. Adriana, casada com um militar, diz que atualmente busca se controlar mais, a fim de preservar seu casamento:

A gente já namorava e um ano depois eu passei. Em casa eu sempre tentei coordenar mais as coisas, mas isso se aguçou um pouco mais depois e nos últimos anos, eu sou casada há bastante tempo, vai fazer nove anos, eu tenho tentado dar uma freada nisso, até mesmo para a preservação do casamento. Hoje nem tanto, por conta da natureza do trabalho aqui, mas quando eu estava em delegacia, tinha que ligar e desligar mesmo o botão de delegada. Ele já me alertou algumas vezes: olha, segura tua onda. E eu tenho tentado nos últimos anos me policial (ADRIANA, 32 ANOS).

Assim, “segurando a onda”, Adriana vai negociando até onde sua autoridade pode ir. Sem isso, o casamento parecia correr risco, como sua fala destaca. Mais uma vez, ao olharmos as conjugalidades vividas por nossas entrevistadas, podemos observar feminilidades performadas, que ora se impõem mais fortes e dominantes, ora se fragilizam e se deixam dominar. Assim como nas delegacias, as delegadas precisarão operar muito bem estas relações, aparentemente ainda mais tensas no espaço conjugal, pois aqui, para funcionar, elas podem precisar deixá-los no controle.

Paolla, ao falar sobre seu relacionamento, diz que antes de ser policial já possuía a característica de impor suas opiniões. Interessante essa característica chamar sua atenção, pois parece que às mulheres não caberia esse papel:

Ah, eu sou... mas eu sempre fui, assim, um pouco... não sei se é por conta do meu signo, porque eu sou ariana, da minha personalidade, mas... já era, a polícia não me influenciou, talvez eu tenha me identificado muito na polícia por conta da minha personalidade, mas eu já era assim... mas eu não sou tão mandona, não. É uma coisa que eu faço sem querer, não é de propósito (risos), mas, tranquilo, sou até fácil de lidar se tiver paciência (PAOLLA, 30 ANOS).

Já Verônica diz que nunca casou justamente para construir uma carreira de sucesso dentro da polícia civil. Este ponto é interessante para refletirmos acerca das renúncias e negociações que as mulheres precisam fazer para construírem uma carreira de sucesso, como se as duas coisas fossem incompatíveis.

Assim, ao analisarmos essas falas fica mais fácil percebermos como o gênero determina as relações, tanto dentro quanto fora da instituição policial. Os relatos dessas delegadas nos mostram linhas construídas por mulheres, que precisam ser masculinas o suficiente para serem respeitadas, e femininas o suficiente para serem amadas. Vimos diferentes recursos e estratégias que elas lançam mão para poderem transitar nos dois mundos: o espaço privado e o de trabalho. Entretanto, se não há como ser delegada o tempo todo, Verônica diz abrir mão da conjugalidade:

Eu me lembro de num dia a minha mãe dizer pra mim assim: lá vem a delegada... como eu era workaholic, e o plantão faz isso, de plantão no dia do aniversário, o dia de um show e você está de plantão, na páscoa, na sexta-feira santa, no natal e no ano novo... então, você meio que tem que fazer uma opção... tem uma coisa aí de sedução, namorar uma delegada pode ter algo disso, mas o dia-a-dia é muito duro... e eu tenho uma característica, casar nunca foi importante pra mim, e ser mãe foi algo que eu nunca quis, minha mãe falava comigo, mas eu não queria ser mãe, eu me encontrei tanto na polícia que eu também não sou o melhor exemplo, não, tá? Acho que você tem que ouvir outras mulheres. Eu acho até que eu construí a carreira que eu construí justamente porque eu não era casada e nem tive filhos. Eu brinco sempre que eu não tinha marido pra dar jantar e nem filhos pra criar, porque eu acho que eu pude realmente me dedicar à polícia (VERÔNICA, 59 ANOS).

A compreensão da mulher enquanto sujeito, sua função social e as relações que se estabelecem no seio familiar só podem ser pensadas a partir do entendimento tanto do gênero quanto do sexo enquanto construções culturais. Conforme destacou Saffioti (1992), o gênero é uma maneira de existir do corpo e o corpo é uma situação, portanto, um campo de possibilidades culturais recebidas e reinterpretadas. Ao desenvolver seu raciocínio, a autora conclui que o corpo de uma mulher é essencial para definir a sua situação no mundo, embora ele, por si só, seja insuficiente para defini-la enquanto mulher, pois é justamente a atividade dessa mulher na sociedade que permitirá que tal definição se processe. Pensar a construção - ou construções - do gênero a partir das relações sociais nos ajuda a compreender as diferentes formas que essas mulheres delegadas de polícia experimentam seus corpos, performatizam seu gênero. Assim, ainda que ligadas a prescrições de gênero e talvez por isso mesmo, elas encenam ou interpretam diferentes mulheres em si. Se Heloisa se permite ser mulherzinha em casa e masculina na rua,

possivelmente ela aciona uma multiplicidade de discursos e práticas que constroem a feminilidade que ela entoa para si. Pensar que a delegada não compreende ou não atua junto a seu marido seria um caminho, minimamente, ingênuo – o que não pretendemos aqui –, em sua fala, ela expressa que está refletindo sobre a sua feminilidade, que não sem incômodo vai se apercebendo de si e daquilo que vive. Embora não possamos desconsiderar o machismo existente em sua relação, o caminho de análise que buscamos traçar nos leva para a construção, portanto, ativa, da subjetividade de Heloisa. Se seu marido é a representação do macho, ela encena a representação da fêmea, mais como um jogo, que os dois parecem experimentar. E se a pluralidade se constrói no cotidiano, homens e mulheres vão encontrar diferentes formas de traçar seus relacionamentos.

A construção do feminino de Heloisa, não por acaso, é também um processo relacional com a construção do masculino que circunda suas experiências, seja o masculino dos homens com o qual foi casada e não eram tão ou mais fortes que ela, seja com o atual marido, que ocupa a autoridade masculina em seu lar, ou ainda com o masculino que compõe a subjetividade da própria Heloisa, especialmente quando está com os seus “camaradas” da polícia.

Sobre o caráter machista – evidentemente percebido nessas relações – é salutar pontuar que não apenas o marido tenente-coronel é o responsável, a própria Heloisa por vezes traz em sua fala discursos que operam lógicas machistas. Mais uma vez aqui não caberia qualquer espanto, visto que as relações de gênero refletem concepções de gênero que são performadas por homens e mulheres, assim, em menor ou maior grau, o machismo também constitui homens e a mulheres, como uma lógica relacional que nos atravessa de forma intensa.

Se um dos apontamentos do marxismo nos mostra que diferenciação entre as classes sociais se estabelece a partir da posição ocupada pelos indivíduos na produção social, Amanda Daniele Silva (2015) coloca a questão de que homens e mulheres que ocupassem o mesmo cargo dentro de uma empresa gozariam da mesma posição social. Entretanto, a partir da compreensão do gênero como um objeto de análise, a própria autora conclui que aspectos das relações de gênero, que usam o masculino como parâmetro universal, adentram todas as esferas da vida social, resultando na subordinação e consequente necessidade de adaptação feminina aos preceitos masculinos. Assim, quando as delegadas legitimam sua força e competência a partir do ideário masculino, elas não estão distantes daquilo que a nossa própria sociedade legitima como útil e correto. Todavia, a forma como fazem já é, por si, uma importante ferramenta discursiva de produção de si, o que nos permite entender o gênero como algo em constante atualização e ritualização; escapando de uma visão determinista e fatalista, são movimentos: avanços e retrocessos para a composição de novos cenários.

Embora a delegada possa fazer, e faça, diferentes negociações com os seus pares conjugais, a dificuldade de estabelecer um lugar no seio familiar nos leva à análise do contexto do mercado de trabalho e das demandas dirigidas especificamente às mulheres hoje em dia. Se economicamente elas precisam participar das receitas financeiras da família, subjetivamente elas ainda precisam estar disponíveis à marca da submissão e abnegação feminina, e, fatalmente, materna? Quem escapa, ou tenta escapar dessa lógica parece precisar passar pelo crivo e julgamento social. Delegadas e demais profissionais que cruzam a linha divisória do mercado de trabalho generificado necessitam transitar entre a busca pelo sucesso profissional e as demandas do lar, precisam se equilibrar na sinuosa corda do espaço privado e do social, sendo punidas pelo fracasso em qualquer um deles. Assim, conciliar carreira e família parece resultar no estabelecimento de intensos conflitos na vida feminina, quando há uma dupla expectativa em relação ao posicionamento social da mulher: ela tem que incorporar as imposições da sociedade moderna, onde a luta por direitos iguais e maior participação nas esferas sociais, como o mercado de trabalho, se apresenta como tema caro, todavia, ela não pode abandonar as antigas tradições patriarcais e machistas que cobram especificamente das mulheres certos comportamentos, como a dedicação à família e à maternidade, por exemplo (BARBOSA; ROCHA-COUTINHO, 2012).

Portanto, dentro do espaço doméstico também é possível, com certa frequência, observarmos a disparidade entre direitos e deveres de mulheres e homens no que diz respeito a diferentes aspectos, dentre tais a divisão das tarefas da casa, como o relato de Heloísa nos esclarece.

Assumindo a dupla função, a mulher que atua no mercado de trabalho formal tem a sua jornada de trabalho exponencialmente ampliada (SILVA, 2015). O fato de nossas entrevistadas possuírem altos salários faz com que elas possam escolher delegar certas funções domésticas a terceiros, mas a responsabilidade, em última instância, é feminina.

Heloísa e Francis apontam as dificuldades que certa inadequação ao modelo esperado de ser mulher em nossa sociedade traz. Destacando o maior salário, o prestígio social e o poder que a profissão de delegada de polícia traz às nossas personagens, elas apresentam a dificuldade que esse homem não-policiais teria para se relacionar com a autoridade da delegada. Ambas dizem que apenas homens policiais, mas por diferentes razões, poderiam ser capazes de se relacionar com a delegada, talvez, porque, como já apontamos, não haja masculinidade maior do que a que o homem policial reivindique a si, nem mesmo a masculinidade/camaradagem que a delegada possui. Porém, Adriana e Beatriz, embora não falem sobre suas experiências com não-policiais, afirmam que seus parceiros também se incomodam com essa autoridade que elas

deixam escapar dentro de casa. Uma escapada perigosa, tão perigosa que fez com que Adriana buscasse se controlar mais, em prol de seu casamento, como também já apontamos. A mulher com muito poder dentro de seu casamento pode ser perigosa, talvez por isso Heloísa insista em dizer que o tenente-coronel, símbolo da virilidade, seja fundamental para que a relação dê certo, ali quem manda é ele, essa é regra, mesmo que não seja exatamente assim na prática. Interessante observar que a questão da igualdade de direitos e deveres dentro da relação não apareça em sua fala, que quase naturaliza o fato de ser ele o homem da relação. Mas, como destacado anteriormente, isso não significa dizer que haja submissão por parte dela, mas que diferentes recursos são por ela acionados, incluindo o pretenso declínio de sua autoridade.

Portanto, embora as lutas sociais por igualdade de direitos tenham logrado êxito na esfera jurídica, a assimetria entre homens e mulheres ainda é abissal no âmbito social, onde o feminino continua disposto em posição inferior ao masculino, situação composta e realimentada inclusive por mulheres (SILVA, 2015). Sendo inferior, ela não pode exigir igualdade no espaço doméstico, talvez aí resida a dificuldade que os cônjuges tenham ao lidar com a delegada dentro de casa, talvez por isso seja recorrente a lembrança de que elas são delegadas apenas nas delegacias, não em casa, ali outras regras parecem surgir; ali, esse marido, policial ou não, não está disposto a receber ordens de uma mulher, mesmo que essa autoridade não passe de uma virtualidade. Assim, as dificuldades na conjugalidade experimentadas por essas mulheres fazem pensar o quanto estão naturalizadas as relações desiguais de gênero. A negociação se faz condição.

Não assumir a possibilidade de uma mulher lançar mão de atributos como força, poder e autoridade nos leva a uma compreensão histórica do lugar social da mulher, onde certas características são coladas ao feminino, ao ser mulher, e outras ao masculino. Assim, em decorrência da naturalização daquilo que seriam as funções femininas, começou-se a demarcar uma série de características associadas ao feminino, como a abnegação, a dedicação, a docilidade e a submissão, certamente esses traços perduram no imaginário social ainda hoje. Esse lastro histórico nos dá uma pista acerca de por que diferentes capacidades socialmente valorizadas comumente não são associadas às mulheres, mas sim aos homens, ou, mais especificamente, ao universo masculino (ROCHA-COUTINHO, 2005). Por essa razão, não é incomum que ao falarem de suas capacidades laborais, especialmente num campo como o policial, as delegadas elenquem atributos reconhecidos como masculinos, como a coragem e a firmeza, por exemplo. Ensaios de masculinidades da qual podem dispor, até certo ponto, nas delegacias, mas que precisam recolher quando chegam em suas casas.

Embora a delegada subverta a lógica do socialmente esperado ao gênero feminino, em diferentes graus e momentos, é importante refletirmos acerca de nossa própria sociedade e seus recursos, muitas vezes sutis, sexistas. Ao analisar textos circulantes na mídia, Érica Moraes (2012) percebeu que o estereótipo da mulher submissa de outrora fora substituído, em grande medida, pelo da mulher que assume múltiplas tarefas. Para a autora, se antes a “[...] ‘mulher perfeita’ era a que cuidava bem do lar e da família, hoje ela precisa se destacar profissionalmente sem descuidar das questões anteriores e, ainda, ter um corpo de modelo” (MORAES, 2012, p. 261). Essa constatação parece bem próxima daquilo que nosso campo de estudo nos mostrou até aqui. Porém, é importante destacar que ao falarmos sobre o que se espera da mulher bem sucedida não estamos afirmando que todas as mulheres seguirão o mesmo caminho, mas é inegável que tais construções discursivas se traduzem em importantes aparatos práticos e simbólicos para a construção da subjetividade da mulher contemporânea, especialmente por causa dos efeitos de sentido que produzem.

Chama a atenção o fato de aparentemente as mulheres ainda se colocarem em posição assimétrica em relação aos cônjuges no que diz respeito aos afazeres domésticos e/ou aos cuidados parentais, especialmente no caso das delegadas.

Durante o tempo em que estive com Francis, a única das entrevistadas que possui filhos, o seu telefone tocava algumas vezes. Muito simpática, a delegada se preocupava em explicar que estava resolvendo alguns problemas domésticos, havia algo errado com o pagamento do curso de inglês dos filhos. Separada do pai das crianças, ela se dividia entre o trabalho e o cuidado com os filhos. A seguir, o nosso diálogo, justamente quando falávamos sobre filhos:

Daniele: Você incentivaria seus filhos a terem a sua profissão?

Francis: Com certeza... (o telefone dela toca) Oh, isso aqui deve ser porque não paguei o Brasas. Com certeza não paguei o Brasas, esqueci de pagar... tá vendo como a casa às vezes...

Daniele: São muitas funções.

Francis: Da vida separada. Separada você tem mais função ainda, que não adianta se eu falar que... Homem filha da mãe... Não tem jeito.

Daniele: É. É diferente, né? Essa divisão...

Francis: Não tem jeito! Não tem jeito. Eu falo...

Daniele: É pai de final de semana.

Francis: É isso, é isso! Você é separada, ou não?

Daniele: Não.

Francis: Tô até falando: caraca, como é que você sabe, cara? É impressionante. É tudo contigo. É isso, que esquece... Vai ver se ele sabe que... Sabe nada. Ele passa lá no colégio, tem que pegar... Nossa, olha.

Daniele: É uma dupla função de verdade, né? Você tem que...

Francis: Dupla função. E aí é por isso talvez um pouco mais cansativo e superativo, né? Porque você tem que fazer muito bem feito seu papel dentro da delegacia e fora, né? Porque você também vai ser cobrada: é uma excelente delegada, mas como mãe... Ou o contrário: é uma excelente mãe, mas como delegada...

Daniele: E aí pra você conseguir reunir os dois, né?

Francis: É muito difícil. É muito difícil. Você vê teus filhos te valorizando, eu fico emocionada, eu fico assim: pô, que bom. Que às vezes eu não tenho tanto tempo pra dedicar pra eles.

Assim, se dividindo entre mãe e delegada, Francis precisa ser competente em ambas as esferas. Sua gratificação vem no reconhecimento: dos filhos, dos outros, dos colegas. Reconhecimento difícil de ser construído, quando consideramos que o pai de seus filhos não pareça ter as mesmas atribuições.

A esse respeito, Jablonski (2010) observa que especialmente quando se tornam pais e mães, homens e mulheres mais comumente adotam posturas mais tradicionais no que tange a pares parentais e responsabilidades domésticas, ainda que anteriormente o casal se organizasse de forma mais ou menos igualitária. Para o autor, essa tendência para a assunção de papéis mais estereotipados se daria independentemente do *status* profissional das mulheres, do nível educacional ou das atitudes de gênero e das divisões de trabalho preexistentes por parte dos casais.

Embora a qualificação e as competências femininas não estejam aquém das masculinas, Barham e Vanalli (2012) falam acerca de uma barreira transparente que as mulheres teriam que enfrentar para alcançarem destaque na esfera social do trabalho. Para as autoras, a barreira seria justamente a necessidade de as mulheres estarem mais disponíveis para a dedicação aos cuidados domésticos, isto em comparação aos homens, a quem não seriam demandadas a essas funções.

Detentoras de salários muitas vezes até superiores aos dos cônjuges, nossas entrevistadas tanto contribuem para a estabilidade socioeconômica da família, quanto vão ajudando a alterar as relações de poder entre homens e mulheres. Eis aqui um interessante ponto de análise: como as relações conjugais vão se reapropriando, modificando e negociando velhas práticas pautadas nas assimetrias de gênero? Barham e Vanalli (2012) observam que em muitas famílias onde as mulheres trabalham fora em tempo integral os homens estão participando mais

ativamente no desempenho de tarefas domésticas, embora quase sempre se perceba que a contribuição masculina no espaço doméstico ainda seja desigual.

A avaliação das diferentes negociações que as delegadas terão que fazer em seus diferentes espaços de vivência e circulação, acentuando e afrouxando a autoridade, é de extrema importância, especialmente quando verificamos que tais negociações são feitas constantemente, pois tanto em casa quanto nas delegacias a autoridade desta mulher é desafiada – ainda que sutilmente –, cabendo a ela provar a todo instante ser digna do posto que ocupa, seja o de delegada ou de boa mulher do lar. Nossas entrevistadas, com certa frequência, falam sobre como precisam “conquistar” a equipe de trabalho, como se essa autoridade real não fosse dada, ainda que hierarquicamente a delegada seja a efetiva autoridade policial, a qual os demais policiais estariam subordinados. Algumas falam também sobre como precisam recolher essa autoridade diante de seus cônjuges, a fim de estabelecerem casamentos possíveis. Este nó, ou esta figura que se forma a partir do entrecruzamento de feminilidades possíveis e acionáveis para estas mulheres, nos esclarece que apesar de percebermos conquistas femininas em termos de direitos, de qualificação e de posições no mercado de trabalho, a subordinação do feminino na vida privada parece também ser percebida na dimensão profissional, hierarquizando o espaço de trabalho, aumentando a carga de desgaste emocional e fazendo com que esta mulher tenha que ir além, quando comparada aos homens que exercem as mesmas funções (BONELLI *et al.* 2008). Entretanto, a luta que a mulher tem ter no trabalho se deve ao machismo, também presente em suas casas.

Para Verônica, por ocupar o cargo de chefe de polícia, seu erro poderia significar o erro das mulheres:

Mas o que eu vejo é: se eu errar, eu pessoalmente, eu carrego o erro de minha trajetória na história de outras mulheres. Então, por exemplo, errou porque é mulher, tá? Se um homem errar, ele vai errar individualmente. Então, eu acho que a diferença no mundo do trabalho é que toda mulher se sente responsável pelo futuro e pelo sucesso de outra mulher, ao passo que os homens não. Eu construí uma carreira onde eu trabalhei muito mais que muitos homens, porque eu precisava, sobretudo eu que sou cascuda, que caminhei num mesmo movimento de ascensão feminina no mercado de trabalho, eu acho que trabalhei muito mais que muitos homens. Eu digo até com muito orgulho, as mulheres que estão hoje na polícia devem muito às mulheres de minha geração, o que nós sofremos, as lutas que nós travamos (VERÔNICA, 59 ANOS).

Verônica tem uma percepção muito interessante sobre a responsabilidade das mulheres ao habitarem um espaço tradicionalmente masculino. Como ela mesma diz, qualquer erro individual é facilmente generalizável no sentido da desqualificação do trabalho das mulheres, o que leva mais uma tensão ao cotidiano.

Embora muitas conquistas sejam percebidas quando falamos das relações entre homens e mulheres, é inegável que assimetrias ainda perduram, como a divisão não equânime do trabalho doméstico, por exemplo. Analisando o contexto francês, Bozon (2003, p. 134) esclarece que

as modificações das condições de existência das mulheres nas últimas décadas, em particular o considerável desenvolvimento de uma contracepção eficaz e controlada por elas, a elevação maciça de seu nível de instrução e a progressiva generalização do trabalho assalariado entre as mulheres de 25 a 49 anos, aumentaram fortemente sua autonomia social em relação aos homens, mas nada garante que o estilo das relações entre os sexos, tal como se exprime por exemplo no intercâmbio sexual, tenha sofrido uma revolução.

Assim, ainda que se perceba mais autonomia em relação às mulheres, as relações ainda são bastante assentadas em assimetrias de gênero, tanto na esfera privada quanto na profissional. O machismo ainda estrutura relações e instituiu discursos sobre as funções e moralidades femininas em nossa sociedade.

Todavia, é importante pontuar que ainda que possam existir tons e matizes de feminilidades e masculinidades, diferenças não podem significar desigualdades (SILVEIRA; OSTERNE, 2014), sejam em quaisquer casos que ela se opere. Reconhecer essas diferenças e identificar os regimes de poder que atravessam e constituem esses registros, nos ajuda a interpretar as normas existentes de gênero, organizando-as de uma nova maneira. Descrevendo-o como uma potência criativa, Butler identificou gênero como uma escolha (SALIH, 2018), e justamente nesse sentido a reorganização, manutenção de velhos paradigmas e criação de novas formas de expressão são tão fortemente percebidas em mulheres que desafiam as normas destinadas ao seu gênero. Representam movimentos de avanços e retrocessos, que não seguem uma linearidade, tampouco se enrijecem em identidades fixas.

4.4 Delegada só na delegacia?: efeitos desse lugar na família

As pessoas respeitam minha opinião quando eu falo. Mas, por exemplo, eu procuro ficar mais quieta, não exponho muitas coisas, minhas opiniões... Até para as pessoas não confundirem isso: ah, ela tá falando desse jeito porque ela é delegada. As pessoas pensam nisso (NANDA, 43 anos).

A fala de Nanda nos dá o tom da próxima discussão que faremos a partir de agora. Pois, se embora dentro de suas relações conjugais nossas entrevistadas necessitem deixar a delegada de fora, parece que nas demais relações sociais isto não acontece. Circulando no espaço privado e social, a delegada operará outras relações, aqui o seu poder parece seduzir. Como já

percebemos até aqui, a delegada de polícia se constrói em múltiplos discursos e formas, e ela é solicitada a ser uma multiplicidade de figuras. A próxima vertente que iremos explorar nos leva para a discussão de quais tipos de solicitações são endereçadas às delegadas enquanto autoridades policiais. O fato de serem policiais as colocaria num espaço peculiar em seus ciclos sociais. Nossas entrevistadas, como frequência, falavam sobre como o fato de serem delegadas as fazia ter que responder a diferentes solicitações, seja da família, conhecidos ou amigos. No exemplo acima, Nanda reconhece que sua opinião é revestida de certa autoridade e respeitabilidade, o que a faria tomar mais cuidado ao proferir qualquer opinião.

Sem dúvida, a preocupação de Nanda é a preocupação de várias outras entrevistadas, que afirmam que são solicitadas a serem delegadas mesmo quando estão em suas vidas privadas. Embora possa trazer reconhecimento social e algumas vantagens, algumas das entrevistadas falam sobre o peso de ser delegada e das demandas que surgem a partir daí:

a família acaba te passando uma responsabilidade que é muito dura, entendeu? Como você é delegada, você está preparada pra resolver qualquer negócio, então, quando alguém está doente eu sou a primeira a ser chamada... recentemente eu tive um momento de muita dor, perdi um irmão com 58 anos, com câncer, e eu vivenciei toda essa luta dele com o câncer, foi avassalador... e pra sepultar o meu irmão eu tive que exumar o corpo de meu tio, e aí eu me apercebi que eu tinha feito 5 exumações em minha família, que eu fiz sozinha... é sempre assim: Verônica, vovô morreu e tem que exumar o corpo da vovó, depois foi com a minha outra avó, mas quando o meu pai morreu eu já não tinha mais companhia pra fazer isso, entendeu? Não dá nem pra eu dizer que não vou fazer, porque é muito duro fazer exumação... eu tive que exumar meu pai sozinho pra enterrar meu tio... mas não tinha o que fazer, é você ou você. Pra tudo, é você ou você... (VERÔNICA, 59 ANOS).

Interessante pensarmos sobre quais códigos está assentado o reconhecimento de Verônica como uma figura de autoridade ou com aptidão para enfrentar questões mais difíceis, como uma morte na família, por exemplo. Ao longo de sua entrevista, ela nos deu algumas pistas. Segundo ela, sua profissão a tornou uma pessoa mais fria. Essa “frieza” que as policiais relatam se parece com a que profissionais de saúde referem adquirir ao longo dos anos de trabalho. Sobre isto, Souza e Santos (2013) afirmam que o discurso biomédico, influenciado pelo dualismo cartesiano, que marca a cisão entre o mundo físico e o mundo subjetivo do paciente, serviu como molde para que profissionais da saúde se ocupassem exclusivamente das questões físicas dos pacientes, operando um distanciamento entre profissionais e pacientes, visto a partir de suas patologias. Essa relação, acentuada em alguns momentos, é apontada como uma característica de pessoas que lidam com trabalhos difíceis e estressantes, como profissionais da saúde, que dizem que com o tempo desenvolvem um distanciamento afetivo em relação aos pacientes. Para Verônica, na polícia também aconteceria um fenômeno parecido:

Então, a polícia te traz isso, pois a partir do momento que você passa por situações difíceis que você tem que resolver, você faz um exercício diário com sua sensibilidade, pra que você não perca a sua sensibilidade [...] Eu acho que hoje eu choro menos do que eu chorava, eu acho que hoje sofro menos do que eu sofria. Claro que você sofre com a dor do outro, mas... eu fui treinada ou talhada a... o mundo está acabando e eu estou tranquila. Não que eu seja insensível. Eu já vi coisa aqui na Alerj, de invasões, de todo mundo sair correndo desesperado e eu ficar olhando... porque eu fui treinada a dar soluções, a ter esse equilíbrio, a gente é meio forjada a ter isso, porque você recebe uma ocorrência e você precisa dar uma solução para aquilo, seja para liberar ou para prender, então, você tem que ser extremamente racional, você não pode ter o direito de errar... depois da vida, você está lidando com o que tem de mais importante na vida de uma pessoa (VERÔNICA, 59 ANOS).

Talvez, por ser mais “fria”, Verônica se coloque à disposição e seja acionada pela família, além do fato de exercer um cargo de poder e socialmente reconhecido e respeitado. Embora as relações estabelecidas entre Verônica e sua família sejam de outra ordem, a imagem de poder que a delegada carrega não fica restrita ao espaço profissional. A esse respeito, Verônica diz que precisa estar atenta as suas atitudes, pois sempre é reconhecida como delegada:

eu tenho uma vida muito comum, vou ao mercado, ao sapateiro, à missa... é muito comum as pessoas: oi delegada, oi doutora. Não dá pra desassociar, pode ter certeza que as pessoas vão estar te olhando, vão estar te olhando se você se exceder no vinho, no comportamento, não há como ser diferente. Já aconteceu de eu estar andando na rua e alguém querer tirar uma foto comigo... então, para o bem ou para o mal, você vai ser cobrado. Uma bebedeira minha não vai passar despercebida, então, se quer ter uma bebedeira, tem que ser dentro de casa ... eu já me habituei com isso (VERÔNICA, 59 ANOS).

Cabe destacar que Verônica é mais conhecida que a maioria das delegadas, devido aos postos que alcançou em sua carreira. Todavia, as delegadas cada vez mais possuem suas imagens expostas nas mídias, como já destacamos. Assim, o reconhecimento de sua imagem é cada vez mais real. Porém, menos conhecida pelo grande público, Adriana também relata receber solicitações diversas de pessoas de seu ciclo social ou de sua família:

Ai, é chato... antes acontecia mais, quando eu trabalhava numa delegacia... e eu trabalhava numa delegacia de uma cidade que eu vivi a vida inteira, e meu pai comerciante do bairro e tal, então, eu em casa de folga e vira e mexe ligavam e: filha, fala aqui com fulano... e a pessoa vai, conta a vida toda, problemas de família, e quer fazer o registro e tal, então, era muito chato, era muito desgastante... e isso minimizou um pouco quando eu saí de delegacia. Mas ainda acontece. E as pessoas confundem um pouco. Às vezes eu até falo: olha, eu sou delegada, não sou advogada, não. Às vezes a pessoa é autora, nem é vítima. Daí você tem que dizer: olha, se você continuar falando eu vou ter que fazer um registro porque você que está errado e tal. Acontece também em casa, na família, apesar de eu e minha irmã dividirmos um pouco isso, mas depois que eu entrei para a polícia isso ficou mais latente. (ADRIANA, 32 ANOS).

Assim como Verônica que destaca que a delegada é forjada para ser capaz de oferecer soluções para os mais distintos casos ao longo do cumprimento de sua carreira, Beatriz traz a ideia de delegada como solucionadora de problemas:

Eu acho que todo delegado é um pouco solucionador de problemas, se o cara não gosta de resolver problemas ele não vai ser um bom delegado... eu gosto de ajudar os outros, isso não me cansa. Me dá prazer... se alguém me liga e me faz um questionamento, se eu puder ajudar, isso me dá prazer. Até aqui mesmo, é que hoje está calminho, mas às vezes é uma bagunça, e eu gosto de organizar, acho que a mulher tem mais esse perfil de organizar, e daqui a pouco as coisas estão calmas, e gente tem que saber fazer, porque o trabalho demanda isso (BEATRIZ, 36 ANOS).

Assim, essa marca de autoridade competente a solucionar problemas é constantemente acionada em espaços distintos, alterando a lógica do esperado ao gênero feminino.

Embora a família possa depositar certas responsabilidades nas delegadas, o interessante é que nem sempre a decisão de ser policial fora vista de forma positiva pela família dessas mulheres, o que demonstra a plasticidade dessas relações. Se antes elas não possuíam local de autoridade, ser delegada altera essas relações familiares. Nanda, que afirma tomar cuidado com o que diz atualmente, pois reconhece a autoridade que possui, nos conta no relato a seguir como foi a reação de sua família no início, quando ela fora admitida para ser policial:

Nanda: Minha mãe ficou desesperada e meu pai, como é mais prático, né? Os homens são mais práticos. Ele tinha um amigo que tem uma filha delegada, e aí ele já procurou esse amigo, e já conversaram e aí... Então meu pai procurou saber como é que era esse trabalho, né? Que a princípio ele não tinha conhecimento do que era. E essa moça trabalhava no Leblon, e aí meu pai já ficou mais tranquilo, porque existia a possibilidade de eu trabalhar na Zona Sul, né? E foi o que aconteceu, minha primeira lotação foi na zona sul, mas depois eu também rodei em outras delegacias, enfim.

Daniele: Trabalhar nessas áreas mais centrais facilita um pouco, né? Ou tanto faz?
Nanda: Eu acho até que é uma questão de perfil do próprio policial, da própria delegada, né? Porque assim. Zona Sul você tem que ser muito político, você tem que ser muito tranquilo, você tem que tratar algumas coisas com mais tranquilidade. Já na Baixada esses problemas que chegam na Zona Sul não têm. E aí você fica isento disso. Mas em compensação você recebe um outro tipo de carga que pra alguns não é pesada e pra outros é muito pesada. Tem gente que tem horror a trabalhar na Baixada e tem gente que ama trabalhar na Baixada. Justamente porque não tem essa carga da Zona Sul, do Centro, né? Da gente atender muita besteira, das pessoas quererem muita coisa da gente que a gente não pode atender, enfim. Eu acho que até pela distância mesmo, acho que às vezes trabalhar perto de casa é melhor, é.

A preocupação da família e posterior tranquilização nos serve de importante analisador a questão da segurança pública no Rio de Janeiro. Uma política desigual, que atende de forma assimétrica as diferentes áreas da cidade. Embora de forma tácita, o perfil de atuação do policial varia conforme as áreas vão ficando mais afastadas da região central e das zonas mais “nobres”

da cidade ou região metropolitana. Essa divisão também aparece em diferentes momentos nas entrevistas, ir para a Baixada é sinônimo de uma lotação ruim ou de punição.

Já Paolla diz que sua mãe lhe deu apoio para que ela ingressasse na carreira policial, embora tenha ficado receosa no início, sendo acalmada por Paolla:

Paolla: ah, minha família me apoiou, eles ficaram bem felizes... minha família é bem humilde, né? Minha mãe é professora primária, minha avó, mãe dela, também era, ela não é casada com meu pai, meu pai é até engenheiro. E quando eu passei, eu acho que eu fui a única da família a prestar concurso e passar, e aí foi o maior orgulho, todo mundo ficou feliz, e quando eu passei pra delegado também.

Daniele: ser policial não os assustou?

Paolla: ah, minha mãe ficou preocupada no começo, mas aí eu tranquilizei ela, expliquei como que era, ela me visitou na delegacia, e aí eu acho que ela ficou mais feliz que preocupada, eu acho.

Beatriz também falou da reação de sua família a sua decisão de se tornar delegada de polícia.

Olha, eu não dizia especificamente isso a eles, nunca cheguei e disse: ah, quero ser delegada de polícia. Eu fazia provas, e para o que eu passasse iria ser aquilo. Mas quando eu passei pra delegado... a minha mãe amou, sempre me deu força... mas meu pai... ele sempre me apoiou, inclusive financeiramente, pagando os cursos todos, mas... ele ficou um pouco mais reticente, mais preocupado... mas, me deu força no final também. Ficou feliz à beça... e... preocupação deles hoje em dia é muito maior do que quando eu entrei, porque as coisas pioraram bastante nessa área de segurança desde quando eu entrei. Hoje é uma preocupação geral... dos familiares, dos amigos que quando encontram dizem: eu rezo por você (BEATRIZ, 36 ANOS).

Interessante perceber que essa relação de medo com a carreira aparece com maior força quando elas mencionam a reação da família especialmente de origem ao serem comunicadas da admissão.

Como vimos até aqui, são muitas negociações e relações que nossas personagens precisam performar para se constituírem dentro e fora das delegacias. Esse espaço do “dentro” e “fora”, do privado e do público constantemente é articulado para que elas se apresentem enquanto mulheres e enquanto mulheres que ocupam destacado cargo de poder. Certamente, como vimos, questões de gênero atravessam, constituem e modificam todos os percursos seguidos por nossas personagens. A seguir, vamos olhar mais atentamente para as relações estabelecidas entre poder, femininos e polícia, usando para tal as delegacias destinadas ao atendimento à mulher como um analisador das questões de gênero.

5 DEAM E O “MIMIMI”: FEMINILIDADES E ENTRAVES

Mas se ela vacilar, vou dar um castigo nela
 Vou lhe dar uma banda de frente
 Quebrar cinco dentes e quatro costelas
 Vou pegar a tal faixa amarela
 Gravada com o nome dela
 E mandar incendiar
 Na entrada da favela
 Vou comprar uma cana bem forte
 Para esquentar sua goela
 E fazer uma tira-gosto
 Com galinha à cabidela
 Sem falar na tal faixa amarela
 Bordada com o nome dela
 Que eu vou mandar pendurar
 Na entrada da favela
Zeca Pagodinho

Fotografia 3 –Basta!



Fonte: DGPAM, 2018.

A luta feminista pela instituição das Delegacias Especializadas em atendimento às mulheres logra êxito na década de 1980, quando movimento social e Estado chegam a um

consenso sobre a importância da inauguração deste equipamento. Em forte articulação com instituições políticas e organizações não governamentais, o movimento feminista da época procurava estabelecer alianças institucionais para pressionar a criação de políticas públicas que favorecessem as causas femininas, e no bojo desta questão surgem as DEAMs, Delegacias de Atendimento à Mulher (HOLLANDA, 2018).

Neste capítulo iremos analisar algumas das linhas que constituem e atravessam o trabalho policial nessas delegacias destinadas às mulheres e também chefiadas por elas. Vamos percorrer os caminhos, muitas vezes, sutis dos entraves que assuntos que versem o feminino expõem em nossa sociedade, usando, para tanto as DEAM como analisador das questões de gênero. Como analisador, podemos entender o

[...] conceito-ferramenta forjado por Guattari ao longo de vários anos, exposto no livro *Psicanálise e transversalidade*. Apesar de seu aborrecimento com os seus estudos de Farmácia, Guattari não deixou de propor termos como *molar*, *molecular* e *analisador*. Este último, no sentido químico, é aquele ou aquilo que provoca análise, quebra, separação, explicitação dos elementos de dada realidade institucional. Esse conceito é inseparável do conceito de transversalidade, porque é numa situação de questionamento das hierarquias e especialismos que o analisador surge como uma ferramenta analítica que deslocaliza ou despesoaliza a intervenção (ROSSI; PASSOS, 2014, p. 173).

5.1 Violência de gênero: lutas, DEAMs e outras providências

No tocante à violência praticada contra as mulheres, dados demonstram certo grau de proximidade entre agressor e agredida. Segundo Anna Alvazzi del Frate (2011), há estreita relação entre violência e gênero. A autora destaca que homens, especialmente jovens, são os que mais morrem e também os que mais matam. As mulheres, por sua vez, sentem o impacto dessa violência de distintas formas: como vítimas, sobreviventes e, muitas vezes, passam a ser responsáveis exclusivas pelo cuidado e sustento das famílias.

Cenário complexo, os casos de violência contra as mulheres estão na interseção saúde-segurança pública, devendo figurar como pauta nas duas agendas. As rotas críticas percorridas pelas mulheres demonstram que o sistema jurídico-policial é o mais procurado pelas vítimas, sendo o primeiro local que elas buscam quando solicitam ajuda no diagnóstico e acolhimento do problema (MENEGUEL; PORTELLA, 2017).

Como mencionamos, a implementação das DEAMs tem em sua história a mobilização das feministas, que lutavam para que o país reconhecesse a gravidade da violência doméstica

(contra a mulher), que vitimava milhares de mulheres a cada ano, exigindo uma posição sólida para o seu combate. Durante as décadas de 1970 e 1980 as mídias davam grande destaque a crimes e a decisões jurídicas que envolviam homens e mulheres públicos, fato que ajudava a dar visibilidade às ocorrências conjugais. Os autores, quando em julgamento, comumente recorriam a argumentos como “a dor causada pela rejeição da companheira” ou “em legítima defesa da honra” para justificarem seus atos bárbaros. Um desses casos foi o assassinato de Angela Diniz por seu companheiro Doca Street, em dezembro de 1976, caso que ganhou as manchetes de todo o país, que acompanhou, como em uma novela, o desenrolar da trama, que colocava sob suspeita, a todo instante, a honra da vítima e trazia o algoz como homem apaixonado que matara por amor. Doca, inocentado no primeiro julgamento, foi condenado posteriormente (BLAY, 2003; MACHADO, 2002; PASINATO; SANTOS, 2008; SILVA *et al.*, 2012). Esse episódio mobilizou grande debate público e gerou diversas manifestações de grupos feministas, que tinham como lema “quem ama não mata”.

Verônica, que ingressou na polícia civil como escrivã em 1983, acompanhou o processo de criação das DEAM. Logo após, já como delegada, ela teve grande atuação em DEAMs. A seguir, a delegada fala sobre a sua percepção acerca da construção dessas delegacias:

Verônica: foi um movimento social. A gente estava vivenciando crimes praticados contra as mulheres... se você olhar na história, você vai ver que tem o Doca Street, as teses da legítima defesa da honra, as mulheres estavam organizadas, o Brasil passava por um processo de redemocratização e surge a grande caminhada de “quem ama não mata”, e se percebeu que existia um tipo de violência que não fazia parte dos registros profissionais, porque, para os policiais, o crime era o sequestro, o roubo, o tráfico de drogas, né? Então, o policial que não vem nem de Marte, nem de Vênus, o planeta do amor, tinha esse comportamento e vitimizava a mulher pela segunda vez, é nesse sentido que os movimentos sociais organizados, e o movimento de mulheres era um dos mais organizados, chega para que as mulheres tenham uma delegacia especializada, e nesse período surgem as delegacias de mulheres. Primeiro em São Paulo, depois em Minas, e em seguida no Rio de Janeiro. E, pra sorte nossa, um governador exilado, que era o Leonel Brizola, com uma cabeça pautada nos direitos humanos, ficou sensível a essa questão toda. Porque se você for fazer uma análise dos governadores eleitos naquela época, 83,84, estavam preocupados com isso, a gente vivia um processo de redemocratização.

Daniele: quando essas delegacias foram construídas, quais eram as pessoas escolhidas para atuarem ali? Elas poderiam escolher, podiam dizer não?

Verônica: não, nunca se pode dizer não na polícia, na polícia não se pode dizer não. Esquece! O bom gestor vai ser aquele que vai ser capaz de conjugar o interesse da instituição com o interesse do servidor, mas o interesse público vai sempre prevalecer. Naquele momento, inclusive, foram instaladas três delegacias e só tinha uma mulher delegada, as outras duas eram ocupadas por homens delegados. E aí você procura buscar os mais sensíveis. Mas havia uma coisa muito bacana na inauguração dessas delegacias, havia um curso para trabalhar na DEAM, e Conselho Estadual da Mulher é que fazia esse curso. Então, esses profissionais, tanto homens quanto mulheres, tinham uma preparação feminista e uma dose de sensibilização, de conhecimento de Direitos Humanos. Então, eles tinham um preparo diferenciado para trabalhar lá.

Já, em 1981, outro caso que chamou atenção do país foi o assassinato de Eliane de Grammont pelo cantor Lindomar Castilho, seu ex marido, um ano após a separação do casal. Lindomar afirmava ter cometido o crime por motivação passional, em busca de “defender a sua honra”. Pelo crime, passou quatro anos preso, saindo em liberdade condicional por bom comportamento. Neste cenário de lutas, denúncias e reivindicações que os grupos feministas passaram a organizar espaços de acolhimento e de orientação para mulheres vítimas de violência, eram os chamados SOS Mulher, culminando com a implementação da primeira Delegacia de Defesa da Mulher (DDM) do Brasil, em agosto de 1985, na cidade de São Paulo (SOUZA; CORTEZ, 2014).

As DEAMs são delegacias especializadas da Polícia Civil e estão vinculadas às secretarias estaduais de Segurança Pública, integrando a “Política nacional de prevenção, enfrentamento e erradicação da violência contra a mulher” (BRASIL, 2010b, p. 27). Os movimentos sociais femininos criticavam a tolerância e o descaso com que as autoridades lidavam com os crimes praticados contra as mulheres, especialmente os homicídios “passionais”, os crimes sexuais e a violência doméstica. Por isso, a luta política pelo estabelecimento das DEAMs ganhava tanta força naquele contexto.

A violência doméstica é um fenômeno antigo presente em todas as classes sociais e em diferentes culturas, das mais pobres às mais desenvolvidas economicamente. A violência doméstica contra a mulher é um grave problema social, que traz consequências deletérias para as vítimas, que podem levar anos até denunciam os agressores, marca que destaca a complexidade do fenômeno, bem como a necessidade extrema de empenho político e social para sua extinção. O uso do termo “violência doméstica”, cabe destacar, guarda o caráter político e público conferido ao fenômeno reivindicado pelas lutas feministas, bem como possibilita perceber o caráter diverso das relações interpessoais presentes nesse cenário, ajudando, ainda, a romper com a lógica da sacralização da instituição familiar e de sua culpabilização (MORGADO, 2011).

A lei 11.340/06, conhecida como Lei Maria da Penha¹³, cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Para os efeitos da lei, a violência doméstica e familiar contra a mulher é compreendida como qualquer ação ou omissão baseada no gênero,

¹³ Em referência à farmacêutica brasileira Maria da Penha Maia Fernandes, que ficou paraplégica após reiteradas agressões perpetradas por seu marido à época. Segundo Oliveira (2018), diante à morosidade da justiça brasileira para concluir o caso, o país foi denunciado pela vítima à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (caso12.051/OEA), levando à responsabilização do país pela negligência no enfrentamento da violência doméstica, bem como à recomendação de que o Brasil adotasse políticas públicas que inibissem tal prática.

que possa resultar em morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico, além de dano moral ou patrimonial, ocorridas no âmbito da unidade doméstica, no âmbito da família e onde haja qualquer relação íntima de afeto na qual o agressor conviva ou já tenha convivido com a vítima. Neste sentido, a violência pode se efetuar de distintas formas: física, psicológica, sexual, patrimonial, moral, entre outras (BRASIL, 2006). Como vimos, a lei Maria da Penha trouxe novas proteções a mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, ampliando a ação desempenhada pelas delegacias especializadas no atendimento à mulher vítima de violência. Cabe destacar que a ação das DEAMs vai além dos casos previstos pela lei 11.340/06. Ou seja, os atendimentos são destinados a mulheres vítimas de violências, perpetradas ou não por pessoas que possuam vínculo com a vítima. Destarte, a violência contra as mulheres é manifestada por distintas maneiras e está presente em todas as classes sociais, etnias e faixas etárias, revelando relações desiguais entre os gêneros e se destacando como importante problema de ordem pública, não mais restrito ao espaço privado, como o imaginário popular historicamente apregoou.

Segundo a Norma Técnica de Padronização das Delegacias Especializadas de Atendimento de Mulheres, publicada em 2010 pelo Ministério da Justiça,

a importância das Delegacias Especializadas reside, em especial, em suas atribuições judiciárias, já que as mesmas foram concebidas com a função de investigação, e como um lugar privilegiado e diferenciado de atendimento às mulheres. No imaginário feminino as delegacias, simbolicamente, são ainda o espaço da garantia de direitos e do acesso à justiça. É lá que se busca em primeiro lugar o acolhimento para suas queixas e denúncias. Compreender essa função simbólica é fundamental para lidar com a complexidade da violência contra as mulheres (BRASIL, 2010b, p. 7).

Essa normativa, logo em seu texto de apresentação, define as especificidades presentes no espaço de trabalho das DEAMs, considerando a natureza complexa da violência contra as mulheres e dimensionando o papel investigativo e acolhedor que tais Especializadas deveriam desempenhar. Ainda, segundo ela, “[...] os e as profissionais que atuam nas DEAMs devem receber uma qualificação para o entendimento dessa violência, além da qualificação geral para a investigação criminal” (BRASIL, 2010, p. 8).

A produção de uma norma técnica para ser utilizada nas DEAMs foi fruto de um trabalho conjunto da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) do Ministério da Justiça, das Secretarias de Segurança Pública e as Polícias Cíveis das Unidades Federadas, bem como especialistas na temática da violência de gênero e de diferentes organizações não-governamentais.

Assim, a pauta de defesa da integridade física, mental e social de mulheres é registrada em acordos, leis e normativas, que encontram no espaço das delegacias especializadas local privilegiado, ao menos em tese, para a sua efetiva aplicação. Todavia, na prática, embora a especificidade do trabalho em DEAMs seja de conhecimento das profissionais que atuam nesses espaços, não são observados, ao menos no cenário do Rio de Janeiro, cursos e atualizações de pessoal, a fim de capacitá-las e aperfeiçoar o trabalho com o público:

Daniele: existe algum treinamento ou protocolo de atendimento para atuar em DEAM? Porque existe até uma Norma Técnica, né? Do Ministério da Justiça sobre a padronização dos atendimentos nas delegacias da mulher. Isso é falado para vocês? Vocês têm contato com esse material?

Catarina: sim, existe um protocolo de atendimento que é desde a doutora Martha Rocha, mas a gente não tem nem curso nem nada específico para vulneráveis ou para mulheres, entendeu? Existe um grupo de trabalho que pretende criar, ou teve, não sei, mas nós orientamos os próprios policiais, entendeu? O que colocar no termo, o que não colocar. Por isso que hoje as delegadas das DEAMs precisam conhecer bastante o plantão, e o plantão, o jeito que a delegada trabalha. Eu procuro colocar tudo, todas as informações possíveis, se já tiveram outras agressões, outros R.Os. Por exemplo, eu tenho um protocolo de que quando chegar um estupro, a qualquer hora, eu tenho que ser avisada. Mesmo de madrugada, eles me mandam mensagens. Outra coisa, também quero ser avisada em casos onde a vítima chegue e fale que o agressor já responde por mais de dois R.O, sabe? Que ele já praticou vários casos de violência doméstica, porque aí eu peço outras medidas, além das medidas protetivas.

Também no país, em março de 2015 foi sancionada a lei nº 13.104, que instituiu a qualificadora do feminicídio no país (BRASIL, 2015). Isso significa dizer que embora o código penal já instituísse a conduta correspondente ao crime de homicídio, definindo os elementos indispensáveis a sua identidade normativa, a capitulação do fato pode vir acompanhada por circunstâncias que se agregam ao crime, aumentando ou diminuindo a pena máxima. Dentre tais circunstâncias, estão as chamadas “qualificadoras” que são circunstâncias que instituem novas margens abstratas de pena a um determinado crime, produzindo verdadeiras derivações frente ao tipo penal basilar. No caso do feminicídio, a qualificadora destaca o caráter peculiar do crime: motivado única e exclusivamente por ser a vítima uma mulher (MACHADO; ELIAS, 2018). O termo “femicídio” foi cunhado pelo movimento feminista na década de 1970, e implicava o assassinato de mulheres especificamente pelo fato de estas serem mulheres. Nomeando esse ato, o movimento objetivava visibilizar as assimetrias existentes entre homens e mulheres, numa sociedade patriarcal e misógina, deixando evidente a proporção de mortes causadas pelo gênero (BLOOM, 2008; RADFORD; RUSSELL, 1992). Para Alvazzi del Frate (2011, p. 116, tradução nossa) “conceito geral de femicídio surgiu como uma expressão do movimento feminista para politizar e contestar a violência masculina contra as mulheres”.

Desde de sua criação, o termo feminicídio pretendia explicar a relação causal entre uma série de crimes e o gênero das vítimas. Em comum, a motivação de serem as vítimas mulheres, numa extensa rede de vulnerabilidade, que incluía crimes como assassinatos por dote e “honra”, violência conjugal, assassinatos com estupro, abortos seletivos, infanticídio feminino e uma série de outras mortes e violências perpetradas contra mulheres, simplesmente por serem mulheres (BLOOM, 2008).

As vítimas de feminicídio possuem, geralmente, alguma relação próxima com o agressor. Citando os dados do US Bureau of Justice Statistics, Alvazzi del Frate (2011) destaca que as mulheres nos Estados Unidos são cinco vezes mais propensas que homens a serem vítimas de crimes domésticos. Lá, 35% dos assassinatos de mulheres são cometidos por parceiro íntimo, enquanto que apenas 5% de homens são mortos por mulheres, sendo em boa parte dos casos em autodefesa (MENEGUEL; PORTELLA, 2017).

As mulheres são sujeitas, como já dissemos, a uma extensa lista de agressões possíveis, de caráter físico, psicológico, sexual e patrimonial, que podem culminar com a morte por homicídio, fato que tem sido denominado como feminicídio (KRUG; DAHLBERG; MERCY, 2003). A categoria feminicídio, fruto de um trabalho teórico feminista, foi desenvolvida por Diana Russell e Jill Radford, no trabalho denominado *Femicide. The politics of woman killing* (LAGARDE, 2004), de 1992.

Independentemente da forma que aconteça, o feminicídio é um ato violento destinado a mulheres e acontece quando condições históricas, amparadas por hiatos legais e desigualdades históricas, geram práticas sociais que autorizam ataques à integridade física, à saúde, às liberdades e à vida das mulheres. Crimes de ódio e desprezo às mulheres, onde agressores, conhecidos ou não, são motivados pelo sexismo e pelo machismo, onde corpo, vidas e bens femininos são, na verdade, de propriedade de um homem. Assim, como destaca Segato (2006), o feminicídio é, claramente, um crime de poder, porque retém, mantém ou reproduz uma lógica de poder a que as mulheres estão submetidas. Para a autora, o feminicídio revela uma ocupação depredadora dos corpos femininos ou feminizados. Ocupação pautada em um sistema que não só a tolera, como, ao subalternizar o feminino, a promove

Lagarde (2004) reflete que para que o crime de feminicídio ocorra alguns elementos precisam estar presentes, como o silêncio, a omissão, a negligência e a ineficiência das autoridades responsáveis pela prevenção e erradicação desses crimes. Para a autora, há um feminicídio quando o Estado não oferece garantias às mulheres e não cria condições de segurança para suas vidas na comunidade, no lar, nos espaços de trabalho das mulheres e de lazer. Da mesma forma, o feminicídio pode ser percebido como um crime do Estado, uma vez

que suas autoridades não alocam recursos suficientes para combaterem violências motivadas pelo gênero das vítimas. Assim, devido ao vácuo legal e à escassez das políticas governamentais pautadas na defesa da vida das mulheres é que se constroem e se mantêm as condições de vida inseguras para as mulheres.

Segundo os dados da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), apenas no primeiro mês de 2019 o número de assassinatos de mulheres em função de seu gênero já ultrapassava os 126 casos, além do registro de 67 tentativas de feminicídio. A elevada taxa de crimes praticado contra as mulheres motivou a CIDH a lançar uma nota onde exigia que o Estado implementasse estratégias abrangentes de prevenção e reparação integral às vítimas, além de medidas sérias e eficazes para a punição dos autores dos crimes. Além disso, a CIDH apontava como urgente a formação de agentes públicos e pessoas que prestam serviço público a partir de uma perspectiva de gênero (BOND, 2019).

Em estudo divulgado em novembro de 2018 pelo Escritório das Nações Unidas para Crime e Drogas (UNODC) foi possível perceber que a taxa de homicídios praticados contra as mulheres foi de 2,3 mortes para cada 100 mil mulheres em 2017. Todavia, no ano de 2018 a taxa de mulheres mortas no Brasil foi de 4 para cada 100 mil mulheres, 74 % superior à média mundial (BUENO; LIMA, 2019). Números que se mantêm altos há algum tempo. Entre 2003 e 2007, por exemplo, aproximadamente 20 mil mulheres morreram por agressão no país, o que representa um coeficiente médio padronizado de 4,1 óbitos a cada 100 mil habitantes (MENEGHEL; HIRAKATA, 2011).

Embora seja difícil a ideia de se propor uma medida quantitativa e universal para mensurar a violência e a coação sexual e a despeito da multiplicação de leis nacionais e internacionais destinadas às causas femininas, o crescimento do feminicídio parece demonstrar maior vulnerabilidade feminina no tocante à violência (FALQUET, 2016).

Como discutido, o termo feminicídio expõe o caráter social desse tipo de crime, desvelando o machismo estrutural, que coloca mulheres como vítimas de um sistema de códigos, práticas e valores pautados numa visão preconceituosa das diferenças entre os gêneros. Seu uso é útil para desnaturalizar a noção de que esses crimes são cometidos pela “paixão”, recurso que tende a patologizar os culpados ou culpabilizar as vítimas. Por outro lado, ao reconhecer o caráter social e histórico das assimetrias de gênero e ao reconhecer que determinadas violências são dirigidas às mulheres simplesmente por estas serem mulheres, a tipificação criminal do feminicídio ajuda a desconstruir os argumentos de que a violência de gênero é um assunto pessoal ou privado. Pelo contrário, aqui ele passa a ser um problema social e o Estado passa a ser responsável por seu combate e prevenção. Além disso, mostra a natureza

política e social desses crimes, expondo as relações de poder, dominação, privilégios e sentimento de propriedade dos homens em relação às mulheres (FERNÁNDEZ, 2012). Assim, o feminicídio está colocado num contexto mais amplo das relações de domínio e controle masculino sobre as mulheres, relações que foram naturalizadas em uma cultura patriarcal, que opera múltiplos mecanismos de violência, de silenciamento e impunidade.

5.2 Violência contra a mulher: um problema social! (?)

A maior parte dos crimes registrados nas DEAMs ocorre no âmbito da unidade doméstica e familiar, o que implica o enfrentamento de conflitos íntimo-afetivos e/ou familiares pela justiça criminal. Estes são os ingredientes colocados na panela da indigesta “feijoada”, nomenclatura usada por policiais para se referirem a tais dinâmicas, seja pela complexidade e sensibilidade que a apuração de tais delitos demanda, seja por reproduzirem institucionalmente o que é apontado numa estrutura social marcada pelo preconceito, machismo e desprestígio que assuntos que versem sobre “coisa de mulher” recebem.

Em 27 fevereiro de 2019 o Projeto de Lei Complementar nº 94/2018 – de autoria do deputado federal Bernardo Santana de Vasconcellos e que permite que, na ausência de autoridade judicial, a autoridade policial possa decidir sobre as medidas protetivas para atender mulheres em situação de violência doméstica – recebeu parecer favorável da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado (CDH). O projeto, que já havia sido aprovado pela Câmara dos Deputados e seguiu para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), pretende¹⁴ determinar que o agressor seja imediatamente afastado do lar, domicílio ou local de convivência com a vítima caso seja verificada a existência de risco atual ou potencial à vida e/ou à integridade física da vítima ou dependentes (BRASIL, 2018). Caso se torne lei, essa proposta colocará grande poder de decisão nas mãos das delegadas atuantes em casos de violência contra a mulher, que poderão aplicar medidas atualmente restritas ao Poder Judiciário. Embora importante para dar celeridade em ações que possam oferecer proteção imediata à mulher, essa proposta recebe críticas de entidades, como o Fórum Nacional

¹⁴ Em 13 de maio de 2019 foi promulgada lei nº 13.827, que alterou a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para autorizar a aplicação de medida protetiva de urgência, pela autoridade judicial ou policial, à mulher em situação de violência doméstica e familiar, ou a seus dependentes e dá outras providências (BRASIL, 2019).

de Juízas e Juizes de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (Fonavid) e a Associação de Magistrados Brasileiros (AMB), que apontam que o texto violaria certos princípios previstos na Constituição, como a inafastabilidade da jurisdição e da tripartição dos Poderes.

Sobre essa possibilidade, uma das entrevistadas demonstra preocupação, como o trecho a seguir destaca:

Outra coisa muito chata que acontece na atualidade, acontece em tudo quanto é canto, mas nas DEAMs deve ter muito isso, é a questão da violação de guarda de filho e aí usar a criança por um conflito conjugal, entendeu? Tem até produções nesse sentido: de a mulher usar a lei Maria da Penha como forma de alienação parental, entendeu? Porque, vamos supor, eu digo que o meu marido está me ameaçando, peço o afastamento, e a criança nessa história? E aí você chega de um lado e o marido está dizendo uma coisa, chega do outro e a mulher está dizendo outra coisa, e aí você fica no meio daquele conflito. Essa é uma decisão muito difícil, sobre o que fazer. Então, embora seja importante que o delegado de polícia possa conferir algumas medidas, mas eu acho muita responsabilidade, muita responsabilidade... outra questão é o afastamento do lar, muitas vezes o cara é o proprietário da casa, o cara é quem paga o aluguel, e aí você vai fazer o que? Vai pedir para ele sair da casa? É muito difícil você... numa análise muito preliminar, aferir ali qual seria a melhor medida de se pedir, e mais pra frente, se o delegado puder efetivamente decretar, olha a responsabilidade, né? (MARIANA, 30 ANOS).

Embora se diga favorável ao projeto de lei, a delegada traz em sua fala o receio de que a vítima possa se valer de medidas protetivas como recursos de ações ilícitas, como o afastamento forçado do pai e da criança em caso de separação, por exemplo.

O conceito legal de alienação parental estabelecido no artigo 2º da Lei nº 12.318, de 26 de agosto de 2010, consiste na

[...] interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente promovida ou induzida por um dos genitores, pelos avós ou pelos que tenham a criança ou adolescente sob a sua autoridade, guarda ou vigilância para que repudie genitor ou que cause prejuízo ao estabelecimento ou à manutenção de vínculos com este (BRASIL, 2010a, p. 3).

São exemplificados como atos de alienação parental: a realização de campanha de desqualificação da conduta do genitor no exercício da paternidade ou maternidade; a criação de dificuldades para o exercício da autoridade parental, para o contato de criança ou adolescente com genitor e para a convivência familiar, inclusive pela mudança injustificada de domicílio para local distante; a omissão ao genitor de informações pessoais relevantes sobre a criança ou adolescente (escolares, médicas, alterações de endereço etc.); a apresentação de falsa denúncia contra genitor, contra familiares deste ou contra avós, para obstar ou dificultar a convivência deles com a criança ou adolescente.

A edição da Lei nº 13.431/17, cuja vigência se deu a partir de 5 de abril de 2018, estabeleceu o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha

de violência, reconhecendo como forma de violência psicológica o ato de alienação parental (art. 4º, II, b) e assegurando à vítima o direito de requerer, por meio de seu representante legal, medidas protetivas contra o autor da violência (art. 6º), à luz do disposto no art. 21, no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90) e na Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06) (BRASIL, 2017).

Conforme preleciona Maria Berenice Dias (2018), o art. 98, inciso II, do ECA prevê a aplicação de medidas protetivas à criança e ao adolescente quando vítimas de omissão ou abuso por parte dos pais ou responsáveis, dispondo o art. 130 acerca da possibilidade de a autoridade judicial, em caso de maus-tratos, opressão ou abuso sexual, determinar, como medida cautelar, o afastamento do agressor da moradia comum, bem como promover a fixação provisória dos alimentos de que necessitem a criança ou o adolescente dependentes do agressor. Por sua vez, a Lei Maria da Penha estabelece em seu art. 22 um rol exemplificativo de medidas protetivas de urgência, como o afastamento do lar, a proibição de contato ou de aproximação e a suspensão de visita aos dependentes menores, admitindo o § 1º a estipulação de medidas outras previstas na legislação em vigor, sempre que a segurança da vítima ou as circunstâncias o exigirem.

A autora ressalta que, com o advento da Lei nº 13.641/18, que acrescentou o art. 24-A à Lei Maria da Penha, houve a incriminação da conduta de descumprimento das medidas protetivas de urgência previstas na Lei nº 11.340/06, punida com pena de detenção de três meses a dois anos, asseverando:

Reconhecida a alienação parental como violência psicológica, pode o juiz aplicar as medidas protetivas da Lei Maria da Penha (Lei nº 13.431/2017, art. 4º, II, b e art. 6º). Descumprida a medida imposta, além da prisão preventiva (LMP art. 20) o alienador comete o crime de desobediência (LMP art. 24-A, acrescentado pela Lei nº 13.641/18). Ou seja, pela primeira vez é possível penalizar quem – ao fim e ao cabo – deixa de atentar ao melhor interesse dos filhos (DIAS, 2018, n. p.).

Como exposto, apesar de ser uma possibilidade efetiva – ainda que pouco percebida –, o risco da chamada alienação parental não é em si razão para que se retardem ações que assegurem a integridade física e pessoal das mulheres vítimas de violências perpetradas por seus companheiros. Por outro lado, visões ainda bastante preconceituosas, que buscam nas mulheres as razões para os seus próprios pesares, não estão afastadas dos espaços das delegacias, especialmente das DEAMs, vistas, por muitos e por muitas, como palco de dissimulações, embora um olhar mais direcionado para as assustadoras estatísticas da violência facilmente derrubasse tal falácia.

Segundo o Mapa da Violência 2015, produzido pela Organização das Nações Unidas, o Brasil ocupava a 5ª posição no ranking mundial de feminicídio (WAISELFISZ, 2015). Segundo

o Observatório Judicial da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, um banco de dados do Poder Judiciário fluminense, no estado do Rio de Janeiro, as mulheres, entre janeiro de 2013 e junho de 2016, foram vítimas em 70 % dos atendimentos notificados como agressões físicas nas redes de saúde. Já, no Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (PJRJ), os crimes de lesão corporal lideram os números de ações penais mais distribuídas há cinco anos, segundo o **Relatório de Dados Compilados**, que analisa os processos decorrentes de violência doméstica no PJRJ. Ainda de acordo com esses dados, “[...] o agressor é conhecido ou parente das vítimas em 64,2% das notificações e a residência da vítima é onde ocorrem [...]” 52,7% (mais da metade) dos casos (RIO DE JANEIRO, 2016, p. 4).

Em números absolutos, em cinco anos foram registrados 157.012 mil processos de lesão corporal contra mulheres no estado do Rio de Janeiro (RIO DE JANEIRO, 2017b). Porém, a fim de comparação, segundo dados do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, “foram registrados mais de 10 mil pedidos de guarda [no ano de 2017] e cerca de 70 ações de alienação parental” (RIO DE JANEIRO, 2017a). Apesar de grave e importante assunto a ser tratado, os números efetivos demonstram que casos de alienação parental são muito baixos para que sejam utilizados como justificativa quando se deseja colocar a palavra da vítima em xeque quando esta busca a delegacia policial. Portanto, certa demonização da mulher ainda aparece como elemento estruturante de práticas e ações sociais, que chancelam, mesmo que indiretamente, a revitimização da mulher vítima de violência de gênero.

Dados mais recentes, do ano de 2018, levantados pelo Instituto de Segurança Pública e divulgados no Dossiê Mulher 2019, demonstram que, a partir dos Registros de Ocorrência (RO) efetuados nas delegacias de Polícia Civil do estado do Rio de Janeiro, a violência física

[...] é a forma que concentra o maior número de vítimas dentre aquelas destacadas neste Dossiê, totalizando 42.423 mulheres no estado do Rio de Janeiro em 2018. Ou seja, por dia, pelo menos 116 mulheres são vítimas de algum tipo de violência física no estado do Rio de Janeiro. Esta é a forma mais visível dentre as diversas formas que a violência cometida contra as mulheres pode assumir. Como definiu o inciso I do artigo 7º da Lei Maria da Penha, a violência física é qualquer conduta que ofenda a integridade ou saúde corporal da vítima. Este tipo de violência costuma se manifestar por meio de chutes, tapas, queimaduras, socos, mutilações, estrangulamentos e muitos outros meios, inclusive mediante o uso de objetos cortantes, perfurantes ou de arma de fogo (MANSO; CAMPAGNAC, 2019, p. 15).

Subdividindo esses números, ainda a partir dos dados do ISP (MANSO; CAMPAGNAC, 2019), percebemos que dos 42.423 RO realizados por agressões físicas contra mulheres, 350 casos foram por homicídios dolosos, 729 por tentativa de homicídio e 41.344 por lesão corporal dolosa, isso apenas em 2018. Ainda analisando esse montante de lesões corporais dolosas, verifica-se que 22.175 mulheres registraram ter sofrido lesão corporal dolosa praticada por seu

companheiro ou ex companheiro, sendo 60,2% dos casos ocorridos dentro da residência. Embora frios, os dados nos permitem concluir que a violência sofrida por mulheres é um assunto grave e caro à segurança pública, devendo figurar com maior destaque nas pautas das políticas públicas, visto que existe clara violação aos direitos humanos nestes casos.

Outra questão que se coloca é que com a promulgação da lei Maria da Penha, e a impossibilidade de se retirar a queixa perpetrada, outras negociações entram em cena. Muitas delegadas entrevistadas mencionam que a busca das mulheres pelas delegacias especializadas figurava como um intento de mediar as relações conflituosas que possuíam com seus maridos. Muito mais que a instauração de um inquérito, estas mulheres pareciam desejar abrir um canal de diálogo pouco mais simétrico com seus companheiros. Se a relação conjugal era marcada pela desigualdade entre os gêneros, a busca pelas delegacias, para algumas, mais parecia um pedido de auxílio para tentar eliminar relações violentas e abusivas que a expressa vontade de colocar seus companheiros na cadeia.

Porém, a resposta criminalizante oferecida pelas delegacias não é capaz de atender a tal tentativa. Muitas policiais se mostram insatisfeitas com situações assim:

Quando há lesão corporal não há como retirar a queixa, mas os casais às vezes usam a polícia. Não querem exatamente que a queixa vá a diante, querem dar um susto. Na primeira conversa você já sente que a mulher tá usando a polícia pra dar um susto. E aí a gente tem que falar: olha, a polícia não dá susto, aqui a gente vai instaurar um procedimento que vai gerar um processo criminal... não existe susto, minha filha! (BEATRIZ, 36 ANOS).

Olha, tem muito isso que te falei: a mulher chega da delegacia, arma aquele escândalo, você ouve, se interessa, aí quando vai instaurar o procedimento ela volta atrás. Muita gente procura a polícia para dar um susto... porra, polícia não é trem fantasma para ficar dando susto. Isso me irrita, sim. Antigamente elas voltavam direto para retirarem as queixas, hoje não dá mais, já era! (CATARINA, 48 ANOS).

Nestes casos, a reclamante busca reorganizar as relações de poder no espaço doméstico através do poder de polícia, a partir do mecanismo de intimação. Assim, elas esperam que a delegada chame seus maridos para conversar, para que ele lhe intimide ou lhe aconselhe. Assim,

a atividade de polícia judiciária é constantemente substituída por uma demanda de ordem privada. No limite, parece que, do ponto de vista policial, haveria uma espécie de manipulação secundária da delegacia por parte da reclamante, que procura valer-se da autoridade policial para obrigar o seu agressor a admitir o erro e a renegociar a relação entre eles. A intimação é ressignificada como intimidação. [...] Trata-se de uma questão da maior importância, pois a delegacia da mulher é instituição da polícia judiciária, criada para atuar como mecanismo de controle social, mas que vem sendo reorientada para atender demandas diversas, tornando-se recurso social tipicamente de controvérsia e regulação informal de conflitos interpessoais (RIFIOTIS, 2004, p. 103-104).

Nas pesquisas *Global Burden of Armed Violence* e *Homicide Trends in the U.S.: Intimate Homicide*, uma rápida análise dos relatos com vítimas nos permite perceber que os homens são mais comumente os perpetradores de homicídios e de violências sexuais contra mulheres. Estes agressores, por sua vez, são geralmente pessoas próximas às vítimas, como atuais ou ex parceiros, por exemplo (FOX; ZAWITZ, 2007; GENEVA DECLARATION SECRETARIAT, 2008) e o ciclo de violência costuma perdurar ao longo da relação. Ainda assim, estimativas estatísticas de feminicídio e violência sexual ocultam padrões complexos de vitimização e sofrimento, especialmente por, como dito, raramente se tratarem de eventos isolados. Essa complexidade nos leva a verificar variáveis que escapam à lógica meramente estatística e nos força a problematizar os caminhos que culminam em violência de gênero. Neste sentido, o espaço das DEAMs se faz salutar para trazer para o palco as discussões de “coisas de mulheres”. Embora haja grande violência envolvida, os registros ou tentativas de registros de ocorrência em eventos onde a vítima seja mulher – especialmente quando os crimes ocorrem por conflitos familiares (violência doméstica):

É o que a gente chama de feijoada, que é aquilo ali, na verdade, que a gente nem pode colocar na categoria de crimes, dá até pra gente fazer uma reflexão do direito penal moderno, da intervenção mínima... quer dizer, o Estado tem que entrar na sua reunião de condomínio, no seu bate-boca com seu síndico, sobre a conta de sua água... você está entendendo? O Estado não pode entrar nisso... o Direito Penal, o aparato criminal ... ele, se ele é babá do cidadão, qual é a lógica? Com relação aos grandes crimes... ele não vai trabalhar bem. Eu acho que é questão que a gente tem na polícia hoje, uma questão muito... não só da polícia, eu acho que uma questão do direito penal na contemporaneidade, você não pode tutelar como crime todos os conflitos sociais... é a demanda que as pessoas têm, né? (HELOÍSA, 41 ANOS).

Por sua vez, Adriana reconhece a importância de se acolher e tentar dar direção a casos classificados como sociais que chegam às delegacias:

Olha, nunca deixei de tentar resolver esses problemas sociais quando eles chegavam a mim, de ouvir essas demandas. Não resolver, mas indicar à pessoa como ela pode resolver, onde ela pode resolver. Porque, assim, antes de ser delegada eu fui servidora do INSS, então eu tinha aquela coisa de trabalho social, eu tinha que ouvir o idoso, ouvir a pessoa doente, a pessoa com dificuldade de receber o benefício, então eu sempre parti do pressuposto que o servidor público está ali para servir ao público, e não falo isso com demagogia, pra mim isso é o ônus de você querer ser um servidor público, então, vai chegar situações onde você vai ter que ao menos orientar e direcionar a pessoa, mesmo que isso não seja a sua atribuição. E a gente sofre uma fiscalização muito grande da sociedade... então, mais de uma vez eu recebi algum tipo de reclamação do atendimento prestado por alguém da minha equipe, então eu sempre orientei a minha equipe a registrar tudo, até as orientações, no RCA, então, toda vez que havia reclamação da minha equipe ou de mim, eu tinha a comprovação de que não, de que a pessoa havia sido atendida e orientada. (ADRIANA, 32 ANOS).

Ao que parece, uma das características da “feijoada” é exigir mais escuta, e a escuta, parece fazer desvalorizar este lugar de poder, parece deixá-lo social demais. Se por um lado estes casos exigem mais escuta e paciência, o que caberia perfeitamente à mulher, por outro, para ser “polícia” de verdade, a mulher teria que escapar disso. Esta parece ser uma importante tensão.

As mulheres também estão sujeitas a violências cometidas por estranhos, fato que não deve ser ignorado. Mas o contexto da “feijoada” geralmente envolve entes da família, que podem buscar as delegacias em diferentes ocasiões, e por mais de uma vez. Embora a figura da delegada traga a ideia de maior diálogo e sensibilidade, Verônica fala sobre sua percepção acerca da atuação nestes conflitos:

Verônica: olha, eu também não gosto de trabalhar em feijoada, não. Não é o fato de eu ser mulher... o que que é a feijoada? A feijoada, na verdade, é o conflito social que não teve solução nos canais que deveria ter, e que vem parar na delegacia... quando você examina os dados de atendimento da polícia militar, você percebe que boa parte dos atendimentos não é de natureza policial, mas a PM pega aquilo e leva pra delegacia, então, você agora gerindo um problema social, que você não tem como solucionar, então, eu acho que o jurídico é muito melhor pra isso, entendeu? É você levar pra polícia aquilo que deveria ser tratado pela assistência social, por exemplo.

Daniele: e nas DEAMs, por que alguns casos são vistos como “feijoada”?

Verônica: aí é preconceito. Quando você envolve a violência, quando você tem por trás a prática de um crime, aí é você abrir mão de dever de polícia seu. Agora, se você está falando de uma briga, de uma instabilidade de vizinhos, aí é outra coisa. Mas se envolve um tipo penal e você está deixando de agir, aí é preconceito e está prevaricando, então, você tem que ser punido.

Verônica faz uma diferenciação entre a “feijoada” e caso que envolvam a violência, e sua opinião, suas esferas distintas, para ela, essa associação seria uma visão preconceituosa de alguns policiais. Além de preconceito, compreender a violência doméstica como algo de menor potencial ofensivo, ou como a bagunça generalizada da “feijoada” limitaria a compreensão do fenômeno. Como já discutido, a violência contra a mulher além de complexa estruturalmente pode ser percebida em episódios crescentes. A seguir, Adriana, que, como vimos, diz gostar de atuar em “causas sociais” fala sobre sua percepção sobre a “feijoada”, apontando a importância de observar os relatos e agir de forma preventiva:

Adriana: é... a feijoada é a bagunça que chega, eu lembro que pra mim a feijoada acontecia muito no domingo mesmo, dia de feijoada, né? Aquela confusão que chega, que o PM tentou resolver no local e não conseguiu e envia todo mundo pra delegacia. Assim, eventualmente você vai ter um crime, uma contravenção, mas normalmente é coisa de menor potencial ofensivo... um que xingou, outro que puxou o cabelo, geralmente a feijoada tem alguma infração penal sim, mas são todas leves, e normalmente recíprocas, né? E eu falava muito isso: eu prefiro um flagrante com seis presos que uma feijoada, porque nos seis presos eu ouço cada um deles e consigo

prossequir, mas na feijoada você ouve um, depois ouve outro, daí volta a ouvir aquele que você já ouviu... e nem sempre vai ter algum crime ali. Mas eu acho fundamental você reduzir a termo, colocar no papel, independe do que aconteceu, porque lá na frente você não sabe o que vai acontecer... se aquela bobagem de domingo mais lá na frente pode resultar numa morte, então, eu acho importante a gente registrar.

Daniele: e briga de marido e mulher, é feijoada?

Adriana: não... eu acho que pode até chegar na delegacia assim, mas nos últimos tempos, desde a Lei Maria da Penha, começou-se a dar mais relevância a isso, uma atenção maior do Estado passou a ser dada. E isso é bastante comum nas delegacias, vejo muito isso, chegou violência doméstica? A tendência é registrar. Geralmente isso é gradativo... uma série de registros pode levar mais lá na frente a um crime mais grave. Por mais que comece numa bobagem, numa feijoada, o tratamento tem que ser cauteloso.

Interessante verificar que a violência contra a mulher está estruturada numa complexa rede de relações, que não aparta a esfera social do problema. A tipificação penal fria e irrefletida não seria capaz de dar conta de todas as nuances que tais violências operam. Ao retomarmos a fala de Verônica, a complexidade fica pouco mais evidente, pois, embora a delegada diga que acha chato atuar em “feijoadas”, ou em problemas sociais não solucionados em outras esferas, ela aponta como preconceito o reconhecimento de casos que envolvam violência contra mulher como “feijoada”, porém, é justamente por existirem desigualdades entre homens e mulheres, tanto social, quanto culturalmente, que aqueles se acham autorizados a estabelecerem relações violentas com o gênero feminino. Mesmo que essa percepção não fique tão clara, ela pode nos dar mais uma importante pista acerca do desconforto de se atuar em uma DEAM.

Heloísa que, ao contrário de Verônica, nunca atuou em DEAM, fala sobre o que mais a incomoda na atuação policial. Durante nosso encontro, a delegada dizia que os casos de violência não a incomodavam tanto, mas sim os “problemas sociais”, que, em sua opinião, são muito percebidos em DEAMs:

assim, tem aquela coisa de ver pessoas mortas, mas isso, pra mim, não foi uma coisa que me impactou muito, eu não tenho muito problema com isso, não é uma coisa agradável, né? Mas não mexeu muito com a minha cabeça, não. Mas a parte do atendimento, do lidar com pessoas, foi algo que mexeu com a minha cabeça... a situação é caótica, mas, assim... pra mim, a dificuldade é lidar com gente e com essa questão do problema social e aí... é difícil porque vira uma mistura na sua cabeça, até onde vai o técnico, o policial, o jurídico e até que ponto vai o... Têm pessoas que gostam de fazer isso, mas... não sei te dizer estatisticamente, mas o número de violência contra a mulher é muito grande, antigamente se resolvia na delegacia mesmo, mas hoje em dia, com o maior rigor das penas e com a obrigatoriedade de se instaurar inquérito, uma série de rigores, aquilo ali não pode mais ser engavetado, então, eu tenho muitos colegas que adoram ser conselheiros de casais, entendeu? Então, antes da lei Maria da Penha era mais conciliação... as pessoas não têm ideia... delegacia de bairro é mais problemas sociais (HELOÍSA, 41 ANOS).

Portanto, para Heloísa, o maior problema de sua atuação profissional estava em sua dificuldade em lidar com o “público”. Fato interessante, uma vez que a função da polícia jurídica, como já dissemos, é mais investigativa que de enfrentamento direto. Mas, se em delegacias especializadas em atendimento a mulheres existe mais espaço para negociações de foro íntimo, o contato com as vítimas fica mais evidente, portanto, essa figura agredida ganha nome, voz e história, de difícil elaboração para alguns e algumas:

As pessoas odeiam fazer isso... a grande maioria... é muito chato, cara... é muito chato, é uma das coisas que eu mais odeio. Eu nunca trabalharia numa delegacia de mulheres, nunca! A não ser assim... se fosse uma imposição absoluta, mas podendo escolher, eu jamais seria lotada numa delegacia de mulher... porque é um assunto assim que eu não tenho paciência, não tenho inclinação, não tenho trato... é uma coisa que eu acho chata. Porque a lei é muito boa e muito ruim em alguns aspectos, por exemplo, existe um fator social, e a lei não trata desse fator social... chegou um cara, bateu a companheira... prendeu. Vai resolver? E eu acho que também têm graus de violência doméstica. Eu entendo perfeitamente porque a lei veio, a necessidade dela... porque você não pode deixar a discricionariedade de cada policial dizer o que é grave, o que é gravíssimo... mas, eu acho assim... que uma ameaça, em tese, ela pode gerar o encarceramento... agora, o que é um cara que, sei lá, que tem uma ficha limpa, nunca agrediu a mulher, mas que num dia tomou uma bebida e falou pra mulher: “ah, vou te encher de porrada”? E o que que é um agressor contumaz, entendeu? É difícil, é muito subjetivo, e às vezes lidar com essa subjetividade pode ser complicado. Por isso é muito bom você ter um policial que tem esse perfil, um conselheiro... um cara que tem paciência, que gosta de conversar (HELOÍSA, 41 ANOS).

Para Heloísa, algumas policiais teriam o “perfil” para atuar em DEAMs, estas deveriam “ter paciência para ouvir” e dar conselhos. Talvez o que mais incomode seja o tipo de queixa que chegue às policiais que o fato de terem que ouvir longas histórias, uma vez que a polícia judicial possui a função de colher o máximo de informações possíveis, o que ajudará na instrução dos processos.

Adriana, que também nunca atuou em DEAM acredita que se há resistência em trabalhar nessas delegacias, ele deve vir do efetivo masculino:

Olha, nunca trabalhei em DEAM, mas talvez haja mais uma resistência... se houver, mais masculina, essa coisa de não ter muita paciência de atender esse tipo de ocorrência, mas é só um achismo meu, pode ter mais resistência a esse tipo de atendimento. Mas é um volume muito grande, não apenas nas DEAMs, mas em delegacias distritais, esse tipo de atendimento (ADRIANA, 32 ANOS).

Esta fala é interessante para avaliarmos a forma ainda bastante naturalizada da figura feminina como mais acolhedora e mais paciente para ouvir, o que contrasta com o imaginário padrão do macho policial: forte, rude e pouco emotivo. Parece que ao atuarem em DEAMs estas policiais teriam que se aproximar de certa sensibilidade tão indesejada na instituição.

Além de se tratar de espaço para versar sobre crimes praticados contra mulheres, tais delegacias especializadas colocam em cena a difícil relação entre as esferas pública e privada. Assim, a sua função rompe com a lógica ainda arraigada em nossa sociedade de que assuntos conjugais – entenda-se violência, neste caso –, devam permanecer sob o domínio privado. O relato a seguir expõe um pouco desta relação:

Eu acho muito complexo, porque é o Estado entrando na intimidade daquele casal. Quando a mulher decide se separar é muito mais fácil, mas muitas vezes ela não tem condição. Por dependência emocional ou financeira. Ela vai continuar naquele lar. Outra questão que a gente fica super na dúvida é: a gente vai orientar a mulher a fazer o registro ou não? Porque, uma vez fazendo o registro, pode ser que a partir dali a pessoa fique irritada, a agrida em função de ter feito o registro. Eu já vi acontecer isso. É... você não tem como colocar um segurança na casa dela 24 horas por dia, entendeu? E às vezes o socorro não chega a tempo. Sei lá. Eu acho muito complicado. É muita responsabilidade, é uma sensação de impotência. Às vezes a mulher vai “na” delegacia e não tem um centavo. Já vi casos assim, a gente teve que dar dinheiro para ela voltar para casa. Chega com criança, criança chorando... bebê de colo. É muito, muito complicado. Já peguei situação de a filha ser estuprada pelo padrasto e a mãe ser dependente desse padrasto, uma merda, sabe? Ela não sabia o que fazer (MARIANA, 30 ANOS).

Embora a própria criação dessas delegacias, como vimos, veio a responder à demanda das lutas feministas para romper com essa lógica da violência conjugal percebida como privada, sabemos que são comuns casos que não são denunciados ou apenas o são após uma série e crescente dinâmica de violência.

Catarina: Olha, pela a minha experiência, mais comum são os casos de lesão e ameaça. E, dependendo do local, muito estupro. Mas acontece demais também, dependendo da situação, a tentativa da vítima retirar a queixa. Acontece demais. E é bem chato. Mas agora com a Maria da Penha (lei), o que acontece? Agora só pode se retratar da representação em juízo e a lesão corporal no contexto da violência doméstica e familiar passou a ser de ação pública incondicionada, ou seja, a mulher não pode mais voltar atrás. Mas elas vão à delegacia para retirar.

Daniele: e você percebe uma progressão da violência?

Catarina: olha, nunca vi. Já vi homicídio direto. Ah, mas o próprio caso da Maria da Penha, né? Da lei... foi progressivo, ela terminou paraplégica. Assim, já ouvi que foram várias agressões, mas que só agora registra. Acontece muito isso também: a mulher sofre em silêncio, demora a registrar, inclusive estupros... Já vi muita perturbação da tranquilidade: o cara persegue a mina.

Daniele: mas ainda existe muita resistência em se atuar em DEAM, né? Você já parou para pensar o porquê? Os casos não são simples...

Catarina: porque é chato. É um assunto chato e repetitivo. Tem que saber ouvir e falar. Ter paciência.

Assim, as policiais lotadas nas DEAMs podem se deparar com casos ou histórias recorrentes, tendo a função, muitas vezes, de proteger e orientar as vítimas. Essa rotina da

violência é percebida com desagrado e certa naturalização por boa parte de agentes policiais atuantes nas DEAM.

Ao observar o trabalho de agentes policiais civis na cidade de João Pessoa, Rifiotis (2004) constatou que tais profissionais criam certa expectativa sobre quais elementos estarão presentes na base dos casos atendidos nas DEAMs. Às segundas-feiras, por exemplo, o autor diz que as agentes esperam encontrar a seguinte combinação: final de semana, álcool, pobreza e violência. Sentença preconceituosa e superficial, mas que circula no imaginário de agentes policiais, especialmente aqueles e aquelas que atuam em DEAMs. Todavia, o autor aponta uma importante questão:

O problema não está na existência ou não desses casos, mas na sua interpretação, que pode ser limitada e preconceituosa, confundindo as características dos casos considerados como suas causas. Afinal, prevalece a lição: o que nos é familiar não necessariamente nos é conhecido (RIFIOTIS, 2004, p. 102).

Retomando a provocação de Rifiotis, não é a aparente similaridade dos casos que faria com que eles fossem efetivamente conhecidos. Mas parece haver, especialmente nas DEAMs, um esperado desconforto por parte das e dos policiais para o atendimento às vítimas. Catarina, delegada de uma DEAM, fala sobre o que, em sua opinião, seria um padrão comportamental das vítimas:

Olha, não modifica o discurso, o padrão de comportamento das vítimas, é sempre o mesmo. Algumas chegam mais agressivas com a gente, outras mais vitimizadas, e, assim, confesso que mais de 50 % é mentira, entendeu? Por isso que a gente trabalha, trabalha, trabalha e quando vai ver é mentira. É chato. Para você trabalhar em DEAM você precisa ter um perfil mais de ouvinte, né? São muitos detalhes, não é rápido. Tem que ouvir, tem que colocar tudo no papel, tem a questão das medidas protetivas. Eu busco entregar tudo em até 24 horas, mesmo no final de semana. Não deixo acumular. Existe essa questão da paciência, de você saber ouvir, e são sempre os mesmos discursos, entendeu? (CATARINA, 43 ANOS).

Mesmo sendo palco de uma série de crimes que figuram como de maior potencial ofensivo, como agressões corporais, estupros e feminicídios, as delegacias destinadas aos “assuntos de mulher” são vistas com desprestígio dentro da Polícia Civil, e as vítimas atendidas são postas, muitas vezes, sob suspeita, como o trecho acima ilustra. Com frequência, nossas entrevistadas se referiam a tais delegacias como desinteressantes para a atuação. Um dos motivos apresentados seria que nas DEAMs ocorrem muitas situações denominadas “feijoadas”. Mas chama a atenção a violência ser percebida como feijoadada, visto que a delegacia de homicídios, por exemplo, é uma das mais prestigiadas delegacias operacionais da instituição. Assim, parece que a violência de gênero coloca ingredientes específicos no cenário analisado, nos fazendo avaliar quais são os componentes presentes nesse local que faz das delegacias destinadas ao atendimento a mulheres espaço de menor prestígio.

Além disso, em seu contexto histórico e social, o feminicídio pode ser resultante de uma cadeia constante e crescente de violência que culmina no assassinato da mulher pelo parceiro, por exemplo. Porém, ao longo dessa escalada de violência pode ser possível que a vítima tenha buscado as delegacias em algum momento. Identificar os possíveis riscos e prestar assistência às vítimas pode ser um trabalho importante prestado pelas DEAMs. Todavia, como oferecer esse trabalho diante da grande resistência por parte de profissionais em acolher e dar prosseguimento à queixa enquadrada na confusão da “feijoada”? Seria falta de preparo da equipe ou algo ainda mais delicado: a importância que a vida de mulheres, especialmente pobres, possui em nossa sociedade?

5.3 Vidas que importam?

Além de classificar vidas como carentes ou precárias, essa classificação deve considerar as condições e mecanismos que segregam e valoram vidas conforme aquelas que mereçam ao não serem vividas. Analisando os trabalhos de Hegel e Klein, Butler (2018) observa que a apreensão da precariedade leva a uma potencialização da violência dirigida aos grupos reconhecidos como vulneráveis, pois a eles é dirigido o desejo de certos setores em exterminá-los. A esse respeito, a autora amplia a discussão ao colocar em debate aquilo que ela chama de “nova ontologia corporal”, que nos forçaria a repensar noções caras ao debate social, como a precariedade, a vulnerabilidade, a dor, o desejo e a reivindicação sobre a linguagem e o pertencimento social. Para a autora,

Referir-se à “ontologia” nesse aspecto não significa reivindicar uma descrição de estruturas fundamentais do ser distintas de toda e qualquer organização social e política. Ao contrário, nenhum desses termos existe fora de sua organização e interpretação políticas. O “ser” do corpo ao qual essa ontologia se refere é um ser que está sempre entregue a outros, a normas, a organizações sociais e políticas que se desenvolveram historicamente a fim de maximizar a precariedade para alguns e minimizar a precariedade para outros (BUTLER, 2018, p. 15).

As delegacias, em muitos momentos, serão os únicos locais reconhecidos para grupos vulnerabilizados buscarem ajuda. Na falta de políticas públicas de bem-estar social e saúde, e na exacerbção da política de repressão e controle, a polícia acaba sendo reconhecida como uma das únicas instâncias de Estado presentes no cotidiano de grupos populacionais pobres e miseráveis. O cuidado aqui mais revela uma política de Estado de controle e punição.

Importa indagar se essa lógica de controle seria meramente ocasional e se fora construída justamente para funcionar desta maneira. Especialmente quando verificamos a valoração de vidas que merecem ou não serem vividas e reconhecidas. Neste sentido, faz-se mister colocar em questão as formas de construções culturais e políticas que regulam e produzem as disposições éticas que enquadram de maneira seletiva a própria concepção de violência. Essa percepção nos dá uma pista acerca das relações de poder que atravessam as práticas policiais nas delegacias, especialmente quando presta assistência a um público específico e vulnerável, como nas DEAMs. A dificuldade pode ser respondida a partir da reflexão e do valor que aquelas vidas possuem ou não. Assim, uma vida não seria efetivamente considerada perdida se não fosse primeiro considerada viva, como nos provoca Judith Butler em seu livro *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* (2018). Nesta perspectiva, continua a autora, há sujeitos que não são reconhecíveis como tais e há vidas que nunca são reconhecidas como vidas. A provocação de Butler é interessante para recolocarmos algumas questões que permeiam e atravessam as práticas e as lógicas de funcionamento das delegacias especializadas no atendimento de mulheres, pois por mais sutis que tais mecanismos possam ser, o desconforto gerado em policiais ao atuarem em DEAMs possivelmente vai além dos casos atendidos e da duração dos atendimentos, talvez seja justamente por causa do público a que destina os atendimentos que tais locais sejam reconhecidos como de menor prestígio. Como vimos, os números demonstram a gravidade dos casos registrados de violência contra mulheres. Portanto, o trabalho naqueles espaços está longe de ser simples, da mesma forma, está longe de ser meramente burocrático, pelo contrário, a agilidade e eficiência das ações podem significar vidas salvas. Assim, a análise sobre o desconforto deve ir além, sendo esta, talvez, uma das pistas.

Com isso não se deseja afirmar que policiais, de forma clara e evidente, não percebem as vidas femininas como dignas de serem vividas, ou que, ainda, reconheçam as vidas negras, pobres e masculinas como importantes de serem vividas. Mas olhar com estranhamento para o aparente desprestígio que as delegacias de atendimento à mulher recebem nos permite aventar algumas possibilidades, neste sentido, a discussão de Butler parece uma lente adequada.

Se apenas quando a vida parece ter importância que sua perda é efetivamente sentida, sob a lógica do controle social, a morte de mulheres parece valer menos na contagem policial. Ao que parece, a vítima pobre não parece passível de luto.

Ser passível de luto é ser reconhecido como uma vida classificável enquanto válida (BUTLER, 2018), é a vida que merece ser lamentada quando se esvai, que merece justiça adequada quando é maculada ou eliminada. Nas delegacias distritais talvez não seja a vida dos

pobres que mereça ser cuidada, mas o controle da nocividade virtual que seu existir traz. Embora isso nem sempre seja evidente, as ações e incursões policiais aparentam demonstrar. E, dentro desse contexto político, o trabalho faz sentido.

Contudo, determinados espaços parecem bagunçar essa ordem, como nas DEAMs, por exemplo. Aqui, o evidente controle está restrito ao que é historicamente construído como de foro privado, como nas brigas de casais. Outro caráter interessante presente aqui é a percepção atravessada pelo machismo de que a vítima tem alguma responsabilidade sobre aquilo que lhe aconteceu. Deve-se proteger a vítima, uma vítima que talvez precise justificar tal proteção. Vítima que desperta diferentes reações em quem as assiste, reações que podem ser reguladas a partir de diferentes tipos de enquadramento interpretativos (BUTLER, 2018). Neste caso, as políticas de segurança pública nos ajudam a construir ou reconhecer os grupos que devemos manter ou eliminar, ou nos ser indiferente.

Nas DEAMs a relação clara e próxima se dá com as vítimas e punir seus algozes não representa necessariamente aniquilar os grupos que perturbam a arbitrária “ordem” social, como traficantes e assaltantes, por exemplo. Talvez aqui se possa supor que não há real sentido ou valor no trabalho da polícia, e o policial pode se sentir deslocado de suas funções ao atender uma vítima mulher, atacada justamente por sua condição de ser mulher, por assuntos percebidos de igual maneira: de mulher. Portanto, menos importantes. Talvez, por tão imbricado em nossas formas de socialização, tão naturalizado, nem policiais se deem conta da seriedade e gravidade do tema com o qual operam, embora o desconforto de estar ali exista. São vidas constrangidas e subjugadas por relações de poder, tão bem operadas pelo Estado e seus aparelhos, como a polícia civil.

Outro aspecto relevante é que embora a violência contra a mulher atinja diferentes esferas da população feminina, os dados de homicídio registrados no ano de 2018 demonstram um fato importante: a cada 100 mil mulheres negras, 6,8 foram vítimas de homicídio doloso, enquanto que para cada 100 mil mulheres brancas, 2,7 vítimas foram vítimas desse tipo de crime (MANSO; CAMPAGNAC, 2019).

Considerando-se que a população negra esteja à margem das melhores condições sociais, é possível que a violência registrada nas delegacias seja reflexo de uma falta de políticas públicas que faz com que as vítimas só tenham acesso ao braço repressor: a polícia.

5.4 DEAM: lugar de prestígio?

Embora as delegadas de polícia estejam em cargos de liderança e poder, é fundamental lembrarmos que, na maioria dos países – e podemos incluir o Brasil – não existe clima acolhedor para a maioria das mulheres não privilegiadas por raça e classe, estas, certamente, precisam lidar com maiores dificuldades e condições desiguais, nos cabe sempre pontuar. O espaço restrito ou destinado a certos grupos é, certamente, ainda regido por velhas lógicas heterossexuais, sexistas, classistas e coloniais, como nos alerta Jules Falquet (2016). Ainda que todas as mulheres possam ser oprimidas nas relações sociais de sexo, são, certamente, as mais carentes, as menos privilegiadas e reconhecidas socialmente as que mais sofrem ações de opressão.

Mesmo que o foco desta pesquisa não seja restrito a DEAMs, abordá-lo aqui, sem, contudo, esgotar o tema, é importante, visto o papel social que essa delegacia possui, uma vez que visibiliza e se propõe a elucidar violências cometidas contra mulheres. Tal reconhecimento tem uma função tanto simbólica, pois ajuda a tornar evidente a reprovação pública de tais atos, e uma função prática, à medida que aumenta os recursos disponíveis para proteção de mulheres vítimas de violências. Isso não significa dizer que tais espaços funcionem com excelência ou que as vítimas sejam efetivamente acolhidas e protegidas. Porém, pelo seu pretenso papel social, tais espaços não deveriam ser percebidos como de menor valor dentro das polícias, se o são, o gênero enquanto dispositivo pode nos dar pistas importantes para elucidarmos tal fenômeno.

Essa análise nos ajuda a perceber o espaço policial como estruturalmente machista, a seguir, Verônica é convocada a falar sobre isso:

Daniele: a polícia é machista?

Verônica: Claro! Ela pode não ser tão machista. Primeiro que ninguém vem de Vênus ou de Marte que é o país do amor, nós somos frutos dessa sociedade, né? Então, eu acho que a polícia é machista, sim. Me fizeram essa pergunta quando eu virei chefe da polícia civil, e eu até respondi: eu acho que não. Porque se há uma chefe mulher, então, eu acho que não é tanto assim. Um caso ou outro isolado você vai ter.

Esse reconhecimento nos leva a colocar as relações de poder operadas pelo gênero em análise, e nos ajuda a problematizar as próprias relações de trabalho de homens e mulheres policiais, pois, enquanto sujeitos e sujeitas, tais pessoas foram socializadas a partir de relações assimétricas de gênero, que são apropriadas e reproduzidas em suas práticas profissionais, que,

em certo sentido, reificam velhas prescrições de gênero, uma vez que, como nos lembra bell hooks (2018, p. 13), “todos nós, mulheres e homens, temos sido socializados desde o nascimento para aceitar pensamentos e ações sexistas”. Assim, não resta dúvida que a instituição policial é regulada por relações generificadas, que são percebidas desde o atendimento às vítimas à marcada dificuldade que delegadas possuem de atuar naqueles espaços. Se ser delegada já estabelece barreiras invisíveis a tais mulheres policiais, ser delegada de uma DEAM parece rebaixar ainda mais a sua categoria profissional. A fala da Heloísa nos ajuda a ilustrar esta análise:

O que existe na polícia, na civil e na militar mais ainda, é uma coisa assim: o polícia de caneta é menos polícia que o polícia de rua, entendeu? Que tem tudo a ver com essa coisa da masculinidade e tal... então, DEAM é mais coisa de papel, tem menos essa virilidade tão valorizada na polícia... é a coisa do machão, sabe? (HELOÍSA, 41 ANOS).

Todavia, em um espaço marcadamente sexista, onde mulheres enfrentam maiores dificuldade para ascenderem profissionalmente, é justamente em DEAMs que elas podem adquirir a sua primeira titularidade. Por isso, embora seja um espaço não muito desejado, estar uma DEAM pode significar para uma delegada a única maneira de chegar ao mais alto posto dentro de uma delegacia. Se destacar e sair de lá pode ser a estratégia adotada por muitas:

Nanda: Assim, eu sou suspeita pra falar do DEAM porque a minha primeira titularidade foi na DEAM. DEAM São Gonçalo. Que era uma delegacia nos moldes de delegacia tradicional, ou seja, não tinha computador. O computador era nosso, a gente levava e tal. Meu Oficial de Cartório era um idoso. Todos os meus oficiais de cartório eram idosos. Só que foi a minha primeira titularidade. E foi assim... Eu fui muito grata à DEAM por ela ter me dado a oportunidade de aprender ali, engatinhando, a assumir outras titularidades. A DEAM, ela traz muita satisfação pessoal. Mas é muito aborrecimento.

Daniele: Satisfação pessoal em...?

Nanda: De resolver um problema, por exemplo, um estupro. Tem crimes na DEAM que são muito graves, o cárcere privado, o estupro, tentativa de homicídio, aquela vítima que chega completamente destroçada na sua frente, entendeu? Existem casos e casos e a gente tem que aprender a separar o joio do trigo. Tem muita feijoada, pancadaria, às vezes você tem que dar uns gritos. A delegada grita, entendeu? “Parou! Você pra lá, você pra cá! Bota na carceragem!” Ou mulher também, mulher também vai pra carceragem. Mulher bate em homem, mulher xinga homem, mulher provoca homem. E a gente tem que saber essa... né? E os homens também ficam gratos à gente. Quando a gente tem essa malandragem... vou dizer que não é nem uma malandragem, esse bom-senso, vamos dizer assim ... eles agradecem a gente: ô, doutora, muito obrigado, ainda bem que a senhora me ouviu, mas ela é assim, ela é assado. E aí, a DEAM... eu sou muito grata. Eu fui titular da DEAM São Gonçalo duas vezes, Belford Roxo duas vezes, Friburgo e Angra.

Daniele: E como é que surge essa oportunidade de titularidade na DEAM, e qual foi a sua reação?

Nanda: Aí é o que eu falo... Depois que eu fiquei pensando com o Barreto, porque ele foi a primeira pessoa que eu liguei e falei, né? Aí eu falei: porra, me chamaram pra ser titular de DEAM. E ele falou: e você vai, né? Foi o seguinte, uma... é aquela história, assim... duas delegadas numa mesa de bar e uma delas era diretora, a outra delegada que me chefiava quando eu era oficial de cartório, falou: poxa, eu tenho uma delegada, eu não sei como é que ela tá trabalhando atualmente, mas ela como oficial de cartório era muito boa, ela é muito boa e ela é super cuidadosa e tal, acho que ela vai te atender. Aí quando a diretora me ligou e perguntou se eu podia conversar com ela e se me interessaria ser delegada de DEAM, eu não perguntei qual. E aí ela já gostou de mim nesse ponto. Eu não perguntei qual: mas qual a DEAM? Eu não perguntei. Eu saí do meu plantão e disse a ela: se a senhora me der quatro horinhas só pra eu ir em casa tomar um banho e encontrar com a senhora refeita do meu plantão... Ela: não, faça o que você quiser. Eu falei: duas horas eu tô lá na tua sala. Aí sentei lá, eu falei: eu quero sim, e tal. Aí ela: não, mas você não perguntou onde. Eu falei: mas eu quero, de qualquer jeito. Porque pra mim era muito importante.

Daniele: E a saída do DEAM, como é que ela acontece?

Nanda: Aí eu saí da DEAM, de uma DEAM fui pra outra, saí de uma fui pra outra, e depois eu voltei pro plantão. Aí foi um critério político. Na época a chefe de polícia preferiu me colocar no plantão.

Interessante destacar que embora Nanda reconhecesse a importância de aceitar o convite para assumir a sua primeira titularidade, o fato de ser uma DEAM a desagradou inicialmente, conforme o diálogo acima demonstra.

Apesar de ser vista como local de desprestígio, as DEAMs estão longe de tratarem casos simples. No contexto brasileiro, as taxas de mortes femininas por agressão estão em ascensão. Dados do Mapa da Violência no Brasil apontam que entre 1980 a 2010 a mortalidade medida passou de 2,3 a cada 100 mil habitantes para 4,8 a cada 100 mil habitantes, representando um aumento de 111% no período (WAISELFISZ, 2015). Valores que, apesar de alarmantes, certamente são ainda piores, uma vez constatadas as subnotificações e falta de capitulações penais adequadas.

Especialmente nos últimos anos estão cada vez mais comuns notícias de agressões e/ou mortes perpetradas contra mulheres em nosso país. Com a era tecnológica cada vez mais ativa, mortes e espancamentos são capturados por lentes de câmeras de segurança, que registram passivamente vidas femininas sendo destruídas, geralmente, por seus companheiros. As mais variadas e brutais formas de agressões a mulheres e feminicídio expõe como ainda são bastante desiguais as relações entre os gêneros. E a escalada crescente de brutalidade surpreende. A fim de ilustrar este cenário cabe relatar um caso terrível ocorrido em 26 de março de 2015. Após matar a namorada, uma jovem de 16 anos e grávida de sete meses, o ajudante-geral José Ramos dos Santos, de 23 anos, compareceu a delegacia para comunicar o crime. A reportagem do jornal *Estadão* do dia 30 de março (HOMEM..., 2015) daquele ano dizia que os plantonistas da delegacia se surpreenderam quando o assassino confesso abriu sua mochila de retirou de lá a

cabeça de Shirley Souza, a evidente vítima. Motivo para tal barbárie? Uma suposta traição da jovem. Ao ser indagado se estava arrependido, o assassino afirmou que não, pois a vítima merecera tal fim. Como se a traição fosse razão para a jovem perder a vida de forma tão cruel. Esta cena macabra ilustra bem a forma como vidas femininas são valoradas e tratadas numa sociedade que está alicerçada em valores machistas.

Como vimos, as violências de gênero estão longe de serem simples ou superficiais, pois violam diretamente a integridade física, moral e psicológica das vítimas. Entretanto, o reconhecimento de sua gravidade esbarra em preconceitos e discriminações ainda muito presentes em nossa sociedade, que comumente atribui culpa à vítima, seja por seu “temperamento”, comportamento, pela roupa vestida e por qualquer outro construto encharcado de preconceito e machismo.

Falar sobre essas assimetrias e desqualificações nos leva a reconhecer o fundamental papel que os movimentos feministas e as produções teóricas desenvolvidas por feministas para colocar em análise as tão naturalizadas relações desiguais entre homens e mulheres. As teorias feministas têm demonstrado

como complexas redes de relações e estruturas sociais localizam diferentemente os diferentes sujeitos em relações assimétricas de poder e, mais ainda, que tais relações independem, em grande medida, do fato de como os indivíduos exercem ou experimentam individualmente esse poder ao longo de suas vidas [...] Apesar das diferentes ênfases e enfoques, podemos afirmar que as teorias feministas não negam o papel da ação individual e coletiva, ou as possibilidades de autonomia. Entretanto, essas teorias iluminam o fato de que, para tratarmos de temas como autonomia e liberdade, é necessário dar atenção a estruturas e sistemas de dominação e opressão. Quanto menor as disparidades de poder entre as pessoas, mais iguais elas serão e, portanto, desfrutarão das mesmas condições de cidadania (MACHADO; ELIAS, 2018, p. 293).

Portanto, ao desnaturalizarmos certo desconforto presente na atuação em DEAM pretendemos lançar luz num difícil e caro espaço dentro da Polícia Civil. Tal desconforto inominado mais diz que cala, diz respeito à função ainda difícil do reconhecimento de mulheres como livres e donas de seus próprios corpos e vontades. Assumir isso não significa dizer que homens e mulheres policiais tenham absoluta clareza das bases estruturais do desprestígio que DEAMs têm. Todavia, o sexismo, opressão e machismo estruturais ajudam a moldar a forma como pensamos, agimos e nos organizamos socialmente. Quanto a isso, não podemos negar, existe um enorme abismo no que diz respeito ao reconhecimento de direito de homens e mulheres. Nesse sentido, ser delegada de uma DEAM significa reconhecer duplamente a ligação gênero-polícia, podendo significar que para se destacar na instituição essa delegada terá

que vencer dois estigmas: ser mulher e policial e ser policial de uma delegacia especializada em tratar “assuntos de mulher”.

CONCLUINDO... POR ORA

Imagine viver em um mundo onde todos nós
podemos ser quem somos, um mundo e paz e
possibilidades.
bell hooks

Nosso caminhar cartográfico nos mostrou a variedade de movimentos e intensidades das feminilidades performadas pelas delegadas de polícia que visitamos ao longo de nosso estudo. A potência de nossos encontros se deu nas dobras, nas particularidades e alteridades que vimos presentes na mulher-delegada enquanto um devir. Como imaginávamos, distante de ser uma imagem estática de paisagens planas, nosso estudo se mostrou um mapa móvel, obrigando nossos olhares a se reorganizarem constantemente. Longe de ser simples, como vimos, assuntos que versem sobre feminilidades, se configuram como profícuo e complexo campo de análise.

Embora sejam inegáveis os avanços conquistados pelas mulheres, sabemos que nossa sociedade ainda opera regimes bastante específicos e difusos de opressão. Ser mulher significa muito mais que portar atributos de uma espécie de “elegibilidade” biológica, significa ter que se construir enquanto sujeita em constante luta contra opressões e reorganização de si. Nossa sociedade, estruturalmente machista, relega as mulheres à posição de coadjuvantes frente aos feitos masculinos, que suprimem das páginas da história nossos protagonismos. Aprendemos, desde tenra idade a portar códigos de “boa conduta”, a termos discrição e a não nos portarmos como um menino. Desde os brinquedos e brincadeiras, aprendemos a ter aquilo que chamam de compostura: “meninas falam baixo”, “meninas sentam de pernas fechadas”, “meninas ajudam a **mãe** a lavar a louça”, “meninas precisam ser boazinhas”...

Todavia, instaladas em um reduto estruturalmente machista e historicamente masculino (sendo um efeito do outro), as delegadas constroem suas feminilidades tendo que negociar movimentos de avanços e recuos, avanços para se fazerem reconhecer e respeitar e recuos que possibilitem a construção de estratégias de sobrevivência, seja nas delegacias ou em suas relações particulares. Como vimos, se nas delegacias elas precisam se fazer respeitar, em casa parece que a negociação precisa ocorrer com outra intensidade. Assim, como agentes ativas, as delegadas precisarão operar bem as regulações: de gênero, de polícia, de leis e da reunião desses elementos. Negociações importantes para que elas se fixem e se estabeleçam em suas carreiras.

Fortemente sexista, a polícia relega posição inferior às mulheres, vistas como menos operacionais e mais aptas aos trabalhos sociais. Como discutimos, dentro da estrutura da instituição, trabalhos sociais são percebidos como locais de menor prestígio. Embora a mulher não seja reconhecida como forte, pois este atributo parece associado à virilidade masculina, elas possuem diálogo e sensibilidade, espaços naturalizados, mas que determinam as relações dentro da instituição. Subverter estas lógicas parece, assim, parte dos recursos que as performativas-delegadas usam para modificarem lenta e progressivamente as forças policiais.

Embora, como vimos, o ingresso de mulheres na polícia civil não tenha representado igualdade de oportunidade de cargos e reconhecimento, e ainda que inicialmente não houvesse espaço para feminilidade nos redutos policiais, o ingresso cada vez maior e o empoderamento feminino permite que elas sejam mais visibilizadas, inclusive admitindo que cores e matizes de feminilidades estejam cada vez mais presentes. Embora, não possam falar em igualdade de direito, como nosso trabalho mostrou, nossas personagens atuam de forma bastante ativa, subvertendo velhas (mas presentes) prescrições. Assim, o uso estratégico do gênero nos deu algumas pistas de como elas se organizam na carreira. Diante dos olhares de desconfiança precisarão demonstrar competência, muito mais que seus colegas homens. Além disso, se dentro das carreiras jurídicas a carreira de delegado/a é uma das menos valorizadas, dentro das polícias, ser mulher parece relegá-la a local de menor valor ainda. Assim, o gênero opera como um poderoso dispositivo na produção de subjetividades. Elas precisarão se reorganizar a partir do gênero, lançando mão das performatividades que discutimos, que embora tenham vindo separadas, se entrecruzam.

Performando a Delegata, essa mulher ajuda a visibilizar a delegada que a instituição apagara. Sem abrir mão de seu poder de comando, ela performa a mulher bela e poderosa, que manda e seduz. Assim, Delegata pode empoderar e emancipar a figura da delegada mulher, tradicionalmente apagada e sem lugar, ainda que reafirme certos padrões hegemônicos de beleza e possa reforçar a objetificação feminina. Acreditamos que ambas as possibilidades se entrecruzam aqui. Mas o que a Delegata certamente destaca é que ela não precisará renunciar a sua feminilidade para se fazer respeitar, ao contrário, usando recursos estéticos e com o auxílio da mídia, seus atributos de poder e sedução poderão se acentuados, mas sem exageros, pois eles não parecem caber a elas, ou custará seu respeito. Respeito aliás que terá que vir aliado à sua inteligência e certa dose de masculinidade, entendida como capacidade, coragem e poder.

Todavia, embora a Delegata tenha sido mais facilmente reconhecida por nossas entrevistadas, a Delegada-Barbie parece não agradar, justamente porque ela agregaria o exagero

do feminino. Para o regime de visibilidade no qual estão inseridas, a Delegata talvez faça mais sentido, embora a vaidade da Barbie possa aparecer em algum lugar desta construção de si.

Além da competência, as delegadas não poderão deixar de fora o lugar que esperam delas: sensibilidade e cuidado. A aparente docilidade da delegada precisa ser estrategicamente administrada, para escapar à condenável fraqueza. Assim, se bem articulada a imagem social da delegada mulher servirá para trazer certa imagem de respeitabilidade, seriedade e menor truculência à polícia. Como vimos, muito mais como um uso estratégico que efetivo.

O correlato masculino ao cuidado feminino seria a proteção, todavia, ao oferecer proteção às delegadas, seus colegas policiais exercem uma autoridade baseada no afeto e na sedução: a autoridade paternalista, como nos recorda Bourdieu (2002). Mais que proteger, esta parece uma estratégia machista de subjugar o poder das delegadas.

Embora gozem de reconhecimento social, como vimos, para se estabelecerem e conquistarem destaque na carreira, as delegadas terão que vencer preconceitos e superar os desafios que virão associados a sua condição de mulher. Pois, embora a sua autoridade policial não possa ser questionada, a respeitabilidade poderá e constantemente será.

Preteridas para assumirem locais operacionais, os que mais prestígio possuem na instituição, as delegadas recorrentemente serão deslocadas para atuarem em “problemas sociais”. Esta, seguramente é uma marcada limitação que a análise de gênero expõe. Conjugando as múltiplas características que ajudarão a construir sua subjetividade, as delegadas de polícia terão que gerenciar relação, dentro e fora de seu espaço de atuação para se fazer respeitar. Em alguns momentos, como já apontamos, terão que negociar abrir mão de certa parcela de poder para ser integrada ao corpo policial.

Cabe analisar ainda ser o espaço das delegacias um dos únicos locais possíveis de alguns grupos sociais buscarem ajuda. Mais uma vez aqui percebemos a complexa função da polícia em nossa sociedade para as camadas mais pobres: na falta de políticas de Estado claras e efetivas, a polícia acaba sendo reconhecida como uma das únicas instâncias de Estado presentes no cotidiano de grupos populacionais pobres e miseráveis. É o braço punitivo e repressivo do Estado, que, sob a égide da manutenção da ordem pública, controla, muitas vezes usando a força e a violência, a vida dos mais pobres, de grupos mais vulneráveis e indesejáveis, grupos qualificáveis para serem controlados ou destruídos, mas nunca despercebidos. Grupo que, apesar da violência, recorre às delegacias como único aparelho de Estado reconhecido e presente em seu cotidiano. Até aí fica clara a violência a qual tais pessoas são submetidas: a violação de seus direitos enquanto cidadãos que os aproxima sempre do controle e da repressão.

REFERÊNCIAS

- ADELMAN, Miriam; RUGGI, Lennita. *Corpo, identidade e a política da beleza*. Niterói, v. 7, n. 2, p. 39-63. 1 sem. 2007. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/30972/18061>>. Acesso em: 10 fev. 2018.
- ALMEIDA, Rosemary de Oliveira; PAIVA, Luiz Fábio Silva. A construção do espaço social das mulheres nas instituições policiais. In: BRASIL, Glaucíria Mota (org.). *A face feminina da polícia civil: gênero, hierarquia e poder*. Fortaleza: EdUECE, 2008. p. 71-97. Disponível em: <https://www.uece.br/wp-content/uploads/sites/56/2019/12/a_face_feminina_da_policia_civil.pdf>. Acesso em: 1 mar. 2019
- AMARAL, Célia Chaves Gurgel do. *Violência em Delegacias da Mulher no Nordeste*. In: CORRÊA, Mariza. *Gênero & cidadania*. Campinas: Pagu/Núcleo de Estudos de Gênero-Unicamp, 2002. p. 112-142.
- AQUINO, Ruth. Quem é Martha Rocha, a nova chefe de polícia civil do Rio: ‘Não vou namorar nos próximos meses’. *Revista Época*. Rio de Janeiro: Ed. Globo, ed. 673, fev. 2011.
- BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BARBOSA, Patrícia Zulato; ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. Ser mulher hoje: a visão de mulheres que não desejam ter filhos. *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, v. 24, n. 3, p. 577–587, 2012. DOI: <<https://doi.org/10.1590/S0102-71822012000300011>>. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/psoc/a/4gj5xxSFGxWmzmWBq3r534Q/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 15 jun. 2018.
- BARHAM, Elizabeth Joan; VANALLI, Ana Carolina Gravena. Trabalho e família: perspectivas teóricas e desafios atuais. *Revista Psicologia Organizações e Trabalho*, Florianópolis, v. 12 n. 1, p. 47-60, jan./abr. 2012. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpot/v12n1/v12n1a05.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2019.
- BARROS, Laura Pozzana de; KASTRUP, Virgínia. Cartografar é acompanhar processos. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da. *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2014. p. 52-75.
- BEVILAQUA, Ciméa; LEIRNER, Piero de Camargo. Notas sobre a análise antropológica de setores do Estado brasileiro. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, v. 43, n. 2, p. 105-140, 2000. DOI: <<https://doi.org/10.1590/S0034-77012000000200006>>. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/27075/28847>>. Acesso em: 15 set. 2018.
- BEYONCÉ KNOWLES *et al.* Run The World (Girls). Intérprete: Beyoncé Knowles. In: BEYONCÉ KNOWLES. 4. [S. l.]: Columbia/Sony Music, 2011. 2 CDs. Faixa 12 (3 min 56 s).

BEZERRA, Teresa Cristina E.; LOPES, Emanuel Bruno. Quem são as mulheres da polícia civil? In: BRASIL, Glaucíria Mota (org.). *A face feminina da polícia civil: gênero, hierarquia e poder*. Fortaleza: EdUECE, 2008. p. 19-70. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1Idmlil6yqTI-Bk3EF_VgvV3pror8QGaG/view>. Acesso em: 15 set. 2018.

BLAY, Eva Alterman. Violência contra a mulher e políticas públicas. *Estudos Avançados*, v. 17, n. 49, p. 87-98, 2003. DOI: <<https://doi.org/10.1590/S0103-40142003000300006>>. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ea/a/ryqNRHj843kKKHjLkgrms9k/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 20 set. 2018.

BLOOM, Shelah S. *Violence against women and girls: a compendium of monitoring and evaluation indicators*. Chapel Hill: MEASURE Evaluation, 2008. Disponível em: <https://www.measureevaluation.org/resources/publications/ms-08-30/at_download/document>. Acesso em: 20 set. 2018.

BOND, Letycia. Número de assassinatos de mulheres no Brasil em 2019 preocupa CIDH. *Agência Brasil*, Brasília, DF, 4 fev. 2019. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2019-02/numero-de-assassinatos-de-mulheres-no-brasil-em-2019-preocupa-cidh>>. Acesso em: 13 mar. 2019.

BONELLI, Maria da Glória. Os delegados de polícia entre o profissionalismo e a política no Brasil, 1842-2000. In: INTERNATIONAL CONGRESS OF THE LATIN AMERICAN STUDIES ASSOCIATION, 24., 2003, Dallas. *Anais...* Dallas: Lasa, 2003. p. 1-30

BONELLI, Maria da Glória. Perfil social e de carreira dos delegados de polícia. In: SADEK, Maria Tereza (org.). *Delegados de polícia*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009. p. 22-50. Disponível em: <<https://static.scielo.org/scielobooks/s7v75/pdf/sadek-9788579820144.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

BONELLI, Maria da Glória *et al.* Profissionalização por gênero em escritórios paulistas de advocacia. *Tempo Social*, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 265-290, 2008. DOI: <<https://doi.org/10.1590/S0103-20702008000100013>>. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ts/a/DPT6hVwYTtHwBQVfCVNtbny/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 20 fev. 2018.

BORBA, Rodrigo. A linguagem importa? Sobre performance, performatividade e peregrinações conceituais. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 43, p. 441-473, jul./dez. 2014. DOI: <<https://doi.org/10.1590/0104-8333201400430441>>. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cpa/a/T86yvM4tkCzZts3kVwqKPQG/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 15 out. 2018.

BORDO, Susan. *Twilight zones: the hidden life of cultural images from Plato to O. J.* Berkley: University of California Press, 1999.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BOZON, Michel. Sexualidade e conjugalidade: a redefinição das relações de gênero na França contemporânea. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 20, p. 131-156, 2003. DOI: <<https://doi.org/10.1590/S0104-83332003000100005>>. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cpa/a/TGMxcsTRw96XHV9SN8jLJz/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 15 out. 2018.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 126, n. 191-A, p. 1-32, 5 out. 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/DOUconstituicao88.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2018.

BRASIL. *Decreto nº 1.631, de 3 de janeiro de 1907*. Autoriza o Presidente da República a reformar o serviço policial do Distrito Federal. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1907. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-1631-3-janeiro-1907-582168-publicacaooriginal-104917-pl.html>>. Acesso em: 13 fev. 2018.

BRASIL. *Lei nº 947, de 29 de dezembro de 1902*. Reforma o serviço policial no Distrito Federal. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1902. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1900-1909/lei-947-29-dezembro-1902-584264-publicacaooriginal-107022-pl.html>>. Acesso em: 13 fev. 2018.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 143, n. 151, p. 1-4, 8 ago. 2006. Disponível em: <<https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=08/08/2006&totalArquivos=56>>. Acesso em: 20 out. 2018.

BRASIL. Lei nº 12.318, de 26 de agosto de 2010. Dispõe sobre a alienação parental e altera o art. 236 da Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 147, n. 165, p. 3, 27 ago. 2010a. Disponível em: <<https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=27/08/2010&jornal=1&pagina=3&totalArquivos=192>>. Acesso em: 23 out. 2018.

BRASIL. *Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015*. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113104.htm>. Acesso em: 13 fev. 2018.

BRASIL. *Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017*. Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). Brasília, DF: Presidência da República, 2017. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113431.htm>. Acesso em: 13 fev. 2018.

BRASIL. *Lei nº 13.827, de 13 de maio de 2019*. Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para autorizar, nas hipóteses que especifica, a aplicação de medida protetiva de urgência, pela autoridade judicial ou policial, à mulher em situação de violência doméstica e familiar, ou a seus dependentes, e para determinar o registro da medida protetiva de urgência em banco de dados mantido pelo Conselho Nacional de Justiça. Brasília, DF: Presidência da República, 2019. Disponível em:

<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/113827.htm>. Acesso em: 20 maio 2019.

BRASIL. Ministério da Justiça. *Norma Técnica de Padronização das Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres – DEAMS*: edição atualizada: 2010. Brasília, DF: Secretaria de Políticas para as Mulheres; Secretaria Nacional de Segurança Pública; Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime, 2010b. Disponível em: <https://dspace.mj.gov.br/bitstream/1/2338/1/6padronizacao_deams.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2018.

BRASIL. Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública. *Pesquisa perfil das instituições de segurança pública*. Brasília, DF: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), 2013a. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.economia.gov.br/handle/123456789/273>>. Acesso em: 30 mar. 2018.

BRASIL. Senado Federal. *Projeto de Lei da Câmara nº 94, de 2018*. Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para autorizar, nas hipóteses que especifica, a aplicação de medida protetiva de urgência, pela autoridade judicial ou policial, à mulher em situação de violência doméstica e familiar ou a seus dependentes e dá outras providências. Brasília, DF: Senado Federal, 2018. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/134151#:~:text=Alterar%20a%20Lei%20n%C2%BA%2011.340,dependentes%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs>>. Acesso em: 17 mar. 2018.

BRASIL. Senado Federal. *Proposta de Emenda à Constituição nº 51, de 2013*. Altera os arts. 21, 24 e 144 da Constituição; acrescenta os arts. 143-A, 144-A e 144-B, reestrutura o modelo de segurança pública a partir da desmilitarização do modelo policial. Brasília, DF: Senado Federal, 2013b. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/114516>>. Acesso em: 17 mar. 2018.

BUENO, Samir; LIMA, Sérgio de. Dados de violência contra a mulher são a evidência da desigualdade de gênero no Brasil. *GI*, Rio de Janeiro, 8 mar. 2019. Monitor da violência. Disponível em: <<https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2019/03/08/dados-de-violencia-contra-a-mulher-sao-a-evidencia-da-desigualdade-de-genero-no-brasil.ghtml>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

BULCÃO, Luís. PM aposta no toque feminino para conquistar comunidades no Rio. *Terra*, Rio de Janeiro, 6 dez. 2011. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/brasil/policia/pm-aposta-no-toque-feminino-para-conquistar-comunidades-no-rio,249aa6bfcef1b310VgnCLD200000bbcecb0aRCRD.html>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

FOX, James Alan; ZAWITZ, Marianne W. Homicide trends in the United States. *Homicide Trends in the United States*, Washington D. C., p. 1-183, 2007. Disponível em: <<https://bjs.ojp.gov/content/pub/pdf/htius.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2018.

CAIXETA, Juliana Eugênia; BARBATO, Silviane. Identidade feminina: um conceito complexo. *Paidéia* Ribeirão Preto, v. 14, n. 28, p. 211-220, 2004. DOI: <<https://doi.org/10.1590/S0103-863X2004000200010>>. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/paideia/a/k7N97NMTq5LRFRNd6hxZxq/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 15 set. 2018.

CALAZANS, Márcia Esteves de. Mulheres no policiamento ostensivo e a perspectiva de uma segurança cidadã. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 142-150, 2004. DOI: <<https://doi.org/10.1590/S0102-88392004000100017>>. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sp/a/NYCnT3yvSTqTwMsVwNPRRbD/?format=pdf>>. Acesso em: 10 set. 2018.

CAPPELLE, Mônica Carvalho Alves; MELO, Marlene Catarina de Oliveira Lopes. Mulheres policiais, relações de poder e de gênero na polícia militar de Minas Gerais. *RAM: Revista de Administração Mackenzie*, São Paulo, v. 11, n. 3, p. 71-99, maio/jun. 2010. DOI: <<https://doi.org/10.1590/S1678-69712010000300006>>. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ram/a/G7pHhNgxmWrKfzbHbzJY7kc/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 10 set. 2018.

CORTEZ, Mirian Béccheri; SOUZA, Lídio. A violência conjugal na perspectiva de homens denunciados por suas parceiras. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 62, n. 2, p. 129-142, 2010. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/arbp/v62n2/v62n2a12.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

COSTA, Ivone Freire. *Polícia e sociedade: gestão de segurança pública violência e controle social*. Salvador: EDUFBA, 2005. Disponível em: <<https://static.scielo.org/scielobooks/b5pv2/pdf/costa-9788523212193.pdf>>. Acesso em: 23 mar. 2018.

COSTA, Luciano Bedin da. Cartografia: uma outra forma de pesquisar. *Revista Digital do LAV*, Santa Maria, v. 7, n. 2, p. 66-77, maio/ago. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/revislav/article/view/15111/pdf_1>. Acesso em: 10 fev. 2018.

COSTA, Marisa Vorraber (org.). *Caminhos investigativos I: novos olhares na pesquisa em educação*. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

CUNHA, Olívia Maria Gomes da. Criadas para servir: domesticidade, intimidade e retribuição. In: CUNHA, Olívia Maria Gomes Da; GOMES, Flávio Dos Santos (org.). *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2007. p. 377-418.

D'ANGELO, Helô. Mulher Maravilha tem 'papel complicado' no feminismo, diz 'biógrafa' da heroína. *Revista Cult*, São Paulo, 12 jul. 2017. Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/mulher-maravilha-tem-papel-complicado-no-feminismo/>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

DANTAS, Humberto. A formação acadêmica dos delegados de polícia. In: SADEK, Maria Tereza (org.). *Delegados de polícia*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009. P. 51-71. Disponível em: <<https://static.scielo.org/scielobooks/s7v75/pdf/sadek-9788579820144.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

DEBERT, Guita Grin; GREGORI, Maria Filomena. As delegacias especiais de polícia e o projeto Gênero e cidadania. In: CORRÊA, Mariza. *Gênero & cidadania*. Campinas: Pagu/Núcleo de Estudos de Gênero-Unicamp, 2002. p. 9-19.

DEL FRATE, Anna Alvazzi. 'When the victim is a woman.' In: KRAUSE, Keith; MUGGAH, Robert; GILGEN, Elisabeth (ed.). *Global burden of armed violence: lethal encounters*: 2011. New York: Cambridge University Press, 2011. p. 113-144. Disponível em: <https://www.smallarmssurvey.org/sites/default/files/resources/GBAV2011_WEB-full-report-REV.pdf>. Acesso em: 10 set. 2018.

DEL PRIORE, Mary. *Corpo a corpo com a mulher*: pequena história das transformações Do corpo feminino no Brasil. São Paulo: Ed. Senac, 2000.

“DELEGATAS”: nova geração de agentes desvenda crimes sem perder vaidade. *New Order News*, Belém, 22 fev. 2013. Disponível em: <<https://newordermania.wordpress.com/2013/02/22/delegatas-nova-geracao-de-agentes-desvenda-crimes-sem-perder-vaidade/>>. Acesso em: 13 fev. 2018.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*: vol. 1. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*: vol. 3. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1996.

DIAS, Maria Berenice. Agora alienação parental dá cadeia! *IBDFAM*, Belo Horizonte, 9 abr. 2018. Disponível em: <<https://ibdfam.org.br/artigos/1267/Agora+aliena%C3%A7%C3%A3o+parental+d%C3%A1+cadeia%21>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

ENGEL, Magali. Psiquiatria e feminilidade. In: DEL PRIORE, Mary (org.) *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997. p. 322-361.

FALQUET, Jules. Transformações neoliberais do trabalho das mulheres: liberação ou novas formas de apropriação? In: ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa (org.) *Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais*. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 37-46.

FERNÁNDEZ, Ana María. Femicídios: la ferocidad del patriarcado. *Revista Nomadías*, n. 16, p. 47-73, nov. 2012. Disponível em: <<https://nomadias.uchile.cl/index.php/NO/article/view/24957/26310>>. Acesso em: 15 set. 2018.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2009^a.

FOUCAULT, Michel. Sobre a história da sexualidade. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2009^b. p. 243-276.

FOUCAULT, Michel. Verdade e poder. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2009^c. p. 1-14.

FUZARO, Nathalia. Conheça a história da Barbie, que comemora 60 anos em 2019. *Glamour*, Rio de Janeiro, 14 fev. 2019. Disponível em: <<https://glamour.globo.com/lifestyle/noticia/>>

2019/02/conheca-historia-da-barbie-que-comemora-60-anos-em-2019.ghtml>. Acesso em: 20 abr. 2019.

GABRIEL O PENSADOR. Lôrabúrria. Intérprete: Gabriel o Pensador. In: GABRIEL O PENSADOR. *MTV ao vivo*. [S. l.]: Chaos Recordings, 2002. 1 CD. Faixa 8 (3 min 55 s).

GENEVA DECLARATION SECRETARIAT. *Global burden of armed violence*. Geneva: Geneva Declaration Secretariat, 2008. Disponível em: <<https://www.refworld.org/docid/494a455d2.html>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

GONÇALVES, Michael. A primeira xerife do Brasil nem pensa em se aposentar. *A Hora de Santa Catarina*, Florianópolis, 9 abr. 2016.

GUATTARI, Félix. *Revolução molecular: pulsações políticas do desejo*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica: cartografias do desejo*. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 5, p. 7-41, 1995. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773/1828>>. Acesso em: 15 out. 2018.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007. DOI: <<https://doi.org/10.1590/S0100-15742007000300005>>. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cp/a/cCztcWVvvtWGDvFqRmdsBWQ/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 15 out. 2018.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. *Explosão feminista: arte, cultura, política e universidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

HOLLOWAY, Thomas H.. *Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

HOMEM mata namorada grávida e entrega cabeça na delegacia da Sé. *R7*, São Paulo, 30 mar. 2015. Disponível em: <<https://noticias.r7.com/sao-paulo/homem-mata-namorada-gravida-e-entrega-cabeca-na-delegacia-da-se-30032015>>. Acesso em: 15 out. 2018.

hooks, bell. *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

JABLONSKI, Bernardo. A divisão de tarefas domésticas entre homens e mulheres no cotidiano do casamento. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, DF, v. 30, n. 2, p. 262-275, 2010. DOI: <<https://doi.org/10.1590/S1414-98932010000200004>>. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pcp/a/mJKLzrKLJCcMpnNHfr9PcGt/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 20 fev. 2018.

JERRY LEIBER; MIKE STOLLER. I'm a woman. Intérprete: Peggy Lee. In: PEGGY LEE. *I'm a woman*. Califórnia: Capitol Records, 1963. 1 Vinil. Faixa 6 (2 min 6 s).

JUNQUEIRA, Eliana Botelho. Mulheres advogadas: espaços ocupados. In: BRUSCHIN, Cristina; PINTO, Celi Regina (org.). *Tempos e lugares de gênero*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas: Ed. 34, 2001. P. 185-216.

KASTRUP, Virgínia. O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da. *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2014. p. 32-51.–

KASTRUP, Virgínia; BARROS, Regina Benevides de. Movimentos-funções do dispositivo na prática da cartografia. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da. *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2014. p. 76-91.

KERGOAT, Danièle. O cuidado e a imbricação das relações sociais. In: ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa (org.). *Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais*. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 17-26.

KIRST, Patrícia Gomes. Redes do olhar. In: FONSECA, Tania Mara Galli; KIRST, Patrícia Gomes (org.). *Cartografias e devires: a construção do presente*.– Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003. p. 43-52.

KRUG, Etienne G.; DAHLBERG, Linda L.; MERCY, James A. *Informe mundial sobre la violencia y la salud*. Washington, D. C.: Organización Panamericana de la Salud, Oficina Sanitaria Panamericana, Oficina Regional de la Organización Mundial de la Salud, 2003. Disponível em: <<https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/725/9275315884.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2018.

LAGARDE Y DE LOS RÍOS, Marcela. *Por la vida y la libertad de las mujeres: fin al feminicidio*. México: [s. n.], 2004.

LAVINAS, Lena; CORDILHA, Ana Carolina; CRUZ, Gabriela Freitas da. Assimetrias de gênero no mercado de trabalho no Brasil: rumos da formalização. In: ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa (org.). *Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais*. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 93-109.

MACHADO, Isadora Vier; ELIAS, Maria Lígia G. G. Rodrigues. Feminicídio em cena. Da dimensão simbólica à política. *Tempo Social*, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 283-304, 2018. DOI: <<https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2018.115626>>. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cp/a/cCztcWVvvtWGDvFqRmidsBWQ/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 15 out. 2018.

MACHADO, Lia Zanotta. *Atender vítimas, criminalizar violências: dilemas das delegacias da mulher*. Brasília, DF: Departamento de Antropologia, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília., 2002. Disponível em: <https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/direitos-das-mulheres/politicas-publicas-de-protecao-a-mulher/deams/atender_vitimas_criminalizar_violencias.dilemas_das_delegacias_da_mulher_unb.pdf>. Acesso em: 10 maio, 2018.

MANSO, Flávia Vastano; CAMPAGNAC, Vanessa (org.). *Dossiê Mulher 2019*. 14. ed. Rio de Janeiro: Instituto de Segurança Pública, 2019. Disponível em: <<https://www.isp.rj.gov.br/sites/default/files/2022-05/DossieMulher2019.pdf>>. Acesso em: 1 maio 2019.

MARUANI, Margaret; MERON, Monique. Como contar o trabalho das mulheres? França, 1901-2011. In: ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa (org.). *Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais*. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 59-70.

MATTOS, Carla dos Santos. *Viver nas margens: gênero, crime e regulação de conflitos*. 2014. 182 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <<https://www.bdtd.uerj.br:8443/bitstream/1/8361/1/Tese%20Carla%20Mattos.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2018.

MC BOLA. Ela é top. Intérprete: MC Bola. In: FUNK ostentação do verão. [S. l.]: Sony Music Brasil, 2014. 1 CD. Faixa 5 (2 min 1 s).

MELO, Kelli Carvalho; RIBEIRO, Maria Ivanilse Calderón. Vilãs, mocinhas ou heroínas: linguagem do corpo feminino nos quadrinhos. *Revista Latino-americana de Geografia e Gênero*, Ponta Grossa, v. 6, n. 2, p. 105-118, ago./dez. 2015. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/276884987_Vilas_Mocinhas_ou_Heroinas_Linguagem_do_Corpo_o_Feminino_nos_Quadrinhos>. Acesso em: 20 out. 2018.

MENEGHEL Stela Nazareth; HIRAKATA, Vania Naomi. Femicídios: homicídios de mulheres no Brasil. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 45, n. 3, p. 564-574, 2011.

MENEGHEL, Stela Nazareth; PORTELLA, Ana Paula. Femicídios: conceitos, tipos e cenários. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 9, p. 3077-3086, 2017. DOI: <<https://doi.org/10.1590/1413-812320172229.11412017>>. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/SxDFyB4bPnxQGpJBnq93Lhn/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 15 out. 2018.

MONJARDET, Dominique. *O que faz a polícia: sociologia da força pública* 1. reimpr. São Paulo: EdUSP, 2012.

MORAES, Érika de. Ser mulher na atualidade: a representação discursiva da identidade feminina em quadros humorísticos de Maitena. In TASSO, Ismara; NAVARRO, Pedro (org.). *Produção de identidades e processos de subjetivação em práticas discursivas*. Maringá: Eduem, 2012. p. 259-285. Disponível em: <<https://static.scielo.org/scielobooks/hzj5q/pdf/tasso-9788576285830.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2018.

MORGADO, Rosana. Mulheres em situação de violência doméstica: limites e possibilidades de enfrentamento. In: GONÇALVES, Hebe Signorini; BRANDÃO, Eduardo Ponte (org.). *Psicologia jurídica no Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nau, 2011. p. 253-282.

PARANÁ. *Lei ordinária nº 14804, de 20 de julho de 2005*. Altera o § 2º e acresce §§ 3º, 4º e 5º ao art. 1º, da lei nº 12.975, de 17 de novembro de 2000. Curitiba: Palácio do Governo,

2005. Disponível em: <<https://leisestaduais.com.br/pr/lei-ordinaria-n-14804-2005-parana-altera-o-2o-e-acresce-3o-4o-e-5o-ao-art-1o-da-lei-no-12-975-de-17-de-novembro-de-2000-com-a-seguinte-redacao>>. Acesso em: 4 mar. 2018.

PASINATO, Wânia; SANTOS, Cecília MacDowell. *Mapeamento das delegacias da mulher no Brasil*. Campinas: Pagu/Unicamp, 2008. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/copy_of_acervo/outras-referencias/copy2_of_entenda-a-violencia/pdfs/mapeamento-das-delegacias-da-mulher-no-brasil>. Acesso em: 30 mar. 2018.

PASSOS, Eduardo; BARROS, Regina Benevides de. A cartografia como método de pesquisa-intervenção. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da. *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2014. p. 17-31.

PASSOS, Eduardo; EIRADO, André do. Cartografia como dissolução do ponto de vista do observador. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da. *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2014. p. 109-130.

PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da. Apresentação. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da. *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2014.

PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da. *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2014.

PAVANELI, Aline; BARRETO, Helena. Concurso da PM do Paraná tem 'masculinidade' como critério em avaliação psicológica. *G1*, Rio de Janeiro, 13 ago. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2018/08/13/concurso-da-pm-do-parana-tem-masculinidade-como-criterio-em-avaliacao-psicologica.ghtml>>. Acesso em: 15 dez. 2018.

PEREIRA, Maria do Mar. Jogos com fronteiras: a construção de diferenças e desigualdades entre rapazes e raparigas. In: PEREIRA, Maria do Mar. *Fazendo gênero no recreio: a negociação do gênero em espaço escolar*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2012. p. 95-120.

PRADO FILHO, Kleber; TETI, Marcela Montalvão. A cartografia como método para as ciências humanas e sociais. *Barbarói*, Santa Cruz do Sul, n. 38, p. 45-59, jan./jun. 2013. DOI: <<https://doi.org/10.17058/barbaroi.v0i38.2471>>. Disponível em: <<https://doi.org/10.17058/barbaroi.v0i38.2471>>. Acesso em: 30 out. 2018.

PRIMEIRA delegada do Estado de São Paulo completa 32 anos de profissão. São Paulo (Estado), São Paulo, 4 jul. 2007. Disponível em: <<https://www.saopaulo.sp.gov.br/ultimas-noticias/primeira-delegada-do-estado-de-sao-paulo-completa-32-anos-de-profissao/>>. Acesso em: 14 fev. 2018.

RADFORD, Jill; RUSSELL, Diana E. H. (ed.). *Femicide: the politics of woman killing*. New York: Twayne Publishers, 1992.

RAMOS, Silvia. Violência e polícia: três décadas de políticas de segurança no Rio de Janeiro. In: MOURÃO, Barbara; LEMGRUBER, Julita; MUSUMECI, Leonarda; RAMOS, Silvia. *Polícia, justiça e drogas: como anda nossa democracia?* Rio de Janeiro: CESeC, 2016. p. 9-45.

REPORTAGENS policiais antigas. *Memória da Polícia Civil de São Paulo*, São Paulo, 2013. Disponível em: <<https://www.memoriapoliciacivildesp.com/reportagens-antigas?pgid=jvzxkqsy-4a5974e8-6ac0-4e30-8acd-ba5382019c7f>>. Acesso em: 17 fev. 2018.

RIFIOTIS, Theophilos. As delegacias especiais de proteção à mulher no Brasil e a «judicialização» dos conflitos conjugais. *Sociedade e Estado*, Brasília DF, v. 19, n. 1, p. 85-119, Jan./jun. 2004. DOI: <<https://doi.org/10.1590/S0102-69922004000100005>>. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/se/a/gxbM4S8hXnWkXZ9vv4fY3cN/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 30 out. 2018.

RIO DE JANEIRO (Estado). Ministério Público do Rio de Janeiro. Violência doméstica. *Ministério Público do Rio de Janeiro*, 13 mar. 2017a [atualizado em 14 mar. 2017]. Disponível em: <<https://www.mprj.mp.br/visualizar?noticiaId=4804>>. Acesso em: 15 mar. 2018.

RIO DE JANEIRO (Estado). Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. *1º relatório de dados compilados sobre violência doméstica e familiar: julho 2016*. Rio de Janeiro: Observatório Judicial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, 2016. Disponível em: <<https://www.tjrj.jus.br/documents/10136/3480102/01-relatorio-dados-compilados-observatorio.pdf>>. Acesso em: 18 fev. 2018.

RIO DE JANEIRO (Estado). Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Violência doméstica. *Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro*, 2017b. Disponível em: <<https://www.tjrj.jus.br/web/guest/observatorio-judicial-violencia-mulher/o-que-e-a-violencia-domestica-e-o-feminicidio>>. Acesso em: 15 mar. 2018.

ROCHA, Décio; DAHER, Maria Del Carmen; SANT'ANNA, Vera Lúcia de Albuquerque. A entrevista em situação de pesquisa acadêmica: reflexões numa perspectiva discursiva. *Polifonia*, Cuiabá, v. 8, n. 8, p. 1-19. Disponível em: <<https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/polifonia/article/view/1132>>. Acesso em: 10 maio. 2018.

ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. Variações sobre um antigo tema: a maternidade para mulheres com uma carreira profissional bem-sucedida. In: FÉRES-CARNEIRO, Terezinha (org.). *Família e casal: efeitos da contemporaneidade*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2005. p. 122-137. Disponível em: <http://www.editora.puc-rio.br/media/ebook_familia_e_casal.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2018.

ROLNIK, Suely. *Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo*. Porto Alegre: Sulina; Ed. UFRGS, 2006.

ROSSI, André; PASSOS, Eduardo. Análise institucional: revisão conceitual e nuances da pesquisa-intervenção no Brasil. *Revista Epos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 156-181, jan./jun. 2014. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/epos/v5n1/09.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2018.

S. RASTED; C. NORREEN; R. DIF. Barbie girl. Intérprete: Aqua. In: AQUA. *Aquarium*. Copenhagen: Universal Music Denmark, 1997. 1 CD. Faixa 3 (3 min 16 s).

SAAVEDRA, Luísa; NOGUEIRA, Conceição. Memórias sobre o feminismo na psicologia: para a construção de memórias futuras. *Memorandum*, Belo Horizonte, v. 11, p. 113-127, out. 2006. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/memorandum/article/view/6727/4300>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

SADEK, Maria Tereza. Delegada: doutora e policial. In: SADEK, Maria Tereza (org.). *Delegados de polícia*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009. p. 126-172. Disponível em: <<https://static.scielo.org/scielobooks/s7v75/pdf/sadek-9788579820144.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

SAFFIOTI, Heleieth. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (org.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 183-215.

SAFFIOTI, Heleieth. Violência doméstica: questão de polícia e da sociedade. In: CORRÊA, Mariza. *Gênero & cidadania*. Campinas:, Pagu/Núcleo de Estudos de Gênero-Unicamp, 2002. p. 59-70.

SALIH, Sara. *Judith Butler e a teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

SAMPAIO, Rodrigo P. A. de; FERREIRA, Ricardo Franklin. Beleza, identidade e mercado. *Psicologia em revista*, Belo Horizonte, v. 15, n. 1, p. 120-140, abr. 2009. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/per/v15n1/v15n1a08.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>>. Acesso em: 20 jan. 2019.

SEGATO, Rita Laura. *Que és un feminicidio: notas para um debate emergente*. Brasília, DF: Departamento de Antropologia, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, 2006.

SILVA, Amanda Daniele. Ser homem, ser mulher: as reflexões acerca do entendimento de gênero. In: SILVA, Amanda Daniele. *Mãe/mulher atrás das grades: a realidade imposta pelo cárcere à família monoparental feminina* [online]. São Paulo: Editora UNESP: Cultura Acadêmica, 2015. p. 51-100. DOI: <<https://doi.org/10.7476/9788579837036>>. Disponível em: <<https://static.scielo.org/scielobooks/vjtsp/pdf/silva-9788579837036.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2018.

SILVA, P. Arruda da; KERBER, N. Pereira da Costa; SANTOS, S. S. Costa; OLIVEIRA, A. M. Netto de; SILVA, M. R. Santos da; LUZ, G. dos Santos. Violência contra a mulher no âmbito familiar: estudo teórico sobre a questão de gênero. *Enfermería Global*, Murcia, v. 11, n. 26, p. 259-266, abr. 2012. Disponível em: <https://scielo.isciii.es/pdf/eg/v11n26/pt_reflexiones2.pdf>. Acesso em: 10 set. 2018.

SILVA, Sergio Gomes da. Preconceito e discriminação: as bases da violência contra a mulher. *Psicologia Ciência e Profissão*, Brasília, DF, v. 30, n. 3, p. 556-571, 2010. DOI: <<https://doi>

org/10.1590/S1414-98932010000300009>. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pcp/a/rzhdT5gCxp8sfQm4kzWZCw/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 30 out. 2018.

SILVA JUNIOR, Aureliano Lopes da. “Em desfile nossa terra, nossa gente”: a construção de corporalidades e belezas em concursos femininos diversos. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 10., 2012, Florianópolis. *Anais...* Porto Alegre: Dype Soluções, 2012. p. 1-12. Disponível em: <https://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1373307612_ARQUIVO_TextoCompletoFG2013_AurelianoLopes.pdf>. acesso em: 20 mar. 2018.

SILVEIRA, Clara Maria Holanda; OSTERNE, Maria do Socorro Ferreira. A mulher é Eva, o homem é Adão? Reflexões sobre o significado do ser homem e do ser mulher na sociedade. *Caderno Espaço Feminino*, Uberlândia, v. 27, n. 1, p. 1-18, jan./jun. 2014. Disponível em: <<https://seer.ufu.br/index.php/neguem/article/view/24016/15336>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

SILVEIRA, Maria Natália Barbosa da. Delegadas de polícia: profissionalismo e gênero. *Sociedade e Cultura*, Goiânia, v.14, n. 1, p. 151-162, jan./jun. 2011. DOI: <<https://doi.org/10.5216/sec.v14i1.15689>>. Disponível em: <<https://revistas.ufg.br/fcs/article/view/15689/9893>>. Acesso em: 30 out. 2018.

SOARES, Ângelo. Cuidados e confiança. In: ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa (org.). *Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais*. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 213-222.

SOARES, Barbara Musumeci; MUSUMECI, Leonarda. *Mulheres policiais: presença feminina na Polícia Militar do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SOARES, Luiz Eduardo. Novas políticas de segurança pública. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 17, n. 47, p. 75-96, 2003. DOI: <<https://doi.org/10.1590/S0103-40142003000100005>>. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ea/a/mGvTSGmzbGBbkP6cTjxCzzN/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 10 set. 2018.

SOARES, Luiz Eduardo. Segurança pública: presente e futuro. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 20, n. 56, p. 91-106, 2006. DOI: <<https://doi.org/10.1590/S0103-40142006000100008>>. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ea/a/9SRD5P9K7FvFYsv6vmg3Ykn/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 10 set. 2018.

SOIHET, Rachel. Preconceitos nas charges de O Pasquim: mulheres e a luta pelo controle do corpo. *Artcultura*, Uberlândia, v. 9, n. 14, p. 39-53, jan./jun. 2007. Disponível em: <<https://seer.ufu.br/index.php/artcultura/article/view/1444/1293>>. Acesso em: 30 mar. 2018.

SOIHET, Rachel. Zombaria como arma antifeminista: instrumento conservador entre libertários. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 13, n. 3, p. 591-611, set./dez. 2005. DOI: <<https://doi.org/10.1590/S0104-026X2005000300008>>. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ref/a/vM7fnwTP6kgw3PyZnj4JThR/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 25 ago. 2016.

SORJ, Bila. O cuidado na nova agenda de combate à violência no Brasil. In: ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa (org.). *Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais*. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 257-265.

SOUZA, Laura Vilela e; SANTOS, Manoel Antônio dos. Proximidade afetiva no relacionamento profissional-paciente no tratamento dos transtornos alimentares. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 18, n. 3, p. 395-404, jul./set. 2013. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pe/a/tgwmvRxy5zbXPjkTSRNrvms/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 30 mar. 2018.

SOUZA, Lídio de; CORTEZ, Mirian Beccheri. A delegacia da mulher perante as normas e leis para o enfrentamento da violência contra a mulher: um estudo de caso. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 48, n. 3, p. 621-639, maio/jun. 2014. DOI: <<https://doi.org/10.1590/0034-76121141>>. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rap/a/tKZJGXH95v3FZtWSd87PYyG/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 14 abr. 2018.

TINY shoulders, rethinking Barbie. Direção de Andrea Blaugrund Nevins. USA: Rare Bird Films, 2018. 1 DVD (92min), son., color.

VEIGA-NETO, Alfredo. Olhares. In: COSTA, Marisa Vorraber (org.). *Caminhos investigativos I: novos olhares na pesquisa em educação*. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. p. 23-38.

VEJA a rotina de mulheres que assumiram cargos de comando em polícias brasileiras. *Fantástico*. Rio de Janeiro: Globoplay, 2016. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/2343202/>>. Acesso em: 17 jul. 2028.

VIEIRA, Josênia Antunes. A identidade da mulher na modernidade. *DELTA*, São Paulo, v. 21, n. 3, p. 207-238, 2005. Número especial. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/delta/article/view/37836/25561>>. Acesso em: 4 set. 2018.

WASELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da violência 2015: homicídios de mulheres no Brasil*. Brasília, DF: ONU Mulheres; OPAS/OMS; Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, 2015. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2018.

WOLF, Naomi. *O mito da beleza: como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres*. Rio de Janeiro, Rocco 1992.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. *Understanding and addressing violence against woman*. Geneva: WHO, 2012. Disponível em: <https://iris.who.int/bitstream/handle/10665/77433/WHO_RHR_12.35_eng.pdf?sequence=1>. Acesso em: 27 maio 2018.

ZAMBENEDETTI, Gustavo; SILVA, Rosane Azevedo Neves da. Cartografia e genealogia: aproximações possíveis para a pesquisa em psicologia social. *Psicologia & Sociedade*, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 454-463, 2011. DOI: <<https://doi.org/10.1590/S0102-71822011000300002>>. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rap/a/tKZJGXH95v3FZtWSd87PYyG/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 14 abr. 2018.

ZECA PAGODINHO *et al.* Faixa amarela. Intérprete: Zeca Pagodinho. In: ZECA PAGODINHO. *Hoje é dia de festa*. São Paulo: Polygram, 2011. 1 CD. Faixa 3 (4 min 56 s).